



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

LUCAS RIBEIRO DOS SANTOS ASSIS

**SÓ FICOU A HISTÓRIA NO MUNDO: Arqueologia Pública, Narrativas
Colaborativas e Patrimônios Culturais de Comunidades Rurais do
Município de Jurema - PI**

São Raimundo Nonato-PI

2021

LUCAS RIBEIRO DOS SANTOS ASSIS

SÓ FICOU A HISTÓRIA NO MUNDO: Arqueologia Pública, Narrativas Colaborativas e Patrimônios Culturais de Comunidades Rurais do Município de Jurema - PI

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Serra da Capivara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral

São Raimundo Nonato-PI

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dez dias do mês de dezembro de 2021 às 14:30h, em ambiente virtual - Plataforma Google Meet - realizou-se a apresentação pública de Defesa de Dissertação de Mestrado pelo acadêmico **Lucas Ribeiro dos Santos Assis**, requisito para obtenção do título de **Mestre em Arqueologia** pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Integraram a Banca Examinadora os/as professores Alencar Miranda de Amaral (Presidente/Orientador), Dr^a. Cláudia Alves de Oliveira (examinadora externa - UFPE), Dr. Daniel Roberto dos Reis Silva (examinador externo - IPHAN), Dr^a. Vanessa Linke Salvio (PPARque/UNIVASF – examinadora interna) e Dr. Leandro Elias Canaan Mageste (examinador interno – PPARque/UNIVASF).

O orientador abriu a sessão agradecendo a participação dos membros da Comissão Examinadora, e felicitando a todos, em seguida convidou o acadêmico para que fizesse a exposição do trabalho intitulado: **"SÓ FICOU A HISTÓRIA NO MUNDO: arqueologia pública, narrativas colaborativas e patrimônios culturais de comunidades rurais do Município de Jurema Pi"**. Finalizada a apresentação, cada membro da Comissão Examinadora realizou a arguição do estudante. Dando continuidade aos trabalhos, o orientador solicitou a todos que se retirassem da sala para que a Comissão Examinadora pudesse deliberar sobre a dissertação do candidato. Terminada a deliberação o orientador solicitou a presença de todos e leu a ata do trabalho declarando: aprovado. Em seguida, deu por encerrada a solenidade, da qual eu, Dr. Rodrigo Lessa Costa coordenador do PPARque, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.



Dr Rodrigo Lessa Costa
Coordenador PPARQUE

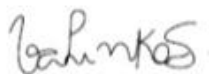


Dr. Alencar de Miranda Amaral
Presidente da Banca Examinadora



Dr^a. Cláudia Alves de Oliveira
UFPE – Examinador Externo

Dr. Daniel Roberto dos Reis Silva
IPHAN – Examinador Externo



Dr^a. Vanessa Salvio Linke
UNIVASF – Examinadora Interna



Dr. Leandro Elias Canaan Mageste
UNIVASF – Examinador Interno

Assis, Lucas Ribeiro dos Santos

A848s Só ficou a história no mundo: arqueologia pública, narrativas colaborativas e patrimônios culturais de comunidades rurais do município de Jurema – PI / Lucas Ribeiro dos Santos Assis. - São Raimundo Nonato-PI, 2021.

203 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral.

1. Arqueologia pública. 2. Patrimônio cultural. 3. Comunidades rurais. 4. Jurema – Piauí. I. Amaral, Alencar de Miranda. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado a todos os colaboradores pertencentes as comunidades de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros, Mandacaru, Pendangas, Espírito Santo e do município de Jurema-PI. Dedicado a memória dos meus antecessores que estão presentes na memória comunitária e familiar, minha avó paterna Cesaltina Ribeiro de Assis, Dona Cizí; Euzébio Ribeiro da Silva, Tio Zeba; e Andrelina Dias da Silva, Mãe Jurema.

“E só ficou a história no mundo”

Cesaltina Assis (in memória).

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de demonstrar o reconhecimento da importância do outro, observando a existência da caminhada ou trajetória que não foi realizada na solidão, mas em parceria com diversos apoiadores que sustentam e guiam o que chamamos de escolhas. O maior guia dessa pesquisa foi um ser não palpável, inodoro, incolor, sem gênero, raça ou religião, um ser que existe através do amor. Esse ser que sempre me acompanha me protegendo pelos caminhos guiados em um sentimento de certeza, fazia com que os laços e nós que o destino havia criado, fossem localizados nas palavras narradas daqueles que colaboravam com suas histórias. Deus foi esse guia, foi o responsável por construir essas “coincidências” do universo dessa pesquisa, a minha própria história, a história da minha própria família.

Nessa fase de amadurecimento acadêmico, compreendi que nada acontece por coincidência, mas, creio que não existe um propósito específico que possa acontecer. Durante minha graduação e pós-graduação, observei que tudo depende de escolhas, consequências e mais escolhas, independente da sua decisão as consequências virão. Escolhi atuar dentro da minha “caixinha existencial”, dentro do universo histórico, simbólico e patrimonial da comunidade pertencente a minha família paterna, em um mundo que ocorrem encontros entre histórias de pai e filho, neto e avó(ô), bisneto e tataravó, até o momento de encontro aos povos nativos representados pelas mulheres capturadas e estupradas pelos colonizadores, minhas ancestrais “pegas a dente de cachorro ou no laço”, que repassavam uma frase que ainda perdurou por algumas gerações: *“Sabe como minhas filhas foram feitas, num tem quando o jumento pega a jumenta? Foi desse jeito”* Mãe Jurema (in memória).

Essa minha escolha que gerou uma série de consequências foi uma força de mudança na minha vida, alterando até mesmo o conceito que meu pai tinha sobre minha profissão, sobre o que é arqueologia e quem são os arqueólogos. Quando aprovado no curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial (UNIVASF/2013), meu pai, Hildemar Assis, que possui o ensino fundamental básico incompleto, julgou-me em sua ignorância estruturada pela sociedade de princípios preconceituosos que, *“Não criei filho para cavar chão, você não é um tatu”*; sem sombra de dúvidas, essa frase foi um grande impacto para quem acabara de ser aprovado para o curso ao qual sonhara em exercer, principalmente após atuar em uma pesquisa arqueológica durante um ano, num projeto executado pela FAPEPI em parceria com a UNIVASF e o colégio CEMTI Moderno.

Como disse anteriormente escolhas geram consequências. Apesar dessa breve decepção, devido essa frase que nunca irei esquecer, decidi que deveria mudar o conceito de arqueologia e arqueólogo que meu pai havia construído considerando os princípios sociais de que, medicina, direito, engenharia ou “carreira eclesiástica” são os meios profissionais que pessoas de futuro promissor deveriam seguir. Realmente essas belas e importantes profissões são essenciais para o funcionamento da máquina social, gerando até mesmo o “reconhecimento do doutorado” sem a necessidade de executar essa pós-graduação.

Enfim, após essa consequência que tive de encarar, minha escolha foi não baixar minha cabeça desistindo de um sonho, dando início aos estudos do conteúdo de minha vocação profissional. Com o decorrer do curso, ensinando e contando ao meu pai sobre o que é, e como atua essa tal de arqueologia, histórias de sua infância sobre a comunidade de Jatobá dos Ferros começavam a emergir de suas memórias. Nessas histórias informações sobre a presença de grupos indígenas, livusias, cemitérios indígenas, cabaré dos índios, mortes violentas e de nossa ancestral indígena que fora “pega a dente de cachorro”, emergiam de suas narrativas e das narrativas de todos os familiares que pertencem a nossa comunidade.

Com essas histórias surgindo e sendo aprofundadas sempre que sentávamos para tomar nossa cervejinha, começamos a visitar com maior frequência a antiga propriedade familiar, localizada em Jatobá dos Ferros, local que é semente da memória dessas narrativas. Essas visitas que eram acompanhadas por seu irmão mais novo, Edvaldo (tio Zezinho), desenvolviam para minha pessoa e para os mesmos um novo olhar para os cacos cerâmicos e materiais líticos da superfície, o que antes era observado somente como “coisas dos antigos, coisas dos índios, coisas sem valor”, naquele momento passou a ser descrito como um importante “achado” para o estudante de graduação. Aqueles cacos, lascas e pedras de raio (material lítico polido), dispersos por todo o roçado e em grande quantidade, fariam daquele lugar o Sítio Arqueológico Terras de Maninho, meu avô, que teria seu nome eternizado em um patrimônio nacional.

Escolhas e consequências, novas escolhas e novas consequências. Esse looping eterno que prevalece na vida até o seu fim, me direcionou a escolher minha família e suas histórias tradicionais como objeto de pesquisa desde a monografia. Atualmente, com as pesquisas arqueológicas da UNIVASF sendo ampliadas no território de Jurema-PI, o Laboratório de Arqueologia Histórica da universidade é o responsável pela curadoria desses materiais. Com orgulho, exibo a foto estampada do meu pai e do seu, irmão tio Zezinho, participando da primeira escavação arqueológica em jatobá dos Ferros, realizada no ano de 2017 (ver apêndice).

Atualmente, com o desenvolvimento das pesquisas para essa dissertação, a equipe de arqueólogos profissionais Lucas e Alencar, e dos arqueólogos amadores/por natureza, Hildemar, Zezinho e Maicon (meu primo), permaneceram seus trabalhos nessa região. Logo, Abaixo da força divina que arquitetou toda essa minha jornada de escolhas e consequências, agradeço ao senhor meu pai, por ter aberto sua mente para escutar esse arqueólogo apaixonado pela profissão, e por todas tuas histórias que “me apresentaram” com um sítio arqueológico que se tornou meu objeto de pesquisa.

Sou grato a todos os colaboradores que participaram dessa pesquisa e que serão apresentados ao longo do texto, agradeço a minha mãe Arlete Santos, e meu irmão Luan, apoiadores que sempre estiveram presentes na minha vida incentivando e acreditando que com a arqueologia eu conseguiria me realizar profissionalmente. Agradeço aos meus amigos, Aline Reinaldo, Carlos Eduardo e Adonias pertencentes ao nosso eterno grupo, Os Padres, esse nunca será substituído. Agradeço ao meu grande amigo que a arqueologia profissional me apresentou, Marcos Oliveira, e sua empresa IstmoGis. Agradeço a minha família Potiguar, Élide Maciel e sua família, Dona Edileuza e Roberto, pessoas que 2021 me presenteou. Agradeço ao meu orientador, Dr. Alencar de Miranda Amaral, mais que um professor e guia nessa jornada acadêmica, Alencar é um amigo ao qual sempre consulto suas opiniões profissionais. Agradeço a todos os colaboradores da UNIVASF, aqueles que estão presentes nas horas fáceis e difíceis dessa instituição.

Por fim agradeço a mim mesmo, pois se você não for grato a você mesmo, a quem será grato? Pandemia, incertezas profissionais, crises governamentais, tragédias e mais tragédias, ausência de financiamento, estresses e tristezas. Caros amigos do PPArque, sejam gratos a todos que colaboraram com nossas pesquisas, mas, principalmente, sejam grat@s a vocês mesm@s. Conseguimos chegar com vida ao fim dessa jornada, e permaneceremos com nossas escolhas e consequências, sempre tentando vencer.

RESUMO

Essa dissertação é um trabalho realizado em parceria com colaboradores das comunidades, Jatobá dos Ferros, Caldeirãozinho, Mandacaru, Espirito Sato, Pendangas e do município de Jurema, localizados no estado do Piauí, Brasil. Essa pesquisa que é voltada para a arqueologia pública, desenvolvida a partir de direcionamentos que os colaboradores passaram para os pesquisadores através de narrativas colaborativas, realiza abordagens de suas memórias e patrimônios materiais e imateriais, apresentando lugares e coisas diversificadas que estão localizadas nos limites territoriais e cosmológicos das comunidades e município. Através da análise dessas memórias, narrativas e bens valorados que são apresentados, estruturasse uma discussão acerca do conceito de patrimônio local, comparando-o com as perspectivas patrimoniais previstas nos limites legislativos nacionais. Conceitos como memória coletiva, patrimônio, narrativas colaborativas e comunidades são utilizados como fundamento de compreensão desse conteúdo abordado, além da elaboração de uma possível fórmula qualitativa que explica os elementos básicos para a formação da memória e, conseqüentemente do patrimônio. Salienta-se que esse trabalho é direcionado a uma forma de produzir conhecimento denominado auto arqueologia, considerando-se que, o pesquisador é pertencente às comunidades pesquisadas, possuindo vínculos familiares com grande parte dos colaboradores. Esse texto é construído em um universo científico, sentimental e questionador, apresentando visões e valorizações dentro de um microuniverso social em que, o próprio pesquisador se trona objeto de pesquisa.

Palavras chave: Arqueologia Pública, Patrimônio, Memória, Narrativas Colaborativas, Comunidades, Valores Patrimoniais.

ABSTRACT

This dissertation is a work carried out in partnership with collaborators from the communities, Jatobá dos Ferros, Caldeirãozinho, Mandacaru, Espirito Sato, Pendangas and from the municipality of Jurema, located in the state of Piauí, Brazil. This research, which is focused on public archeology, developed from directions that collaborators gave to researchers through collaborative narratives that address their material and intangible memories and heritage, presents diverse places and things that are located in the territorial and cosmological limits of the communities and municipality. Through the analysis of these memories, narratives and valued goods that are presented, a discussion about the concept of local heritage could be structured, comparing it with the heritage perspectives foreseen in the national legislative limits. Concepts such as collective memory, heritage, collaborative narratives and communities are used as the foundation for understanding this content, in addition to the elaboration of a possible qualitative formula that explains the basic elements for the formation of memory and, consequently, of heritage. It should be noted that this work is directed to a way of producing knowledge called self-archeology, considering that the researcher belongs to the researched communities, having family ties with most of the collaborators. This text is built in a scientific, sentimental and questioning universe, presenting visions and valuations within a social microuniverse in which the researcher becomes the object of research.

Keywords: Public Archeology, Heritage, Memory, Collaborative Narratives, Communities, Heritage Values.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Morador local apresentando o toque do seu berrante	21
Figura 02: Sr. Maninho assinando o caderno da 1ª Exposição Umbuzeiro e Jurema, 2019.....	24
Figura 03: Lucas Assis e Fábio Isídio realizando a exposição em Caldeirãozinho.....	24
Figura 04: Exibição de entrevistas realizadas com antigos e atuais moradores da região.....	25
Figura 05: Mapa correspondente aos limites das áreas dos Parques Nacionais S.CA. e S.CO. e da área de conservação C.E. apresentando o município das comunidades, Jurema.....	63
Figura 06: Parque Nacional Serra das Confusões.....	68
Figura 7: Sítio Arqueológico Canabrava.....	70
Figura 08: Sepultamento nº 10, localizado no S. A. Canabrava.....	72
Figura 09: S. A. Terras de Maninho - O marcador amarelo indica o Umbuzeiro das Mortes....	73
Figura 10: Derva, relatando sobre a história de Caldeirãozinho.....	78
Figura 11: Euzébio ao lado esquerdo da imagem, com sua irmã Dona Cizí ao centro.....	82
Figura 12: Demasão e Zezinho, participando da escavação no S. A. T. de Maninho -2018....	86
Figura 13: Imagem do senhor Euzébio a esquerda conversando com Hildemar a direita-2014.....	88
Figura 14: Zezinho mostrando a elevação onde supostamente seria o cemitério.....	90
Figura 15: Ruínas da casa de farinha da Dona Cizí, em Jatobá dos Ferros.....	93
Figura 16: Área apresentada pelos colaboradores em Jatobá dos Ferros.....	94
Figura 17: Dona Elisa em frente à casa do seu pai, Capitãozinho.....	96
Figura 18: Dona Elisa lendo sua carta sobre a casa do Capitãozinho.....	98
Figura 19: Carta escrita por Dona Elisa.....	99
Figura 20: Borda de cerâmica pintada encontrada na casa do Capitãozinho.....	102
Figura 21: Dona Elisa na sala de entrada da casa do Capitãozinho.....	104
Figura 22: Dona Elisa mostrando o quadro que deu origem a devoção ao padroeiro de Caldeirãozinho.....	105
Figura 23: Santuário da casa do Capitãozinho.....	107
Figura 24: Dona Elisa aponta as marcas deixadas na casa por pessoas que ali abrigaram.....	108
Figura 25: Barreiro realizado para reformas da casa de Capitãozinho.....	109
Figura 26: Dona Elisa na Sala central da Casa de Capitãozinho.....	110
Figura 27: Dona Elisa mostrando o local onde caiu o corisco no Umbuzeiro.....	112
Figura 28: Dona Elisa contando a história da livusias.....	113

Figura 29: Senhor Miguel contando sobre aleivosia que presenciou.....	114
Figura 30: Roda de São Gonçalo Realizada em Caldeirãozinho, 2019.....	116
Figura 31: Maicon com o pilão lítico.....	118
Figura 32: Bola de pedra do seu Derva.....	121
Figura 33: Banco de açoitar escravos.....	124
Figura 34: Pedro contando a história do banco de açoitar escravos.....	125
Figura 35: Senhor Pedro falando sobre a Pedra da Maria Negra.....	127
Figura 36: Ruínas da antiga residência da Sinhá Pequena.....	130
Figura 37: Local do Antigo Terreiro da Divina.....	131
Figura 38: Vestígios de olaria no Terreiro da Divina.....	133
Figura 39: Saulo apresentando sua propriedade e as histórias que a envolvem.....	134
Figura 40: Saulo mostrando objetos que pertenciam ao seu avô.....	135
Figura 41: Mesa histórica de Saulo Egídio.....	136
Figura 42: Objetos antigos guardados por Saulo.....	137
Figura 43: Tornos de madeira produzidos durante a fundação da residência.....	137
Figura 44: Fragmentos de cerâmica e louça localizados na propriedade de Saulo.....	139
Figura 45: Vestígio de engenho de posse do senhor Lauro.....	141
Figura 46: Lauro apontando para a Serra do Miguel.....	142
Figura 47: Seu Francisco exibindo algumas pedras que guarda em casa.....	145
Figura 48: Seu Francisco mostrando seus antigos potes de argila.....	146
Figura 49: Registro rupestre na gruta localizada nas Pendangas.....	147
Figura 50: Sítio arqueológico e o colaborador responsável por sua localização.....	147
Figura 51: Capelinha do Espírito Santo, propriedade da família Gonçalves Mariano.....	149
Figura 52: Sepultamento da senhora Antônia.....	151
Figura 53: Sepultamentos dos Gonçalves Mariano.....	151
Figura 54: Vestígios de uma estrutura de túmulo.....	153
Figura 55: Túmulo com arquitetura centenária.....	154
Figura 56: Edvaldo mostrando detalhes do túmulo.....	155
Figura 57: Túmulo em estado de deterioração.....	156
Figura 58: Túmulo reformado.....	157

Figura 59: Túmulos geminados com semelhança arquitetônica.....	158
Figura 60: Lápide de túmulo destruída.....	159
Figura 61: Detalhe arquitetônico do túmulo.....	160
Figura 62: Lápide com inscrições.....	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Identificação e descrição dos colaboradores e suas respectivas comunidades.....	26
Tabela 02: Informações dos bens patrimoniais comunitários e seus respectivos colaboradores.....	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
2 CONCEITUANDO O UNIVERSO DE PESQUISA NA APLICAÇÃO METODOLÓGICA	08
2.1 TEORIA	08
2.1.1 Narrativas Colaborativas	12
2.2 METODOLOGIA	16
2.2.1 Planejamentos e observações para o desenvolvimento das entrevistas	26
2.3 ARQUEOLOGIA PÚBLICA	29
2.4 MEMÓRIA	40
2.5 ELEMENTOS DA MEMÓRIA E SUAS FUNÇÕES PATRIMONIAIS	45
2.6 PATRIMÔNIO	49
2.7 ETNOGRAFIA QUALITATIVA COMO MÉTODO DE PESQUISA	53
2.8 CONSTRUINDO CARTAS ARQUEOLÓGICAS/MAPAS AFETIVOS	58
3 ÁREAS DE PESQUISA, CONTEXTOS E COLABORAÇÕES	63
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO LOCAL	74
4 PATRIMÔNIO DAS COMUNIDADES NA PRÁTICA E NO COTIDIANO SOCIAL	81
4.1 JATOBÁ DOS FERROS	81
4.2 CALDEIRÃOZINHO	94
4.3 JUREMA	122
4.3.1 Mandacaru	133
4.3.2 Pendangas	140
4.3.3 Espírito Santo	148

4.3.4 Cemitério Velho	152
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174
ANEXOS	181
APÊNDICES	186

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, aborda temas que são de interesse acadêmico e comunitário, os conteúdos estudados são voltados aos principais valores que uma sociedade pode estabelecer, esses temas são referentes aos bens e valores que recebem a denominação patrimônio, pertencentes a colaboradores do município de Jurema e algumas de suas comunidades adjacentes, Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros, Mandacaru, Pendangas e Espírito Santo.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem a história, a memória e a identidade desse povo. O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: Arqueológico e Etnográfico, Paisagístico, Histórico, Belas Artes e Artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, sendo adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos (Consultado em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276> acessado em maio de 2021).

A área pertence ao território Serra da Capivara¹, localizando-se nos limites do Corredor Ecológico. Os trabalhos são realizados pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), iniciados no ano de 2017, integrando o Projeto Arqueologias das Terras de Caldeirãozinho. Essas localidades, compõe uma região em que as pessoas são popularmente conhecidas como juremenses. Esse termo não classifica somente a essência natal daqueles que ali nasceram, pois, popularmente, para todos aqueles que conhecem o território Serra da Capivara, juremense significa “pessoa valente”, ou seja, existe uma construção de significados culturais e identitários ligados a um tipo específico de homem e mulher sertanejos, que geralmente são agricultores, dotados, segundo essa expressão, de certa “valentia e atitudes violentas - matador”. Apesar dessa expressão ainda remeter tais leituras interpretativas

¹ O Território da Serra da Capivara abrange 18 municípios: Anísio de Abreu, Bomfim do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio de Oliveira, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, Lagoa do Barro do Piauí, São Braz do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca, todos no Piauí (Consultado em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>).

regionais, estas características não são presenciadas na atualidade, sendo somente associadas ao passado com muitas histórias e memórias que remetem tais práticas.

O autor dessa pesquisa, considera-se juremense, pois é filho e neto de uma das famílias que deram início as ocupações dessa região, a família Assis. Essa família que atualmente encontra-se espalhada por diferentes municípios e estados do Brasil, possuem raízes profundas, que não são desvinculadas dessa região, essas, estão ligadas a memórias coletivas que conectam pai, mãe, filho, avô(ó), bisavô(ó) e o antepassado que já conecta estes ao pertencimento indígena. Estas características que envolvem esse meio, são observadas a partir da memória e seus elementos.

Logo, são apresentados alguns dos colaboradores que mais incentivaram e participaram dessa pesquisa, nossos guias juremenses: Hildemar Ribeiro de Assis, conhecido popularmente como Demasão (meu pai), o senhor Osvaldo Pereira de Assis, conhecido popularmente como senhor Maninho (meu avô), e Cesaltina Assis conhecida na comunidade pelo apelido de Cizí (minha avó), que em sua memória esse trabalho é dedicado.

Cizí foi a senhora que cedeu a primeira entrevista, realizada no ano de 2014, sobre assuntos que pertencem às histórias e memórias dessa região. Essa entrevista coletiva, teve a participação de seus filhos, netos e amigos, aqueles que participavam de maneira direta e indireta destas memórias realizaram comentários sobre detalhes ligados a esse conteúdo, contando sua própria versão dessas memórias vividas por tabela. Salienta-se que, nessa época, o pesquisador não tinha em mente desenvolver um trabalho que envolvessem memórias e histórias dessa região, voltadas para a arqueologia pública e o patrimônio.

Posso afirmar que nessa época, eu não compreendia a dimensão que essas localidades e toda essa região estruturava dentro do universo arqueológico, social, histórico e patrimonial, desde criança, quando visitava Jatobá dos Ferros, escutava sempre a mesma história do meu pai, aqui nesse umbuzeiro é um cemitério de índio, eu não sabia o que era um cemitério de índio, até adentrar o curso de arqueologia na UNIVASF. Atualmente, o tal cemitério de índio, se tornou o Sítio Escola Terras de Maninho, onde a UNIVASF desenvolve pesquisas desde 2017. Esse cemitério narrado por meu pai, foi o fruto da minha monografia, atualmente, compondo minha dissertação. Realmente, o passado e o presente se conectam em formas que somente o futuro do universo pode compreender.

Esse conteúdo será explicado com clareza ao longo do texto, mas, de já, observa-se que: Eu, Lucas Assis, juremense, filho, neto e bisneto de uma família que participou da fundação de

Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros, tenho ciência que esse trabalho é totalmente dedicado a estas pessoas. Muitos dos indivíduos que participaram dessa pesquisa, colaborando diretamente e/ou indiretamente, são integrantes da minha família, meus consanguíneos, que me construíram nas tradições familiares e comunitárias dessa região. Sei que sou um portador dos mesmos valores patrimoniais que estão inseridos no hábito destas comunidades, me emocionando sempre que finalizo um discurso sobre tais características. Afirmo que sou tataraneto de uma índia guerreira, vítima dos processos que a inserem na leitura da expressão, ‘capturada no laço’, portando não somente seus traços genéticos, mas suas características nativas não ocultadas nos processos de miscigenação. Estas indígenas que podem ser chamadas de Pimenteiras, ou não, foram mortas, sequestradas, estupradas, escravizadas, domesticadas, vendidas e utilizadas como minha bisavó, a mãe Jurema, falava: “*Sabe como foram feitos cada um dos meus filhos? Num tem quando o jumento pega a jumenta, foi desse jeito*”. Esse trabalho é muito mais que uma dissertação de mestrado, é uma leitura do meu eu em quanto arqueólogo de tradição ancestral, das minhas raízes que são indígenas, e dos processos de construção que minha família e minha universidade, me moldaram em quanto um ser social.

Existem arqueólog@s, que realizam trabalhos dentro desse ambiente familiar, extrovertendo características e metodologias de abordagem em suas pesquisas que são semelhantes às que esse trabalho realiza. Gabby Hartemann, realiza um trabalho de dissertação no ano de 2019, intitulado: *Voltar, contar e lembrar de Gangan: por uma arqueologia griótica afrodecolonial em Mana, Guiana*. Nesse trabalho sua pesquisa voltada para o âmbito da arqueologia pública pontua aspectos que estão associados ao seu próprio passado dentro desse universo simbólico. A utilização de um conceito denominado Auto-arqueologia é utilizada em sua pesquisa buscando compreender o seu próprio passado, um meio que envolve seus ancestrais.

Acredito que um movimento importante da decolonização da arqueologia e da ciência de modo geral reside no abandono da alteridade como condição da ciência, e por conseguinte das diversas categorias adjetivadas utilizadas para designar as formas de arqueologia que se afastam dela (HARTEMANN, 2019).

É possível observar, que essa dissertação é comparável ao trabalho de Hartemann (2019), considerando que amb@s são pesquisadores “fieis” as tradições e memórias que suas famílias introduziram em seus desenvolvimentos sociais e intelectuais, buscando realizar pesquisas que possam contar essas histórias e memórias configuradas dentro desse um universo “científico arqueológico”. Esse processo publiciza, extroverte e preserva não somente os

patrimônios visados constitucionalmente, mas, também, os valores, hábitos, práticas e tradições familiares e sociais que significam seus bens materiais e imateriais em quanto coisas preserváveis e inalienáveis.

O processo de diálogo e interação com as comunidades, foi o meio de abordagem e reconhecimento dos possíveis caminhos que essa pesquisa deveria tomar, considerando que as comunidades seriam os guias dessa pesquisa. Durante o decorrer destas interações, após algumas visitas e diálogos informais com as pessoas das comunidades, questionando-os sobre coisas do passado que estes guardassem em suas residências, ou histórias sobre locais das comunidades que marcassem suas memórias, observou-se que realmente era expansivo tal “enraizamento patrimonial”, associado a características materiais e imateriais. Objetos, lugares, pessoas, memórias, estruturas residenciais, estruturas funerárias indígenas e não indígenas, ambientes ou paisagens naturais, entidades místicas/folclóricas, entre várias outras categorias de objetificações e fenômenos das memórias coletivas, que compõe o universo daqueles que pertencem às tradições juremenses, esses meios, envolvem práticas e significados que idealizam uma carga patrimonial ² para estes bens históricos.

Utilizando-se das narrativas colaborativas como elemento veicular/direcional para a construção do material de pesquisa e análise, o convívio com a comunidade foi estabelecido como algo necessariamente constante, ocorrendo até mesmo fora das comunidades, através de diálogos com pessoas que residiam ou conhecem integrantes desta área pesquisada, narrando informações essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Hartmann (2011), em seu livro, idealiza um posicionamento que é bastante pertinente ao que foi observado durante as variadas situações vivenciadas neste trabalho. Essas são decorrentes dos contatos diretos e indiretos com os colaboradores que foram entrevistados, e que, por muito, dissertam elementos da personalidade que estão ligados aos núcleos de sua existência, como portador das evidências em que as memórias e os significados que lhes são construídos refletem nesses patrimônios.

Organizando conflitos sociais, dando sentido às experiências coletivas, as narrativas ocupam ainda um papel importante na constituição dos seus narradores como sujeitos. Colocando a si mesmos como personagens, os narradores selecionam fatos, eventos, episódios de suas trajetórias de vida que lhes deixaram marcas e que vão conferir-lhes identidade. Essas marcas pessoais, que os definem e diferenciam e que devem ser reconhecidas e legitimadas diante do grupo, podem ser relativas a atitudes, posturas,

² Considera-se que: tratar, vivenciar, trabalhar e/ou lidar com o patrimônio, é significar e ser significado dentro de um universo amplo, de grandes surpresas, que não possuem limites ou especificidades, sendo que, as classificações e/ou delimitações de tudo e todos que pertencem categoricamente a este universo, podem ser modificadas a qualquer momento. Quem detém tal poder não são somente os indivíduos, mas também o próprio patrimônio.

comportamentos, experiências, mas também podem, literalmente, aparecer registradas no corpo (HARTMANN, 2011 pg. 26).

Conquistar a confiança daqueles que participam dessa pesquisa, foi o ponto de partida para o desenvolvimento da coleta de dados, o processo de relação social, diálogo e clareza no que buscava-se realizar, foi o meio ou prática para a obtenção dessa confiança e colaboração. A apresentação pessoal do pesquisador como alguém que pertence às localidades, um juremense de descendência paterna, fortaleceu os laços da credibilidade e do vínculo corporativo desse meio, estabelecendo espaços ao diálogo sincero e emotivo provocados pelas memórias orgânicas e sociais. O patrimônio e os significados a esses atribuídos, possibilitaram conhecer profundamente quem é ou o que são esses bens a partir da visão dos seus detentores. Nessa ideologia foi possível alcançar os objetivos estabelecidos para esse trabalho, estimando-se que mesmo as coisas que provocam o repúdio comunitário, são guardados e reproduzidos dentro das suas tradições habituais.

Portanto, o objetivo desse trabalho é: localizar, “analisar”, “classificar”, socializar, “avaliar” e extroverter - todo e qualquer bem que seja apresentado pelos grupos comunitários, familiares e/ou individuais que possam colaborar com a pesquisa. Observa-se que, os termos *classificar*, *analisar* e *avaliar*, estão entre aspas, estas, são empregadas para designar que os mesmos são termos/conceitos não voltados para quesitos epistemológicos da prática ou atuação hegemônica da ciência colonialista, considerando que o conhecimento construído nesse trabalho, é uma obra de classificação, análise e avaliação construídos pelos detentores dos bens valorados, sendo o conhecimento acadêmico e o conhecimento social, simetrias de um único conhecimento, uma genealogia expressa em um trabalho escrito.

Esses bens são evidenciados pelas comunidades devendo pertencer ao grupo das memórias que são formadas por elementos, sendo estes: coisas, pessoas, lugares, tempo, eventualidades e transmissão, elementos que compõem todas as memórias expressas por nossos colaboradores, observadas pelo autor durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Logo, a partir da composição de elementos e atribuição dos valores pelos colaboradores, tornou-se possível a problematização do processo de patrimonialização, considerando-se que existem deficiências nas medidas e ações legais que compõe esse processo.

Outro objetivo realizado por esse trabalho, foi a construção de um mapa social/carta arqueológica. Esse mapa/carta tem como finalidade expor todo o contexto patrimonial e social das áreas de pesquisa, para que os leitores tenham uma ampla contextualização das pessoas e

locais das comunidades que expõe seus bens, valores e significados, facilitando o acesso e contato para aqueles que após a leitura desse trabalho, desenvolvam novas pesquisas nesses locais.

Para finalizar essa introdução, pontua-se comicadamente, que: a problemática dessa pesquisa surgiu no interior do pesquisador, que pertence a essas tradicionais comunidades. Esse momento ocorreu no ano de 2017, durante uma epifania que ocorreu no balcão do bar de seu avô, enquanto o mesmo degustava o famoso Conhaque Quinado, que segundo seus familiares era apreciado divinamente por sua bisavó, a mãe Jurema, filha de uma índia pega no laço. Nesse momento, o pesquisador refletiu sobre a quantidade de antiguidades valoradas, materiais e imateriais, que lhe eram apresentadas e narradas por pessoas das comunidades, quando o mesmo se apresentava como arqueólogo. Esse momento marca o início de um profundo questionamento sobre quais possíveis motivos influenciariam as evidentes práticas comunitárias de preservação, reprodução e narração de histórias sobre bens e memórias que estão sendo cotidianamente produzidas, reproduzidas e compartilhadas pelos indivíduos destas comunidades.

Portanto, observa-se que: o patrimônio incorpora um sistema de classificações e valorizações estruturado a partir de diferentes atribuições pessoais e sociais ao qual, nem sempre, o ato de preservar está explícito no desejo que é narrado por aqueles que a efetuam. O outro aspecto interessante a ser observado, é que as medidas de mitigação para com esses bens, muitas vezes, são explicitadas e praticadas conscientemente por nossos colaboradores, que relatam a possibilidade de exporem seus bens em um “lugar de memória comunitário”, algo que envolve um museu comunitário.

Esse trabalho que foi desenvolvido durante um período tão difícil marcado por tragédias e limitações provocadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), buscou nos conhecimentos das genealogias comunitárias: localizar, estudar e avaliar tais bens pertencentes à Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros, Pendangas, Espírito Santo, Mandacaru e do município de Jurema, locais direcionados e apresentados como propriedades regidas de valores patrimoniais, a partir de princípios e características atribuídas por seus detentores, estruturando considerações sociais e acadêmicas que respondem questionamentos internos a essência de pertencimento do pesquisador para com essas comunidades.

Essa dissertação, está dividida em 3 capítulos. No capítulo 1, são apresentados os referenciais teóricos utilizados para a realização dessa pesquisa, demonstrando a importância

de tais definições conceituais para a análise do conteúdo pesquisado. O capítulo 2 descreve o contexto da área pesquisada, apresentando a história de formação das comunidades, a partir de bibliografias e narrativas colaborativas, os sítios arqueológicos já cadastrados e estudos realizados, os resultados obtidos através destas pesquisas e dos responsáveis pela realização das mesmas. O capítulo 3, apresenta e analisa todos os bens patrimoniais que os integrantes das comunidades evidenciaram durante a pesquisa, quais as possíveis interpretações que essas narrativas que contextualizam estes patrimônios, individuais e/ou comunitários, os interesses, e atribuições de valores para as histórias, memórias e patrimonializações dessa região.

2 CONCEITUANDO O UNIVERSO DE PESQUISA NA APLICAÇÃO METODOLÓGICA

No processo de análise e interpretação dos dados coletados durante a pesquisa, não existiram limites para com o conteúdo abordado, assegurando discussões e aplicações dos devidos conceitos e metodologia que melhor dialogassem com o enredo das fluidas narrativas. Os resultados obtidos buscam dialogar com a problemática desta pesquisa, observando os sentidos patrimoniais desta região. Logo, conceitos, de: Narrativas Colaborativas, Arqueologia Pública, Memória, Patrimônio e Comunidades, foram selecionados considerando sua alta pertinência em trabalhos voltados para esse tipo de pesquisa (BEZERRA, 2003, 2017, 2018; BENAVIDES, 2011; CUNHA, 2003; TREBITSCH, 1994; SILVA, 2015; SMITH & WATERTON, 2012; HODDER, 2003; RICHARDSON & SANCHEZ, 2015; GOMES, 2015; HALBWACKS, 1990; POLLAK, 1992 e 1989).

2.1 TEORIA

O trabalho arqueológico é dotado de um cunho político independentemente de ser implícito ou explícito. Na atualidade, grupos de arqueólogos tem se desenvolvido no pensamento antropológico latino-americano, onde se desobrigam da pretendida neutralidade científica, associando ativamente seu trabalho profissional ao envolvimento político (BENAVIDES, 2011). A partir do desenvolvimento da perspectiva pós-colonial, surgiu um novo paradigma antropológico, a Arqueologia Social, ou, Segundo Lumbreras (1981), Arqueologia como Ciência Social.

Para compreender o surgimento desse tipo de arqueologia, é necessário explanar a história do surgimento da ciência voltada para a área de humanas, que o autor Lumbreras (1981), descreve e critica em sua obra todo esse processo, iniciando pelo surgimento da Antropologia e da Sociologia:

A antropologia aparece como ciência na época em que o capitalismo entrou em seu estágio imperialista; conseqüentemente, exigia um conhecimento profundo dos "estranhos costumes" dos povos aos quais deveria se submeter como colônias (LUMBRERAS, 1981, pg. 17).

O autor explica que esse processo de descrição dos povos com costumes estranhos, atuou de maneira auxiliar aos países europeus que iniciavam o que seria a política indianista,

considerando que foi através do desenvolvimento imperialista, que a burguesia positivista aderiu a ciência até então especulativa. Nesse processo ocorria o fortalecimento dos preceitos cristãos voltados a dominação de riquezas, sendo o feudalismo vigente nesse contexto (LUMBRERAS, 1981):

A burguesia, ao longo de sua revolução, compreendeu a grande utilidade da ciência e sustentou sua defesa como expressão de sua luta triunfante contra a feudalidade retrógrada e bíblica. Todo conhecimento tinha que ser científico. Por isso criou a "Sociologia", que lhe permitiria compreender a sua própria estrutura e a mecânica e "solução" dos conflitos da sociedade capitalista. (LUMBRERAS, 1981, pg. 17).

Segundo Lumbreras (1981), foi a partir desse processo científico que surgiram as classificações como: classe social, grupo, sociedade, conflito, entre outros conceitos que permitiriam a partir da sociologia a percepção de sua realidade. Os novos conceitos que surgiram, permitiam a compreensão da “realidade do outro”, considerando que os povos coloniais definiram como fator diferenciador os “costumes estranhos pertencentes aos outros”, surgindo dessa maneira o conceito de cultura.

É a partir desse processo que se inicia e se desenvolve a ciência ocidental, da visão construída de que existe o eu (pesquisador) e o outro (objeto de pesquisa), onde a hegemonia do conhecimento pertence àquele que porta a ciência eurocêntrica, inferiorizando aqueles que são construtores, produtores e reprodutores do conhecimento não hegemônico.

Lumbreras (1981), explica que no Peru, durante uma crise em meio as rupturas sociais que prevaleciam na década de 60, existindo a separação entre estruturas populacionais nacionais e nacionalidades indígenas, foram os antropólogos sociais com formação em arqueologia e etnologia os responsáveis por tentar modificar esse cenário. Estes deixaram de lado os estudos etnográficos que predominaram às décadas passadas e deram início aos: “Estudios de barriadas”, chamados agora como “pueblos jovens”.

Nesse novo cenário iniciam estudos voltados a atitudes e valores através de relatórios curtos meramente heurísticos de comunidades indígenas, que logo passaram a ser moda. Os antropólogos passaram a atuar dentro de equipes polivalentes compostas por agrônomos, médicos, assistentes sociais entre outros, cumprindo com um segmento similar a estratégias políticas como conselheiros de mudança e programadores (LUMBRERAS, 1981).

Esse processo assemelha-se aos trabalhos de educação patrimonial exigidos pelo IPHAN (Instrução Normativa 001/2015), durante processos de licenciamento ambiental realizados em obras no território brasileiro. Em projetos como estes, equipes multidisciplinares

atuam nas comunidades que são diretamente e indiretamente afetadas por novos empreendimentos que provocam diversas mudanças no ambiente em geral, existindo a necessidade de adaptação a um novo contexto. Ou seja, atuam a partir de um ‘segmento similar a estratégias políticas como conselheiros de mudança e programadores’.

A arqueologia pública está vinculada as abordagens que derivam do movimento (pós)neocolonial³ (BENAVIDES, 2011). Montané (1980), explica sobre a existência de dois fatores que são fundamentais nessa “maneira de fazer arqueologia”: inicialmente seria o forte comprometimento social e político que um arqueólogo, considerando-se um “cientista social”, sente em relação à comunidade. O outro ponto é referente ao paradigma materialista histórico, que muitos arqueólogos abraçam como ferramenta para analisar e entender⁴ a história” (MONTANÉ, 1980).

Esses dois fatores habilitam arqueólogos sociais à reconstrução da história e ver sua continuidade e valor na sociedade contemporânea. Essa forma alternativa de arqueologia propõe destruir a falsa teoria-práxis, dicotomia ciência-militância, e argumenta que o arqueólogo tem responsabilidade importante, desempenha papel essencial ao situar o conhecimento histórico no centro da luta social da América Latina. Em essência, a arqueologia social propõe um caminho mais político e socialmente relevante, dirigindo nossas questões ao passado (BENAVIDES, 2011, pg. 173).

Benavides (2011), cita uma publicação do América Indígena⁵, que fala sobre a arqueologia como ciência social, esse trecho demonstra a importância que a arqueologia tem ou pode exercer perante a sociedade, considerando suas particularidades políticas, científicas e sociais: “*É parte e espelho do processo social ao qual eles se aliam com uma consciência crítica e instrumento potencial ao desenvolvimento autônomo e efetivo de nossas sociedades*” (AMÉRICA INDÍGENA, 1980, pg. 201 apud BENAVIDES, 2011, pg. 174).

³ O pós-colonialismo busca analisar as relações de subalternidade, os sujeitos coloniais híbridos, a subalternidade feminina, os conceitos/discursos criados na perspectiva hegemônica etc. Em resumo: “*inventariar as heranças coloniais e pós-coloniais - nos sujeitos e nos saberes/poderes que os constituem - para superá-las é um dos gestos que os estudos pós-coloniais reinventam, decompondo nos discursos literário, antropológico, social, histórico, filosófico etc. os detalhes textuais que serviram aos interesses coloniais e imperialistas ocidentais e que consolidaram a episteme moderna com sua repartição entre o sujeito do conhecimento europeu e o sujeito silenciado colonizado*” (SILVA, 2015, pg. 253).

⁴ A arqueologia social esclareceu às nascentes repúblicas latino-americanas que a questão primordial sobre o que foi a América Latina, e o que os latino-americanos eram como povo, estava longe de ter uma resposta óbvia. A discussão acerca da dominação trouxe de imediato o dilema da autenticidade, em especial o da autenticidade cultural. Este novo espaço cultural criado foi (ou é) europeu, índio, mestiço, africano e/ou ocidental; ou foi uma simbiose destes, análoga à proposta de Vasconcelos (1997), como uma nova “raça cósmica” superior? Ou, a identidade latino-americana é algo completamente diferente, inscrita sob níveis e séculos de contradição cultural e opressão política (Garcia Canclini, 1995; Weiss, 1991; YUDICE et al, 1992 apud BENAVIDES, 2011, pg. 166).

⁵ A revista América Indígena, do Instituto Indigenista Interamericano, publicada no México desde 1941, recentemente, devido a uma reacomodação do Instituto com relação aos países que o apoiam, a revista sofreu uma interrupção (Consultado em: <http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-ai.pdf>).

A arqueologia pública/social pode ser considerada como um posicionamento político e/ou científico tendo como um dos seus objetivos, alcançar e/ou ser de alcance da sociedade, onde o arqueólogo, como um pesquisador que têm um papel social, deve se posicionar em suas pesquisas e projetos a favor dos direitos da sociedade, principalmente comunidades ou grupos sociais desassistidos em seus direitos. Quando tratando desse conteúdo, abordamos a temática patrimônio, é dever do arqueólogo assegurar a guarda de bens patrimoniais, aos seus reais detentores – às comunidades que convivem e estabelecem relacionamentos com esses bens localizados nas mesmas (BEZERRA, 2017).

Esse dever, parte do princípio, que: a sociedade é detentora do patrimônio, sendo este necessariamente vinculado e dependente da sociedade, da memória e das possíveis relações existentes entre estes, pois essa relação, é o que cria, transforma, significa e ressignifica o bem patrimonial e social. Bezerra (2003), relata que: é no espaço público que existe a arena onde a memória se constrói, é nesse espaço que a memória é produzida, mantida e transformada, fornecendo matéria-prima para a construção e constante atualização do passado:

O núcleo dessa discussão não repousa na conveniência ou obsolescência dos métodos de campo per se, mas particularmente no fato de que a arqueologia social tem privilegiado de modo consistente o porquê de fazermos arqueologia, mais do que como a fazemos. Em nenhum ponto ela sustenta uma abordagem puramente teórica ou sem trabalho de campo para a arqueologia, mas reflete a preferência por questões teóricas acima de algumas metodológicas. Neste caso, a metodologia é entendida no sentido mais amplo da palavra. Isso não significa que a distância entre teoria e método não é algo sério ou que não devesse ser enfocada. Com efeito, isso denota que há argumentos específicos aos interesses da arqueologia social, propondo que a reconstrução do passado é de extrema prioridade para o futuro político do continente. Em outras palavras, o futuro dos nossos países e continente está ligado intimamente ao entendimento prático do nosso passado e, acima de tudo, a arqueologia é um empreendimento político. É político não no sentido limitado da palavra, mas na realização e aceitação da interação social complexa que analisa e entende as heranças do passado (BENAVIDES, 2011, pg. 172).

Quando adentramos o campo da arqueologia e dos sítios arqueológicos, Bezerra (2003), aponta que: os sítios arqueológicos, assim como os objetos arqueológicos, fazem parte dos referenciais que contam a história do local em que são encontrados, assim como também contam a história das pessoas que pertencem a esse local. Esses processos ocorrem devido dois motivos: primeiro porque sítios e objetos arqueológicos remetem ao passado, sendo, portanto, parte da história e memória da comunidade detentora desse patrimônio. Segundo que apesar de serem objetos ou coisas que remetem ao passado, estes estão presentes no presente.

Sendo assim, os patrimônios arqueológicos são partes das paisagens antigas que compõem o presente, mesmo sendo frutos do passado:

É pelos vestígios, pelas ruínas, que os indivíduos elaboram suas representações do passado, esses elementos materiais que se perpetuaram na paisagem não são, em si, a memória, mas a sua fonte; são a base material para a construção do imaginário histórico (JEUDY, 1990 apud BEZERRA, 2003).

Considera-se, portanto, que: existem formas de comunicação dentro das comunidades sociais que são direcionadas para esses bens simétricos (memória e patrimônio), comunicações que podem ser realizadas por expressões sociais e/ou individuais, cerimoniais, imagéticas, materiais, imateriais, verbais e não verbais. É através desse processo que ocorre a produção, manutenção, transformação, reprodução e compartilhamento da memória, sem a existência desse processo, conseqüentemente, não existiria o patrimônio. As narrativas colaborativas são um dos meios que possibilita alcançar esse processo e seu bem valorado.

2.1.1 Narrativas Colaborativas

Narrar o passado é o mesmo que recordar, a recordação é proporcionada entre os sujeitos envolvidos nas práticas de história oral e histórias de vida, e a reconstrução do passado como fragmento que compõe o mosaico dos significados do sujeito que recorda - na mente e na boca de quem relembra, o passado é uma invenção do presente (QUITANA, 1997).

Cunha (2003), fala que:

Ao oferecermos ao ser humano um espaço adequado de conversa⁶ e recordação de sua história oral e das suas histórias de vida, possibilitamos um reconhecimento de sua humanidade e a reapropriação de sua história, potencializando sua existência (CUNHA, 2003, pg.73).

Segundo Maturana (1998), a “Ontologia do Conversar”:

É estruturada no processo de movimentação da linguagem em interações com outros, transformando nossas emoções segundo um emoionar que é funcional da história de interações que tenhamos vivido, no qual surgiu nosso emoionar como um aspecto de nossa convivência com os outros, fora e dentro do linguajar. Ao fluir nosso emoionar em um curso que tem resultado de nossa história de convivência dentro e fora da linguagem⁷, mudamos o domínio de ações e, portanto, mudamos o curso de nosso linguajar e de nosso raciocínio. A este fluir entrelaçado de linguajar e emoionar

⁶ Estrutura-se dentro dessa pesquisa laços que são configurados pela conversa, narrações realizadas por aqueles que demonstram interesse em contar suas histórias de vida e visões de mundo, mundo esse que geograficamente limita as áreas de pesquisa.

⁷ A linguagem constitui-se como uma forma de interação e atividade especificamente humana, mediadora e produto das relações que se instauram no interior e nos limites de um determinado contexto sociocultural. Dada a natureza histórica e social da linguagem, os sujeitos passam a compreender-se no contexto de uma mediação linguística como relação constitutiva, ação que se modifica e se transforma (ORLANDI, 1983).

denomino "conversar"⁸, e chamo conversação ao fluir no conversar uma rede particular de linguajar e emocionar (MATURANA, 1998, pg. 89 e 90).

Compreender a “Ontologia do Conversar” no desenvolvimento desse trabalho, foi algo essencial na relação entre pesquisador e indivíduos das comunidades colaboradoras. Nesse processo de elaboração e registro dos discursos e/ou narrativas, o emocionar e suas particularidades direcionam as possíveis ações a serem realizadas durante as entrevistas que fundamentam essa pesquisa.

Logo, segundo Orlandi (1983), a narrativa pode ser considerada não como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores enquanto parte do funcionamento social geral. Os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, as condições de produção, constituem o sentido da sequência verbal produzida. Quando algo é dito, esse alguém que pertence a determinado lugar na sociedade - transmite informação para outro alguém, que pertence a outro lugar na sociedade, compondo essa relação a própria significação (ORLANDI, 1983).

Processos histórico-sociais entram em jogo na constituição da linguagem, em se tratando de processos, não consideramos nem a sociedade como um dado, ou a linguagem como um produto. O discurso pode ser visto como a instanciação do modo de se produzir linguagem, isto é, no discurso se explicita o modo de existência da linguagem que é social (ORLANDI, 1983).

Narrativas são incorporações de um discurso, são formas de expressão narradas por um indivíduo que participou de outras narrativas, sofrendo influência na sua própria construção. É uma rede ou teia de informações transmitidas através das relações sociais, onde os pontos ou nós que estruturam esse emaranhado, são os momentos de transmissão ou troca de informações, é onde ocorre o encontro de diferentes linhas que representam a existência de diferentes indivíduos ou narrativas. Estes processos de conexões posteriormente continuam a percorrer suas linhas, suas existências, assegurados ao nó ou encontro de informações que os sustentou anteriormente. Este ciclo de relações em rede tem seu início inestimado, seu fim possivelmente não exista.

⁸ O linguajar pode ser considerado como a forma de expressão; o emocionar pode-se considerar como o tipo de relação entre o linguajar e seus emissores/receptores; a conversação pode ser considerada como a relação limitada do conversar, logo seria algo onde o linguajar e emocionar são observados na relação entre próximos/semelhantes.

No processo de criação cultural os seres humanos se auto produzem, esse processo é responsável por diferenciar os seres humanos dos demais seres vivos. A produção de cultura pelo ser humano, é ao mesmo tempo a produção de seres humanos pela cultura. A cultura é uma forma de expressão humana que ultrapassa o mundo material e espiritual, narrativas estão atreladas as formas de cultura (CUNHA, 2003). Logo, ricas narrativas que descrevem fenômenos – eventos ou coisas – relacionados de forma direta com objetos e sítios arqueológicos são desqualificadas (BEZERRA, 2017, pg. 13).

No posicionamento do eu e do outro (locutor e ouvinte) no processo de linguagem, incorpora-se a articulação entre interlocutores, derivando a possibilidade de se aprender a ilusão subjetiva que muitas vezes está refletida, e não criticada. O sujeito que produz um discurso (narrativa), está reproduzindo, tanto sendo a fonte exclusiva do seu discurso, quando, na realidade dele, retomando um sentido preexistente. Não existe uma “fonte de sentido”, se atentarmos ao fato de que - para ter sentido, qualquer sequência deve pertencer a uma formação discursiva que, por sua vez, faz parte de uma formação ideológica determinada (ORLANDI, 1983).

Assim, se acredita que as narrativas colaborativas podem ser consideradas não apenas como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos e sentimentos entre interlocutores que compartilham elementos do seu contexto social. Os interlocutores, a situação e as condições de produção, a conjuntura histórico-social, constituem o sentido da sequência verbal produzida a qual denominamos de narrativas. Quando algo é dito, esse alguém, que pertence a determinado lugar na sociedade, transmite informações para outro alguém que pertence a outro lugar na sociedade, construindo nessa relação um elo de significações (ORLANDI, 1983)

Nas narrativas colaborativas as fontes são pluralizadas, democráticas, dinâmicas⁹ e multivocais¹⁰. Foucault (1996) relata que: Em toda a sociedade existe uma produção de discurso que é ao mesmo tempo controlado, selecionado, organizado e redistribuído por um certo número de procedimentos que funcionam conjurando poderes e perigos, dominando

⁹ Histórias de assombrações que circundam os sítios; da “terra falsa” que esconde um tesouro e uma maldição; dos objetos que caem do céu, como os machados polidos; dos tesouros encantados (BEZERRA, 2017, pg. 13).

¹⁰ A multivocalidade é um fenômeno ambíguo, que tem servido para justificar uma prática arqueológica mais liberal que propriamente radical ou crítica: um jeito de silenciar vozes por nivelção mais do que escutá-las, no Brasil a multivocalidade é diferente do restante do mundo, por esse ser um país de muitas vozes; considerando-se, portanto, uma questão de justiça, a arqueologia crítica e emancipatória têm obrigação de mediar no concerto das vozes, que a importância da multivocalidade não está tanto nas palavras, mas sim, na visibilidade que outorga os coletivos antes esquecidos (RUIBAL, 2017).

acontecimento aleatórios, esquivando-se da temida materialidade. O louco, a palavra ou discurso que este produz, é algo inválido para a sociedade, onde seus pensamentos não podem circular no meio social, como os demais discursos, não tem verdade, não tem importância, não tem validade no meio jurídico ao qual poderia testemunhar, negar ao louco ou a sua experiência eventual é mais razoável que lhe escutar (FOUCAULT, 1996).

Um dos exemplos de exclusão/negação destes “loucos” que narram suas experiências, são daqueles que em seu discurso testemunham terem vivenciado objetos, coisas, espectros, astros naturais ou desconhecidos que os consideram como algo sobrenatural, que desperta um certo repúdio de tal experiência. Nessa pesquisa existem algumas situações em que os colaboradores apresentam tais narrativas que os mesmos as classificam como repugnantes. Este não tem seu espaço de fala negado, muito menos será ocultado quaisquer posicionamentos dos mesmos ou direcionamentos que classifiquem estes discursos como verdade ou mentira.

Independente dos riscos, considera-se a oposição entre verdadeiro e falso como um dos sistemas de exclusão, a verdade é algo que arbitrariamente está ligada a história, são modificáveis e estão em perpétuo deslocamento, sustentadas por um sistema de instituições que as impõe e as conduzem, e que não são exercidas sem pressão, muito menos sem violência. No interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso, não é arbitrário nem modificável, institucional ou violento, ao contrário disso, ao longo da história, essa separação que rege a vontade de saber funciona como uma exclusão institucionalmente constrangedora (FOUCAULT, 1996).

Logo, a palavra da criança, do louco, das minorias sociais, raciais, sexuais e dos oprimidos, é algo que reluta no século XX, contra a instituição, a escrita, o poder e a própria construção do verdadeiro e do falso, existindo a emergência pelo apelo da vivência, do indivíduo cotidiano, das famílias e da sexualidade, talvez sendo o nascimento e a morte, o verdadeiro e o falso que resulta na busca pela identidade no retorno às raízes (FOUCAULT, 1996).

As narrativas colaborativas proporcionam uma “visão de dentro para fora”, possibilitando realizar uma construção científica interna a comunidade colaboradora. As estruturas, os conceitos, os significados que são apresentados pelo grupo social que guarda e transmite o conhecimento e a identidade de seus valores individuais e sociais, validam a importância de suas histórias e memórias, transmitindo ao conhecimento acadêmico científico o conhecimento comunitário popular.

Nessa pesquisa existem cerca de 30 colaborações que participam diretamente e indiretamente do desenvolvimento deste trabalho. Estes membros colaboradores das comunidades variam em idades de 8 a 90 anos, e realizam narrativas colaborativas como um meio de registro de suas memórias de envolvimento comunitário, convivência social, posicionamentos políticos e identidade/pertencimento. Mesmo que seja impossível alcançar a memória ou os valores de todos que pertencem as comunidades pesquisadas, considera-se, que: A própria coletividade da memória e as diferentes perspectivas patrimoniais apresentadas no decorrer do texto, sejam meios potenciais de análise das variáveis estruturas patrimoniais que o universo das comunidades de Caldeirãozinho, jatobá dos Ferros, Pendangas, Mandacaru e Espírito Santo apresentam nesse momento para a produção dessa pesquisa.

2.2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa em arqueologia, funciona de acordo com preceitos teóricos e alcances tecnológicos da realidade ao qual se desenvolve tal projeto, existindo vantagens e limitações que cabem ao pesquisador determinar e aplicar o melhor processo metodológico. Esse processo deve preencher os seus bancos de dados estabelecidos para suas análises e discussões com o problema, definindo por fim, uma possível conclusão ou consideração final:

Cada método tem suas características, adequando-se às especificidades do problema, dos objetivos e dos propósitos de investigação. O problema não está em como usar determinado método e sim em ter claro o limite que cada método pode determinar no processo de investigação de uma dada realidade. O pesquisador precisa ter uma definição concisa do problema de pesquisa, enquanto etapa mais importante do processo de investigação científica, para escolha do método (ANDRADE, 2010, pg. 31).

Segundo Andrade (2010), o processo de compreensão do direcionamento metodológico a ser utilizado, parte dos seguintes aspectos:

A compreensão da construção da metodologia científica, à luz do materialismo dialético histórico e da perspectiva histórico-cultural, pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos: o conhecimento é relativo, nunca acabado; existe uma unidade inseparável entre o empírico e o racional, entre o teórico e o prático, entre o quantitativo e o qualitativo, fazendo romper as dicotomias e estabelecendo as inter-relações e as contradições; a seleção dos métodos está aliada à definição do objeto de estudo, e o valor ético da produção científica consiste no respeito à diversidade de conhecimentos (ANDRADE, 2010, pg. 30).

Para a construção metodológica, foi necessário estabelecer uma aproximação com os grupos comunitários que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa, onde ocorreu uma absorção de conhecimento das vantagens e limitações que ocorreriam durante o desenvolvimento da pesquisa, considerando que a definição da metodologia e do tipo de abordagem deveriam ser algo claro e esclarecedor entre pesquisador e colaboradores. Considera-se que as crianças, adultos e idosos pertencentes as comunidades são verdadeiras “setas guias” que direcionam a pesquisa, visando alcançar uma leitura multivocal e amplamente abrangente.

No processo de aproximação com as comunidades colaboradoras, a “absorção” do conhecimento de suas histórias, memórias, valores e contextos teve início no ano de 2014, na residência da Dona Cizí, e seu marido o senhor Osvaldo Pereira de Assis, conhecido dentro da comunidade pelo apelido de Sr. Maninho, ambos avós do autor desta dissertação. Nesse ano essa família que reside em Caldeirãozinho autorizou a realização de entrevistas filmadas na qual estes narravam histórias sobre: livusias¹¹, brigas violentas, profanações sexuais e encontro com enterramento indígena ocorridos nas terras do Sr. Maninho, em Jatobá dos Ferros, considerado pelos mesmos como um “local ripunoso”. Atualmente tal área é conhecida como o Sítio Arqueológico Terras de Maninho.

Para uma melhor compreensão e interpretação do leitor, é importante salientar que: “eu, Lucas Ribeiro dos Santos Assis, pertenço diretamente às comunidades envolvidas nessa pesquisa, sou bisneto por parte da minha avó de uma descendente indígena, chamada Mãe Jurema, que em seu discurso relatava que sua mãe havia sido “pega no laço”, capturada nas matas daquela região. Sou bisneto por parte do meu avô de uma preta, conhecida como Mãe Loura, até então desconhecem se esta é descendente de escravos daquela região, ou se simplesmente isso foi ocultado. Em minha infância brincava pelas redondezas e campos de futebol de Caldeirãozinho, respirava o ar do passado patrimonial, e escutava às memórias que atribuíam a este local tal valor. Nada como o tempo, a UNIVASF, a arqueologia, meus professores e os guias que sinto somente auxiliar meus caminhos em um segundo plano, talvez no plano das livusias, tornando possível a realização dessa dissertação”.

Essa família de sobrenome Assis: Cesaltina Assis, Osvaldo Assis, Hildemar Assis, Edvaldo Assis e Euzébio Assis, foram de maneira “inconsciente”, os propulsores que deram

¹¹ Fantasma, assombração - Termo originariamente usado por brasileiros do nordeste do Brasil. Palavra encontrada em diferentes variações, como livusias, leivusia, aleivosia e entre outros (Consultado em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/livusia/>).

início às novas pesquisas arqueológicas da região, através das suas histórias memórias e patrimônios, que foram apresentados, principalmente a propriedade do Sr. Maninho, em Jatobá dos Ferros. Essa propriedade foi um local onde a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), localizou e cadastrou um sítio arqueológico de grande valor científico e patrimonial, que posteriormente se tornou Sítio Arqueológico Terras de Maninho¹².

Todo esse processo de relação familiar, comunitária, acadêmico e científico, passou a ser preenchido por sentimentos e questionamentos sobre os aspectos históricos, arqueológico e patrimoniais daquela região. Esse tipo de inquietação, funciona como combustível para o pesquisador que deseja mergulhar no ceio da comunidade, buscando se aprofundar nas estruturas sociais que mais comunicam as interrelações, processos de formação e significados que um grupo atribui ao seu contexto.

No ano de 2019, quando teve início o Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PPArque - UNIVASF), existiam dados e questionamentos suficientes para dar início esse projeto de pesquisa, até então não realizado naquela região (Jurema-PI, Jatobá dos Ferros e Caldeirãozinho). Esses dados que tiveram sua coleta iniciada¹³ no ano de 2014, foram ampliados nos anos de 2017 e 2018, durante os trabalhos em campo realizados nos sítios arqueológicos cadastrados e pesquisados naquela região, através do: Projeto Sítio Escola Terras de Caldeirãozinho, realizado pelo Departamento de Arqueologia e Preservação Patrimonial (UNIVASF, 2018).

Durante esses processos de pesquisas em que a comunidade colaborava com o desenvolvimento dos trabalhos e assistência aos pesquisadores, foram cadastrados 04 sítios arqueológicos: Terras de Seu Salvador; Terras de Seu Zeba; Terras de Seu Olinto e Terras de Sr. Maninho (AMARAL, LINKE, NETO, 2018). Além da identificação desses sítios, alguns moradores apresentaram e doaram alguns materiais que guardavam em suas residências. Esses

¹² O Projeto Sítio Escola Terras de Caldeirãozinho foi desenvolvido para se atender as demandas do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF -, o qual demanda em seu Plano Didático Pedagógico disciplinas de prospecção e escavação em contextos coloniais e com temporalidades posteriores à invasão europeia. O projeto passou a ser pensado no ano de 2017.1, a partir do contato de um aluno, Lucas Ribeiro dos Santos Assis, do referido curso que procurou um dos professores responsáveis pelas disciplinas informando que nas terras de seu avô há anos aparece material arqueológico em superfície, nas áreas hoje reservadas ao plantio e pastagem. Portaria nº 42 de 04 de agosto de 2017; Processo nº 01402.000521/2017-53 (AMARAL; LINKE; NETO, 2017).

¹³ É importante considerar, que as comunidades quando “abrem suas portas” apresentando todas essas memórias, histórias e patrimônio, além de muitas vezes direcionarem o pesquisador em campo, “descobrimo” tudo aquilo que até então não se tinha conhecimento por parte do pesquisador, somente pela comunidade, demonstram que quem constrói o dado, é a comunidade, muito antes de quando a pesquisa se fez presente em tal local.

materiais foram: machadinhas polidas, zoomorfos em madeira, pilões ou sulcos de polimento em pedra, dentre outros materiais que serão apresentados no capítulo 3.

Conforme ocorriam os trabalhos de prospecção e escavação nas áreas mencionadas, a curiosidade das comunidades aumentava em relação às práticas desenvolvidas em campo, considerando ser algo novo e espantoso, “cavar o chão com colher de pedreiro”. Entretanto, era notório o interesse que a mesma despertava para com a presença dos arqueólogos na região, além das diversas estórias cômicas e interessantes sobre a presença desses pesquisadores.

Em determinados momentos, durante o decorrer das pesquisas, alguns moradores começaram a dialogar em rodas de conversas das comunidades, relatando que: “a presença dos arqueólogos poderia estar ligada com a busca de minério na região, logo, esse tipo de exploração poderia gerar emprego e renda nas localidades”. Para outros que também observavam o “movimento arqueológico” nas localidades, relatavam que: “na verdade estariam os pesquisadores em busca de cacos de cerâmica e ossos dos índios que ali habitavam, mas isso era algo sem importância para as comunidades”:

Os materiais arqueológicos até agora encontrados no âmbito do projeto terras de Caldeirãozinho, embora contemplem líticos e cerâmicas que poderiam se relacionar à produção indígena pré-colonial, são em sua maioria, até o momento, correspondentes a um período e dinâmica de ocupação que se estende do século XVIII até o presente. Não raro, nas conversas e prosas vivenciadas com membros da comunidade ouvem-se histórias que remontam ao período de expansão da produção pecuária, sejam em histórias de travessias do estado tocando o gado, sejam em histórias que narram a constituição familiar a partir do aprisionamento de mulheres indígenas e ainda aquelas que versam sobre a luta e a guerra com grupos indígenas. Sendo a sugestão dada pela oralidade e pela materialidade arqueológica regional efetivamente correspondente a uma realidade da dinâmica de ocupação, ou não, fato é que os sítios que encontramos nos remetem a um passado tão recente na vida da comunidade de Jatobá dos Ferros, que o mesmo rompe a fronteira cartesiana do tempo, e se mistura ao presente. O passado, à medida que se diz da vida do pai, do avô, e da vida dos que ali vivem hoje, parece-nos ser tão hoje quanto o amanhã. Temos assim, um contexto arqueológico que poderia ser entendido e abordado a partir do que é chamado de uma “arqueologia do presente¹⁴” (GONZALES-RUIBAL, 2009; SILVA, 2017), e para o qual a variável temporal seja efetivamente secundária diante do estudo da materialidade (GONZALES-RUIBAL, 2006; 2014; HAMILAKIS, 2015 apud AMARAL, LINKE, NETO, 2018, pg. 246).

¹⁴ Segundo Ruibal (2012) a arqueologia está passando por uma transição onde os modelos teóricos e hegemônicos da segunda metade do século XX estão entrando em crise. Entretanto, ao contrário do que ocorria no passado, sendo que um paradigma desbancava outro e era posto como dominante, neste caso está somente a configurar um novo normal para a ciência, com características dominantes. Uma das características dessa normalidade na pesquisa arqueológica é a ausência de limitações temporais, ou seja, estudar o passado recente e o próprio presente abordando questões que são mais relevantes para a sociedade, facilitando a participação ativa do público, que sentem que estão tratando, analisando ou estudando coisas que são relevantes através do conhecimento direto. Logo, o autor apresenta dez propostas para realizar ou fazer uma outra arqueologia, em resumo, estrutura-se uma arqueologia que trabalhe: Sem limite de temporal; multitemporal; participativa e pública; autenticamente política; criativa; com sua própria retórica; que reivindica a materialidade; em pé de igualdade com outras ciências; global; que só pode ser teórica (RUIBAL, 2012).

Considera-se, portanto, que: sem o diálogo e aproximação com as comunidades, seria impossível saber as diversas opiniões e olhares que a ciência do passado e presente estaria a despertar naquela região. Sem a existência de um vínculo de amizade e confiança entre pesquisador e comunidades, seria impossível essa liberdade de diálogos onde a realidade do ‘achismo literal’ seria apresentada. Fruto do diferente, do novo, daquilo que espanta os olhos até então leigos, estrutura-se distintas opiniões de diferentes aproximações e significâncias das comunidades.

Através dessas indagações, desse desconforto entre atores pesquisadores e atores colaboradores, teve início, a 1º Exposição Arqueológica Umbuzeiro e Jurema, realizada em Caldeirãozinho nos dias 03 a 05 de agosto de 2019, durante as festividades religiosas da localidade. Nessa exposição foram apresentados materiais coletados durante as escavações do Sítio Arqueológico Terras de Maninho, que ocorreu no ano de 2018, em Jatobá dos Ferros¹⁵, vizinha a Caldeirãozinho.

Essa exposição que chamou a atenção de todos que participavam da festividade, despertou olhares, questionamentos, histórias e memórias que estavam guardadas no silêncio da memória de cada indivíduo e da comunidade como um todo. Participaram da exposição crianças, jovens, adultos e idosos que apresentavam diferentes tipos de vestígios arqueológicos e não arqueológicos que guardavam em suas residências, narrando as histórias que envolvem esses objetos. Outros “indivíduos mais excêntricos”, portavam objetos cômicos relatando que saiam com estes somente quando iriam beber cachaça e se divertir, algo que fazem durante estes festejos.

Estes objetos cômicos apresentados por esse colaborador (figura 1), remetem a traços culturais do homem sertanejo associados ao orgulho da profissão de vaqueiro, e a tradição familiar que essa característica está inserida. Esse eram: um berrante para chamar o gado, uma porta arma onde existe um cantil de cachaça junto, a cintura, e uma pequena onça de brinquedo

¹⁵ Segundo as pesquisas realizadas por, (“meu amigo, arqueólogo graduado pela UNIVASF, também pertencente a comunidade de Caldeirãozinho, atuando em parceria comigo durante os campos de pesquisa para a produção de sua monografia e da minha dissertação”) Fábio Isídio dos Santos (2019), os grupos colaboradores das comunidades de Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros, relatam sobre a existência de locais que foram antigas ocupações indígenas em Jatobá dos Ferros, esses indígenas que também ocupavam a área das Terras de Maninho, fizeram do pé de umbuzeiro desse local um verdadeiro “cabaré de índios”, onde ocorreram muitas mortes trágicas. Também era o local onde estes enterraram seus mortos, em baixo do umbuzeiro, logo, seriam esses os motivos que provocam aparições de aleivosias/livusias que assombram esse local, local considerado como “ripunoso – repugnante”, apelidado de Umbuzeiro das Mortes (SANTOS, 2019).

carregada no bolso, que, segundo o mesmo, serviria para atrair sorte e tranquilidade no dia de festejar e beber com os amigos.



Figura 1: Morador local apresentando o toque do seu berrante (Fonte: Acervo pessoal do autor).

Este processo de intensa interação com as comunidades, foi essencial para definir qual metodologia e tipologia de entrevistas a serem selecionadas para o desenvolvimento das mesmas. Logo, foi possível definir quais os questionamentos, o tipo de abordagem, e como desenvolver o diálogo com os indivíduos e grupos colaboradores. Além destas, observou-se a necessidade de observar como atuar e se portar durante uma entrevista, considerando a utilização de alguns gestos e olhares que confortassem nosso locutor.

Durante esse processo, foi possível conhecer muitos indivíduos que informavam quais pessoas, famílias e locais deveriam ser buscados os conteúdos elencados pela comunidade e pelo pesquisador, como “o que é interessante para essa pesquisa”, o conteúdo de interesse do quesito patrimônio e preservação. Essa construção metodológica teve como objetivo: localizar, registrar, analisar e observar quais os significados atribuídos ao patrimônio local, sendo estes individuais e/ou comunitário, podendo ser arqueológico ou não, seriam objetos de estudo para essa pesquisa, logo, tais direcionamentos eram realizados pelos grupos comunitários.

Considerando tais posicionamentos enquanto pesquisador pertencente à comunidade, os objetivos a serem alcançados e as limitações que por muito são representadas por aqueles das

comunidades que não se interessam pela pesquisa, observou-se, que: a realização de entrevistas qualitativas seria a melhor metodologia para coletar informações e colaborações destes sertanejos, que decidiram por livre e espontânea vontade participar desse trabalho, tomando conhecimento dessa pesquisa durante suas participações na exposição em Caldeirãozinho, e no desenvolvimento de diálogos informais. Estes que despertaram interesse em contar suas histórias e memórias, e que foram indicados como importantes fontes por muitos das comunidades, representam “uma coletividade das características patrimoniais dos possíveis valores de ampla fruição desse meio”, que como resultado demonstraram princípios e semelhanças em uma relação quase que simétricas.

Segundo Andrade (2010), nas Ciências Sociais¹⁶ a abordagem qualitativa tem sua maior utilização na atualidade, a partir dos estudos culturais, educativos e sociológicos por conseguir proporcionar interpretações e análises explicativas do caráter humano e subjetivo. Compreende-se que a pesquisa qualitativa tem capacidade de abordar o universo de significações, aspirações, crenças, valores, atitudes, entre outras características sociais, contribuindo para a construção de uma compreensão adequada de determinados fenômenos sociais relevantes na subjetividade. Logo, conforme o que se deseja nessa pesquisa, estrutura-se a possibilidade de expressão das percepções, representações e valores daquele que participam da pesquisa (ANDRADE, 2010, pg. 31).

Andrade (2010), durante o desenvolvimento de sua pesquisa, abordou temas que são voltados para as representações sociais, destacando que, a partir desse conteúdo, ideias, concepções, percepções e visões de mundo são reveladas, e essas revelações partem dos atores sociais através de suas realidades, interações e práticas sociais que os indivíduos podem estabelecer dentro de suas determinadas realidades.

A autora explica, que: tais representações sociais podem ser compreendidas como fenômenos que pertencem à essência social, podendo ser acessados dentro do seu conteúdo cognitivo (individual ou social), devendo ocorrer sua compreensão dentro do seu contexto de produção, baseado em suas funções simbólicas, ideológicas e de comunicação que são utilizadas e transitam. Portanto, considera-se que as pesquisas voltadas para as representações

¹⁶ O objetivo das ciências sociais é histórico. Isso significa que as sociedades humanas existem em um determinado espaço cujo formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriidade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por isso, também, as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de teorias sociais (MINAYO, 2002, pg. 13).

sociais são necessariamente qualitativas, tais estudos aproximam-se das etnografias¹⁷ ou pesquisa participante, observando-se que estudo empírico pode ocorrer a partir de situações complexas envolvendo instituições, comunidades e eventos (ANDRADE, 2010).

Nesse trabalho são apresentados 17 indivíduos colaboradores que participaram diretamente da produção deste conteúdo de pesquisa, a partir de entrevistas planejadas, agendadas, realizadas em locais marcados, registradas e analisadas, assim como em ocasiões esporádicas, sem agendamento ou local específico, ocorrendo somente em um momento oportuno. Estes que participaram da pesquisa a partir de um agendamento prévio, demonstram um envolvimento pessoal com a pesquisa, escolhendo a realização da entrevista no conforto residencial e nos locais que marcam tal memória. Alguns destes participaram como “guias de prospecções”, apresentando locais das comunidades, e que são de interesse do pesquisador e da comunidade.

Entretanto, com todos os diálogos que foram estabelecidos com o grupo comunitário, principalmente durante a exposição realizada em agosto de 2019, em Caldeirãozinho (figura 3), cerca de 50 a 100 pessoas, relataram histórias e memórias das localidades pesquisadas, em um aglomerado de visões, expressões e informações que contextualizam essa região. Muitos entusiasmados com os objetos expostos, aventuravam explicações sobre tais objetos, segundo o conhecimento que lhe foi passado por seus pais e avós. Logo, as entrevistas agendadas ou repentinas, tinham como tema: questões arqueológicas, históricas e patrimoniais de relevância para o entrevistado e/ou comunidade, compondo um espaço livre para discussão dos mais variados temas e conteúdos que eram pertinentes à pesquisa, considerando que todos afirmavam compreender quais eram os questionamentos e qual compreensão contextual estava sendo buscada pelo pesquisador.

Na imagem a seguir (figura 2), o senhor Maninho realiza a primeira assinatura do caderno de presença da *1ª Exposição Arqueológica Umbuzeiro e Jurema*, que ocorreu no ano de 2019, que tinha por objetivo a expor os vestígios materiais e estudos que foram realizados em sua propriedade.

¹⁷ Na utilização das “etnografias arqueológicas”, ou seja, na incorporação de métodos etnográficos em projetos arqueológicos, no sentido de apreender a significância do registro arqueológico para os diversos coletivos envolvidos e afetados pela pesquisa e pela gestão do patrimônio arqueológico, ou ainda, de entender o modo como a prática arqueológica afeta as dinâmicas culturais, no mundo contemporâneo (Hamilakis e Anagnostopoulos (eds) 2009; ColwellChanthaphonh 2009b apud SILVA, 2015).

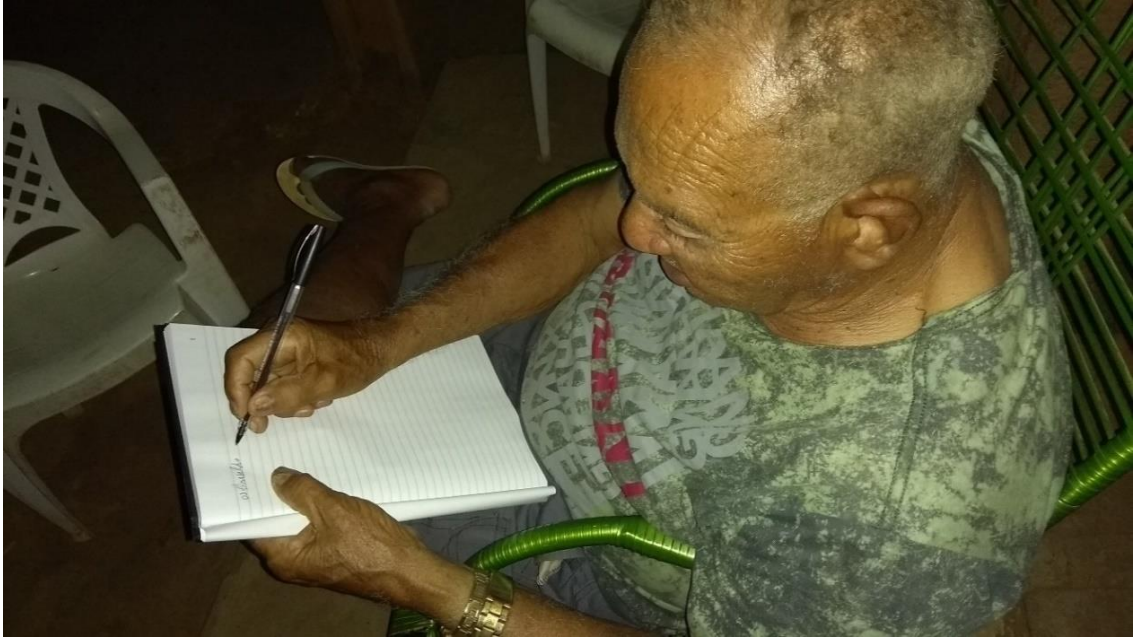


Figura 02: Sr. Maninho assinando o caderno da 1ª Exposição Umbuzeiro e Jurema, 2019. (Fonte: Autor)



Figura 03: Lucas Assis e Fábio Isídio realizando a exposição em Caldeirãozinho (Fonte: Acervo pessoal do autor).

As entrevistas que foram agendadas, tiveram seu registro fotográfico e/ou audiovisual autorizados, sendo estas realizadas no local ou com o objeto ao qual direcionava a narrativa. Os registros audiovisuais foram utilizados para contextualizar a comunidade que participava da

exposição em Caldeirãozinho, que a partir da exibição destes em praça pública, ocorreu um aumento do interesse da comunidade em participar da pesquisa (figura 4). Além dessa utilização, tais registros serão a base de uma meta proposta pelo pesquisador, a produção de curta metragem sobre as histórias e memórias das comunidades, que terá seu acesso disponível em plataformas digitais.



Figura 04: Exibição de entrevistas realizadas com antigos e atuais moradores da região. (Fonte: Autor)

Logo, após explanar sobre a origem da ideia dessa pesquisa, a história que envolve a relação entre pesquisador e comunidade, e os autores e referenciais teóricos para o desenvolvimento dessa metodologia, considera-se, que: a realização das entrevistas qualitativas com moradores colaboradores da pesquisa, buscou, em diálogo, adentrar pontos voltados para as representações e significados atribuídos pelos grupos sociais das comunidades, referentes às questões históricas e patrimoniais locais, a partir das percepções de identidades culturais dessa micro região.

A tabela a seguir (tabela 1), indica sistematicamente, quem foram os indivíduos colaboradores que contribuíram diretamente e indiretamente com a pesquisa. Suas identificações são realizadas da maneira como estes se apresentaram para a pesquisa, sendo que, alguns destes, por terem desenvolvido uma conversa informal durante a exposição realizada em Caldeirãozinho, contando suas histórias/memórias, interpretações materiais e

compreensões dos conteúdos, porém, não se identificando nominalmente, serão chamados por nomes fictícios, exemplo: Colaborador(a) X, Y ou Z. Além dessa característica de identificação, os apelidos ou nomes populares destes indivíduos serão apresentados para suas devidas identificações. Na tabela ficará apresentado quem são estes indivíduos, quais localidades estes se referem em seu discurso, suas idades, o conteúdo discutido e o ano da entrevista. Os detalhes das entrevistas, suas apresentações, leituras, considerações e interpretações serão encontrados no capítulo 3.

Tabela 1: Identificação e descrição dos colaboradores e suas respectivas comunidades.

COLABORADORES	LOCALIDADE	IDADE	CONTEÚDO	ANO
Cesaltina Ribeiro de Assis (Cizi)	Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros	79	Livusias; passado indígena; cemitério Indígena; violência local	2014
Oswaldo Pereira de Assis (Maninho)	Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros	82	Livusias; passado indígena; cemitério Indígena; violência local	2014
Hildemar Ribeiro de Assis (Demasão)	Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros	62	Livusias; passado indígena; cemitério Indígena; violência local	2014
Edvaldo Ribeiro de Assis (Zezinho)	Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros	62	Livusias; passado indígena; cemitério Indígena; violência local; presença de antigas religiões de matriz africana	2014 e 2019
Gorethe Assis	Caldeirãozinho	XX	Formação da comunidade de Caldeirãozinho	2019
Ilda	Caldeirãozinho	XX	Formação da comunidade de Caldeirãozinho	2019
Abderval de Sousa (Derva)	Caldeirãozinho	79	Formação da comunidade de Caldeirãozinho; achado arqueológico/patrimonial	2019
Euzébio Assis (Zeba)	Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros	XX	Livusias; passado indígena; cemitério Indígena	2014
Elisa Dias Ramos	Caldeirãozinho	83	Formação da comunidade de Caldeirãozinho; Livusias; Patrimônio Material	2019
Miguel Dias Ramos	Caldeirãozinho	XX	Livusias	2019
Maicon Coelho de Assis	Caldeirãozinho	8	Achado arqueológico	2019
Pedro (Pedro do Fortunato)	Jurema	63	Patrimônio Material; Passado Escravagista; Livusias; presença de antigas religiões de matriz africana	2019
Vinícius	Caldeirãozinho	14	Achado Arqueológico	2019
Colaborador X	Caldeirãozinho	XX	Patrimônio Material	2019
Colaboradora Y	Caldeirãozinho	XX	Patrimônio Material	2019
Colaboradora Z	Caldeirãozinho	XX	Patrimônio Material	2019
Colaborador @	Caldeirãozinho	8	Patrimônio Material	2019

Fonte: Autor.

2.2.1 Planejamentos e Observações para o Desenvolvimento das Entrevistas

O processo de desenvolvimento das entrevistas deve ser algo pensando antes, durante e após a realização das mesmas. Estes três passos decorrem das necessidades que um pesquisador

tem perante seu problema, são estes: 1 - Necessidade de compreender o conteúdo que será abordado durante a entrevista, considerando que termos cotidianos e expressões comunitárias serão utilizados pelo entrevistado; 2 - Compreensão do momento de fala e sensibilidade do entrevistado, considerando que diferentes tipos de reações podem ocorrer durante a realização da entrevista, como o emocionar e o silenciar, necessita-se estabelecer uma sensibilidade com estes momentos; 3 - Interpretar o conteúdo sem se distanciar do mesmo, apresentado os possíveis significados que o entrevistado possa ter explicitado, esse terceiro aspecto ocorre durante e após as entrevistas, sendo fundamental capturar as essências mais reais que a fala do entrevistado possa expor.

O quarto ponto pertinente para a realização das entrevistas, é o retorno do conteúdo coletado ao entrevistado, esse processo ocorre devido o papel social pertinente ao pesquisador, considerando que podem existir falhas na interpretação da fala, além de aspectos que o entrevistado possa desejar a confidencialidade, não permitindo a publicação de determinado conteúdo, pois toda narrativa é marcada por aspectos intrínsecos a personalidade, a história de vida, e aos significados atribuídos.

Essas características ligadas ao desenvolvimento da pesquisa, envolvem atributos sociais da personalidade e individualidade, que estão inseridos no discurso do indivíduo colaborador e capacitado nas marcas ou representações da coletividade comunitária, segundo Becker (1994):

A história de vida não é um "dado" para a ciência social convencional, embora tenha algumas de suas características por se constituir numa tentativa de reunir material útil para a formulação de teoria sociológica geral. Tampouco é ela uma autobiografia convencional, ainda que compartilhe com a autobiografia sua forma narrativa, seu ponto de vista na primeira pessoa é sua postura abertamente subjetiva. Certamente não é ficção, embora os documentos de história de vida mais interessantes tenham uma sensibilidade, um ritmo e uma urgência dramática que qualquer romancista adoraria conseguir. (BECKER, 1994, pg. 102).

Ciente dos objetivos desse trabalho, sabe-se que estes são pertinentes aos questionamentos que o pesquisador propôs para seus interesses como arqueólogo e integrante das comunidades pesquisadas. Considera-se que esse trabalho construído em parceria com o público comunitário, busca avanços da arqueologia piauiense em quanto uma ciência social, logo, os detentores dos bens de valor inalienável, suas histórias, memórias e objetos, são as reais representações do que existe de mais valoroso e significativo neste território, o contexto e as vivências do presente.

Como um integrante da comunidade e inspirado pela mesma a realizar esse trabalho, considera-se, segundo Becker (1994), que o interesse por determinado conteúdo que um pesquisador se propõe a pesquisar, parte da curiosidade do próprio pesquisador e de seus questionamentos sobre determinado problema ou fenômeno. A partir do momento que se determina qual o objeto de pesquisa, algo realizado pelo próprio pesquisador, ocorre a parcialidade e ruptura da neutralidade do pesquisador e sua pesquisa. A escolha do objeto revela as preocupações científicas do pesquisador que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los. Não é fácil determinar quais pontos se pretende pesquisar, a investigação pressupõe uma série de conhecimentos prévios e além de uma metodologia adequada ao problema investigado. Mesmo não existindo pretensões de parcialidade, qualquer estudo objetivo da realidade social será direcionado por uma base teórica que deverá informar a escolha do objeto pelo pesquisador, logo, estrutura-se, também, todos os passos e resultados teóricos e práticos obtidos com a pesquisa (BECKER, 1994).

O sociólogo americano Becker, com suas palavras, “toca a ferida” que a arqueologia pública estrutura no pós-processualismo, sendo às críticas voltadas para às limitações do passado dessa ciência:

A história de vida, em virtude de sua riqueza de detalhes, pode ser importante naqueles momentos em que uma área de estudo se tornou estagnada, quando a pesquisa tem se dedicado a investigação de umas poucas variáveis com precisão sempre crescente, mas tem recebido de retorno incrementos minguantes de conhecimento. Quando isso ocorre, os investigadores podem prosseguir coletando documentos pessoais que sugerem novas variáveis, novas questões e novos processos, empregando os dados ricos, embora não sistemáticos, para propiciar a necessária reorientação do campo (BECKER, 1994, pg. 109).

Esses três pontos citados da obra de Becker (1994), funcionam como verdadeiros guias para pesquisadores que trabalham com memórias de indivíduos e comunidades, considerando a particularidade da fala, o seu valor, e os seus detalhes cruciais para o desenvolvimento da pesquisa. Logo, foi realizado durante as pesquisas a metodologia das entrevistas qualitativas, com narrativas colaborativas a partir de planos semiestruturados, voltados aos temas históricos e patrimoniais considerados pertinentes para estes colaboradores, registrados através de anotações e gravações audiovisuais, quando autorizados.

Portanto, existem 17 colaboradores, que aceitaram participar diretamente da pesquisa, estes por terem conhecimento do pertencimento e familiaridade do pesquisador, que de todo modo pertence a região, decidiram, que, pela iniciativa da pesquisa e suas indicações através dos membros mais velhos da família Assis, iriam participar diretamente das entrevistas,

apresentando seus discursos e significados dos objetos, estruturas, fenômenos ou lugares envolvidos com tais eventualidades narradas. Estes, cientes do que a pesquisa buscou desenvolver, não responderam a um roteiro de perguntas elaborado, simplesmente receberam temas específicos que a pesquisa questionou, dissertando da maneira mais confortável possível. Logo, existiu um contato prévio com todos que participaram da pesquisa, apresentando-lhes a equipe de pesquisadores, as obrigações, metas e responsabilidades que esse trabalho estruturou no universo acadêmico, provando-lhes a seriedade do pesquisador, da sua pesquisa e da instituição que o mesmo representa.

2.3 ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Diferentes abordagens teóricas para arqueologia pública podem ser encontradas em diferentes países, dependendo da história e tradição disciplinar de cada nação. Essas abordagens se desenvolveram juntamente com as circunstâncias socioeconômicas e políticas sob as quais a arqueologia acessível e compreensível ao público ocorre e está sujeita a políticas que variam de país para país (MCGUIRE 2008; MATSUDA e OKAMURA, 2011).

Segundo o pesquisador, Nick Merriman, conhecido no meio acadêmico por suas contribuições no desenvolvimento da arqueologia pública e estudos museológicos, em sua obra chamada, *Public Archaeology* (2004), explica, que: existem dois modelos, noções ou concepções de arqueologia pública, o primeiro modelo considera falho, é o chamado “Modelo de Déficit”. Este é oriundo das comunicações científicas, enfatiza a importância dos pesquisadores especialistas que incentivam a sociedade ou comunidades a possibilidade de melhor compreender a ciência. A aplicação deste modelo na prática científica arqueológica, ocorre devido a disciplina tentar promover a necessidade de arqueólogos profissionais e especializados, possuem no processo de educar o público leigo, sobre a maneira correta pensar a arqueologia (MERRIMAN, 2004).

O segundo modelo chamado pelo autor de “Múltiplas Perspectivas”, reconhece a perspectiva da agência em encontros com dados e sítios arqueológicos, existindo o propósito de engajar o público com a arqueologia e estimular o auto realismo, enriquecendo suas vidas e estimulando reflexões e criatividade. Nesse modelo, objetifica-se a necessidade de um entendimento de certos valores públicos fundamentais em relação à arqueologia, sugerindo que os arqueólogos devem se envolver com o público em questões arqueológicas, direcionando o

desejo de enriquecer a vida das pessoas e o estímulo dos pensamentos, emoções e criatividade (MERRIMAN, 2004).

Outros três modelos para a prática da arqueologia pública são apresentados por Holtorf (2007): O Modelo Educação, o Modelo de Relações Públicas e o Modelo Democrático. O primeiro modelo, sugere que os arqueólogos precisam apoiar o público para ver o passado e a ocupação do arqueólogo nos mesmos termos que os próprios arqueólogos profissionais. O segundo modelo, sugere que, o apoio ao setor arqueológico profissional, só chegará se os arqueólogos puderem melhorar sua imagem pública; o terceiro modelo, propõe que todos, independentemente de educação, profissão ou treinamento - devem ser apoiados para que desenvolvam seu próprio entusiasmo e interesse "de base" na arqueologia (HOLTORF, 2007 apud RICHARDSON, ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015).

Holtorf (2007), explica que o significado da arqueologia na cultura popular, é um tema nascido desse mesmo processo de abertura da disciplina de arqueologia, manifestando a tendência por uma arqueologia verdadeiramente pública. Não é surpresa que outros também tenham encontrado a imagem contemporânea da arqueologia como um campo de estudos interessantes, principalmente influenciados por personagens dos filmes e games que estruturam em seu tema, cenário, toda sua extensão o norte arqueológico (HOLTORF, 2007).

Nessa mesma construção de pensamento, Matsuda e Okamura (2011), propõem quatro abordagens teóricas diferentes dentro da arqueologia pública: Educacional; Relações Públicas; Crítico; Multivocal. A primeira empresta a voz de especialista à comunicação de informações arqueológicas a não arqueológicas. No segundo tópico esses autores utilizaram os conceitos já citados acima "Relações Públicas" (HOLTORF, 2007), entretanto, consideram essa perspectiva com uma nuance adicionada a partir de uma aplicação de críticas e epistemologias hermenêuticas na teoria arqueológica; a terceira abordagem, enfoca o exame das relações de poder sócio-político na negociação, implementação e gerenciamento da prática arqueológica e suas interpretações. Na quarta abordagem, arqueologia pública reconhece a diversidade e diferenças nas interações entre os seres humanos e a cultura material do passado, baseado em uma epistemologia hermenêutica, busca reconhecer, entender e reconhecer a ampla visão das várias interpretações de materiais arqueológicos feitas por diferentes grupos sociais e indivíduos em vários contextos da sociedade contemporânea (OKAMURA, MATSUDA, 2011).

Estes autores, explicam que mesmo de uma perspectiva global, é difícil presumir um único modo de arqueologia, por três razões: de início, os fundamentos teóricos para a arqueologia variam através do mundo, na América do Norte, ocorrendo a predominância do pensamento antropológico, enquanto na Europa, predomina o pensamento ou a associação com a história, além de considerar as capacidades de influência das teorias processuais e pós-processuais na academia norte americana. Em segundo lugar, a prática da arqueologia difere muito de um país para outro devido as condições econômicas e sociopolíticas variáveis em que arqueólogos trabalham. Nos chamados países desenvolvidos a maioria das escavações e achados arqueológicos ocorrem no setor de arqueologia do resgate, onde, conseqüentemente, a maioria dos arqueólogos encontram seus empregos. Logo, implica-se que a arqueologia é uma profissão que está ligada com o desenvolvimento, e caso esse número venha a diminuir, a arqueologia passa a enfrentar problemas de sustentabilidade (OKAMURA, MATSUDA, 2011).

Em terceiro lugar, o que a arqueologia significa para cada público em seu país depende da história dos seus desenvolvimentos locais em seus devidos contextos. A percepção pública da arqueologia, é muitas vezes inextricavelmente entrelaçado com as tradições locais de interpretação e interação com o passado através da cultura material. Logo, essas visões locais e/ou indígenas frequentemente derivam de tradições que são muito mais antigas e poderosas do que a arqueologia "científica". Logo, a história de cada nação é particularmente a questão de saber se ela foi uma nação colonizadora ou colonizada, que influencia inevitavelmente o significado de arqueologia para isso (OKAMURA, MATSUDA, 2011).

Talvez uma “saída/ruptura epistemológica” possa auxiliar na desconstrução e reconstrução destes pensamentos que os arqueólogos públicos tentam desmistificar e conceituar no plano acadêmico. Ao falarmos de simetria, algo que relativamente é recente no pensamento arqueológico, e está em processo de construção, observa-se novos sentidos que esta incorpora em desconstruir, como o dualismo. Esse dualismo pode ser observado na separação entre Conhecimento Científico x Conhecimento Social, algo que têm relação direta com a construção (Ocidente = Modernidade). Entretanto, o que existe são: modos de existência ocidentais modernos, onde as relações sociais com a constituição moderna, diferem em maneira e intensidade. Do mesmo modo, a separação moderna entre humanidade e natureza incorpora tal objetificação que a simetria busca romper. Ao que parece, existe um entrelaçamento entre essas estruturas que são dualizadas pelo pensamento moderno, onde uma completa a outra e vice-versa, sem existir sobreposição entre as mesmas. No mundo contemporâneo não pode mais ser

apreendido de maneira fragmentária, pois os problemas cotidianos são apresentados de maneira híbrida (LATOURE, 2012 apud MELQUÍADES, 2014).

O primeiro princípio de simetria oferece a incomparável vantagem de livrar-nos dos cortes epistemológicos, das separações a priori entre ciências "sancionadas" e ciências "proscritas", e das divisões artificiais entre as sociologias do conhecimento, da crença e das ciências. Outrora, quando o antropólogo retornava de algum local longínquo para descobrir, em sua cultura, ciências que haviam sido purificadas pela epistemologia, era impossível para ele estabelecer uma relação entre as etnociências e os saberes. Abstinha-se, portanto, e com razão, de estudar a si mesmo, contentando-se em analisar as culturas. Hoje, quando retorna e descobre, em sua cultura, estudos cada vez mais numerosos sobre suas próprias ciências e técnicas, o abismo já não é tão grande (LATOURE, 1994, pg. 93).

Nesse trabalho busca-se direcionar as atuações profissionais baseando-se nos modelos da arqueologia pública democrática e multivocal, observando-se, que: Todos, independentemente da formação educacional, profissão ou social, devem ser apoiados para que desenvolvam seu próprio entusiasmo e interesse "de base" na arqueologia, sendo esse o caminho viável para a superação das rupturas epistemológicas entre conhecimento acadêmico x conhecimento popular, possibilitando a consolidação de uma relação dialógica e simétrica entre pesquisadores e colaboradores.

A arqueologia pública não é apenas um método ou técnica para abordagem da pesquisa arqueológica. Essa ciência social é uma prática arqueológica que busca posicionamentos sociais e políticos dotados de princípios éticos, democráticos e multivocais, visando que a ciência pode romper com as construções hegemônicas que dão relevância somente ao pesquisador. Deste modo, busca-se desenvolver formas arqueológicas específicas que reflitam e respondam a este contexto específico (HOODER, 2011).

A construção da arqueologia pública tem que avançar desde as metodologias empregadas em campo, até a construção de conceitos e interpretações. É essencial reconhecer a impossibilidade de uma Arqueologia Pública geral, única e homogênea; visto que, o conceito de "público" e "arqueologia" está social, cultural e geograficamente situado. Por isso, é tão importante um fazer arqueológico que considere a abordagem ética como essencial para a pesquisa (RICHARDSON, ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015).

Além disso, como discutido por Hooder (2011), na contemporaneidade, diferentes grupos sociais têm defendido sua afiliação e reivindicado seu direito de acesso e interpretação de contextos arqueológicos particulares. Deste modo, criam-se novas expectativas e narrativas

sobre os bens arqueológicos e o passado de modo geral, e o desafio para os arqueólogos passa a ser “ouvir” e dar visibilidade as “vozes” locais (HOODER, 2011).

No estado do Maranhão o professor Arkley Bandeira é um dos arqueólogos públicos¹⁸, que trabalha com arqueologia pública, realizando estudos investigativos e trabalhos com educação patrimonial. Esse pesquisador busca conscientizar as populações maranhenses sobre a importância de seus sambaquis¹⁹, considerando que esses estão sendo destruídos, devido avanço acelerado da cidade, construções irregulares, retirada de terra preta para plantio, e o agravante do desconhecimento da legislação federal de proteção do patrimônio arqueológico, considerando que existe a falta de fiscalização e punição dos responsáveis pela destruição dos sítios (BANDEIRA, 2019).

Em um de seus posicionamentos como arqueólogo social, Bandeira (2019) defende que:

O crescente profissionalismo da arqueologia ampliou o seu leque de envolvimento público, instituindo novas discussões, como a gestão do patrimônio cultural, a proteção de sítios subaquáticos, o combate à pilhagem e o comércio ilícito de bens arqueológicos, a destruição de sítios por fatores antrópicos, o direito de acesso dos grupos étnicos aos seus lugares tradicionais (hoje sítios arqueológicos), a devolução de esqueletos, o repatriamento de bens espoliados ou pilhados em guerras, o retorno público das pesquisas, a imagem da arqueologia nos meios de comunicação, etc. (BANDEIRA, 2019, pg. 240).

Esses aspectos são posicionamentos defendidos por demais arqueólogos sociais que atuam com empenho na arqueologia pública, tais ações, são bastante comuns para esses pesquisadores, como a luta pelo direito da posse patrimonial/territorial pelos seus reais proprietários, além dos direitos ao retorno ou devolução dos esqueletos de seus antepassados que foram retirados dos seus locais de sepultamentos.

¹⁸ Essa classificação “arqueólogo público”, está sendo utilizada referente a esse e demais pesquisadores e pesquisadoras arqueólog@s que serão apresentados, considerando que seus trabalhos são pautados na arqueologia pública e desempenham um importante papel social com as comunidades de suas pesquisas. Em nenhum momento os mesmos afirmam que são arqueólogos sociais, mas devido seus desempenhos e considerações simétricas com o conhecimento comunitário, buscando avanços científicos e sociais destes meios, esse termo, (arqueólogo público), idealizado pelo autor, foi selecionado para afirmar tal competência profissional e sociopolítico.

¹⁹ Apresenta-se através de um estudo de caso um diagnóstico situacional do estado de preservação dos sambaquis de São Luís - MA, que apontou para a destruição sistemática desses bens arqueológicos por atividades antrópicas ilegais; Pretende-se também alertar as autoridades responsáveis pela proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro sobre a problemática aqui exposta e propor medidas que possibilitem o envolvimento da sociedade na proteção e salvaguarda desses testemunhos do passado pré-colonial maranhense, ao utilizar como pano de fundo as bases referenciais da Arqueologia Pública. Nesse contexto, assume-se a premissa de que a arqueologia pode e deve adotar uma postura crítica e combativa em diferentes vertentes, o que fortalece sua inserção pública na contemporaneidade. O principal mecanismo para reversão desse quadro de destruição é fomentar políticas públicas que estimulem o envolvimento da sociedade em ações de reconhecimento, valorização e proteção do patrimônio arqueológico maranhense (BANDEIRA, 2019, pg. 240).

A pesquisadora Márcia Hattori, é mais um exemplo de arqueóloga social que trabalho com arqueologia pública e patrimônio. Sua pesquisa ocorre em dois sítios arqueológicos, um no estado do Pernambuco e outro no estado do Tocantins, considerando que estes espaços estão sendo perturbados pelo empreendimento da Transnordestina, são áreas de conflito. Diferentes tipos de patrimônios são existentes nessas terras, em suma são remanescentes quilombolas (HATTORI, 2015).

Hattori (2015), fala sobre estudos realizados em um sítio arqueológico chamado Fazendinha, comunidade quilombola Carvalho, município de Custódia-PE, onde as áreas internas e externa da Capela de São Luís Gonzaga, que foram escavadas, resultaram na identificação de remanescentes ósseos de 28 indivíduos²⁰. Segundo a mesma, as pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas juntamente com a comunidade, onde o processo de entrevistas e levantamento de informações orais, foram os indicadores de prováveis áreas com presença de remanescentes humanos, às quais se tornaram significativas enquanto dados da existência real de materiais inumados no local (HATTORI, 2015).

A autora aponta que no desenvolver do projeto da Transnordestina, essa capela seria um dos patrimônios que seriam destruídos pela obra. Entretanto, no ano de 2010, uma ação no Ministério Público realizada por arqueólogos e comunidade conseguiu embargar esse processo, colocando-se como réus: A União, o IBAMA e a Transnordestina Logística S/A. Em resposta, no ano de 2012, foi determinado pelo juiz federal da subseção de Serra Talhada, o tombamento provisório da Capela de São Luiz Gonzaga, do cemitério, do átrio fronteiro e o cruzeiro, elementos que compõe a paisagem e o espaço ritualístico, como parte da área da comunidade quilombola do Carvalho (HATTORI, 2015, pg. 66 e 67).

Outra arqueóloga social que realizou suas pesquisas pautadas na multivocalidade e arqueologia pública foi, Marian Rodrigues, a mesma realizou suas pesquisas no município de Coronel José Dias, localizado no estado do Piauí, um dos municípios cede do Parque Nacional Serra da Capivara. Seu objetivo central foi: perceber as relações estabelecidas entre a comunidade de Coronel José Dias e o Parque Nacional Serra da Capivara, no que concerne à sua valorização, acessibilidade, preservação e fruição social (RODRIGUES, 2017, pg. 98).

²⁰ Na época da publicação desse trabalho, ainda existia um problema com relação aos esqueletos que foram escavados, levados para um acervo em São Paulo, e ainda não retornaram para a comunidade, exigência que a mesma tem com relação a esse patrimônio (HATTORI, 2015).

A autora fala sobre o processo de criação do parque, seguido pela desapropriação sem uma preparação prévia, de famílias que moravam no território da unidade de conservação, restringindo questões como o manejo e uso simbólico dessas terras. Devido essa problemática, foram desenvolvidos projetos socioeducativos, saúde familiar e desenvolvimento sustentável. Entretanto, devido instabilidades na manutenção desses projetos, ocorreram rupturas que provocaram a insatisfação da comunidade (RODRIGUES, 2017).

Através de suas análises, pesquisas e diálogos com a comunidade, a autora concluiu que: existe um ressentimento da comunidade perante sua retirada do território, onde aquilo que era patrimônio de valor familiar, passou a ser patrimônio da humanidade, ocorrendo a inversão do público para o privado. Outro ponto conclusivo foi que, as pessoas mais velhas seriam as mais conscientes com relação as mudanças ocasionadas, pois vivenciaram e manifestaram a vontade de participar ativamente desse processo. No terceiro ponto conclusivo, a autora apresenta que: o grupo dos mais jovens da comunidade, não manifestam esse tipo de ressentimento, devido estes não terem habitado aquele espaço, e não vivenciado o sentimento de perda da propriedade, acreditando que mudanças positivas poderiam ocorrer no município através do turismo que ocorre na região (RODRIGUES, 2017).

Segundo Funari (2008), em seu trabalho que discute sobre o capitalismo e a arqueologia pública, tanto no Brasil como no mundo, a arqueologia permaneceu por muito tempo restrita somente a investigação acadêmica e construção disciplinar em cursos superiores. Mas completa, dizendo que:

No entanto, nos últimos anos, os arqueólogos brasileiros começaram a introduzir uma agenda em Arqueologia Pública, como atividades educativas, e isso inclui uma interação com a comunidade (incluindo sociedades indígenas) bem como a proteção e preservação dos recursos arqueológicos. Começaram assim a assumir sua responsabilidade social em relacionar a experiência do passado à do presente, e contribuir na promoção do futuro. Por outro lado, uma vez que no Brasil a Arqueologia Pública foi principalmente relacionada ao desenvolvimento de pesquisas de contrato, sua discussão e prática estão associadas a um objetivo maior: a definição de instrumentos e estratégias para a sustentabilidade socioambiental num contexto capitalista (FUNARI, 2008, pg. 22).

O autor alega que desde a conferência das Nações Unidas de 1992, que ocorreu no Rio de Janeiro, o desenvolvimento sustentável tornou-se uma retórica de importância no setor político, voltado para a conservação de recursos naturais e obrigações com as gerações futuras. O mesmo explica que, os arqueólogos podem contribuir significativamente para o processo que estrutura a coesão social, constituindo ligações entre o passado e o presente por meio da preservação da história, das tradições e da valorização do patrimônio cultural. Este processo

conduz questões éticas relativas considerando as diferenças fundamentais entre os grupos sociais na compreensão e valorização do passado, entretanto, ainda persistem etnocentrismos intelectuais que por muito dominam as atitudes de muitos arqueólogos (FUNARI, 2008).

O pesquisador e arqueólogo público Pedro Funari, também apresenta um estudo de caso onde ocorria o *Programa de Pesquisa e Resgate de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da UHE Peixe-Angical*, empreendimento localizado no médio vale do rio Tocantins, limite meridional do ambiente amazônico com a região do Planalto Central, ocorrido em 2001. Durante 3 anos de trabalho, com escavações de resgate de 120 sítos arqueológicos, foi dada atenção para o conhecimento histórico, tradicional e cultural da comunidade envolvida pelo empreendimento, buscando avaliar estratégias específicas para a realização de ações em parceria com a comunidade (FUNARI, 2008).

O autor fala que como metodologia para esse trabalho, foram realizadas entrevistas e discussões com mais de 300 famílias, momento em que os pesquisadores buscaram contextualizar as suas próprias perspectivas históricas e culturais. Outra metodologia utilizada pelo autor, foi a associação do contexto patrimonial arqueológico como elemento de contribuição para a reunião dos diferentes componentes da comunidade, buscando construir ligações entre elementos do presente que pertencem ao passado, processo ligado a construção da memória (FUNARI, 2008).

A pesquisadora e arqueóloga pública Marcia Bezerra, em seu trabalho publicado no ano de 2017, trata sobre a arqueologia pública na Amazônia, desenvolvendo suas pesquisas em dois locais: Vila de Joanes – Ilha do Marajó e Serra Pelada. Nesse primeiro, existe o sítio arqueológico denominado Joanes, formado por remanescentes de ocupações pré-coloniais e históricas:

As ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – provavelmente erigida no século XVIII - estão assentadas sobre antigo aldeamento indígena (Lopes 1999; Schaan e Marques 2006; Marques e Bezerra 2009 apud BEZERRA, 2017, pg. 20). A poucos metros das ruínas, nas Praias do Porto e do Pescador, há remanescentes de várias camboas²¹ (BEZERRA, 2017, pg. 20). Os moradores têm relações complexas com o sítio: ora ele é considerado como elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo na vila, ora ele é tido como obstáculo à construção de estacionamento e estruturas de lazer na praça. As crianças coletam e colecionam objetos – especialmente moedas – que são encontrados pelas ruas e quintais de casas da vila (Bezerra 2011, 2012a; Ravagnani 2011 apud BEZERRA, 2017, pg. 20), enquanto os adultos têm recordações sobre momentos da infância e da juventude passados no

²¹ As camboas - ou gamboas - são armadilhas de pesca do tipo bloqueio e constituem, basicamente, a construção de uma barragem na zona de oscilação das marés. Os peixes nadam para dentro das armadilhas durante a maré alta, sendo capturados pelas paredes das estruturas quando o nível da água abaixa, tornando fácil a sua apreensão. Estratégias de pesca por bloqueio são utilizadas em ambientes marinhos e ribeirinhos no Brasil (BEZERRA, 2017).

entorno das ruínas. Assim como as crianças hoje, eles também brincavam com objetos encontrados de forma fortuita: como moedas e miçangas. Os pescadores lembram-se da antiga sede de sua associação nas proximidades das ruínas (BEZERRA, 2017, pg. 21).

A autora, explica que uma nova igreja construída em 1904, a escola e uma praça que ficam ao redor da igreja, são os espaços de socialização de Joanes, incluindo outros patrimônios, moldados e atribuídos pelos sentidos da população local. A autora explica que os poços, o faro e as cambos, são elementos que constituem as narrativas dos moradores sobre suas vidas, existindo também experiências fantásticas que fazem parte de suas vidas (BEZERRA, 2017).

Bezerra (2017), explica que existem esses três ícones que fazem parte das elaborações extraordinárias tanto sobre o passado como sobre o presente, locais onde as “visagens” são comuns a população. Entretanto, as camboas não são inseridas pela população na categoria de ruínas, poços e dos objetos arqueológicos encontrados e colecionados pelos moradores (BEZERRA, 2017).

As percepções dos moradores sugerem que elas não têm a mesma profundidade temporal dos demais remanescentes do período colonial na vila. Não é o tempo histórico que constitui as narrativas sobre as armadilhas, mas o tempo memorial e a sua relação com as paisagens da pesca em Joanes (BEZERRA, 2017, pg. 24).

Outro objeto arqueológico que também é coletado e colecionado por moradores da Amazônia e do Brasis como um todo, são os coriscos ou pedras de raio, que a arqueologia define como machadinha polida ou lâmina de machado. Bezerra (2017), também pesquisa sobre essa relação de valorização e posse desse objeto por parte da população no estado da Amazônia.

Esse objeto, que no campo arqueológico convencionamos chamar de lâmina de machado, é incorporado ao repertório material de comunidades que vivem próximas aos sítios arqueológicos, com outros significados que variam de acordo com o contexto em que surgem como coisas, evocando, assim, outros sentidos na vida vivida. A incorporação, nesses termos, se dá pela intensa fruição cotidiana com o objeto. Nesse processo, o machado é tornado familiar por meio de narrativas, como essa do Corisco, que informam sobre aquele elemento estranho e lhe dão um lugar no mundo material (BEZERRA, 2017, pg. 45).

A autora explica que esse processo de construção de narrativas sobre determinado objeto, “domestica” a potência imaginária do mistério, transformando o objeto exótico em algo de experiência familiar. Situações como estas são vividas por pessoas em seus meios/comunidades, estruturando construções de nativas das coisas do passado, que passam a

operar em uma outra lógica, com sentidos próprios, repercutindo a sensibilidade humana aos chamados objetos ou coisas (BEZERRA, 2017, pg. 45).

No último ponto do trabalho de Bezerra (2017), a mesma trata sobre o estatuto das coisas do garimpo a partir das narrativas de um grupo de garimpeiros da vila de Serra de Pelada, estado do Pará. A mesma desenvolveu ações de educação patrimonial nesse local, percebendo elementos importantes como a relação da comunidade com o passado marcado pela mineração e o apego com coisas que foram utilizadas durante esse período (BEZERRA, 2017).

Durante as entrevistas com os moradores locais, estes contavam para pesquisadora suas histórias de vida, relacionadas a todo esse processo do garimpo, apresentam objetos que guardam da época em que desempenhavam a função de garimpeiro, conforme alcançavam determinado ponto de sua história que tinha determinada ligação com tal objeto. Alguns desses colaboradores possuíam “museus” residenciais, estabelecendo relações de afeto com esses patrimônios pessoais (BEZERRA, 2017).

Segundo Cowell (2008), o cenário da arqueologia mudou bastante no último século, sendo que, na década de 1970, argumentos voltados para a arqueologia pública começaram a emergir. Esse processo foi marcado pela criação de empresas que trabalhavam com o gerenciamento de recursos culturais, cumprido com as novas leis²² do país. Durante esse novo processo da arqueologia norte-americana, os nativos desse território tornaram-se participantes e críticos da arqueologia, desenvolvendo seus próprios programas de arqueologia.

Os grupos nativos norte-americanos criticavam os trabalhos que ocorriam em suas terras, onde vestígios arqueológicos e enterramentos de seus antepassados, eram levados para museus e não retornavam para suas origens. Através de suas reivindicações, no ano de 1990, o congresso dos EUA, aprovou a lei de Proteção e Repatriação de Túmulos Nativos Americanos (Native American Graves Protection and Repatriation Act - NAGPRA), permitindo aos descendentes lineares o poder de reivindicar certos tipos de itens culturais e humanos (COWELL, 2008).

O autor aponta que todo esse processo provocou preocupação referente ao envolvimento do público com a arqueologia. Os arqueólogos começaram a conceber que seu envolvimento não com um público, mas com muitos públicos, determina que cada um merece seu próprio

²² Lei de Preservação Histórica Nacional de 1966 (NHPA) e Lei de Política Ambiental Nacional de 1969 (NEPA) - que previa a realização de pesquisas sobre propriedades históricas que poderiam ser impactados por projetos como rodovias, barragens e linhas de transmissão (Green 1998; King 2002, 2008; McManamon & Hatton 2000 apud COWELL, 2008, pg. 114).

cuidado teórico, metodológico, e considerações éticas (MCMANAMON 1991 apud COWELL, 2008 pg. 115). Esse “novo princípio profissional arqueológico”, propiciou uma conscientização aos profissionais da arqueologia, que se preocupavam com a opinião pública e com os benefícios que esses trabalhos trariam ao público (COWELL, 2008).

Hoje em todo o mundo, os arqueólogos trabalham com aqueles que reivindicam alguma forma de afiliação cultural com domínios arqueológicos particulares. Como resultado, um dos principais objetivos de muitas pesquisas colaborativas e reflexivas é, envolver as pessoas locais de alguma maneira. Deste modo, o desafiador objetivo das pesquisas passa a ser ouvir (HOODER, 2011, pg. 63).

Nessa perspectiva, a arqueologia deveria contribuir para a elaboração de narrativas locais e multivocais sobre o passado, imaginado ou institucionalizado, tornando-se cúmplice da construção do local (imaginado e/ou institucional). Todavia, embora as diretrizes internacionais²³ especifiquem a importância da participação local e envolvimento das partes interessadas, raramente há um processo efetivo de avaliação e incorporação das diferentes formas de interesse 'local', ou um entendimento completo dos efeitos de longo prazo do gerenciamento de patrimônio (HOODER, 2011).

Consequentemente, é comum observarmos a falta de envolvimento de membros das comunidades locais no processo de gerenciamento patrimonial. Para romper com esse cenário, os arqueólogos devem atuar de maneira reflexiva envolvendo os moradores locais na pesquisa. Para o desempenho de um bom trabalho, deve existir uma boa relação com os anseios e perspectivas locais, considerando a fluidez e a integração globalizada que compõe as relações com os bens patrimoniais. Assim, deve-se problematizar como a arqueologia vem construindo e utilizando seus dados, bem como assumir uma postura crítica aos quais interesses a pesquisa arqueológica devem estar vinculada (HOODER, 2011).

Deste modo, podemos perceber que a arqueologia pública pode ser compreendida tanto como uma prática disciplinar quanto como uma posição política e teórica. Podendo ser exercida através da democratização da comunicação, com a incorporação das narrativas locais, administração colaborativa dos bens patrimoniais, envolvimento do público, preservação e administração de recursos arqueológicos. Portanto, a arqueologia pública é tanto uma atividade

²³ Normas de Quito - Novembro e Dezembro de 1967; Declaração do México, 1985; Recomendação de Paris, 1989; Carta de Lausanne, 1990; Conferência de Nara, 1994; Carta de Brasília, 1995; Declaração de Sofia, 1996; Cartagenas de Índias – Colômbia, 1999; Recomendação de Paris, 2003; Carta de Brasília, 2010.

quanto um conceito teórico, e opera em uma ampla variabilidade de aspectos da sociedade e contextos acadêmicos.

Nesta pesquisa, a arqueologia pública viabiliza a participação colaborativa das comunidades de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema-PI, na produção de conhecimento acadêmico e social, sendo a representatividade patrimonial da comunidade e seus princípios simbólicos, os fundamentos construtores para a realidade da arqueologia acadêmica aqui abordada. Logo, seria impossível realizar um trabalho como esse sem a participação direta e indireta das comunidades detentoras do conhecimento dinâmico e transformador.

2.4 MEMÓRIA

I. O fim da História Memória. Aceleração da História. Para além da metáfora, é preciso ter noção do que a expressão significa: Uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A acessão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (NORA, 1993, pg. 07).

Memória, do ponto de vista neurológico, não se localiza em uma estrutura isolada do cérebro, ela é um desempenho nervoso elementar que envolve a aliança entre diversas partes e regiões do cérebro, que funcionam juntas, num processo complexo de reações neuroquímicas em cadeia e circuitos interligados²⁴ de células nervosas, os neurônios (GOMES, 2015).

Existem muitas possibilidades de intercomunicação entre os neurônios, sendo que cada uma delas pode gerar memórias. A memória é algo que de certo modo, é impossível se estabelecer um controle, como num processo natural, pode ser comparada metaforicamente a lei da inércia. Uma memória guardada “que não vêm a recordar”, permanece estática, sem percorrer trajetórias internas na mente do indivíduo - mesmo essa não retornando ao presente, até que se prove o contrário - essa não deixa de existir. Entretanto, uma memória que “recebe certa força motriz ou movimento para recordar”, tende a percorrer os caminhos da mente do indivíduo retornando essa estrutura cognitiva guardada ao presente (TÜRCKE, 2010).

O psicólogo William James (1890), propôs uma divisão da memória, esta classificação ficou estabelecida como memória primária e memória secundária. As memórias primárias, basicamente são aquelas disponíveis na própria consciência, e as secundárias, sendo as

²⁴ Segundo as pesquisas de Christoph Türcke, a memória é formada por um sistema complexo de informações que se cruzam, logo: “Memória é a própria rede, não algo dentro dela” (TÜRCKE, 2010).

memórias mais duradouras. Como em exemplos que estas expos em seu trabalho, a percepção de mundo que um indivíduo pode ter da realidade atual é única e limitada, mas a imagem da memória primária, como o autor classificou, é algo breve que logo será esquecido (JAMES, 1980).

A memória não trabalha associativamente apenas no sentido neurológico, mas também é vivenciada de modo associativo. TÜRCKE (2009), defende que a memória se desenvolveu a partir do processo de compulsão à repetição traumática: Recordar-se da dor para se aprontar para a nova dor na tentativa de construir, por caminhos já viabilizados, um melhor sistema de captação e *evacuação de estímulos atormentadores*. Em outras palavras: repetição para que o sofrimento e a dor vivenciados não se repitam do mesmo modo novamente. Nesse sentido, a angústia constitui a primeira forma de memória, visto que só existe por meio da recordação de algo desagradável. Logo, a memória desponta com o objetivo de findar os seus motivos e assim ela própria, ou seja, como uma tentativa de sossego para estímulos martirizantes:

Os neurocientistas Squire e Kandel (2002), esclarecem que a memória procedural ou não declarativa consiste na memória relativa às capacidades ou habilidades motoras e sensoriais, hábitos, aprendizagem perceptiva e emocional. Embora oriunda da experiência, esse tipo de memória se manifesta como uma alteração de comportamento e não como uma recordação, é inconsciente na medida em que a capacidade de desempenhar a habilidade ou a competência adquirida não parece depender de qualquer recordação consciente. “Em termos evolutivos, [as memórias não declarativas] são antigas, fiáveis e consistentes, fornecendo uma miríade de meios inconscientes de reagir ao mundo” (SQUIRE; KANDEL, 2002, pg. 201 apud GOMES, 2015).

Questões como memória procedural ou não declarativa refere-se aos aspectos da memória que estão ligadas às reações do organismo de quem está a recordar. Essas memórias procedurais ou não declarativas, são evidenciadas nesse trabalho, devido às reações físicas que alguns colaboradores apresentaram durante a realização das entrevistas, como choro, arrepios e sensibilidades sensoriais e/ou sobrenaturais.

Memorar, rememorar, lembrar, reviver, visualizar, guardar e retornar a essas devidas estruturas cognitivas sempre que for necessário intuitivamente ou naturalmente, são categorias que pertencem ao indivíduo dotado de memória, ligada ao passado, e apresentadas no presente. Para que esses processos sejam desencadeados, Halbwachs (1990), afirma que é necessário que seja cultivada a “semente da rememoração”, ou seja, é necessário algo que estimule o indivíduo a se lembrar de determinado fato ou acontecimento. Logo, uma determinada pergunta, um determinado objeto, uma data ou local, um nome ou uma pessoa que têm relação com a

determinada memória, podem assumir o papel de “sementes da rememoração²⁵”, catalisando o processo de construção da memória, que apesar de ocorrer em uma esfera individual está ontologicamente vinculado a uma estrutura coletiva.

Segundo Nora (1993), história e memória são estruturas, enredos, discursos, distintas de serem sinônimos. Essas diferentes representações das estruturas de formação da sociedade e comunidades, configuram-se, segundo o autor, da seguinte maneira: Memória é algo vivido, sempre carregado por grupos vivos que sempre permanece em evolução, tendo seu espaço aberto a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente das suas deformações sucessivas, vulnerável aos usos e manipulações, susceptível as longas latências e revitalizações. A mesma é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, porque é afetiva e mágica, não se acomoda a detalhes que a confortam, se alimentando das lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções (NORA, 1993, pg. 09).

Contrariando o posicionamento que a memória exerce em sua volátil pós-modernidade, segundo Nora (1993), a história é sempre a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais. A história, porque opera no intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A história pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A história se liga as continuidades temporais, as evoluções e às relações das coisas e o conhecimento do relativo (NORA, 1993, pg. 09).

Não existe um posicionamento nesse trabalho que deseje criticar a história como algo irrelevante ou menos importante que a memória. Ambas, apesar de claramente serem formas simbólicas de narrativas distintas, são meios de comunicação que transmitem e expressão do passado ao presente estruturas que estão associadas ao patrimonial, ao tempo, aos lugares, às pessoas, às coisas e as eventualidades. Entretanto, nossa abordagem nessa pesquisa é a memória, pois, trabalhar com comunidades tradicionais, o meio mais viável de obter informações sobre suas essencialidades patrimoniais é através das narrativas coletivas e memória.

²⁵ “Para algumas lembranças reais juntam-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias, inversamente pode acontecer que os depoimentos de outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que se incorporem a ela. Em ambos os casos as imagens se fundem intimamente com a lembrança. Dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças” (HALBWACKS, 1990, pg. 28).

Halbwacks (1990), afirma que toda memória é coletiva, e como tal, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros; tais ideias e modos de pensar do indivíduo não são alcançados sozinho, sendo fruto da convivência ou contato com o grupo, algo que também afeta a forma como nossas memórias são construídas e transmitidas:

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram atores ou expectadores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. Frequentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida (HALBWACKS, 1990, pg. 26).

Ampliando as discussões realizadas por Halbwacks (1990), por sua vez, Pollack (1992), fala sobre os elementos constitutivos da memória individual e coletiva, estes, são:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada²⁶. (POLLACK, 1992, pg. 02).

Portanto, a construção da memória vai além do indivíduo, pois a participação de outro(s) indivíduo(s), grupo(s), sociedade e contexto, são elementos básicos na formação de uma “memória individualmente coletiva”.

É importante salientar, que:

A memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. A memória é um fenômeno construído, e em parte é herdada, não se referindo apenas à vida física da pessoa, sofrendo flutuações que são funções do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso também é válido em relação à memória coletiva, mesmo essa sendo bem mais organizada (POLLACK, 1992, pg. 04).

²⁶ É bastante interessante essa colocação de Pollack (1992), quando o mesmo fala de socialização política ou histórica e da projeção e identificação em quanto identidade, de um determinado passado, significa dizer, que – mesmo aqueles que não viveram determinada fase histórica e contextual, como por exemplo uma fase de ocupação indígena em determinada região, a exemplo dos locais abordados por esta pesquisa, mesmo nesta situação apontada, demais moradores falam da presença indígena na localidade, dos materiais que estes deixaram no local, dos cemitérios onde as oleiras faziam os potes e os cabas colocava o morto e enterrava” (Maninho, 2014), memória ligada ao atual sítio arqueológico Terras de Maninho (Portaria nº 42 de 04 de agosto de 2017; Processo n.º 01402.000521/2017-53).

Um dos aspectos mais interessantes da memória é o esquecimento, geralmente lembramos das coisas vivenciadas, ou não, mas que tenham uma determinação significativa, atuando seletivamente no processo de valor da memória²⁷. Esses valores estão ligados à fatos marcantes, pessoas importantes e/ou coisas inesquecíveis, ou seja, estruturas da vivência que despertam relações afetuosas ou mesmo sentimento de frustração inconveniente. Nesse trabalho, esses fatos e locais marcantes, são chamados de “eventualidades e contextos”, sendo estes elementos individuais ou coletivas pertencentes ao passado, que, pelo princípio da memória, existem no presente.

Entretanto, como Halbwacks (1990), explica:

Não há na memória vazio absoluto, quer dizer, regiões do nosso passado saídas de nossa memória de sorte que toda imagem que ali projetamos não pode agarrar-se a nenhum elemento de lembrança e descobre uma imaginação pura e simples, ou uma representação histórica que nos permaneça exterior. Não esquecemos nada, porém, esta proposição pode ser entendida em sentidos diferentes. As imagens dos acontecimentos passados estão completas em nosso espírito (na parte inconsciente do nosso espírito, nas páginas impressas de livros que podemos abrir, ainda que não os abrissemos mais (HALBWACKS, 1990, pg. 77).

Nesse processo, a memória, os lugares, a relação temporal, as pessoas, as coisas e a transmissão de informação são compreendidas enquanto elementos basilares nos quais as narrativas e os significados elaborados por nossos colaboradores estão fundamentados. Portanto, nesse trabalho não é promovida uma desvinculação entre determinados conceitos, considerando que estes são fundamentados em uma construção coletiva, vinculados à uma rede de significados mais ampla, parafraseando Geertz (1989).

Assim sendo, propomos que: a memória como uma estrutura da mentalidade humana coletivizada (HALBWACKS, 1990), pode ser alcançada através das narrativas colaborativas. Mesmo sendo composta por informações diversificadas, existem um conjunto de elementos que lhes são característicos. Logo, foi possível identificar quais seriam estes elementos que compõem a memória, além de observar como estes representam o funcionamento da mesma. Neste sentido, observa-se, que: Memória = Coisa(s) + Pessoa(s) + Tempo(s) + Lugar(s) + Eventualidade(s) + Transmissão(s); nesse trabalho, considera-se tais elementos como peças essenciais para a existência da memória.

²⁷ Através dessa breve apresentação, podemos perceber que os estudos no campo da memória transitam entre formulações tanto individuais quanto coletivas, e que as narrativas ouvidas e registradas em campo são o resultado de lembranças e esquecimentos que apesar de influenciados por fatores neurais, são regidos pelas relações sociais.

Coisas que pertencem ou pertenciam a um determinado tempo²⁸, são localizados por pessoas em determinados lugares, relacionados a princípios eventuais que determinam o processo, onde sequencialmente são transmitidos de diferentes maneiras e formas de comunicação a outros. Entender a correlação entre os elementos constituintes desta fórmula, foi um dos objetivos buscados durante a realização das entrevistas, constituindo a memória, o campo de visão do observador colaborador que narra sua versão e visão do mundo.

Deste modo, podemos perceber que os estudos no campo da memória transitam entre formulações tanto individuais quanto coletivas, e que as narrativas ouvidas e registradas em campo são o resultado de lembranças e esquecimentos que apesar de influenciadas por fatores neurais são regidas pelas relações sociais. Neste mister, buscamos ao longo desta pesquisa recolher as narrativas de alguns moradores de Jatobá dos Ferros, Caldeirãozinho e Jurema, com vista a não apenas conhecer e valorizar as suas narrativas individuais sobre a história e os bens patrimoniais locais, mas também para tentar compreender e problematizar como essas narrativas se interconectam com um contexto sócio-histórico, ou a uma memória coletiva, como diria Halbwachs. Logo, considera-se a memória uma fonte importante para ampliação do conceito de patrimônio, bem como para o desenvolvimento de um fazer arqueológico mais democrático.

2.5 ELEMENTOS DA MEMÓRIA E SUAS FUNÇÕES PATRIMONIAIS

Segundo Pollack (1992) existem elementos constitutivos da memória individual ou coletiva. O autor explica que em primeiro lugar são os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, seriam os acontecimentos que o mesmo os chama de vividos por tabela, aqueles vividos pelo grupo a coletividade à qual a pessoa sente pertencer, que em suma, são eventos que não se situam dentro de um espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. O autor explica que existe a possibilidade de que uma própria socialização política ou histórica, torna esse tipo de memória como sendo algo herdado.

Além destes também existem os lugares da memória, lugares particularmente ligados a lembranças pessoais. Também podem existir lugares não associados ao tempo cronológico, seriam aqueles de presença marcante na memória, mas sem o estabelecimento de uma

²⁸ Considerando o processo de transformação das (coisas, pessoas, tempo, lugares, eventualidades e transmissão) no mundo, é importante frisar que na fórmula pensada, estas estruturas em seu processo de permanência ou de transformação ao longo do tempo, é algo que é levado em consideração, sendo que este não ultrapassa a discussão núcleo de tal posicionamento. Tal fórmula é pensada em relação a análise dos casos que esse trabalho aborda, logo, é algo que de maneira alguma impõe ou generaliza o poder, amplitude e dinâmica que a memória possui, sua influência na construção da comunidade e sua participação na formação da sociedade.

cronologia de quando o mesmo ocorreu. Um exemplo desses lugares seriam os monumentos aos mortos, estes serviriam de base para uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela (POLLACK, 1992).

Além destes elementos também existiria o elemento pessoas ou personagens. Estes seriam encontrados ao longo da vida ou “frequentados por tabela”, algo que reproduziria indiretamente tais memórias observando que, estes personagens, por muito, não pertenceram ao espaço tempo de quem rememora ou narra uma história. Logo, até o momento existem como elementos os acontecimentos vivenciados e as pessoas. Entretanto, o autor explica que existe mais um elemento para completar essa estrutura que reconhecemos como memória, que são os lugares (POLLACK, 1992).

A partir da fala de Pollack é possível identificar que existem elementos que constituem a memória, de acordo com suas pesquisas, limitando especificamente três elementos essenciais para a construção da mesma, o autor identificou como elementos: acontecimentos, podendo ser pessoais ou vividos por tabela; as pessoas, contactadas diretamente ou por tabela; e os lugares, que podem ser associados as lembranças pessoais, mas que também podem ser sem associação cronológica. Nessa pesquisa dissertativa foram identificados estes elementos formulados por Pollack, entretanto, além destes, outros elementos que são essenciais para a construção da memória foram observados e analisados.

A memória como uma “fonte” de dados, é acessível graças às narrativas colaborativas coletadas em consonância com os preceitos da etnografia qualitativa, tal como apresentados anteriormente. Como discutido, a relação ente diferentes elementos que compõem a memória possibilitam observar aspectos sociais e científicos que são intrínsecos e comuns nas diferentes falas dos colaboradores desse trabalho.

Considerando os exemplos que esse trabalho teve acesso é possível observar, que: todas as particularidades que representam estes elementos estão presentes na memória de quem nos conta uma história ($C+P+T+L+E+TA=M$), coisa(s), pessoa(s), tempo(s), lugar(es) eventualidade(s) e transmissão(s), funcionando como elementos ou peças que em conjunto estruturam o “mosaico da recordação”, refletindo a imagem de um denominador comum, a memória.

Observa-se, que: **coisas**²⁹ pertencem ou pertenciam a um determinado **tempo**³⁰ (s), estas são encontradas, presenciadas, pertencem ou representam **pessoas**, indivíduos ou grupos que existiram, e se relacionaram em determinado **lugar(s)**, coexistindo concomitantemente com princípios **eventuais** que determinam e/ou marcam o processo de construção factual, onde sequencialmente ou em seguida **transmitem** de diferentes maneiras e/ou formas de comunicação todo ou parte do enredo desse processo. Esses elementos estruturam naturalmente as memórias relatadas no corpo das entrevistas, constituem o campo de visão do observador colaborador que narra sua versão dos fatos e sua visão de mundo.

Obviamente, esta fórmula proposta não está direcionada ao escrutínio de dados quantitativos ou a proposição de cálculos tais quais os empregados nas ciências “exatas”. Atinentes aos preceitos das ciências humanas, privilegiaremos os dados qualitativos no intuito de identificar e classificar os elementos que compõe a memória. Nesse processo, serão apresentadas as devidas conexões que estabelecem caminhos trilhados entre estes elementos, podendo estes compor o universo abstrato e/ou material.

Esse procedimento metodológico, foi elaborado com vistas a facilitar a percepção do(s) significado(s) atribuído(s) às coisas e lugares que podem incorporar sentidos patrimoniais determinados por indivíduos, famílias e/ou grupos comunitários que participaram dessa pesquisa, produzindo e interpretando os dados levantados. Assim, a partir dessas variações de dados e significados apresentados pelos colaboradores e trabalhados pelo pesquisador, o conceito de patrimônio se torna passível de problematização, sendo possível analisar e compreender os contrapontos entre: constituição e valores nacionais X anseios comunitários, e regras do Estado X regras dos grupos sociais.

A aplicação desse procedimento será realizada no capítulo 3, onde são apresentados os relatos orais de nossos colaboradores, evidenciando todos os elementos que compõem a memória contada por cada grupo, família ou indivíduo. A presença e evidência desses elementos funcionará como ferramenta para analisar quais características marcam a memória

²⁹ O autor Daniel Miller (2010) explica que coisa é tudo aquilo que existe no mundo, é impossível definir ao certo esse termo que classifica algo como um treco ou uma coisa, “Cultura material não é mais bem-definida que treco; nós também somos trecos, e nosso uso e nossa identificação com a cultura material oferecem uma capacidade de ampliar, tanto quanto de cercear, nossa humanidade; uma apreciação mais profunda das coisas nos levará a uma apreciação mais profunda das pessoas” (MILLER, 2010, pg. 07 a 12).

³⁰ Considerando o processo de transformação das coisas, pessoas, tempo, lugares, eventualidades e transmissão no mundo, é importante frisar que na fórmula pensada, estas estruturas em seu processo de permanência ou de transformação ao longo do tempo, é algo levado em consideração. Tal análise, é pensada em relação aos casos que esse trabalho aborda, logo, é algo que de maneira alguma impõe ou generaliza o poder, amplitude e dinâmica que a memória possui, sua influência na construção da comunidade e sua participação na formação da sociedade.

explanada por nosso colaborador, e quais sentidos ou significados esses elementos estruturam dentro da memória.

Para classificar esses elementos dentro de seus princípios de acordo com as memórias apresentadas, foi necessário realizar divisões que representem as características desses elementos. Por exemplo, existem relatos que falam sobre coisas mitológicas sendo sua existência não passível de toque ou contato, uma “livusia” por exemplo, tal coisa passa a ser designada como imaterial, devido essa impossibilidade de contato direto. Diferentemente de uma residência ou um vestígio arqueológico que pode ser palpável, registrado fotograficamente, e analisado diretamente, algo material.

Um outro ponto destes elementos é a possibilidade de estes serem algo comum ou particular, significa que esses elementos podem estar presentes somente em uma narrativa ou em mais de uma narrativa apresentada. Logo, esses são posicionados de acordo com a participação que cada elemento teve na construção dessa memória, como sendo algo ativo, onde realmente existiu uma participação presencial na eventualidade que estruturou a memória, ou ao contrário disso, quando especula somente sobre determinada memória por ter feito parte do processo de transmissão em que lhe foi repassado tal conteúdo ou evento ocorrido, ou seja, uma experiência por tabela.

Pessoas que são citadas no decorrer da fala dos nossos colaboradores, são instrumentos de construção da coletividade que a memória estrutura (HALBWAKCS, 1990). Logo, pessoas abordadas como elemento da memória nesse trabalho, funcionam como estruturantes do processo de memorar, podendo, a depender do contexto, estas estarem presentes ou não durante a entrevista ou na própria vivência de nosso colaborador.

Com relação ao Tempo, a classificação é mensurável ou imensurável, ocorre somente como uma observação da exatidão temporal que nosso colaborador apresenta sobre determinada memória, ou seja, o tempo em que ocorreu a eventualidade que está ligada a determinada coisa, que envolve determinadas pessoas, que contextualizam em determinado lugar, pode ser apresentado com exatidão em números, ou é algo impossível de ser mensurado, de falar o tempo ao qual ocorreu.

Lugar como um dos elementos, pode ser classificado como conhecido, podendo até mesmo ser visitado, ou desconhecido, quando está presente na memória, mas é impossível de precisá-lo. Além dessa característica, outra observação dentro dessas duas particularidades, é

se essas são comuns ou particulares, meio ao qual possibilita uma maior visibilidade da relevância desse lugar.

Quando realizamos a classificação entre agradável ou desagradável, consideramos a visão e o significado que nosso colaborador atribui ao determinado evento ou coisa ao qual estrutura sua memória. Essa visão entre algo agradável ou desagradável, possibilita concluir se existe ou não um sentido de boa relação com o conteúdo abordado, sua valorização e sua possível atribuição de preservação, ou seja, seu processo de patrimonialização.

O elemento final, e talvez o mais importante é o elemento de transmissão. Essa observação de sua importância é reluzente e ativo, até porque os colaboradores ao participarem desse trabalho estão transmitindo suas memórias e seus elementos das memórias. Além desse ponto, observa-se que a transmissão desse conteúdo memorial é algo que pode ser feito tanto de maneira cerimonial, onde existem características próprias para essa transmissão, ou ao contrário disso, pode ser algo comum, onde a própria rotina de vida influencia o diálogo e transmissão dessa memória.

Por fim, conclui-se que todos esses elementos em união constituem o que classificamos como memória. O mais importante dessa análise e desse processo de construção, é a possibilidade de um maior aprofundamento nos sentidos e significados que o conteúdo apresentado por nossos colaboradores representam para os mesmos, e a observação dos valores e sentidos patrimoniais como, a preservação ou a não preservação das coisas, lugares e eventos que marcam a memória comunitária e individual.

2.6 PATRIMÔNIO

Como sabemos, a palavra patrimônio tem sua origem ligada as estruturas familiares, econômicas e jurídicas pautada nos valores ocidentais, e atualmente o termo tem sido empregado em múltiplas adjetivações³¹, genético, natural, histórico³², etc. (CHOAY, 1992).

³¹ Na obra de Choay (1992), patrimônio é apresentado como uma bela e antiga palavra, têm sua origem ligada a estruturas familiares, econômicas e jurídicas numa sociedade estável e enraizada no espaço e no tempo. Esse termo também é utilizado em outros adjetivos como genético, natural, histórico, etc. Logo, esse conceito incorpora uma estrutura nômade, seguindo atualmente o que o autor pontua como ‘diferente e retumbante’ (CHOAY, 1992).

³² O patrimônio no seu ‘sentido figurativo’, é fundamentado no que autores classificam como Patrimônio Histórico (CHOAY, 1992; GONÇALVES, 1996). Patrimônio histórico designa bens que são destinados ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum (CHOAY, 1992). Uma comunidade que atinge dimensões planetárias pode ser classificada como Estado Nação – uma construção que é delimitada dentro de um discurso nacionalista fundamentado a partir da Objetificação Cultural (GONÇALVES, 1996).

Todavia, na abordagem acadêmica do tema, especialmente nas ciências sociais e na arqueologia, o conceito de patrimônio tem sido abordado tanto para análise da miríade de instrumentos legais que regem sua definição, posse, preservação, etc.; quanto para a discussão dos aspectos políticos, sociais e históricos associados à definição deste conceito e dos “bens” (materiais e imateriais) que ele passa designar.

Como é apontado pela bibliografia especializada, desde o final do século XVIII, e início do século XIX, bens patrimoniais são atribuídos de funções pedagógicas e políticas. Desde o final do século XVIII e início do século XIX, práticas culturais de “preservação histórica”, são voltadas a identificação, coleta, restauração e preservação de objetos culturais ou patrimoniais, utilizados como marcadores de identidade de certos povos. Assim, esses foram expostos em museus ou instituições exemplificando e reforçando a dualidade de categorias como: primitivo x civilizado; exótico x familiar; cultural de massa x cultura erudita; cultura estrangeira x cultura nacional. Deste modo, nesse processo elegia-se e delimitava-se quais bens se adequavam à categoria de patrimônio (GONÇALVES, 1996).

Observamos que a concepção moderna de história norteou essas práticas patrimoniais, apontando o processo inexorável de “destruição”, no qual valores, instituições e objetos associados a uma “cultura, tradição, identidade ou memória nacional” tendem a se perder, “deixam de existir”. Essa determinação não considera a recriação ou permanência desses diferentes processos em diferentes planos. Logo, esse processo estrutura a destruição e homogeneização³³ do passado e das culturas, tomando como dado o presente narrado como uma situação de perda³⁴ progressiva (GONÇALVES, 1996).

Neste cenário, a noção de apropriação ganha relevância nos discursos sobre patrimônio. Apropriar-se de alguma coisa implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, implicando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade³⁵ (GONÇALVES, 1996, pg. 24). Nas

³³ “Em alguns contextos o patrimônio arqueológico autorizado não tem lugar na vida de pessoas que, por outro lado, constroem outras paisagens e narrativas memoriais e nas quais as coisas do passado recente assumem a centralidade” (BEZERRA, 2017, pg. 14).

³⁴ Os efeitos desse esquema de pensamento em termos de práticas envolvendo os chamados patrimônios culturais será o de desenvolver um interminável trabalho de resgate, restauração e preservação de fragmentos visando a reestabelecer uma continuidade com aquela situação originária (GONÇALVES, 1996, pg. 23).

³⁵ “Muitos moradores das localidades nas quais desenvolvi pesquisas, guardavam objetos arqueológicos entre seus pertences pessoais. Existe um afeto que as pessoas tinham por vários objetos ou lugares, independentemente de sua relação com o passado histórico e/ou arqueológico” (BEZERRA, 2017, pg. 13). Esse trecho da obra da autora, assemelha-se às condições vivenciados nos contextos das áreas desta pesquisa. Tal observação nos leva a uma das possíveis interpretações como a própria observação da identidade, pois, muitos desses objetos, oriundos de um passado recente ou não, são repassados de geração para geração, do avô para o neto ou do pai para o filho etc.,

narrativas nacionais sobre o patrimônio, essa apropriação é entendida como ação de preservação e definição de identidade, e, assim sendo, “uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio³⁶” (GONÇALVES, 1996, pg. 24).

Colecionamento e apropriação, reforçam a integridade e identidade da memória nacional³⁷, logo, a perda é uma imagem colocada à fora da apropriação, nesse discurso, assegura-se, que, a cultura ou patrimônio nacional permaneçam ilusoriamente coerentes, íntegros e idênticos entre si (GONÇALVES, 1996).

Problematizando ainda mais o patrimônio, Choay (1992), aponta que:

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição de sociedade e das questões que ela encerra (CHOAY, 1992, pg. 2).

A partir dessas questões, observa-se que, patrimônio como um termo multilinguístico carregado de variações nominais, signos e/ou significados, aborda diferentes universos que existem desde o ocidente até o oriente. Sua estrutura, de certa maneira fundamentam-se no valor, na posse e/ou domínio, no pertencimento e na determinação comum ou individual.

Não por acaso, através do apontamento de alguns autores, podemos perceber a correlação do termo patrimônio com os conceitos de: *Pátria* (CARTOGA, 2011), *patriarcal* (MORGANTE, 2014) e *patrícios* (JUNIOR & MICHILES, 2014), termos que possuem um mesmo radical nominal, marcados por conceitos passíveis de comparação.

Ao analisar essas correlações Cartroga (2011), afirma que:

A genealogia do vocábulo ‘pátria’ em Homero, onde *patra*, *patris* (e seus derivados: *patrões*, *patrios*, *patriôtes*) remetem para a “terra dos pais” (*hê patris*). Estes possuem uma semântica que engloba tanto o enraizamento natalício, a exemplo da fidelidade do ser a uma terra e a um grupo humano, identificado como uma herança comum, real ou fictícia. Esse termo arrasta consigo uma forte carga afetiva, resultante da sobre determinação sacro-familiar que o recobre, como uma ancestralidade que tinha o seu ponto nodal no culto dos túmulos. E esta prática não se cingia ao âmbito privado, possuindo também um valor cívico e ideológico imprescindível, visando inculcar o

suas histórias, memórias e significados são transmitidos na oralidade familiar e comunitária, logo, estrutura-se uma identidade do objeto e de suas relações com seus proprietários (notas do autor).

³⁶ Desse modo, fomenta-se o discurso ilusório de que o patrimônio e a identidade nacional permanecem coerentes, íntegros e idênticos entre si, Gonçalves (1996), aponta, que: Palavras como *Heritage* (inglês), *Patrimoine* (francês) ou *patrimônio* – qualificam essa função enquanto uma forma herdada em oposição a uma propriedade adquirida (GONÇALVES, 1996).

³⁷ “O discurso autorizado do patrimônio, preocupado principalmente com a preservação das narrativas por ele legitimadas, não problematiza as relações entre as pessoas e as coisas do passado, prefere normatizá-las. A patrimonialização conservadora dessas relações esvazia a sua carga simbólica. Os sentidos que constituem essas materialidades fora dos cânones preservacionistas são tidos como ilegítimos” (BEZERRA, 2017, pg. 13).

reconhecimento e unir, eficazmente, a pequena comunidade, ordenando à condução dos indivíduos à aceitação dos imperativos do grupo - doação que podia ir até ao sacrifício da própria vida (CATROGA, 2011, pg. 13).

Já Morgante (2014), aponta, que o termo patriarcado na sua forma adjetiva, como família patriarcal ou ideologia proletária e patriarcal, em detrimento da referência ao patriarcado na sua forma substantiva, como um sistema, uma organização ou uma sociedade patriarcal, demonstram, que: a estrutura adjetiva como é utilizada, remete ao conceito weberiano de patriarcalismo, ou seja, um tipo de dominação em que o senhor é a lei, sendo que o domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas, ou as formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição (MORGANTE, 2014).

Por sua vez, o termo “patrícios” se correlaciona a histórica do império romano, sendo usado para designar o grupo que se forma durante os processos de transformações econômicas e políticas advindas da unificação de Roma. Nesse contexto, o antigo sistema gentílico se desintegrou, dando lugar a essas organizações sociais constituídas por grupos familiares que se apoderaram das melhores terras. Assim, a palavra Patrícios é derivada do termo *parter*, aquele que exercia poder supremo sobre as famílias. Logo, esse grupo formou uma aristocracia hereditária, baseada em seu poder na propriedade de terras e no domínio político de Roma (JUNIOR & MICHILES, 2014).

Como exposto, podemos observar que, patrimônio, pátria, patriarcado e patrícios enquanto termos que possuem o mesmo radical, são fundamentados numa mesma condição que legitima a posse, o poder, o domínio, a hereditariedade, a limitação, a ordem e a designação ou destino. Logo, pensar patrimônio na atualidade, é conectar laços com o velho mundo ocidental dominador e colonialista, onde a supremacia hegemônica formada pelas elites, detentoras e construtoras dos valores patrimoniais, objetificando a cultura e a sociedade, têm em seu destino a posse do que “é seu por direito”.

Visto dessa maneira, o conceito de patrimônio escapa da construção de bem público e é dotado de poder e soberania que melhor representa os desejos do Estado, desdobrando as realidades que o mesmo pertence e sendo direcionado aos desejos que são passados de pai para filho. O patrimônio é de posse da nação (pátria), passado de geração após geração àqueles que detêm o poder (sistema patriarcal), sendo estes, os representantes do grupo que detêm o poder dentre gerações (patrícios), e, no presente, ainda representam a hegemonia do Estado Nação.

É justamente essa concepção tradicional e limitada de patrimônio que buscamos problematizar e desconstruir em nossa pesquisa. Para além da promoção de discursos oficiais e reificação de imagens hegemônicas, acreditamos que os bens patrimoniais, em suas múltiplas categorias (material, imaterial, paisagístico, geográfico, geológico, arqueológico, histórico, etc.), tem sua relevância garantida justamente por sua incapacidade de se adequar a contextos herméticos ou a concepções limitadas. Ou seja, apesar do inegável direcionamento jurídico e político do Estado e da academia a respeito daquilo que deveria ser reconhecido, valorizado e preservado enquanto patrimônio, as pessoas e comunidades elaboraram concepções próprias a respeito do tema.

Os museus são uma das formas expressivas que compõe o imenso laço patrimonial. Nesses espaços ilimitados em sua diversidade museal, existem divergentes maneiras de constituir esse bem que preserva o tripé patrimonial, que podem ser as coisas, histórias e memórias, e suas complexidades. Segundo a autora Abreu (2012), museus são fenômenos sociais intrinsecamente relacionados às sociedades que os geram, logo, esses estão associados aos seus contextos de criação, significação, dinamização, ressignificação até mesmo sua “finalização – fechados”. Para os museus, não existem limites estruturais nem territoriais, logo, a própria concepção de museu enquanto um lugar de memória (NORA, 1993), engloba a possibilidade de estes pertencerem e serem pertencentes aos espaços públicos, comunitários ou até mesmo privados, como as coleções pessoais.

Como discutido por Cardoso (2013), as relações entre sujeitos e objetos, ou entre pessoas e bens patrimoniais, são mediadas por uma miríade de fatores que não podem ser controladas pelas instituições oficiais. Reconhecer essa realidade nos ajuda a compreender que patrimônio é ontologicamente uma categoria polissêmica, que engloba diferentes materialidades, temporalidades e afetividades. E, assim sendo, em consonância com os preceitos da arqueologia pública, defendemos que uma abordagem adequada dos temas patrimoniais, perpassa, necessariamente, pelo envolvimento e protagonismo das pessoas e comunidades que mantêm relação com os bens que pretendemos abordar.

2.7 ETNOGRAFIA QUALITATIVA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

Metodologicamente, optou-se pela realização de um levantamento etnográfico para a obtenção de dados qualitativos, sendo as narrativas colaborativas as fontes primordiais para a viabilização de nossa pesquisa. O levantamento etnográfico pode

ser definido como a interpretação das culturas possibilitada pela atividade de observação (GEERTZ, 1989); baseando-se, antes de tudo, em “*escrever o que vemos*” (LAPLANTINE, 2004). A pesquisa qualitativa³⁸ é uma atividade situada que localiza o observador no mundo, essas práticas e matérias interpretativas dão visibilidade ao mundo, transformando este em uma sequência de representações e significações realizadas pelos próprios sujeitos³⁹ da ação (DENZIN & LINCOLN, 2005).

Nesta perspectiva, praticar a etnografia é elaborar uma descrição mais densa possível sobre o que um grupo de pessoas faz e pensa, e analisar o significado que determinados atos ou objetos tem para elas, considerando o contexto em que vivem (GEERTZ, 1989). Neste sentido, o levantamento etnográfico “consiste na aceitação incondicional da realidade tal como ela aparece” (LAPLANTINE, 2004) e deve ser regido pela abertura ao diálogo sem preconceitos e sem julgamentos (FETTERMAN, 1998). Portanto, a escolha da abordagem qualitativa⁴⁰ se deu por sua capacidade de permitir que o pesquisador vivencie o contexto no qual o seu “objeto de estudo” se insere, “tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (SILVA, 2017).

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. O termo qualitativo implica uma partilha densa com **peessoas, fatos e locais** que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o

³⁸ “A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa do mundo circundante, o que significa que os pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (SILVA, 2018, pg. 03).

³⁹ “No relacionamento com as comunidades temos a obrigação de dar voz às diferenças, deflagrar injustiças e romper com padrões hegemônicos impostos por colonizadores, e assim entender como essas populações compreendem os espaços em que vivem” (MANFRINI, 2018, pg. 36).

⁴⁰ A origem da pesquisa qualitativa já se encontra “convincentemente documentada” e remonta aos estudos do alemão Franz Boas, considerado o primeiro antropólogo a residir nos contextos de origem de seus informantes, ainda que em curtos períodos de tempo; e aos pesquisadores da chamada “Escola de Chicago”, que prosseguiram e perseguiram a tradição antropológica do trabalho de campo – o que incidiu principalmente na “observação participante”. Esta ontologicamente associada a coleta e problematização de dados que não são passíveis de serem matematizados. É uma abordagem largamente utilizada no universo das ciências sociais, quando a opção é trabalhar principalmente com representações sociais, que a grosso modo podem ser entendidas como a visão de mundo. Buscar uma explicação da realidade via abordagem qualitativa corresponde compreendê-la a partir da revelação dos mapas mentais dos sujeitos da investigação. Interessa, pois, nessa abordagem apreender as percepções comuns e incomuns presentes na subjetividade das pessoas envolvidas na pesquisa, notadamente na condição de sujeitos. Prestam-se como instrumentos de coleta de dados nessa abordagem a entrevista, questionários abertos, registros fotográficos, filmagens, técnica de discussão em grupo, observação sistemática e participante e outras que o investigador poderá criar e/ou adaptar (MATTOS E CASTRO, 2011).

autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003, pg. 224).

A escolha pela abordagem qualitativa nesse trabalho, ocorre devido objeto de estudo selecionado pelo pesquisador, o patrimônio. Como já foi explicado, patrimônio é uma “estrutura” individual e/ou social que é fundamentada a partir de valores e significados, relacionados diretamente com o discurso e a memória. Para alcançar essas essências dentro das comunidades de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema-PI, considera-se que somente com a utilização da abordagem qualitativa e da metodologia etnográfica, tais objetivos puderam ser alcançados.

Desde o século XIX a Etnografia⁴¹ vem, juntamente com a pesquisa qualitativa, apresentando seu valor, sua importância e relevância. Ao olharmos para determinados temas com objetivos qualitativos ao estudar certos grupos, a etnografia pode apresentar-se como uma base metodológica e teórica para a pesquisa, bem como uma estratégia, quando adequada aos propósitos pretendidos. Na área da educação, os estudos etnográficos tem sido ponto de ‘acercamento’ com a abordagem socioantropológica, dando voz e ouvindo os sujeitos envolvidos, possibilitando reflexões e ações nas práticas e políticas educacionais que envolvem os sujeitos (MATTOS e CASTRO, 2011, pg.17-20).

As comunidades colaboradoras dessa pesquisa são repletas de sítios arqueológicos, com ampla e variada quantidade de vestígios materiais das ocupações indígenas remanescentes. Os moradores das comunidades estabelecem relação direta com essas culturas materiais, desenvolvendo sentimentos de valor e posse desses dos vestígios que os mesmos consideram atraentes. Gavin Lucas (2010), explica tal relação:

Muitas vezes o sítio se encontra sob uma comunidade atual, e a interação dela com o material é um expediente etnográfico que sempre deve ser levado em consideração na pesquisa. Da mesma forma que o material escavado, uma vez removido do solo, passa a ter uma segunda temporalidade além da em que foi produzida e utilizada: que é a em que foi redescoberta e se tornou acervo e informação. O etnógrafo pode observar tais interações, pode observar a performatividade de pessoas e coisas; se desempenho ou prática é o local onde pessoas e coisas são constituídas, então os etnógrafos têm um assento na primeira fila (LUCAS, 2010, pg. 32).

Lucas (2010), faz uma crítica ao trabalho arqueológico comparando-o com o trabalho do etnográfico, o mesmo, que satiriza dizendo que o etnógrafo tem o assento na primeira fila, compara dizendo que o arqueólogo não senta na primeira fila, que ele ou ela nem se encontra

⁴¹ A maior preocupação da etnografia é obter uma descrição densa, a mais completa possível sobre um grupo particular de pessoas e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que fazem (MATTOS E CASTRO, 2011, pg. 10).

no teatro, não observando a prática ou o desempenho, eles têm que inferir sobre o arranjo das coisas e corpos deixados no palco que constituem o registro arqueológico.

Lucas (2010), completa sua fala com uma colocação que é pertinente a este trabalho, pois considera-se esse ponto textual reflexivo, algo que o autor dessa dissertação busca para sua pesquisa e carreira acadêmica.

Não devemos apenas quebrar a distinção entre pessoas e coisas como na última seção, também precisamos quebrar a distinção entre objetos e eventos. Esta separação de objeto e evento está no cerne de nossa caracterização convencional da inferência arqueológica, que depende da distinção de objetos estáticos de seu contexto dinâmico. Aquele que sobreviveu (estático objeto), o outro não (contexto dinâmico). Se, no entanto, alguém argumenta pela inseparabilidade de objetos e eventos, então a questão não é sobre como os objetos agem / atuam, mas sim, sobre a distribuição do poder de agir / atuar dentro e entre coletivos. Isto é mais como explorar a entropia ou inércia nas organizações materiais, o latente ao invés do que manifestar o lado da ação ou desempenho (LUCAS, 2010, pg. 33).

Logo, as relações de alteridade ou contraposição que se mostram cada vez mais importantes nos trabalhos que são desenvolvidos junto às comunidades, discutem os tipos de relações que o patrimônio arqueológico possui com as tradições destes meios sociais, apontando como elas entram em conflito ante as pressões da sociedade ocidental. Nesse processo, a arqueologia assume seu papel de maior urgência e relevância, pois: “através do viés comunitário o arqueólogo se torna uma parte presente nas negociações entre comunidades e o mundo ocidental moderno, extrovertendo a voz de comunidades oprimidas pela modernidade, e que agora lutam pela manutenção de seus espaços e tradições”. (SABLOFF, 2008; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2010 apud MANFRINI, 2018, pg. 38).

Deste modo, a colaboração de membros das comunidades locais, foi essencial para o levantamento e compreensão de nossos dados. É importante ressaltar, a liberdade que nossos colaboradores tiveram para questionar as informações geradas, podendo corrigir, completar ou pedir que determinados pontos não fossem apresentados no trabalho. Portanto, buscamos atender as premissas da arqueologia pública, no que se refere à promoção de práticas éticas e democráticas na execução de nossa pesquisa, respeitando os costumes, expressões, sítios arqueológicos em propriedades privadas, e as relações que ocorrem dentro desse contexto e no contexto de coletas de dados.

Neste processo, a realização de entrevistas semi-estruturadas⁴² foi escolhida por facilitar o estabelecimento de um diálogo com nossos colaboradores e, simultaneamente, permitir abordar uma ampla gama de temas. Assim, as entrevistas foram realizadas com os indivíduos das comunidades que aceitaram o convite para contribuir com a pesquisa, ou que, tomando conhecimento e despertando interesse pelo projeto que está sendo desenvolvido na área, se ofereceram a participar.

Essa técnica de entrevista semi-estruturada, permite uma maior flexibilidade durante a entrevista. Em sua estruturação, o entrevistador introduz a temática e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre a temática sugerida. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima, esse deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante (MINAYO, 1993 apud CARDOSO, 2013).

O processo de realização das entrevistas, teve início a partir do primeiro contato com os colaboradores das comunidades, estes representados pela família Assis, que ocorreu no ano de 2014. Esta família foi responsável pelas indicações iniciais daqueles que poderiam colaborar com a pesquisa, que possivelmente teriam muito a apresentar sobre Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema-PI.

A partir dessas indicações, que ocorreram esporadicamente entre os anos de 2014 a 2018, foi possível no ano de 2019, iniciar o processo de aproximação e convite para participação dos moradores e famílias indicados pela família Assis. No primeiro diálogo com estes, foi posto em evidência a importância dessa pesquisa e o interesse que a UNIVASF despertou por esses locais. Um dos principais elementos que facilitou a aproximação da comunidade foi o fato de o pesquisador pertencer a mesma, sendo este filho do colaborador Hildemar Assis, que pertence a Caldeirãozinho. Logo, realizou-se um convite para a participação da pesquisa, agendamento e autorização de divulgação de dados pelos mesmos, nesses pontos deu-se preferência total aos desejos dos narradores colaboradores.

Uma das opções que foi ofertada para estes, foi sobre a possibilidade de realizar tais entrevistas nos locais ou com os objetos ao qual estes narravam suas histórias e memórias. Além

⁴² Este tipo de entrevista é organizado a partir de tópicos importantes a serem explicitados pelos colaboradores, no qual são de interesse da pesquisa, entretanto, um espaço é deixado em aberto para uma ampla locução do entrevistado, onde esse sintá-se seguro para expor o maior número de informações possíveis sobre o tema (SILVA, 2018).

desse aspecto que funciona como semente da rememoração (HALBWACKS, 1990), foi questionado a possibilidade de gravar a entrevista por mídia audiovisual, possibilitando um registro desse momento de diálogo e interrelação.

Em suma, a maioria dos entrevistados que colaboraram com a pesquisa autorizaram a realização de tal registro e sua divulgação. No total foram realizadas 17 entrevistas sendo essas de colaboradores entre faixas etárias que variam entre 08 a 90 anos de idade. Esses colaboradores e colaboradoras, nasceram e viveram por muito tempo nas comunidades estudadas, conviveram com os patrimônios locais, e despertaram sentimentos pela história e memória local.

A maior dificuldade que ocorreu durante todo esse processo, está ligada à questão de pertencimento que o pesquisador possui para com as comunidades de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema-PI. Essa dificuldade ocorre devido às múltiplas lembranças felizes e tristes que esses locais, coisas, pessoas, histórias e memórias despertam no pesquisador pertencente ao meio de pesquisa. Perdas de entes queridos como Cesaltina Assis e Euzébio Assis, dois grandes colaboradores que participaram do início da pesquisa no ano de 2014, falecendo ambos no ano de 2017, provocam comoção no pesquisador e naqueles que conviveram com os mesmos, principalmente quando citam estes em suas memórias de valor patrimonial.

2.8 CONSTRUINDO CARTAS ARQUEOLÓGICAS/MAPAS AFETIVOS

O resultado de todo esse processo de análise elementar da memória, suas relações, significados e atribuições de valores patrimoniais, serão essenciais para a construção dos **Mapas Afetivos do Patrimônio de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros, Mandacaru, Pendangas, Espírito Santo e Jurema-PI**, que será apresentada no final desse trabalho (Anexo 1). Nestes mapas os objetos, locais, elementos, pessoas que representam o patrimônio da região, tendo como finalidade a expressão e extroversão dos sentidos patrimoniais das comunidades e município estudados, objetificando, portanto, os anseios que são caracterizados através da comunidade colaboradora.

Logo, existirá uma construção contextual associada entre os conceitos de carta arqueológica e o mapa afetivo, considerando as posições entre colaboradores e pesquisador, buscando a melhor contextualização das memórias e seus elementos.

Segundo Vettorassi (2014), os mapas afetivos têm como objetivo realizar representações de como determinadas lembranças individuais ou até mesmo coletivas, podem ser relacionadas a um local, não se limitando somente a este “elemento”, existindo o envolvimento com outros elementos como os já elencados nos capítulos anteriores, logo, são evidenciados lugares da memória como pontos ou até mesmo sementes que marcam o indivíduo em seu cotidiano.

Para a construção dos mapas afetivos, é necessário a utilização de ferramentas como o Sistema de Informações Geográficas (GIS), onde são delimitados com precisão geográfica, a localização exata dos materiais evidenciados nesse produto de informações e contextualizações que representa essa carta. No caso desse trabalho, realiza-se um levantamento de dados, através de prospecções na área pesquisada, utilizando-se de GPS como ferramenta de registro dos locais onde estão evidenciados os patrimônios estudados.

Segundo Cerqueira (2003), a carta arqueológica é uma obra que visa a criação de um banco de dados com tipologias, distribuição, geomorfologia, características ambientais, grau de deterioração dos sítios e coordenadas geográficas, criando a partir dessas características mapas específicos da microrregião. Pode ter diferentes finalidades, dentre elas, dar visibilidade a diferentes ocupações de determinada região, ou, como no caso desse trabalho, dar visibilidade aos diferentes patrimônios comunitários (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2003).

Os autores também explicam que, a realização de uma carta arqueológica, facilita trabalhos posteriores, além de contribuir na conscientização da população local, detentora desses patrimônios, referente a necessidade de preservar esses bens (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2003). Esses são os motivos que direcionam muitos pesquisadores a trabalharem com a produção de cartas arqueológicas, noções e princípios que caracterizam a necessidade da construção destes mapas afetivos.

Em alguns exemplos de cartas arqueológicas realizadas no Brasil, serão citados 3 exemplos, são estes: Carta Arqueológica das Estearias da Porção Centro-Norte da Baixada Maranhense (NAVARRO, 2013); Carta Arqueológica Digital Sobre o Município de Marechal Deodoro Estado de Alagoas - Brasil (JUCÁ, 2019); Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região - Atividades Desenvolvidas Entre março de 2002 e fevereiro de 2003 (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2003).

Esses três trabalhos, foram selecionados como exemplos a partir de suas minuciosas explicações e caracterizações das metodologias, leituras e práticas desenvolvidas no processo de construção cartográfica arqueológica por eles realizados, além de características que

apontam seus envolvimento com as comunidades detentoras dos bens evidenciados nestas cartas/mapas afetivos caracterizando particularidades que caracterizam esse trabalho.

No trabalho de Navarro (2013), o mesmo trata sobre as Estearias⁴³ maranhenses, distribuídas em 8 municípios do estado, o autor realiza um levantamento em campo e laboratório para a construção de uma carta arqueológica das estearias, demonstrando a distribuição desses sítios nos lagos do centro-norte da baixada maranhense. A possibilidade deste estudo decorreu do processo de secagem natural desses lagos.

Navarro (2013), justifica, que:

A carta arqueológica fornecerá um catálogo de sítios arqueológicos, que, depois de inventariados, servirão como base de dados para a elaboração de pesquisas pontuais futuras. Com isso, teremos a informação não somente da totalidade da área ocupada e a localização exata dos sítios arqueológicos nela existentes, mas também o mapeamento da região que guiará as ações arqueológicas e/ou patrimoniais que venham a ser implantadas na área a ser estudada (NAVARRO, 2013, pg. 60).

O autor explica que esse processo de estudos das estearias e a produção cartográfica das mesmas, são alguns dos passos necessários para adentrar nos princípios das comunidades detentoras desses bens, tratando também de questões como educação patrimonial e políticas públicas, conscientizando tais detentores da importância que esses patrimônios representam para o estado do Maranhão (Consultado em: <https://www.youtube.com/watch?v=N2YwD7pHdqc>).

O segundo trabalho utilizado como exemplo, é o da Jucá (2019), no trabalho da autora, a mesma apresenta uma proposta de elaboração de uma carta arqueológica digital, no município de Marechal Deodoro-AL. A autora explica que essa carta irá possibilitar a apresentação de um modelo regional de gestão do patrimônio identificado e cadastrado pelo IPHAN e por pesquisas desenvolvidas no município, visto que, pela importância da elaboração desse tipo de inventário de bens culturais, será possível constituir novas ferramentas para a preservação e gerenciamento do patrimônio arqueológico.

⁴³ As estearias foram moradias lacustres construídas com esteios de madeira que serviam de sustentação para as construções superiores, dando origem, assim, às palafitas pré-históricas (LOPES, 1924; LIMA; AROSO, 1991; LEITE FILHO, 2010). Sítios palafíticos ocorrem com alguma frequência em algumas regiões da Europa, como a Itália, França, Alemanha e Suíça. Estão localizados parte no continente e parte nos lagos e foram datados entre 5 mil a 800 a.C., sendo que, atualmente, mais de mil sítios desta natureza já foram catalogados (RENFREW; BAHN, 2007). No continente americano, são muito menos frequentes. Esse tipo de sítio arqueológico aparece em casos isolados na América do Sul, como nos relatos de Vespúcio em 1499 sobre comunidades que viviam em palafitas na costa venezuelana (NAVARRO, 2013, pg. 58).

A autora caracteriza suas cartas com os seguintes atributos: Número da Carta Arqueológica⁴⁴, Categoria Arqueológica⁴⁵, Nome⁴⁶, Outras Denominações⁴⁷, UF⁴⁸, Município⁴⁹, Localidade⁵⁰, Zona⁵¹, coordenadas⁵² X e Y, SIGLA/Número no CNSA/IPHAN⁵³, Classificação⁵⁴ de Sítio, Tipo⁵⁵, Tipo de Vestígios⁵⁶ Arqueológicos e Referências⁵⁷. Como resultado a autora obteve diferentes mapas com uma gama de informações que caracterizam seus objetos de estudo (JUCÁ, 2019).

O terceiro trabalho utilizado como exemplo, é o de Cerqueira & Loureiro (2003); estes autores trabalham com um projeto de Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região, sendo 4 comunidades pertencentes a esse município. As cartas arqueológicas com suas informações, têm por finalidade, dar maior visibilidade à diversidade de ocupações por diferentes culturas da região pesquisada, dos primeiros caçadores-coletores, em um intervalo temporal que varia entre 8.000, 5.000 e 400 anos antes do presente (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2003).

Para a produção desse trabalho, levaram em consideração revisões bibliográficas, relatos orais e toponímia. Com a reunião dessas informações, a partir destas etapas iniciais de prospecção, os mapas tiveram sua produção iniciada apontando-se panoramas gerais das áreas com potencial arqueológico. Com a produção e análise dessas cartas, os autores concluíram que, o processo de ocupação dessa região foi longo e intenso, sendo uma das poucas áreas do Brasil em que se constata uma enorme diversidade arqueológica associada a um grande número de regiões pouco adulteradas em suas características arqueológicas (CERQUEIRA & LOUREIRO, 2003).

Os mapas afetivos que são apresentados nesse trabalho, foram construídos a partir de características informativas semelhantes aos de Jucá (2019), considerando estes padrões de informação apresentados pela autora essenciais para a contextualização dos patrimônios

⁴⁴ Numeração criada neste trabalho para identificar os sítios arqueológicos e bens tombados na Carta Arqueológica.

⁴⁵ Variação entre sítio arqueológico, objeto e/ou lugar.

⁴⁶ Nome dado ao bem patrimonial apresentado pela comunidade.

⁴⁷ Outras possíveis nomeações não comuns apresentadas pela comunidade.

⁴⁸ Nome do estado no qual se localiza o bem patrimonial.

⁴⁹ Nome do município no qual se localiza o bem patrimonial.

⁵⁰ Denominações dos locais em que foram encontrados os sítios, tais como nome de Fazenda ou Povoado.

⁵¹ Zona das coordenadas UTM em que se localiza os bens.

⁵² Coordenada X e Y UTM para o bem patrimonial no DATUM SIRGAS2000.

⁵³ Sigla atribuída no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.

⁵⁴ Classificação do sítio arqueológico em Pré-colonial, Histórico ou Pré-Histórico e Histórico.

⁵⁵ Descrição do tipo de sítio arqueológico ou edificação e do tipo de bem natura

⁵⁶ Listagem da cultura material ou dos vestígios arqueológicos apresentados pelos colaboradores.

⁵⁷ Fontes comunitárias e individuais consultadas para a obtenção dos dados que caracterizam estes bens patrimoniais.

comunitários, existindo algumas variações estruturadas pelo autor desse trabalho, perante a necessidade de uma adaptação às tipologias patrimoniais e suas configurações sociais, objetificações que essa pesquisa visa alcançar.

Portanto, considera-se que a elaboração e produção de cartas arqueológicas/mapas afetivos, é um importante meio para explicitar características sociais e acadêmicas observadas ao longo desta pesquisa. Estas características estão ligadas aos contextos pretéritos e atuais, registrados, analisados e extrovertidos em uma parceria entre colaboradores e pesquisadores, considerando os princípios patrimoniais destes bens e de seus detentores, utilizando-se de ferramentas como Sistemas de Informação Geográfica (SIG), na produção de informações visuais e contextuais da região juremense, valorizando e divulgando o patrimônio comunitário.

3 ÁREAS DE PESQUISA, CONTEXTOS E COLABORAÇÕES

Vermelho se chama na terra a todo índio de qualquer nação que seja; mamaluco ao filho de branco e índia; caful ao filho de preto e índia; mestiço, ao que participa de branco, preto e índia; mulato ao filho de branco e preta; cabra ao filho de preto e mulata; curiboca ao filho de mestiço e índia; quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas se explicam pela palavra mestiço o que eu faço, compreendendo nela os cabras e curibocas (DESCRIÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, OEIRAS, 15 DE JUNHO DE 1772, ANTONIO JOSÉ DE MORAIS DURÃO).

Esse trabalho aborda o município de Jurema e duas de suas comunidades vizinhas, Jatobá dos Ferros e Caldeirãozinho (imagem 5), localizados na região sudoeste do estado do Piauí, com cerca de 4.763 habitantes (IBGE, 2019). Esses três locais pertencem a área correspondente ao Corredor Ecológico, que liga os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões⁵⁸ (figura 5).

A presença de vestígios arqueológicos que representam remanescentes indígenas na região estudada, deriva de antigas ocupações de grupos nativos que ocuparam o território do atual estado piauiense. Essas ocupações perduraram por um longo período de tempo, independente da constância dessas ocupações, no sítio arqueológico Boqueirão da Pedra Furada, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, a arqueóloga Niéde Guidon localizou vestígios ocupacionais que datam cerca de 50.000 anos antes do presente (GUIDON, 1986; PARENTI, 2001; LOURDEAU, 2019).

⁵⁸ O Parque Nacional (Parna) da Serra da Capivara foi criado através do Decreto de nº 83.548 de 5 de junho de 1979, com área de 100 000 hectares. A proteção ao Parque foi ampliada pelo Decreto de nº 99.143 de 12 de março de 1990 com a criação de Áreas de Preservação Permanentes adjacentes com total de 35.000 hectares. Localizado no semiárido nordestino, fronteira entre duas formações geológicas, com serras, vales e planície, o parque abriga fauna e flora específicas da Caatinga. Pelo seu valor histórico e cultural, o Parque Nacional da Serra da Capivara foi declarado pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1991, Patrimônio Cultural da Humanidade. A Portaria MMA nº 76, de 11 de março de 2005, criou um Mosaico de Unidades de Conservação abrangendo os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões e o Corredor Ecológico conectando os dois parques. A área total do Corredor Ecológico é de 414 mil hectares, abrangendo os municípios de São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Tamboril do Piauí, Brejo do Piauí, São Braz, Anísio de Abreu, Jurema, Caracol e Guaribas (Consultado em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao/1/unidades-abertas-a-visitacao/199-parque-nacional-da-serra-das-confusoes>).

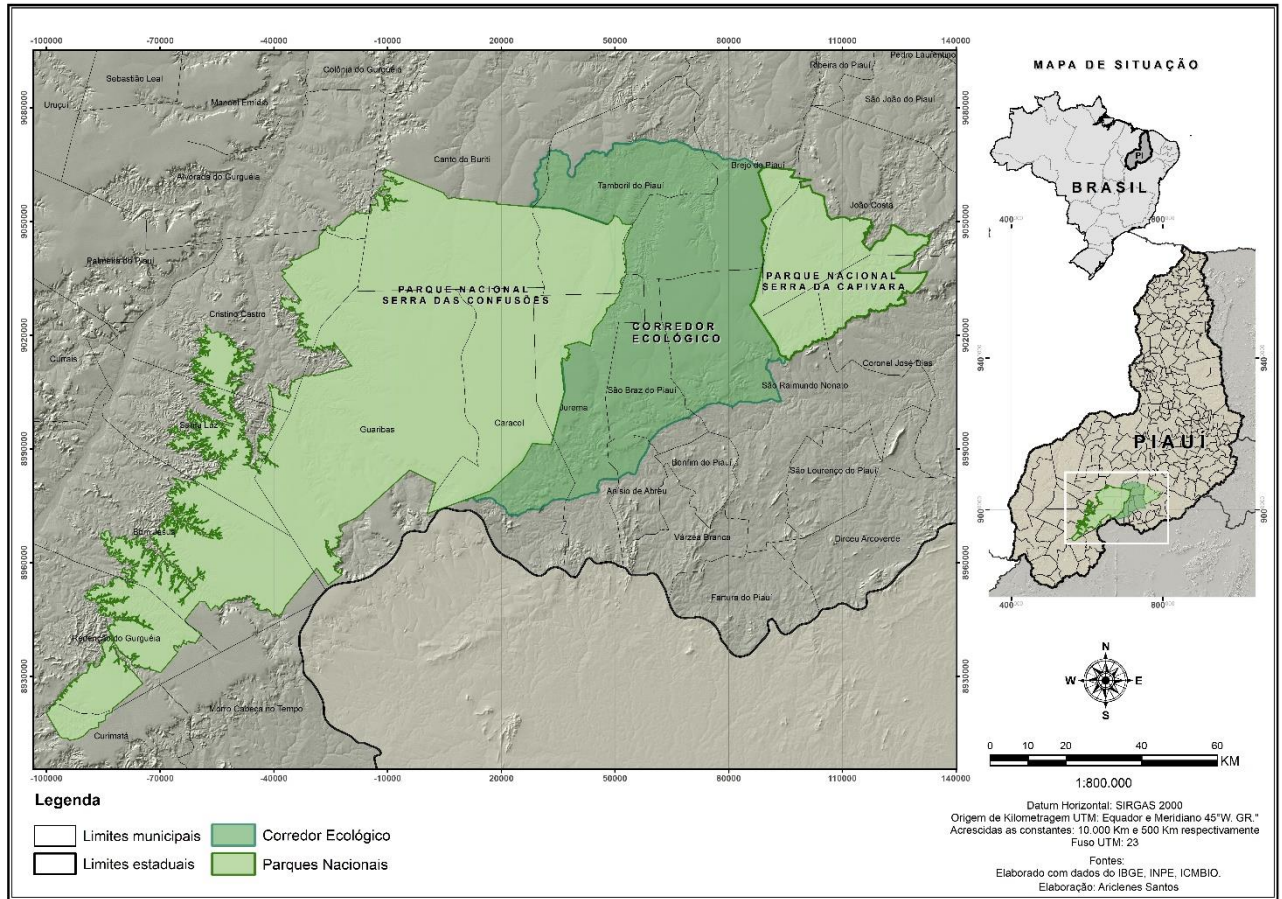


Figura 05: Mapa correspondente aos limites das áreas dos Parques Nacionais S.CA. e S.CO. e da área de conservação C.E. apresentando o município das comunidades, Jurema (Elaborado por: Ariclens Santos. Fonte: Geoprocessamento FUMDHAM, 2021).

Dentre os grupos nativos que ocupavam o estado do Piauí, Chaves (1998), cita os grupos dos:

Os índios Anassus e os Alongazes ocupavam a serra da Ibiapaba; os Aruazes no Riacho Sambito; os Ubatês, Moatans, Janduius, Icós e Urirés na Serra do Araripe; os “Arairés e Acumês nas cabeceiras do Rio Piauí”; os Coaratzes e os Jaicós no vale do Gurgueia; os Cupinharós no Canindé; e os Precatizes no Uruçuí; os Putis na Foz do Rio Poti; os Aranhins e Crateús nas suas cabeceiras; os “Pimenteiras nos limites com o Pernambuco” e os Gueguês na região central do estado; os Gamelas, Genipapos e Guaranis, que durante algum tempo vagaram pelas margens do Parnaíba, retiraram-se para o Maranhão logo após o levante de 1713, foram seguidos pelos grupos dos Cabuçus, Muipurus, Aitatus, Amoipirás e Ubirajaras, que habitavam as margens do Gurgueia e do Uruçuí, nos limites do Maranhão e do Goiás (CHAVES, 1998, pg. 08-09).

O Grupo de etnônimo “Pimenteira⁵⁹”, foi o grupo de maior resistência ao processo de colonização, travando inúmeras batalhas contra os colonizadores pertencentes às famílias dos Castelos Brancos e Dias Soares (OLIVEIRA, 2007). Segundo Baptista (1994), os Pimenteiras

⁵⁹ A atribuição desse nome deriva da área de ocupação onde esse grupo foi localizado, Sertão ou Região de Pimenteiras; os mesmos não se identificavam com esse nome (OLIVEIRA, 2007).

pertencem à Nação Caraíba ou Caribe, ocupando uma área de extensão que pertencia as nascentes do Rio Piauí, Parnaguá e a Serra de Bom Jesus do Gurgueia. Foi considerada uma grande nação que existiu como tribo, que no final do século XVIII, e começo do século XIX, formava uma ilha Caribe no meio das Tupi e Jê de Pernambuco e do Piauí, sua língua era diferente das outras nações e é extinta atualmente no estado do Piauí.

Esse grupo é considerado um dos mais importantes para esse trabalho, devido os vários registros históricos que relatam sobre a presença desses na região, onde atualmente localiza-se Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema-PI, além do município de Caracol⁶⁰-PI, que fica em média 40km de distância de Jurema-PI. Segundo os registros históricos encontrados e estudados por historiadores e arqueólogos, foi identificado que no atual território do município de Caracol, ocorreu a última batalha contra o grupo dos nativos Pimenteiras, que foram “extintos” após essa batalha (OLIVEIRA, 2007; NEGREIROS, 2012; DIAS, 2001).

Segundo as pesquisas de Baptista (1994), foi elaborado uma sequência temporal e histórica da existência e resistência do grupo dos nativos Pimenteiras:

1683- O grupo é dado como originário de Cabrobó, Pernambuco; 1685- Recusa lutar contra outras nações indígenas; 1686- Está nas cabeceiras do rio Parnaíba; 1761- Aparece no mapa de Galuzzi, nas cabeceiras do Piauí e do Gurgueia; 1762- Vagueia pelo sul do Piauí; 1764- É combatido por João do R. C. Branco; 1769- Assola o sul do Piauí; 1773- Continuam nas nascentes do rio Piauí; 1774- É combatido por Felisberto Nogueira junto com o grupo Cherente (Grupo indígena); 1779- João do R. C. Branco ataca a frente com 150 homens, compondo o grupo indígenas dos grupos Gueguê, Acroás, Jaicós e Timbiras o acompanham e combatido por rojão; 1783- Novas lutas contra João do Rego Castelo Branco e Manoel Ribeiro Soares; 1806- Invadem a ribeira do Piauí e do Gurgueia, raptam uma filha do coronel José Dias Soares⁶¹ na fazenda Jiboia, e Carlos Cesar Bulamaqui⁶² nomeia Dias Soares para combatê-la; 1807- Dias Soares ataca (15/04) com 60 homens, prende 68 índios, dia 21/04 invade suas malocas e os índios fogem; em 1808- Nova investida de Dias Soares com 200 homens, a batalha se deu no “lugar de Bonsucesso”, perde 26 guerreiros presos e 15 mortos; 1809- De novo Dias Soares ataca (1º/04) a (22/04), prende 12 guerreiros na lagoa de “Bonsucesso”; 1810- Novos combates e Dias Soares prende 60 índios; 1811- Saqueiam Jerumenha, terras do Gurgueia e do Parnaguá, o governo do Maranhão manda tropas para combater-la; 1813- Continuam no Parnaguá; 1815- Paula Ribeiro em carta oficial do governo dá o grupo como extinto; 1819- Spix e Martius avistam

⁶⁰ Distrito criado com a denominação de Caracol, pela lei municipal de 12-01-1904, subordinado ao município de Raimundo Nonato. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, distrito de Caracol figura no município de São Raimundo Nonato. Elevado à categoria de município com a denominação de Caracol, pela lei nº 686, de 04-07-1912, desmembrado de São Raimundo Nonato (Consultado em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/caracol/historico>).

⁶¹ Segundo Dias (2001): O Coronel José Dias Soares recebeu ordens do governador geral da capitania do Maranhão, para empreender guerras contra os nativos em 07 de setembro de 1806. Foram entregues 130 homens ao coronel Dias Soares, segundo Carlos Cesar Bulamaqui, em uma carta referida a Dom Rodrigues de Sousa Coutinho. Dias Soares era referido como “um homem experimentado em semelhante guerra, por algumas campanhas que já tinha e pelo conhecimento que tem do país, robustez, saúde e facilidade de resistir a fome e cede”.

⁶² Foi nomeado pelo Rei de Portugal para o cargo de Capitão-Mor da Capitania de São José do Piauí no ano de 1806 encerrando seu cargo governamental em 1810 (MOTT, 1973).

índios da grande nação Pimenteira; 1827- Continuam a assolar as terras da Capitania de São José do Piauí, possuindo então 6 aldeias grandes e 10 pequenas; 1850- Ainda existentes, embora degenerados ⁶³por sucessivos cruzamentos (BAPTISTA, 1994, pg. 30-40).

A família dos Castelo Branco⁶⁴, durante a investida contra os pimenteiras na região sudoeste do Piauí, produziram um diário que conta a história desse processo de buscas e conflitos contra esse grupo resistente. Nesse diário, fica claro a passagem desse grupo de batalha por locais que pertenciam aos mesmos limites territoriais de Jurema-PI, Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros. Observa-se na transcrição a seguir que: nos relatos históricos do grupo do João do Rego Castelo Branco (1779), estes passaram pela localidade de Tamanduá, futura fazenda Tamanduá de posse do Manoel Dias Soares (1783 – 1815), e posterior município de Anísio de Abreu, antigo limite territorial de Jurema-PI; em seguida se instalarem na Lagoa de Formiga, posterior Lagoa de Bonsucesso (Dias Soares – 1809), e em seguida município de Caracol-PI.

A ordem cronológica e histórica desses registros, mostra que a partir do ano de 1760 a 1809, o grupo dos indígenas chamados Pimenteiras, ocupavam o território sudoeste do estado do Piauí, sendo suas terras de instalação, subsistência e batalha contra os colonizadores, locais que compreendem a atuais municípios que eram limites territoriais da área de pesquisa desse trabalho:

Partiram da fazenda Tranqueira e passaram pelo Olho d'Água das Embaubas, Cajazeiras de Cima, Fazenda Itans, Fazenda Gameleira (rio Piauí), Fazenda Cachoeira (rio Piauí), Barra do Brejo, Riacho Fundo, Jatobá, Fazenda Periperi, Fazenda Burití (Riacho Fundo), Retiro das Salinas, Retiro da Vargem Grande (Riacho de Santa Maria), Retiro das Marruas (riacho de Santa Maria), Riacho de Santa Maria, Fazenda Santa Maria, Fazenda Almas, Macacos (por onde entraram) ou Fazenda de Macacos, Lagoa do Gentio, Cansação, Espinhos, Tabuleiro Alto, Retiro da Amargosa, Caiçara, Fazenda da Onça Fazenda Santo Antonio, Riacho da Conceição, Tombadouro, Fazenda Conceição⁶⁵, Fazenda das Flores, Boqueirão dos Olhos, Olho das Tabocas, Tamanduá, Retiro da Conceição Na volta passaram por: Água Verde, Periquito, Picada, Caída, Boqueirão, Fazenda Grande, Rancho do Meio, Estreito, Barra do

⁶³ Expressão preconceituosa para difamar tal grupo e enfraquece-lo a partir de princípios ultrapassados como aculturação e miscigenação; observa-se que o processo de “vida e morte” do grupo dos nativos pimenteiras, e voltado por uma influência política que falha no extermínio do mesmo, por isso esse grupo é retratado como o mais resistente do território piauiense. Medidas como negar a existência ou pertencimento indígena, foi algo bastante imposto na construção cultural do estado do Piauí, mesmo que seja consciente a indivíduos, grupos de pessoas e/ou comunidades sobre esse passado, a negação a esse pertencimento prevalece na fala e discurso social e político. Um exemplo desse processo colonial de domesticação pode ser encontrado nesse exemplo: A índia Pimenteira Margarida, capturada durante uma entrada em 1790, foi cedida pelo governo da Capitania ao morador das ribeiras altas do rio Piauí, o famoso José Dias Soares, para que servisse de intermediária entre os seus iguais e os luso-brasileiros, facilitando o processo de “domesticação do gentio”. Essa nativa passou a ser explorada não com fins diplomáticos, mas como escrava para trabalhar em uma das fazendas do Dias Soares (OLIVEIRA, 2007; NEGREIROS, 2012).

⁶⁴ João do Rego Castelo Branco, fez para do governo tríplice da Capitania de São José do Piauí no ano de 1775, foi tenente-coronel da capitania, patente mais elevada para oficiais militares, governando junto com Antônio José de Moraes Durão, e com o vereador mais velho da câmara de Oeiras, José Esteve Falcão (MOTT, 1973).

⁶⁵ Fazenda Conceição é o território do atual município de Bonfim-PI, distante cerca de 40km da área de pesquisa (OLIVEIRA, 2007; NEGREIROS, 2012).

Riacho Fundo, Paulista, Fazenda Sobradinho, Fazenda Pobre, Lagoa do Tabuleiro, voltando para Oeiras. No dia 17 de abril de 1779 avançaram 4 léguas, dormindo na chamada Olho D'Água das Embaubas, onde distancia-se 3 léguas em descrição a seu ponto de partida (Conceição); dia 18 foram jantar com 4 léguas a passagem do Piauí (rio); dia 19 jantaram às Cajazeiras de Cima com 4 léguas, neste caminho um homem foi encontrado no caminho, trazendo notícias que na fazenda da Conceição um gentio havia flechado uma moça, em seguida foram dormir na fazenda de Gameleira; dia 20 vieram com 3 léguas a fazenda de Cachoeira, foram com mais 3 léguas dormir na fazenda do Brejo; dia 21 após uma conferência a noite, sobre a divisão ou não do grupo, foram ouvidos oficiais, dois moradores, índios e o padre capelão, decidindo que toda a tropa entrasse pelos Macacos; dia 22 Alexandre da cruz e tangedores de gado, recebem ordens para guiar para o Riacho Fundo, local onde toda a tropa partiu para dormir, com 3 léguas; no dia 23 em distância de 4 léguas, e uma grande volta, viemos jantar ao Jatobá por onde rodeamos pela enchente do Riacho Fundo, apartando-se de nós a maior parte das cargas de EL Rey, e do padre Capelão, passando a nado a cabeça imenso trabalho, e nenhum perigo, e aqui se apartou Felix do Rego com 50 homens escolhidos para explorar as aguadas adiante da Fazenda dos Macacos, fomos com 1 légua dormir na fazenda do Peripiri. A 26 (dia) nos incorporamos todos nas lagoas que pusemos o nome a Formiga⁶⁶, fugiu-nos no caminho nove reses, pelas muitos e grandes catinga; e logo se mandou para trás o passador e tangedores para ver o dito gado fugido”; no dia 31 saíram da lagoa de Formiga, dormindo 2 léguas rumo ao pôr do sol; no dia 1º de Julho em distância de 3 léguas encontraram rastros dos gentis em um canababal, deste rompendo 2 léguas a dentro da caatinga, encontraram um lugar de se admirar por toda a tropa, é descrito assim: É fabricado de toda qualidade de cipó mau, apenas se desce, de repente se dá um círculo bem redondo e muito largo, todo de serra branca e totalmente nua e feita por natureza com tal graça, que parece uma grande cidade porque os morros são muito altos, redondos, e com três e quatro andares; que tudo parecem casas fortificadas com seus fortes em que há muito que admirar; e por esta razão todos uniformemente lhe pusemos o nome de Castelos Brancos⁶⁷. Daqui deste círculo que tem vários brancos, digo braços que todos formam um grande boqueirão de mato alto, almecegas, paus de óleo de copaíba, jatobás. Deste lugar a Formiga são 6 léguas como fica dito (DIÁRIO DOS CASTELOS BRANCOS, 1779 apud OLIVEIRA, 2007).

Existem mais dois pontos importantes nesses relatos históricos de Dias Soares e Castelo Branco. O primeiro envolve o surgimento de uma ‘comunidade miscigenada’, e o segundo, a descrição do atual Parque Nacional Serra das Confusões. No relato de Dias Soares fica claro que existiu um grave atrito contra os nativos, motivado não somente por posses territoriais, mas também pelo rapto de um dos seus familiares. E na descrição de Castelo Branco, fica claro observar em suas expressões que o mesmo se refere a região que hoje localiza-se o Parque Nacional Serra das Confusões.

⁶⁶ As guerras feitas aos nativos no baixo e médio rio Piauí, os obrigou a procurar refúgio na parte superior do rio, sendo o lugar por eles escolhido as cercanias da Lagoa de Bonsucesso, depois Formiga e, mais tarde Caracol. A preferência, parece-nos pedia ao fato de a lagoa ficar nas cabeceiras do rio Piauí e escondida na bainha ali formada por um côncavo de serras dos dois Irmãos (DIAS, 2001).

⁶⁷ O parque Serra das Confusões abrange, no total, 12 municípios piauienses: Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Caracol, Cristino Castro, Curimatá, Guaribas, Jurema, Redenção do Gurguéia, Santa Luz e Tamboril do Piauí. Ele é formado por grandes formações rochosas, grutas, cavernas, vasto bioma e ainda sítios arqueológicos (Consultado em: <https://www.conhecaopiaui.com/noticia/visite-o-parque-nacional-serra-das-confusoes-a-maior-reserva-de-caatinga-do-brasil>).

Segundo Dias (2001) e Negreiros (2012), ocorreu um rapto de um sobrinho do coronel José Dias Soares, por parte dos nativos Pimenteiras, que em seguida foi integrado ao grupo nativo. Esse, quando regressa às propriedades de seu grupo colonizador, fundou um assentamento com sua esposa nativa Pimenteira, localizado nas cercanias da Lagoa de Formiga, atual município de Caracol-PI.

A documentação histórica aponta que o sobrenome “Dias Marreca” surgiu a partir da união conjugal da índia da nação Pimenteira por nome Marreca com Manoel Dias Soares, sobrinho do indivíduo que comandou a derrocada dos Pimenteira, o coronel José Dias Soares. Entre o fim do século XVIII e início do XIX, o Manoel Dias Soares, então bem jovem, foi levado pelos índios. Por quarenta anos ele viveu entre os Pimenteira até ser reavido por seus parentes “brancos”. Zé Dias Brabo, alcunha pela qual este indivíduo ficou conhecido, não conseguiu retomar o estilo de vida de seus pais biológicos, indo habitar, com sua esposa Marreca e seus filhos, na fazenda Saco, uma propriedade da família Dias localizada nos arredores da lagoa da Formiga, atual município de Caracol. A fazenda Saco, hoje Assentamento Saco, foi o abrigo original dos Dias Marreca entre a sociedade luso-brasileira, informação corroborada pela tradição oral dessa família, contada pelo velho Narciso morador dessa localidade (NEGREIROS, 2012, pg. 03).

No processo de descrição que João do Rego Castelo Branco, o mesmo faz menção sobre sua chegada em um local que puseram o nome de Castelos Brancos. Pela descrição realizada pelo mesmo, sobre tais feições naturais esculpidas, observa-se que este havia chegado ao atual P. N. Serra das Confusões, local que tem sua sede no município de Caracol-PI (figura 6).



Figura 06: Parque Nacional Serra das Confusões (Fonte: disponível em: <https://www.conhecaopiaui.com/noticia/visite-o-parque-nacional-serra-das-onfusoos-a-maior-reserva-de-caatinga-do-brasil> acessado em maio de 2021).

Logo, observando todos esses aspectos discutidos durante o texto, considera-se que: existe a possibilidade dessas ocupações indígenas remanescentes em Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros, pertencerem aos antigos grupos dos nativos que eram chamados pelo colonizador como ‘Pimenteiras’, estes perpetuaram suas ocupações em toda a região sudoeste do estado do

Piauí, e foram declarados “extintos” pelo governo no ano de 1815, mas segundo registros históricos que vão até o ano de 1850, os mesmos ainda estavam a ocupar o solo piauiense.

Todo esse processo de ocupações gerou uma série de sítios arqueológicos que podem ser definidos como: pré-coloniais, coloniais, contato, Proto-Históricos⁶⁸ (FONTANA, 1965), e histórico, deixando vestígios materiais e imateriais na região abordada por esta pesquisa, existindo não somente culturas materiais remanescentes de grupos indígenas, ao qual as comunidades estabelecem relações, mas também existindo memórias e histórias que relatam a presença desses nativos por toda a região de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e Jurema-PI.

O olhar de muitos pesquisadores e da grande mídia nacional e mundial, aponta para a presença abundante de sítios arqueológicos localizados e pesquisados nos Parques Nacionais Serra da Confusão e Serra da Capivara. A área de interesse dessa presente pesquisa, até o momento, permanece pouco explorada, considerando sua imensidão territorial, social e cultural. Os trabalhos nessa área tiveram início na década de 1990 (CASTRO, 1999), estendendo-se até o ano de 2020. Atualmente, existe um total de 20 sítios arqueológicos cadastrados nessa região, estes serão abordados a seguir.

Na microrregião, que pertence ao município de Jurema-PI, as pesquisas arqueológicas começaram a ser realizadas na década de 90 por Viviane Castro, no sítio arqueológico Cana Brava⁶⁹ (CASTRO, 1999) (figura 7). Segundo relatos de alguns colaboradores da região, na década de 90, durante atividades de plantio na região de Cana Brava, foram localizados “potes com ossos de gente dentro” (Expressão da Comunidade), estes eventos distintos que espantou os moradores e proprietários das terras foram comunicados à Dr. Niede Guidon.

⁶⁸ Bernard L. Fontana (1965) estabelece uma classificação tipológica dos sítios históricos com vista a ajudar a definir o domínio da arqueologia histórica. Estes seriam: um exemplo são os sítios Proto-históricos, nos quais sítios indígenas não contatados diretamente por europeus, possuem objetos europeus; de contato quando habitado por indígenas durante a época do assentamento europeu (FONTANA, 1965).

⁶⁹ O sítio Cana Brava localiza-se ao sul do Parque Nacional Serra da Capivara, no povoado de Cana Brava que faz parte do município de Jurema-PI, entre as coordenadas 9°06'18" S e 43°49'35" W. O sítio está posicionado num vale que apresenta serras ao redor. A área de baixada, denominada Baixão da Cana Brava apresenta um suave declive em direção a um riacho e a uma fonte de água. O riacho é intermitente só aparece na estação chuvosa, porém a fonte de água é permanente, e está próxima ao povoado 280m. Cana Brava é um sítio à céu aberto, compreendendo toda a área da fazenda Cana Brava, a vila e a estrada que separa a fazenda e a vila possui uma área de aproximadamente 200m², sendo as áreas de cultivo da fazenda os locais de maior concentração dos vestígios (CASTRO, 1999 pg. 180).

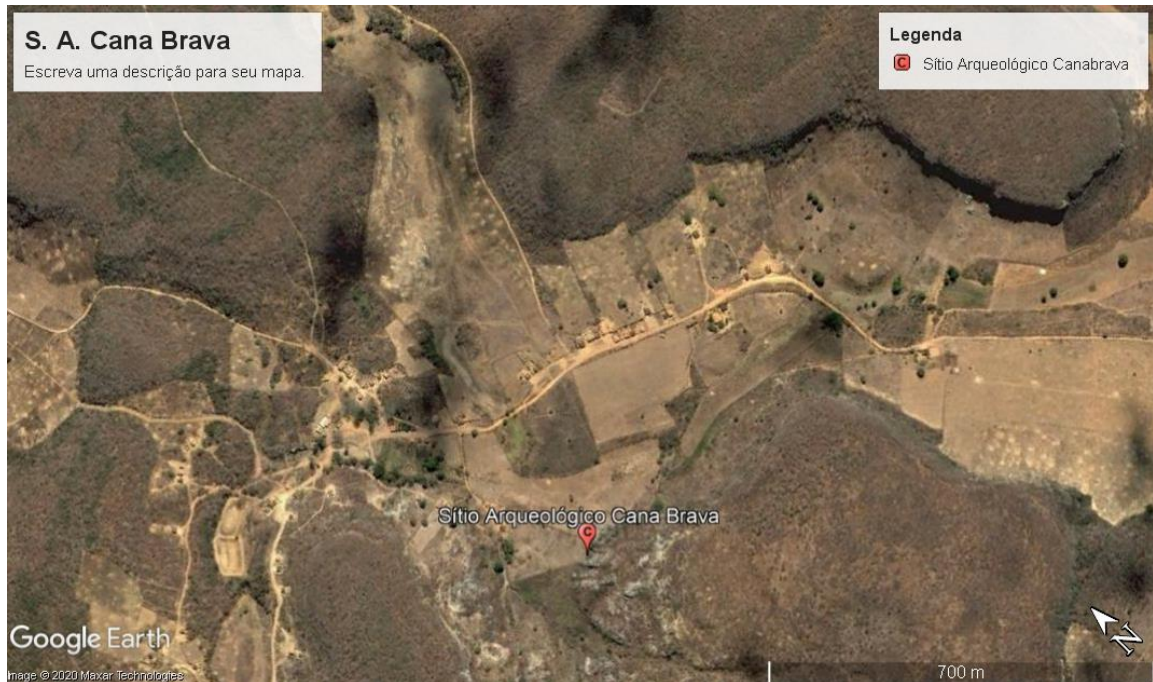


Figura 7: Sítio Arqueológico Canabrava (Fonte: GOOGLE EARTH, 2020).

No trabalho de Castro (1999), a pesquisadora realizou uma análise do perfil técnico cerâmico desse sítio, tendo como objetivo identificar elementos específicos dessa tecnologia cerâmica. Segundo a autora, os elementos cerâmicos de Cana Brava e a maneira como estão combinados, se diferenciam de elementos cerâmicos de outros sítios arqueológicos a céu aberto da região, sendo estes S. A. Aldeia Queimada Nova, Barreirinho e Baixão da Serra Nova, localizados no território do Parque Nacional Serra da Capivara.

No S. A Cana Brava, existem três datações de ocupações, são estas: (790+/-50BP BETA- 06389), (490+/-50BP BETA- 106388) e (120+/-60BP 14 BETA 136205). Nesse sítio, os vestígios em sua maioria foram fragmentos de cerâmica e lítico, além de estruturas como fogueiras e cinco sepultamentos individuais, contendo esqueleto de crianças (figura 8). A autora ressalta que nesse sítio, e no sítio Queimada Nova com datação de (1690+/-110 BP/GIF-3225), não foram identificados materiais do período colonial nem antigas estruturas, existindo somente fragmentos recentes de telha (CASTRO, 1999).

Através da análise realizada por Castro (1999), a autora concluiu que: o perfil cerâmico do S. A. Cana Brava, apresenta diferença do perfil cerâmico dos outros três sítios analisados, possibilitando concluir que existia um grupo diferente na região de Cana Brava em relação aos demais sítios analisados.

A principal instituição de pesquisas arqueológicas do sudoeste piauiense, é a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM⁷⁰), responsável pelo gerenciamento do Parque Nacional Serra da Capivara, Museu do Homem Americano⁷¹ e Museu da Natureza⁷². Essa fundação foi a responsável por cadastrar vários sítios arqueológicos da região sudoeste do Piauí. Na região do município de Jurema-PI, a FUMDHAM localizou 12 sítios arqueológicos de registro rupestre⁷³, na área chamada Serra Bonita, conhecida popularmente como Gerais. Esses sítios foram batizados como: Toca da Serra Bonita (I a X), além do sítio chamado Barracão do Henrique (I e II) (GUIDON, 2005).

Além destes, existem outros três sítios cadastrados pela FUMDHAM, no ano de 2007, localizados nas comunidades e município abordados por esta pesquisa, são esses: Barragem Jatobá dos Ferro⁷⁴, Caldeirãozinho⁷⁵ e Gravura da Barragem de Jurema⁷⁶. Esses trabalhos foram realizados durante o: *Cadastro de Sítios Arqueológicos Pertencentes ao Corredor Ecológico* (2005) e *Salvamento Arqueológico na Área da Adutora do Garrincho* (2007).

⁷⁰ A Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM foi criada para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural do Parque Nacional Serra da Capivara. É uma entidade civil, sem fins lucrativos, declarada de interesse público pelo governo brasileiro, que realiza atividades científicas interdisciplinares, culturais e sociais. Na década de 1970, um grupo de arqueólogos brasileiros e franceses, dirigidos pela arqueóloga Niede Guidon, iniciou as pesquisas na região com financiamento da França, assim foi criada a Missão Arqueológica Francesa no Piauí (Consultado em: <http://fumdham.org.br/fumdham/>, 2020).

⁷¹ Situado na sede da FUMDHAM, o Museu foi criado para divulgar a importância do patrimônio cultural deixado pelos povos pré-históricos na região. A exposição mostra os resultados de mais de quatro décadas de pesquisas realizadas na região do Parque (Consultado em: <http://fumdham.org.br/fumdham/>, 2020).

⁷² Construído numa região de grande concentração de sítios arqueológicos, o Museu da Natureza propõe ao visitante uma viagem multissensorial, através de uma narrativa apresentada no decorrer da exposição, que mostra a criação do universo e os impactos climáticos nas constantes transformações da fauna e da flora (Consultado em: <http://fumdham.org.br/fumdham/>, 2020).

⁷³ Estes sítios arqueológicos apresentam pinturas que tem como predominância gráfica a Tradição Nordeste, havendo grafismos da Tradição Agreste e muitos grafismos puros (GUIDON, 2005).

⁷⁴ Sítio com gravuras localizadas na barragem (UTM 23L 0707428/ 8982845), área utilizada pela comunidade está intensamente ameaçado de destruição (GUIDON, 2007, pg. 155).

⁷⁵ O sítio está inserido em uma área plana com suave vertente (UTM 23L 0707801/ 8983027), onde existe um terraço com depósito de seixos. A área toda está muito impactada pela construção e pavimentação da estrada, principalmente pelo aplainamento. Devido à importância do impacto sobre o local de implantação do sítio arqueológico, os vestígios aparecem dispersos por toda a extensão da área do sítio. O material arqueológico encontrado em superfície foi identificado como lascas, núcleos (baixa densidade) e fragmentos de matéria-prima como quartzo, quartzito e sílex. Alguns núcleos são grandes e podem ter mais de 30 cm (GUIDON, 2007, pg. 154).

⁷⁶ Sítio com gravuras localizadas na barragem (UTM 23L 0705768/ 8980099), área utilizada pela comunidade, está intensamente ameaçado de destruição (GUIDON, 2007, pg. 156).



Figura 08: Sepultamento nº 10, localizado no S. A. Canabrava (Fonte: FUMDHAM, 1996).

Outro sítio que integra a nossa área de pesquisa, é o S. A. Terras De Maninho, que passou a ser investigado por pesquisadores da UNIVASF, a partir do ano de 2017. O S. A. Terras de Maninho, pertence à região de Jatobá dos Ferros, e fica localizado nas coordenadas 9°11'32" S e 43°06'41" O (figura 9). Sendo este, uma propriedade privada do nosso colaborador da pesquisa, o Sr. Maninho. Segundo o mesmo, a área do sítio onde foi localizada a maior quantidade de vestígios arqueológicos é utilizada para o plantio de feijão e milho, através da prática de agricultura familiar.

O sítio arqueológico Terras de Maninho (imagem 9), foi pesquisado durante os anos de 2017 e 2018 (ASSIS, 2018; AMARAL, LINKE, NETO, 2018; SANTOS, 2019). Nesse sítio multicomponencial vestígios materiais indígenas como machadinhas e cerâmica pintada foram evidenciados em superfície e subsuperfície, em associação com materiais coloniais sendo esses, louça, vidro artesanal e metal. Alguns dos fragmentos de vidros evidenciados em superfície e sub superfície apresentam marcas de lascamento, possíveis retiradas transformativas para adaptá-los a ferramentas (ASSIS, 2018). Essa prática é associada a uma tipologia de cultura material híbrida podendo ser fruto de um processo de reciclagem resultante dos processos de interações sociais entre grupos tecnológicos e culturais distintos (BUSCAGLIA, 2011; SYMANSKI, 1996).

Além dessas características ligadas às questões arqueológicas, existem relatos das comunidades que se referem a essa propriedade como um local “ripunoso⁷⁷”, devido a ocorrência de muitas brigas e mortes na sombra do umbuzeiro dessa propriedade. Essas mortes são associadas a ocorrência de fenômenos como aleivosias ‘assombrações’, que atormentam a quem passar por esse local em determinados horários do dia e da noite. Outro motivo ligado a esse fenômeno, são as histórias de que supostamente existe a presença de um cemitério indígena na subsuperfície do umbuzeiro, algo que já foi presenciado a mais de 50 anos por indivíduos das comunidades, todo esse contexto será abordado no próximo capítulo (SANTOS, 2019).



Figura 09: S. A. Terras de Maninho - O marcador amarelo indica o Umbuzeiro das Mortes (Fonte: GOOGLE EARTH, 2018).

Os outros três sítios cadastrados pela UNIVASF em Jatobá dos Ferros, são: Terras e Seu Salvador, Terras de Zeba e Terras de Seu Olinto. Nas T. S. Salvador, a área com maior recorrência de fragmentos arqueológicos, corresponde a área de arado, pastagem e plantio, além de parte de seus limites corresponder a uma lagoa chamada São Félix. Na área, foram identificados materiais construtivos, assim como louça, vidro, olaria e material lítico (AMARAL, LINKE, NETO, 2018).

A área das terras do Seu Salvador, também é marcada pela presença de plantas que contextualizam a história e memória desse local, essas histórias estão ligadas a afetividades de ocupação relacionadas com o lugar e os demais seres que o habitam. A espécie de planta que é

⁷⁷ Expressão comum na fala dos colaboradores das comunidades pesquisadas, para fazer referência a algo repugnante.

tão citada na fala do proprietário e dos colaboradores locais é um mandacaru, frequentemente referido como local de mortes e brigas; além desses elementos naturais, existem elementos como lajedos de pedra que são referenciados como enterramentos ou loca de derramamento de sangue de pessoas mortas nesse local, vítimas de homicídios (AMARAL, LINKE, NETO, 2018).

Nas Terras do Seu Zeba, existe uma edificação que corresponde a sua atual residência, além dessa estrutura de ocupação presente, existe uma estrutura arruinada correspondente à sua antiga habitação e mais duas estruturas que podem se referir a duas antigas habitações. O colaborador informou que nos limites de sua propriedade já existiram quatro casas, nas quais ele e seus familiares moraram em tempos remotos, e que, uma dessas antigas habitações foi desocupada devido falecimento de um dos seus filhos. Dentre a variedade de fragmentos arqueológicos encontrados dispersos em sua propriedade, estão: fragmentos cerâmicos, lítico, olarias, metal, vítreo e plástico (AMARAL, LINKE, NETO, 2018).

Nas Terras do Seu Olinto, foram localizadas uma estrutura edificada de habitação e estruturas de uma antiga casa de farinha, vários materiais arqueológicos puderam ser observados em superfície, como artefatos líticos, cerâmica, louça, vidro e metal. A estrutura que corresponde a casa de farinha ainda apresenta algumas características em superfície, que configura os locais do forno e prensa (AMARAL, LINKE, NETO, 2018).

Logo, considera-se que mesmo a área pesquisada ter suas pesquisas arqueológicas recentemente iniciadas, existe um grande potencial arqueológico nesse local, observando-se que com o retorno dos pesquisadores nessas extensões territoriais, novos sítios arqueológicos são apresentados pela comunidade colaboradora e cadastrados pelos pesquisadores da UNIVASF.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO LOCAL

As três áreas abordadas nessa pesquisa, não possuem nenhuma bibliografia densa e conhecida que fale sobre a origem dessa região. Logo, dando consistência e contextualização histórica para essa área, foi apresentado no início do capítulo 2, toda a contextualização histórica e geopolítica dessa região sudoeste do Piauí. Além da realização desse viés histórico, nesse tópico 2.1, apresentaremos a contextualização dos municípios que limitavam o atual território de Jurema-PI e suas comunidades, Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros, esses eram Caracol e Anísio de Abreu.

Segundo os dados disponíveis no IBGE (2020), as informações apresentadas sobre Jurema-PI são que, a mesma foi elevada à categoria de município através da Lei Estadual nº 4.680 de 26-01-1994, desmembrando-se dos municípios de Anísio Abreu⁷⁸ e Caracol⁷⁹. O município de Anísio de Abreu anterior a sua elevação municipal era conhecido como Fazenda Tamanduá, e era posse de Manoel Ribeiro Soares, que pertencia à família do Coronel José Dias Soares, um dos responsáveis pelas frentes de batalha contra o grupo dos nativos chamados Pimenteiras, como discutido anteriormente (DIAS, 2001; OLIVEIRA, 2007; NEGREIROS, 2012).

Basicamente, existem histórias e relatos orais das comunidades que colaboram com essa pesquisa, descrevendo como ocorreu a origem dessas localidades, seu desenvolvimento com a chegada de novos moradores, e a criação do município de Jurema-PI. A ausência de dados históricos do município de Jurema-PI, a partir de fontes oficiais como sites do município, prefeitura e o site oficial do IBGE, é algo que dificulta o processo de construção histórica da região (Consultado em: <http://jurema.pi.gov.br/jurema/informacoesgerais/municipio/historia/https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/jurema/historico>).

Na tentativa de permanecer consistente os dados que permeiam a história desse local, foi apresentado nas notas 65 e 66, o histórico das localidades que limitavam as extensões territoriais de Jurema-PI, sendo que o mesmo pertencia à Anísio de Abreu e Caracol, municípios

⁷⁸ A Fazenda Tamanduá, propriedade de Manoel Ribeiro Soares, que se instalou na região atraído pela abundância de maniçobais e pela fertilidade das terras, deu origem ao núcleo. Manoel Ribeiro integrava a missão comandada por José Dias Soares, para a expulsão dos indígenas da região. Concluída a missão, Manoel Ribeiro distribui terras da fazenda entre seus familiares, que se dedicam à extração da borracha de maniçoba, criação de gado e práticas agrícolas. Por volta de 1915, com a construção de uma barragem, no local do açude de Anísio de Abreu, a localidade entrou em fase de progresso. Casas foram construídas, comerciantes se estabeleceram, ruas e praças surgiram, transformando Tamanduá em próspero povoado. Em 1927, foi construída a primeira igreja, que recebeu a Imagem de São João Batista, escolhido Padroeiro da cidade. Em 1962, Tamanduá passou a denominar-se de Anísio de Abreu, em homenagem ao ex-Governador e Senador Anísio Brito de Abreu. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Anísio de Abreu, pela lei estadual nº 2353, de 05-12-1962, desmembrado de Caracol (Consultado em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/anisio-de-abreu/historico>).

⁷⁹ A Primeira penetração nas terras do Município, primitivamente habitado pelos tapuios, foi feita pelo comandante José Dias Soares e seus filhos Domingos e Gabriel, visando a exploração de borracha. Estabeleceram-se no local onde hoje está situada a cidade, dando-lhe o nome de Formiga. Com a chegada dos desbravadores, por volta de 1812, os tapuios se afastaram, iniciando-se o processo de povoamento, com a construção das primeiras moradias e a exploração dos vastos maniçobais. Em 1816, Domingos Dias Soares fundou a primeira fazenda de criação. Foi seguido por outras famílias, que se dedicaram à agricultura e à pecuária, ainda hoje principais suportes da economia do município. Em 1904, mudou-se o topônimo para Caracol, que teve origem na existência de uma lagoa, em forma de serpentina. Distrito criado com a denominação de Caracol, pela lei municipal de 12-01-1904, subordinado ao município de Raimundo Nonato. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, distrito de Caracol figura no município de São Raimundo Nonato. Elevado à categoria de município com a denominação de Caracol, pela lei nº 686, de 04-07-1912, desmembrado de São Raimundo Nonato (Consultado em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/caracol/historico>).

que apresentam uma consistente fonte histórica oficial. Perante tais problemas e sua resolução, utilizamos como veículo de construção da história do município de Jurema-PI, os relatos orais dos colaboradores que pertencem a essa região.

O atual município de Jurema-PI, era uma antiga fazenda chamada 'Fazenda do seu Grigorio', pertencente a um rico senhor proprietário de escravos chamado Grigorio. Grigorio teve uma filha chamada Maria da Glória, mais conhecida como Sinhá Pequena, pessoa muito conhecida na região por sua simpatia e simplicidade. Sinhá Pequena, teve uma neta chamada Maria Rita, Dona Rita e seu marido o senhor Pedro, foram os colaboradores responsáveis por relatar a história do município.

Estes colaboradores contaram que durante o século XIX, existia a fazenda do senhor Grigorio, temido e respeitado por seu pulso firme com seus escravos homens e mulheres. Sua fazenda ocupava toda essa região do atual município de Jurema-PI, existindo somente a localidade de Jatobá dos Ferros. Um dos importantes vestígios que marcam a memória da fazenda Grigorio e a escravidão que assolava essa época pretérita, é um banco de madeira utilizado para o açoite de escravos, que está em posse da senhora Rita e do seu marido Pedro, esse será apresentado no próximo capítulo.

Seguindo com a apresentação histórica da área de pesquisa, é importante salientar que a cronologia do surgimento desses locais foi algo não definido, observando que não existem documentos oficiais que determinam a data de fundação das localidades Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros, existindo somente os relatos orais dos colaboradores dessas localidades, que nos falam as histórias que conhecem sobre o surgimento de tais comunidades e município.

Segundo os colaboradores das comunidades, inicialmente a comunidade de Caldeirãozinho era conhecido pelo epíteto de Capitãozinho, uma referência à Manoel Dias de Sousa, popularmente conhecido como Capitãozinho, responsável pela ocupação, loteamento e distribuição de terras da localidade. O senhor Manoel Dias de Sousa, foi o pai de uma das colaboradoras desta pesquisa, a senhora Elisa Dias Ramos de 86 anos. Dona Elisa, como é conhecida na comunidade, nos contou a história do seu pai e sua importância para a comunidade.

Tal história sobre a fundação da comunidade de Capitãozinho, e a importância do senhor Manoel Dias de Sousa, nos foi contada por outros moradores da comunidade, demonstrando que esse senhor realmente marcou a história e o desenvolvimento de ocupação dessa localidade. Afirmam que a importância desse senhor tem tamanho reconhecimento, ao ponto que o colégio

da comunidade carrega seu nome, Grupo Escolar Manoel Deias de Sousa (ASSIS, 2018; SANTOS, 2019).

Relato da colaboradora, Ilma Sousa:

Caldeirãozinho antes era conhecido como Capitãozinho, por conta do Manoel Sousa, que era o dono das terras de lá, com o tempo, quando Manoel começou a vender essas terras, surgindo outros moradores na localidade, começaram a chamar o lugar de Caldeirãozinho, porque lá na lagoa existem umas pedras com uns caldeirões naturais, ode sempre ficava água (Ilma Sousa, Caldeirãozinho, 2019).

Relato da colaboradora, Gorethe Assis:

Aqui passou a ser conhecido como Caldeirãozinho, porque existia uma panela lá onde fica o umbuzeiro do Jatobá, era um caldeirãozinho para o cozimento de alimentos, e todos os viajantes que passavam por alí pela estrada do DNOCS, paravam lá para descansar e preparar sua comida (Maria Gorethe, Caldeirãozinho, 2019).

Relato do colaborador, Abderval:

O nome daqui de Caldeirãozinho, é porque tinha uma pedra no Tanque Velho, e essa tinha um Caldeirãozinho nela que enchia de água (Abderval de Sousa, Caldeirãozinho, 2019).

Um dos moradores da comunidade o senhor Abderval de Sousa de 79 anos, popularmente conhecido como Derva, contou⁸⁰ uma história sobre a formação de Caldeirãozinho até então não relatada por outros moradores da localidade (figura 10). Seu Derva aponta a existência da colonização desse local em uma outra versão, narrando que teria sido outra família advinda de Pernambuco os responsáveis pela ocupação das terras de Caldeirãozinho:

Caldeirãozinho foi formada por uma família de pernambucanos no ano de 1914, família da Raimunda, vieram pra cá por conta de uma seca muito grande lá no Pernambuco, viajavam durante a noite, de dia se escondia na mata. Raimunda veio pra cá deixando uma dívida lá, o homem que ela devia veio atrás dela e ficou aqui 30 dias e fez um filho nela, deixou aí uma filha de descendência burguesa, e essa burguesa teve 16 filhos (Abderval de Sousa, Caldeirãozinho, 2019).

⁸⁰ A versão da história sobre a origem da ocupação dessa localidade ser fruto do Capitãozinho, foi confirmada por vários moradores que relatavam os mesmos fatos durante participações em diálogos abertos sobre a história da região. Essas coletas de informações foram realizadas durante a (1^o *Exposição Umbuzeiro e Jurema*), realizada em agosto de 2019, na praça principal de Caldeirãozinho, durante os festejos de Nosso Senhor do Bomfim. Durante a exposição foram expostos vestígios arqueológicos evidenciados no sítio arqueológico Terras de Maninho, além da exibição de antigos registros de moradores que contavam histórias sobre a comunidade e seus mitos folclóricos.



Figura 10: Derva, relatando sobre a história de Caldeirãozinho (Fonte: Acervo particular do Autor).

É possível observar, que nos relatos dos colaboradores, existem algumas versões diferentes, que contam diferentes histórias do processo de ocupação de Caldeirãozinho. Tais versões potencializam nosso estudo sobre as características da comunidade, considerando os princípios de fruição da memória, sua dinâmica, sua coletividade e individualidade, os acontecimentos vividos individualmente e os acontecimentos vividos por tabela⁸¹ (HALBWACKS, 1990; POLLACK, 1992).

Considerando tais fatos, sem contestar qual desses deu início a colonização de Caldeirãozinho e qual ocorreu em seguida, tomamos consciência somente que na fala da comunidade colaboradora, existem dois personagens que caracterizam a formação da localidade, são esses: Manoel Dias de Sousa (Capitãozinho) e Raimunda (pernambucana). O colaborador Abderval (Derva), completou sua fala contando sua memória sobre a participação do Capitãozinho na formação da comunidade.

Quando veio a demarcação pra cá, o finado Capitãozinho tinha mais dinheiro, e demarcou tudo para vender, ele foi lá na casa do meu pai 4 horas da manhã, pegou umas pedras de lá pra cá, uma carga de aió e fez a casa dele, ele deu lote pra todo mundo, era o chefe do lugar, o que ele dissesse para acontecer, tinha que acontecer,

⁸¹ Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLACK, 1992).

se o marido quisesse se separar da mulher, e ele dissesse que não ia separar, o caba obedecia, ele era boa gente (Abderval de Sousa, Caldeirãozinho, 2019).

Conclui-se, portanto, segundo os diálogos com moradores, que: Caldeirãozinho possui às duas versões citadas acima, sobre sua origem, a do senhor Manoel, conhecido popularmente como Capitãozinho, e da Dona Raimunda, que veio do Pernambuco. Senhor Manoel, foi o proprietário e responsável por distribuir as terras da localidade, devido sua boa condição financeira e autoridade, esse ao realizar sua demarcação territorial, posteriormente, iniciou a venda dessas terras por valores simbólicos, tendo como sua meta o início da comunidade naquele local. Alguns moradores explicam que esse ato de se apossar das terras, configurava-se devido essa região pertencer aos Gerais. Gerais, era toda a extensa região de terras sem proprietário, onde não existia nem mesmo uma assistência ou conhecimento governamental, e que, os únicos ocupantes que existiram nessa região, foram os índios.

Quando em diálogos na comunidade de Caldeirãozinho, questionamos sobre presença indígena na região, os mesmos retratam em sua fala que a localidade de Jatobá dos Ferros foi ocupada por índios, existido até mesmo “cabaré de índio” (SANTOS, 2019), nesse local. Nesses relatos, existem algumas falas que retratam quão antigo foi essa ocupação, sem especificar uma data exata da mesma.

Alguns relatos de colaboradores contam que, a primeira comunidade a ser estabelecida nessa região foi Jatobá dos Ferros, existindo cerca de 5 famílias que ocupavam essa localidade. Como prática de subsistência dessas famílias, as principais eram, agricultura familiar, a produção e comercialização de farinha. Logo, ainda existem estruturas que comprovam essas práticas e ocupações:

Do meu primeiro 1 até os 17 anos, que é quando eu fui embora para São Paulo, as famílias que residiam lá em Jatobá dos Ferros, eram: Nós os Assis, o Congestino que veio da Itália fugido da guerra, o Fortunato com a família dele, aí descendo do outro lado tinha a Cilira mais a Libertina, a Libertina ainda hoje é viva, ela que é a mulher do seu Aniba, o Zeba, o que achou o pote de osso comigo, aí lá na beira do Tanque do Jatobá, tinha o Canuto com a família, tinha o Luís Vêi com a família, família muito grande a dele, tinha o Olímpio que era professor, família muito grande também, aí já subindo no rumo do umbuzeiro aí, perto da nossa casa, tinha minha vó Ciadé, família grande também, aí tinha, o Isidero com a família dele, era na Beira do campo com esse pessoal, aí lá em baixo tinha o véi Piô mais a Hilda, a Cristina com a família, família da Divina, que tocava tambor de candomblé; era muita gente, se contar a quantidade de pessoas por família era muita gente (Hildemar Assis, São Raimundo Nonato-PI, 2020).

Essas famílias, em sua maioria, no início da ocupação de Caldeirãozinho, compraram terras do senhor Capitãozinho e construíram suas residências nessa comunidade. Em sua

maioria, contam histórias que remetem a um antepassado indígena, onde expressões como: “minha bisavó foi pega a laço⁸² ou a dente de cachorro” é algo comum entre os mesmos, considerando que após a ocorrência desse fato, teve início o processo de ocupação dessa região, conhecida atualmente como Jatobá dos Ferros.

“Minha vó dizia que a mãe dela foi pega no mato, no laço, e teve que casar com o homem que a pegou, ela mesma, a mãe Jurema, me contou várias vezes essa história, sentada tomando um quinado e mascando um fumo” (Hildemar Assis, Caldeirãozinho, 2014).

Essas histórias são comuns entre as pessoas mais velhas, que residem tanto em Caldeirãozinho quanto em Jatobá dos Ferros, e mesmo que seja algo que remete a um contexto geopolítico e histórico tenebroso, não somente da região, mas de todo o Nordeste, ainda permeia uma lacuna com relação às histórias locais, que remetem ao surgimento de Jatobá dos Ferros, e a influência desses processos em sua formação, principalmente pela negação de um passado indígena por parte da comunidade.

A maior parte desses indivíduos que foram a frente familiar da ocupação de Jatobá dos Ferros já faleceram, a maior parte de seus familiares já não residem mais em Caldeirãozinho, migrando para estados que são polos industriais como Brasília e São Paulo, dificultando uma maior construção de detalhes sobre a chegada de seus entes nessa região, em suma, podemos afirmar que essa área teve sua ocupação iniciada em determinado momento do século XIX e XX, com a presença de novas famílias chegadas a esse local já no século XXI.

Apesar dessa ausência de histórias e memórias que relatem com maior precisão o início de Jatobá dos Ferros, e cientes do limite territorial ser o mesmo que compreende Caldeirãozinho, especulamos que esses locais são historicamente semelhantes, por ocuparem uma mesma espacialidade regional, além de pertencerem a um mesmo contexto geopolítico. Mesmo com a existência dessa lacuna histórica, referente às memórias do surgimento dessa comunidade, a quantidade de vestígios arqueológicos de remanescentes indígenas, aponta para o quão antigo é a ocupação desse local.

⁸² A história nos informa que uma mulher indígena pega no laço significa que será violentada, levará surras, será deixada sem comida e torturada para ser “amansada” e “extinguir o jeito violento”, obedecendo a todos os comandos agressivos sem reações (ANAQUIRI, 2018).

4 PATRIMÔNIO DAS COMUNIDADES NA PRÁTICA E NO COTIDIANO SOCIAL

O patrimônio é um bem vivo e de convívio comunitário. Em sua essência, suas faces são diversificadas a partir das faces daqueles que veem e o definem e seus valores. Grupos sociais, familiares, étnicos, religiosos, entre outras formas de união interpessoal, são formas de estruturar o princípio desses bens. Os valores partem de ambas as partes, do patrimônio para como os detentores e vice-versa. Essa flexibilidade que permite essa fluidez patrimonial.

4.1 JATOBÁ DOS FERROS

Nesse capítulo serão apresentados as diversas memórias, bens patrimoniais e elementos contextuais locais que a comunidade colaboradora apresentou por livre e espontânea vontade de contribuir com a pesquisa. Considerando os devidos aspectos ligados a valorização familiar e comunitária, esses bens são relacionados a diferentes tipos de visões e significados atribuídos a materialidade e imaterialidade designada por seus detentores. Seus contextos de localização, perspectivas pretéritas e presentes, anseios ou desejos futurísticos são alguns dos pontos questionados na construção dos discursos comunitários. Cada caso que será apresentado a seguir, será dividido e analisado a partir dos seus dados e elementos específicos, possibilitando um aprofundamento nas narrativas comunitárias relacionados com o objetivo da pesquisa.

- **Patrimônios existentes em Jatobá dos Ferros**

A primeira colaboradora protagonista dessa pesquisa fora a Dona Cizí, residente em Caldeirãozinho e falecida no ano de 2017. Dona Cizí na época com 79 anos colaborou com o início das pesquisas antes mesmo dessa se consolidar no universo acadêmico. Seu relato no ano de 2014 foi presenciada por sua família, narrativas sobre uma memória relacionada a eventualidade que vivencio com seu filho, Edvaldo Ribeiro de Assis, conhecido popularmente como Zezinho, ocorrido na localidade de Jatobá dos Ferros, comunidade que morou antes de se mudar para Caldeirãozinho, estrutura um discurso que envolve o “sobrenatural” no atual Sítio Arqueológico Terras de Maninho:

“Eu lá em Jatobá dos Ferro amanhecia o dia e ia tirar leite com o Zezinho, chegava lá eu ia pro curral e o Zezinho ficava ali na porteira, e eu tirando o leite, aí quando eu arribei a cabeça que eu olhei, eu disse, chega Zezinho, corre que tá pegando fogo no curral, tão tocando fogo ali na cerca, aí o Zezinho correu que entrou danado, quando chegou lá na cerca, tava limpinho, limpinho, num tinha fogo nem nada de difícil, só livusia, e eu disse, meu filho o que será feito de uma coisa dessa, aí ele disse, mãe isso aí é das coisas que o povo diz mãe que sai, né outra coisa não, não fique com medo não, aí a gente foi pra casa, e só ficou a história no mundo” (Cesaltina Assis, Caldeirãozinho, 2014).

Na imagem a seguir (figura 11), registrada na década de 1990 pelos familiares que pertencem à família Assis, estão presentes, a Dona Cesaltina, que estava sentada à esquerda do seu irmão Euzébio, e demais parentes que pertencem a essa família. Dona Cesaltina e Euzébio, foram colaboradores que contaram suas histórias para o pesquisador, antes mesmo de existir um projeto de pesquisa nessa região, logo, estes foram idealizadores para o início dessa pesquisa.



Figura 11: Euzébio ao lado esquerdo da imagem, com sua irmã Dona Cizí ao centro. (Fonte: Acervo do autor)

A entrevista de Dona Cizí foi presenciada por seus filhos, netos e marido, possibilitando um amplo diálogo familiar neste momento marcante da rememoração⁸³, todos os presentes tiveram a oportunidade de contar suas histórias ligadas à Jatobá dos Ferros, além de confirmarem e acrescentarem informações as demais narrativas contadas pelos demais presentes. Esse processo configura uma metodologia de entrevista coletiva em que a coleta de dados sobre determinado conteúdo é algo pertinente para todo o grupo presente na entrevista, um assunto que desperta uma memória coletiva.

⁸³ Utiliza-se nesse exemplo o termo ‘rememoração’ ao invés de ‘memoração’, devido todos aqueles presentes, os ouvintes, que pertencem à família da locutora, já conhecerem essa história devido às várias vezes que a mesma os contou cotidianamente, estes relatam conhecer todos os detalhes dessa memória, detalhes que a própria personagem principal, Dona Cizí, por vezes passava despercebida durante o relato. É como no conceito de Pollack (1992): Memórias ou “acontecimentos vividos por tabela, ou seja, acontecimentos dos quais nem sempre a pessoa participou, mas que no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível saber se ela participou ou não” (POLLACK, 1992, pg. 02).

Ao término da fala de Dona Cizí, Zezinho, seu filho, que representa a pessoa ou personagem ativo em sua história, confirmou toda essa versão contada por sua mãe, acrescentando que esse acontecimento ocorreu a mais de 50 anos, além de o mesmo ter sentido e visto tudo que sua mãe expressou em sua memória sobre a aleivosia de Jatobá dos Ferros. Em conversas recentes com Zezinho o mesmo afirma que esses mistérios ainda ocorrem com frequência na região, e que existem muitas pessoas da comunidade que são testemunhas desses fenômenos.

Dona Cizí ao término de sua fala citou uma frase bastante intrigante que gera reflexões sobre a pertinência que a memória possui: “*Só ficou a história no mundo*”. Essa expressão direcionada pela colaboradora aponta que essa eventualidade pode ser algo que sempre irá existir no mundo, pois a coletividade que esse representa logo direciona o sustento de sua permanência. A história como um fato ou uma situação, segundo a colaboradora, vai permanecer existindo independentemente da própria existência da mesma, seria, portanto, o mundo/universo de Jatobá dos Ferros uma eterna morada dessa eventualidade e, confirmando com seu posicionamento, a reincidência desses relatos permanece sendo narrados por aqueles que convivem com esse lugar no presente, o Sítio Arqueológico Terras de Maninho.

Esse espaço de fala da Dona Cizí sem restrições ou designações de sua veracidade, é o que autores como Lumbreras (1981), Benavides (2011), Bezerra (2017) e Andrade (2010) defendem e incentivam outros pesquisadores a praticarem nessa democratização da arqueologia. A aproximação, o saber ouvir às comunidades colaboradoras, o comprometimento social e político com as comunidades detentoras desses patrimônios, o paradigma materialista histórico para analisar e entender tais história, a valorização da sociedade contemporânea, o incentivo ao desenvolvimento autônomo e efetivo da sociedade, entre outras práticas de reconhecimento da importância daqueles antes calados. Logo, como defendido por Cunha (2003): É no espaço adequado de fala que possibilitamos o reconhecimento de sua humanidade, a reapropriação de sua história e a potencialização de sua existência⁸⁴.

⁸⁴ Cesaltina Ribeiro de Assis, Dona Cizí, minha avó paterna, nesse trabalho, eternizo tua história tão importante para nossa terra, onde o umbuzeiro da livusia que lhe fez “ripunar”, e a história do pote com ossos de gente, tornaram visível a existência do Sítio Arqueológico Terras de Maninho, local que na infância brinquei soltando bombinhas de São João, e que hoje retorno como um pesquisador, um arqueólogo profissional. Independe da existência desse trabalho, sua memória continuaria a ser preservada por muito tempo, pois tua família compartilha de tuas memórias, e nossa memória, como explica o Halbwacks, é coletiva. Com orgulho tenho a senhora como sendo a primeira entrevista dessa pesquisa, iniciada no ano de 2014, quando eu ainda não compreendia o imenso potencial científico de nossa família, e das famílias e extensões territoriais de nossa comunidade; acredito que nesse momento, finalmente eu entendi o que a senhora me disse: “*Só ficou a história no mundo*” (Cesaltina Assis, 2014).

Analisando essa memória como sendo uma composição de elementos, é possível classificar estes da seguinte maneira: Para o elemento coisa existe um objeto⁸⁵ imaterial que é representado pela livusia, essa coisa marca o enredo dessa história como elemento central da memória. Dona Cizí e Zezinho estruturam o elemento pessoas desse enredo, Dona Cizí, que faleceu no ano de 2017, configura atualmente um indivíduo ausente devido a impossibilidade de novos diálogos sobre tal memória com a mesma, ela e seu filho Zezinho, possuem relações ativas com essa história, pois os mesmos participaram e reproduziam tal história sem variações de dados e/ou informação.

O elemento tempo, foi mensurável pelos colaboradores, afirmando que este fato ocorreu a mais de 50 anos. O elemento lugar, é classificado como conhecido, esse conhecimento, por assim dizer, ocorre pela indicação e descrição do mesmo, realizado pelos colaboradores, ou seja, o umbuzeiro e a roça do Maninho em Jatobá dos Ferros. O elemento eventualidade, é classificado como sendo algo particular, pois somente duas pessoas da mesma família presenciaram e vivenciaram esse evento específico, evento esse que os mesmos indicam como sendo algo “repunante”, desagradável. O elemento transmissão, é classificado como sendo algo comum, rotineiro, ou seja, é uma memória que é transmitida cotidianamente, onde a simples presença da semente de rememoração (HALBWACKS, 1990), é suficiente para recordar e transmitir toda essa memória.

Logo, podemos inferir que essa memória tem recorrência particular, representa um tipo de memória que pode ser interpretada como desagradável, devido seu fato atormentador ou amedrontador para os colaboradores, mas que sua preservação é algo desejável, assim interpreta-se esse desejo, pôr a nossa colaboradora por livre e espontânea vontade, decidir reproduzir e autorizar o registro dessa memória. Portanto, independentemente se essa memória está ligada com um “evento sobrenatural”, a mesma, além do lugar - *in situ* - de sua ocorrência, são posicionados como objetos de preservação da comunidade de Jatobá dos Ferros.

A próxima memória a ser apresentada, pertence ao narrador colaborador, Hildemar Ribeiro de Assis, conhecido popularmente como Demasão, filho de Dona Cizí e irmão de Zezinho. Demasão acompanhou o relato da sua mãe e do seu irmão nessa entrevista coletiva realizada em 2014. Demasão disse que, esse lugar é cheio de livusias, e que o mesmo vivencio algo ‘repunante’, com seu tio Euzébio, “*nesse dito umbuzeiro que a mãe viu a livusia*”

⁸⁵ Salienta-se que: A caracterização como objeto, é devido a “livusia” ser descrita como uma forma identificável pelo colaborador, “um fogo ou uma fumaça”.

(Hildemar, 2014). Demasão conta que a mais ou menos 55 anos atrás, por volta do ano de 1965, quando o mesmo tinha cerca de 8 anos de idade, presenciou algo que nunca imaginaria ver.

“Eu lembro que seu Aniba, o Zeba, tava, nós fomos arrancar batata de umbu, nesse dito umbuzeiro que a mãe viu a fumaça, só viu a fumaça não tinha fogo, eu era molecote véi, seu Aniba que era mais velho, que era o cabeça; começamos a cavar ali, daqui a pouco o negócio fofou, quando cruza uma galha de umbuzeiro assim em cima, a batata tá lá em baixo, e nós cavamos, quando fofou que ele puxou, tinha um pote véi bem grande no chão, aí alevantou a tampa desse pote véi aí disse: Eu te arrenego diabo, aqui tem um monte é de osso véi de gente, aí jogou lá e enterrou tudinho de novo, era um pote grande feito de barro” (Hildemar Assis, Caldeirãozinho, 2014).

Após Demasão encerrar seu relato sobre sua memória, considerada pelo mesmo ‘repunante’, seu pai, Osvaldo Pereira de Assis, conhecido popularmente como senhor Maninho, expressou sua compreensão sobre o que seria a ‘verdadeira história’ por trás desse lugar tão místico e marcante na memória da comunidade. Em seu relato, que ocorreu em seguida ao relato do Demasão, o senhor maninho contou que:

“No Jatobá meu filho, esse Umbuzeiro era o local onde o pessoal, os índios, enterrava gente lá, aí acharam osso de gente lá, em panela e tudo, esse pote é de barro, é a louceira que faz e os caba bota gente dentro e enterra” (Osvaldo Assis, Caldeirãozinho, 2014).

O senhor Maninho, apelidou esse famoso local marcador de memórias da comunidade de Jatobá dos Ferros, como sendo: O Umbuzeiro das Mortes. O mesmo explica que esse apelido, deriva dessas histórias contadas por pessoas da comunidade, que conectam esse umbuzeiro a eventos trágicos como assassinatos, aleivosias ou encantados que lá habitam, além de eventualidades históricas que a comunidade explica como sendo aquele local um “cabaré de índios”.

Na imagem a seguir (figura 12), estão presentes Hildemar e seu irmão Edvaldo (Zezinho), participando das escavações arqueológicas que ocorreram no ano de 2017, na propriedade de seu pai, o senhor Maninho. Nesse ano, a UNIVASF, deu início ao projeto Terras de Caldeirãozinho, projeto esse ainda em andamento.



Figura 12: Demasão e Zezinho, participando da escavação no S. A. T. de Maninho⁸⁶ - 2018 (Fonte: Autor).

A capacidade de fruição da memória é algo paralelo à contextualização da existência no tempo presente de um indivíduo ou grupo. Tal fato, é pertinente devido à associação que é realizada dentre coisas que são do presente, e coisas que pertence ao passado, não existe um rompimento entre esse vínculo temporal, o passado retorna ao presente e o presente retorna ao passado, mostrando que a “realidade” é fruída, volátil e/ou dinâmica. Ou seja, independente se existiu um suposto “cabaré de índios” em Jatobá dos Ferros, a comunidade em sua construção de memória coletiva, associou eventos trágicos e mundanos, como prostituição, a ações pertencentes aos indígenas.

Tal inferência da comunidade, pode ser interpretada por questões históricas e políticas anti-indígenas, que tiveram como meta fortalecer a negação de pertencimento indígena, a associação da imagem do índio ao alcoolismo, a ignorância e a degeneração, e a construção da visão eurocêntrica, que posiciona a colonização como algo benéfico. Este trabalho não busca explicar esse processo particular da comunidade de Jatobá dos Ferros, mas interpreta tal

⁸⁶ Ao fundo da imagem a árvore grande e seca é o umbuzeiro, que contextualiza ambas as memórias relatadas anteriormente. Na imagem, Demasão é o senhor com camisa de cor clara, e Zezinho, seu irmão, é o que está com uma camisa de cor escura, ambos participando das escavações arqueológicas na propriedade de seu pai, onde receberam explicações sobre as técnicas utilizadas nas escavações arqueológicas, e ao mesmo tempo explicavam para os pesquisadores, o que eram esses materiais que os mesmos estavam evidenciando em superfície e sub superfície.

associação da comunidade com o umbuzeiro das Terras de Maninho, a partir dessas características já explicadas sobre o contexto histórico e geopolítico do estado do Piauí.

Analisando essas histórias contadas pela família Assis, observa-se que os mesmos têm esse lugar em Jatobá dos Ferros, como sendo um ponto marcante na história dos mesmos. A visão que estes estabelecem por Jatobá dos Ferros, as terras da família, e sua antiga propriedade, direcionam um certo valor patrimonial, voltado ao desejo de preservar esses patrimônios. Como Cunha (2003), relata em seu trabalho, o espaço de fala do ser humano, estrutura o reconhecimento de sua humanidade, e a reapropriação de sua história, potencializa sua existência.

Logo, nas representações sociais (ANDRADE, 2010), que significam a existência da família Assis, Jatobá dos Ferros caracteriza um patrimônio que não é somente familiar, mas como é representado na fala de todo o conjunto das comunidades: Caldeirãozinho, Jurema e Jatobá dos Ferros, caracteriza-se um patrimônio comunitário, inserido nas estruturas de comportamento social.

Essa observação fica explícita, principalmente, no momento da fala da Dona Cizí, que, ao término de sua memória sobre a livusia, comenta que: “*Só ficou a história no mundo*” (Cesaltina Assis, 2014). Ou seja, independente da sua existência física, ou da existência de sua família, a mesma, ao expressar sua memória que estava sendo registrada pela lente da câmera e pela eventualidade daquele momento⁸⁷, em plena consciência observa que esse enredo não será perdido, que ele passa a existir para o mundo na forma de história, a partir do processo de construção de informações e transmissão.

Observou-se, que essas entrevistas coletivas realizadas com a família Assis, foram marcadas por interferências na fala de um narrador, por outra pessoa que estava ouvindo a história, este, assumia momentaneamente o papel de narrador. Essas interrupções, eram feitas para que pudessem expressar breves explicações ou fatos que completassem e/ou enriquecessem a história contada, existindo relações entre locutores e ouvintes que se revezavam entre si, como se ocorresse ou se desenrolassem breves flashbacks (semente da rememoração – Halbwachs, 1992), que naturalmente surgiam a luz da memória e eram

⁸⁷ Considera-se que o processo metodológico de entrevistas para a coleta de dados, é uma eventualidade que também marca a memória daqueles que participam do mesmo. Marca no sentido que é algo novo, algo até então nunca realizado com estes que colaboram com a produção desse trabalho, logo, ouvir ou participar da fala da comunidade, é algo de importância mútua.

expressadas através do diálogo, exemplificando de forma clara os meandros de construção e transmissão de memórias e narrativas coletivas.

Como exemplo desse processo, temos o senhor Hildemar Assis, que realizou seu relato após sua mãe encerrar sua fala sobre a aleivosia em Jatobá dos Ferros. Demasão, empolgado com sua história e com as filmagens que estavam acontecendo, decidiu que no dia seguinte realizaríamos uma visita ao seu tio, Zeba, que ainda residia em Jatobá dos Ferros, cerca de 700 metros de distância do local onde encontraram o enterramento funerário. O senhor Euzébio Assis, que apesar da fala lenta e debilitada devido um AVC que o fragilizou alguns anos antes da entrevista, demonstrou empolgação para com a lente da câmera, contando sua versão da história com alguns detalhes diferentes dos apresentados por Demasão.

Na imagem a seguir (figura 13), sendo registrada na entrevista realizada com Euzébio e Hildemar, estes contavam suas histórias sobre o “*pote cheio de osso de gente morto*”, que os mesmos encontraram nas terras de Maninho, na sub superfície do Umbuzeiro das Mortes. Essa entrevista foi realizada no ano de 2014, e contou com a presença dos familiares que conhecem essa história detalhadamente, como se fosse uma memória vivida por tabela.



Figura 13: Imagem do senhor Euzébio a esquerda conversando com Hildemar a direita, 2014. (Fonte: Autor)

“Num era uma batata não Hildemar, era um Capuxu⁸⁸, nós fomos lá cavar o Capuxu, aí quando nós tava lá cavando, de repente apareceu um alguidar véi, eu disse, oxe, um alguidar véi aqui, aí nós quebramos a tampa, quando olhou lá dentro cheio de osso véi de gente, aí nós só enterramos de novo e fomos em bora, tá lá até hoje” (Euzébio Assis, Jatobá dos Ferros, 2014).

Após a entrevista de Zeba, foi realizada uma visita ao umbuzeiro mencionado nas narrativas coletadas, no local, Hildemar (acompanhado de seu irmão Zezinho), mostrou e explicou, onde foi o lugar que o mesmo se deparou com o enterramento, ambos comentaram que, aquela área possui evidências em superfície que remetem a presença de um cemitério indígena naquele exato local, guardado há muito tempo atrás.

Os senhores, Zezinho e Demasão, explicaram durante uma entrevista não filmada, que foi realizada no local, local esse onde todas essas memórias estão centradas, que: a elevação que existe na superfície do terreno desse local não é natural, na realidade, essa alteração íngreme, que é facilmente notada em relação ao restante do terreno, foi algo produzido pelos grupos indígenas que em um passado remoto ocuparam esse lugar. Nesse ponto onde existe essa elevação artificial, existem em subsuperfície vários enterramentos indígenas com indivíduos dentro de potes, como aquele que Hildemar encontrou na infância.

A imagem a seguir (figura 14), foi realizada nas terras de Maninho, onde todo o contexto de memórias da família Assis e de integrantes das comunidades, estruturam o enredo de antigas ocupações indígenas, aparições de aleivosias, o antigo “cabaré de índios”, as devassas mortes violentas de frequentadores desse local, e as atuais pesquisas arqueológicas realizadas pela UNIVASF. Na imagem, Edvaldo (Zezinho), aponta onde está localizado o cemitério indígena que ele, sua família e demais frequentadores dessa região, acreditam existir um cemitério indígena, com possivelmente dezenas de enterramentos. Essa dedução comunitária, é construída a partir de memórias como a de Hildemar e Zeba, da presença de aleivosias, da memória de antigos indígenas que habitavam essa região e da elevação superficial, que segundo os mesmos, não é natural, que esta foi provocada pelas estruturas de enterramentos dos nativos.

⁸⁸ Esse é um nome utilizado pela comunidade para identificar um tipo de vespa que faz sua colmeia no subsolo de umbuzeiro.



Figura 14: Zezinho mostrando a elevação onde supostamente seria o cemitério. (Fonte: Autor)

Podemos observar que, a capacidade destes colaboradores da comunidade de relacionar eventos do passado com evidências do presente, é algo surpreendente e intrigante. Essas são pessoas que estão estabelecendo maiores contatos com a arqueologia, há somente três anos, entretanto, apresentam grande conhecimento e compreensão dos devidos objetos ou estruturas patrimônios que marcam o passado indígena da comunidade.

É notório, a existência de um forte laço com as características paisagísticas e ambientais, e principalmente, uma profunda relação com as estruturas da memória comunitária que são produzidas, reproduzidas e transmitidas na comunidade. A própria visão que a comunidade possui sobre as antigas ocupações indígenas nessa região, direcionam o pensamento de outros que vivenciam estes locais no presente, logo, torna possível interpretar e significar o contexto cotidiano de Jatobá dos Ferros.

Esse processo e sua análise estão relacionados com os conceitos de arqueologia pública, defendidos por autores como Funari (2008), quando o mesmo fala sobre a contribuição arqueológica nos incrementos de coesão social, onde são estruturadas ligações entre o passado

e o presente, através de ações como a preservação, e principalmente, a valorização do patrimônio.

A metodologia das entrevistas realizadas nos locais ligados a referida memória, remete ao que Halbwachs (1990), classifica como sendo a semente da rememoração, portanto, realizar entrevistas e/ou estabelecer diálogos nos devidos locais memorados, fortalece a lembrança e a fala do nosso colaborador. Escutar o que alguns colaboradores têm a falar sobre a localidade, sobre bens materiais e imateriais, como o próprio cemitério indígena nas Terras de Maninho, estrutura o processo de reivindicação do direito de acesso e interpretação de contextos particulares, nesse processo, novas expectativas e narrativas surgem sobre bens arqueológicos, sendo obrigação do arqueólogo ouvir e dar visibilidade as vozes locais.

Portanto, as vozes destes colaboradores que entoam sobre as particularidades, princípios e significados que estruturam a existência das histórias e memórias de Jatobá dos Ferros, não escapam do que Cunha (2003), Quitana (1997), Foucault (1966), Trebitsch (1994) e Bezerra (2017), estruturam em seus trabalhos: o passado é um fragmento do mosaico da memória, aquele que retoma ou relembra o passado faz desse uma invenção do presente; tais narrativas colaborativas que são memórias dos colaboradores, são por si pluralizadas, a palavra por vez democrática é construída por aqueles que até então eram ouvidos somente em um lugar, dentro da comunidade.

A análise dos elementos dessa memória, apresenta como elemento coisa um objeto material sendo este a urna funerária indígena, e uma estrutura material, sendo essa a elevação do cemitério indígena; as pessoas presentes nessa memória são, o indivíduo presente Hildemar e o indivíduo ausente Euzébio, ambos de relação ativa com essa história, além do indivíduo Zezinho, de relação passiva com a história, mas de grande conhecimento desse enredo, por ter vivido o ocorrido por tabela; o elemento tempo é mensurável, cerca de 56 anos atrás; o elemento lugar é conhecido, sendo este um local comum nos relatos da comunidade; essa foi uma eventualidade particular, pois somente foi presenciada por duas pessoas, e considerada pelos mesmos como algo desagradável; o processo de transmissão foi algo comum, rotineiro.

Logo, essa memória foi classificada como de recorrência particular, de tipologia desagradável, segundo a perspectiva dos colaboradores, mas de preservação desejável. Observa-se que, a preservação é desejável, pois os colaboradores demonstram em sua fala um certo orgulho por encontrar tal coisa, em baixo do umbuzeiro, além deste ser um fato diferente em seu cotidiano, além disso, nota-se que estes vivenciam alguém “externo”, questionando os

mesmos sobre, essa história, têm prazer em conta-la, demonstrando o que já foi discutido anteriormente, no espaço de fala que devolvemos a humanidade ao ser humano, é onde o mesmo expressa seus significados e visões de mundo.

Em meio a todo esse contexto, ligado a uma “suposta ocupação indígena que ficou no passado”, alguns vestígios que marcam a subsistência da família Assis, em Jatobá dos Ferros, quando os mesmos moravam nessa área, ainda existem no espaço e nas memórias de nossos colaboradores. Dentre estes, merece destaque o plantio e beneficiamento da mandioca para a produção de farinha. Zezinho, o membro mais novo da família, foi um dos que mais colaborou com informações sobre essa prática e sobre os vestígios que ainda evidenciam esse contexto.

A casa de Farinha da família Assis, foi feita na década de 80, por Zezinho e sua mãe Cesaltina. O processo de arranca (colheita) da mandioca e produção da farinha, era feita por integrantes da família e por pessoas da comunidade, sendo que estes também participavam da farinhada, realizando atividades como rapar a mandioca, moer, prensar e assar. Logo, o processo de produção da farinha como subsistência familiar, dependia não somente da família, mas de pessoas que pertenciam à vizinhança na comunidade. A farinhada representa um contexto social e econômico direcionado ao sustento do homem sertanejo que pratica a agricultura familiar, representando um dos meios de envolvimento social e sustento comunitário em Jatobá dos Ferros.

Além das memórias sobre as atividades de subsistência associadas ao beneficiamento da mandioca, as ruínas da casa de farinha também funcionaram como ‘sementes da memória’ (HALBWACKS, 1990), para histórias ligadas a eventualidades de aleivosias. Segundo relatos de Zezinho:

A casa de farinha era da família, a última vez que teve arranque de mandioca, foi a mais de 20 anos, eu lembro que uma vez tava o Mario Caetano e o Madeus, e eles estavam torrando farinha, chegaram umas 6.30h, quando deu fé foi uma fumacinha em cima do umbuzeiro, não tava ventando de jeito nenhum e nem tinha fogo, aí foi e eu peguei e encostei no Madeus, aí disse olha Madeus aquela fumacinha em cima do umbuzeiro, tá vendo, aí ele disse eu tou Zezim, o que é? Eu disse, é assombração aquilo aí, mataram muita gente aí. Depois dessa derradeira arranca foi destruindo, não plantou mais mandioca aí foi acabando. (Zezinho, Caldeirãozinho, 2020 – Watts App).

Na imagem a seguir (figura 15), registra-se a estrutura da antiga casa de farinha da família Assis, desativada a cerca de trinta a quarenta anos. As casas de farinha eram meios de subsistência dos primeiros moradores dessas comunidades, associadas a agricultura de subsistência, sendo a mandioca, o principal alimento cultivado nessa região. Segundo algumas

memórias populares das comunidades, as casas de farinha não poderiam ser construídas em qualquer local. No trabalho de Santos (2019), em suas entrevistas realizadas com as comunidades, muitos apontam que o local ideal para construir a casa de farinha, é onde não existe um vapor quente, como se isso fosse um indício de energia ruim. Aparentemente esse é um método empregado por todos que trabalhavam com esse tipo de subsistência nas comunidades.

“Quando você passar em um lugar e esse estiver fresco é um bom local, mas se passar e esse lugar tiver um vapor quente, é um local ruim. E o melhor horário para fazer essa distinção é à tardinha, pois era mais fácil de perceber esse fenômeno do que outros horários do dia”(Sr. Carlim, 2018, informação verbal apud SANTOS, 2018, pg. 56).



Figura 15: Ruínas da casa de farinha da Dona Cizí, em Jatobá dos Ferros. (Fonte: Autor)

A imagem a seguir (figura 16), é um mapa ilustrativo e explicativo de como está distribuída a propriedade do senhor Maninho, sendo o marcador amarelo, descrito como elevação artificial, o local que segundo os relatos está localizado o cemitério indígena.



Figura 16: Área apresentada pelos colaboradores em Jatobá dos Ferros. (Fonte: Google Earth, 2018).

Observa-se que não existe um vínculo emocional e/ou patrimonial com a casa de farinha da família Assis, os mesmos não relataram memórias que sejam especialmente ligadas a este local, demonstrando um sentimento especial para com esta antiga propriedade, relatando somente que esta foi uma antiga estrutura utilizada pela família Assis, e por integrantes da comunidade, mas que não representa um bem de valor patrimonial, que não marcou a memória familiar ou comunitária daquela região.

Portanto, conclui-se que: as histórias que circundam o umbuzeiro localizado nas terras de Maninho, sempre estão ligadas com tragédias violentas e aparições de coisas repugnantes, as memórias que circundam esse lugar instigam a nomeação dessa localidade, ligado a marcadores de memória, Umbuzeiro das Mortes, sendo delimitados a partir de um substantivo que representa a planta típica local, e o adjetivo que acrescenta o valor significativo deste. A outra nomenclatura adjetivada pela comunidade, 'cabaré de índios', está ligada a fatores geopolíticos e da memória coletiva da comunidade, demonstrando que o passado indígena nesse local é um fato para a comunidade, mas esse fato está estruturado pela memória da negatividade da presença desses nativos.

4.2 CALDEIRÃOZINHO

Na comunidade de Caldeirãozinho, outros tipos de patrimônios foram apresentados durante a pesquisa, esses bens, que em sua maioria são resguardados pelos seus proprietários, estruturam histórias e memórias, ligadas as vidas pessoais, familiares e comunitárias deste local. Estes bens, estão relacionados às propriedades privadas que são associadas a lugares comuns, que pertencem à história do surgimento e desenvolvimento de Caldeirãozinho, vestígios arqueológicos de origem indígena, encontrados e guardados, tanto por adultos como por crianças, além dos “contos repunantes” que envolvem aparições de luzes estranhas, e até mesmo “máquinas do espaço”.

No ano de 2019, quando teve início às pesquisas de campo em Caldeirãozinho, uma das pessoas com maior conhecimento sobre a origem dessa comunidade, a senhora Elisa Dias Ramos (83 anos), conhecida popularmente como Dona Elisa, foi colaboradora voluntária desse trabalho, contando todas suas memórias, que envolvem o início da comunidade, o envolvimento de sua família nesse processo, o desenvolvimento religioso dessa região e as aleivosias que rondam a comunidade de Caldeirãozinho.

Dona Elisa, é filha de um senhor chamado Manoel Dias de Sousa, sendo conhecido na comunidade pelo apelido de Capitãozinho, e sua mãe foi a senhora Ana Maria de Mouro, ambos falecidos. Durante suas narrativas colaborativas, Dona Elisa, apresentou memórias que estão ligadas a seu pai, como uma importante pessoa para a fundação e desenvolvimento da comunidade, e de sua antiga residência quase centenária, local que segundo seus relatos, foi um abrigo comunitário, religioso, educacional e hospitalar.

Dona Elisa, em explica como seu bem herdado de família, a casa do seu pai, é um local importante para sua história de vida, para a história de seus familiares, e principalmente para a história da comunidade de Caldeirãozinho. Sua fala é marcada por características emocionais, que refletem o sentimento de pertencimento que um bem material pode representar, além dos valores atribuídos ao financeiro. Essa característica que fica clara em sua fala, pois foi observada quando a mesma relata que comprou parte dessa propriedade que pertencia à seus irmãos, para que pudesse preservar esse bem, todas suas características de origem e toda a história que envolve essa casa:

Nasci no dia 17 de outubro de 1937, essa casa foi levantada em 1934. Foi casa de oração onde festejaram Bom Jesus mais de 20 anos, foi maternidade onde nasceu filhos, netos e bisnetos, foi onde faziam missa, casamento, batizado; foi sala de aula, o primeiro professor foi o Manoel Carlos de Menezes, esse aqui foi professor do Dedé, do Tanudo, do Paulo, desses mais véi tudo, ele é o pai do Jacó; veio o professor Alfredo, o professor Olímpio, meu irmão o João Capitão, a Maria das Graças, esses foram os professores que se manifestaram aqui. Os moradores foram seus Silvino,

Cristina e família, um chamava Virgínea, outra chamava Sebastiana, outra chamava Siadela, outro chamava seu Nélio e o caçulinha José. A Vicência tinha 8 filhos; o senhor de Dionísio da Várzea Branca, chegou aqui com a mulher e o filho, e ele chamava Parçussino, a tia Cina foi madrinha do Parçussino com meu pai. Depois foi o Anicéssio mais a Rosa, o Bobó do Salvador mais a Dinei, moraram tudo aqui nessa casa, é gente que eu nem me lembro mais tanto; aí desse povo que veio de fora como seu Antônio e a Dona Santina, eu tava até falando hoje que nós moramos juntos aqui. **A casa foi casa de oração, a casa foi maternidade, a casa foi sala de aula, a casa foi uma hospitalidade, foi santuário, acolhia todo mundo que chegasse, e aí foi tudo isso essa casa.** Essa casa quem fez ela foi o Zeca da Maria Grande e o Maçalino da Bila, que a Bila era filha da minha mãe, a Tijula. As telhas quem fazia era o Guilhicermo, e os tijolo fazia dos barreiros aqui do campo mesmo, ficava alí pra trás. E esse umbuzeiro sempre existiu, chegaram aqui já tava, ele tem mais de um século, quando minha mãe chegou aqui e à comadre Tera que nasceu em 34, esse umbuzeiro já tava aí, **“aqui tá tudo cavado por dentro”**. E foi minha mãe que me pediu, minha filha nunca deixe essa casa cair” (Elisa Ramos, Caldeirãozinho, 2019).

Na imagem a seguir (figura 17), Dona Elisa, está na frente da casa de Capitãozinho, no dia em que fora realizada a entrevista com a mesma. Segundo a proprietária, a frete da casa permanece com todas as características da época em que fora construída.



Figura 17: Dona Elisa em frente à casa do seu pai, Capitãozinho. (Fonte: Autor)

Durante sua entrevista, Dona Elisa, autorizou que fosse realizado o registro audiovisual do seu relato, onde a mesma relatava sobre suas memórias, que caracterizam a trajetória da casa do seu pai. Quando deu início esse registro, Dona Elisa, retirou do lado esquerdo do peito um papel que havia dobrado várias vezes, abriu este papel e começou a ler. Era uma carta, escrita

com suas mãos onde estavam elencados todos os detalhes que marcam suas memórias sobre a casa do Capitãozinho. Dona Elisa comentou que, no dia anterior, quando havia a encontrado em sua outra residência, e combinado uma entrevista nessa residência histórica da sua família e da comunidade de Caldeirãozinho, a mesma se sentou, pegou um papel e uma caneta, e se pôs a recordar todos os nomes de pessoas que passaram pela residência mais antiga da comunidade, e de todos os eventuais períodos que **essa residência atuou** em prol do desenvolvimento de Caldeirãozinho; daí surgiu a narrativa colaborativa apresentada anteriormente.

Na imagem a seguir (figura 18), Dona Elisa, lê a carta que escreveu no dia anterior a entrevista, contando todos os detalhes que a mesma queria relatar sobre essa propriedade, suas histórias, as datas que as envolvem, as pessoas que participaram destas eventualidades, as histórias destas pessoas, as relações de parentesco e as diversas manifestações que compõe todo esse enredo. Essa carta, escrita com sua caligrafia, foi apresentada ao pesquisador no final da entrevista, e será apresentada a seguir (figura 19).

Quando é expresso no texto que essa residência ou esse patrimônio **atuou**, realmente essa palavra designa uma expressão de ação dessa estrutura, existindo um sentido ou uma lógica de existência desse bem como algo vivo, que fala, que sente, que transmite e recebe informações, uma coisa que respira o mesmo oxigênio daqueles que estão ao seu redor, em convívio num mesmo contexto.

É a partir dessa reflexão que Bezerra (2017), realiza uma crítica pertinente referente ao discurso do patrimônio, a autora explica que, o discurso autorizado do patrimônio, não problematiza as relações entre as pessoas e as coisas do passado, onde existe uma patrimonialização conservadora dessas relações que esvazia sua carga simbólica, logo, existe uma preocupação somente com as narrativas legitimadas no discurso autorizado, o discurso normatizado, contrapondo esses aspectos, os sentidos que constituem essas materialidades, fora dos cânones preservacionistas, são tidos como ilegítimos.

A legitimidade do discurso desse bem patrimonial, dessa casa de múltiplas faces e feitos, está na fala de sua proprietária e nas relações que a mesma estabelece com esse bem; está na fala da comunidade que conta a história dessa casa como sendo a mais antiga da comunidade; está nas estruturas desta casa que acolheu muita gente, onde estes deixaram registrado em sua parede essa passagem; está no registro escrito realizado pela colaboradora para o desenvolvimento de uma entrevista, pois são muitas informações para recordar; onde o ambiente de construção dessa residência, provavelmente foi ocupado

muito tempo antes da existência de Capitãozinho, local do umbuzeiro muito mais que centenário, com grande quantidade e dispersão de materiais arqueológicos em sua superfície, envolvendo a memória dos vários umbuzeiros centenários dessa região, despertando a memória das luvusias e as características da memória coletiva da comunidade.



Figura 18: Dona Elisa lendo sua carta sobre a casa do Capitãozinho. (Fonte: Autor)

as atividades que acontecer
 na casa de mamãe e ang maria
 foi a casa de oração onde festejamos
 o bom Jesus mais de 20 anos
 foi maternidade onde nasceu filho
 emuito netos foi uma casa oração
 onde festejara o bom Jesus por mais
 de 20 anos até missa casamento
 batizado foi sala de aula o primeiro
 professor foi marcel carlo menez
 pai do Jacob deio professor
 alfredo olimpico João capitao
 maria das graças
 1º os moradores seu silvino sua cristina
 a família e Lilia Sebastiana Cabela
 Seunel
 outra família
 2 a censa e o filho
 3 Adunício e família
 ancete e família
 antonio Salvador e família

 Elisa Dias Ramo

Figura 19: Carta escrita por Dona Elisa. (Fonte: Autor)

Esse gesto simples realizado por Dona Elisa, juntamente com seu semblante e fala que transmitem emoção em contar a história desse bem, através de todo o envolvimento individual e familiar que dão vida a essa casa ou vice-versa, caracterizam aspectos que diferenciam um bem de valor patrimonial, onde são atribuídos sentidos e perspectivas como a própria inalienação e preservação, de outros bens que não são atribuídos sentidos e valores da personalidade e do significado de vida, que são distintos do próprio sentimento de preservar.

Existem alguns pontos em negrito na narrativa colaborativa de Dona Elisa, essas palavras e frases colocadas em evidência, ocorrem devido os sentidos que as mesmas podem ser atribuídas tanto nos aspectos patrimoniais dessa estrutura centenária, como aos aspectos sensoriais que as pessoas e o lugar, que “existiram ou existem” nessa residência, podem representar no universo que abriga esse bem, a partir da leitura e interpretação das possíveis significações atribuídas por Dona Elisa. No primeiro ponto, quando Dona Elisa fala sobre o período de participação educacional desse patrimônio, a mesma cita o nome de todos os

professores que ministraram o ensino nesse local, no final da sua fala, conta que estes: “*foi os professor que se manifestaram aqui*” (Elisa Ramos, 2019).

Manifestar ou manifestação, é uma palavra comum na didática dessa comunidade, essa palavra foi atribuída na fala de algumas pessoas da comunidade que realizaram algumas narrativas colaborativas, durante os diálogos abertos na Exposição *Umbuzeiro e Jurema* (2019). Estes que utilizavam esse termo, falavam sobre aleivosias, utilizando a palavra manifestação e aparição para se referir a esse tipo de eventualidade. No caso em questão, Dona Elisa, ao empregar esse termo, estrutura uma profunda observação da importância que esses professores tiveram para a comunidade, pois estes indivíduos que tiveram o ato de repassar o conhecimento, de revelar pensamentos e ideias, de pronunciar para a comunidade a importância e a necessidade do desenvolvimento do conhecimento.

As autoras Matuana (1998) e Cunha (2003), explicam em seus trabalhos esse tipo de relação, quando o desenvolvimento da fala consegue ser profundo e carregado de significados e particularidades. O que Dona Elisa expressou em sua fala, foi uma expressão que pertence ao processo de ‘conversação’, ou seja, quando existe um fluir entrelaçado de linguajar e emocionar, dentro de uma rede particular de sentimentos. Logo, uma palavra, expressão ou gesto, são suficientes para estruturar uma complexa relação que existe dentro de uma narrativa, expressando muito mais que histórias e eventos, aprofundando o conhecimento nas relações sociais da comunidade.

No outro aspecto interessante da fala da Dona Elisa, a mesma expressa em suas palavras todas as funções, ou melhor, todas as vivências que a casa de Capitãozinho teve em sua trajetória até o presente. “*A casa foi casa de oração, a casa foi maternidade, a casa foi sala de aula, a casa foi uma hospitalidade, foi santuário, acolhia todo mundo que chegasse, e aí foi tudo isso essa casa*” (Elisa Ramos, 2019). Observa-se, que na fala de Dona Elisa, a indicação da casa é feita através de um verbo no tempo pretérito perfeito, caracterizando algo, nesse caso essa estrutura, como se a mesma possuísse vida, e concretizou sua existência no passado.

Tal fato que consistente na fala de nossa colaboradora, seria diferente se a mesma utilizasse a expressão: “*A casa foi utilizada como...*”; entretanto, Dona Elisa fala em uma entonação afirmativa, utilizando palavras tão específicas em sua fala que é possível observar tais características. É como Orlandi (1983) fala em seu trabalho, a narrativa pode ser considerada não como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral, onde entram em jogo os processos

históricos-sociais gerais na constituição da linguagem, onde o modo de produzir a linguagem explicita sua existência social.

Outra expressão interessante na fala da Dona Elisa, é quando a mesma fala que: “*Aqui tá tudo cavado por dentro*” (Elisa Ramos, 2019). Essa expressão chamou atenção pelos seguintes questionamentos que despertaram dúvidas para a pesquisa, primeiro, estaria Dona Elisa se referindo aos poços que foram cavados para a construção dos tijolos das olarias? E o segundo ponto, Dona Elisa faz essa referência após relatar sobre a antiguidade do umbuzeiro, que esse tem mais de 100 anos, e para alguns colaboradores das comunidades, estes umbuzeiros antigos são possíveis marcadores paisagísticos da antiga presença indígena na região, além de serem relacionados com enterramentos e livusias, como relatado em Jatobá dos Ferros e proximidades, onde são encontrados os: “Umbuzeiro das Mortes, Umbuzeiro das Almas⁸⁹, Umbuzeiro do Zé Cabrinha⁹⁰”.

Em nossa caminhada pelo quintal da casa, foi possível observar a presença de vários vestígios e fragmentos de interesse arqueológico, que revelam a diversidade da materialidade produzida, consumida, utilizada e descartada naquele local. Algo que exemplifica, e demonstra a complexidade e relevância dos contextos arqueológicos associados as comunidades sertanejas, tal como discutido por Abreu (2012). Estes encontram-se em superfície, incluindo peças cerâmicas com bordas pintadas.

A imagem a seguir (figura 20), foi registrada no quintal da casa do Capitãozinho. Durante a entrevista de Dona Elisa, foi possível observar alguns fragmentos de cerâmica que chamaram a atenção do pesquisador. Muitos destes fragmentos observados, durante uma rápida prospecção e análise dos mesmos, apresentam características ligadas a cultura material indígena, semelhante aos fragmentos que foram evidenciados no sítio arqueológico Terras de Maninho. Um destes fragmentos que foi analisado *in situ*, pelo Dr. Alencar Amaral, especialista em cerâmicas Tupi, foi a borda pintada de coloração avermelhada, mencionada anteriormente.

⁸⁹ Esse Umbuzeiro das Almas, UTM 23L 0707015/8983307, com elevação de 375 metros, se localiza dentro de uma propriedade privada, interliga os povoados Jatobá dos Ferros e Lagoa da Cobra. “Ali naquele umbuzeiro, quando o povo passa lá a noite, o povo diz que vê um homem de branco, outros contam que escutam como se fosse um berro de algum bicho, mas quando vão procurar não encontram nada” (Deunice/Tubana, 2019, Informação Oral apud SANTOS, 2019).

⁹⁰ No Umbuzeiro Zé Cabrinha, UTM 23L 0726376/8998648, com elevação de 365 metros, esse umbuzeiro fica na estrada que liga os povoados Jatobá dos Ferros e o Zé Cabrinha. Aquele lugar aparece umas tochas de fogo, muitas vezes eles saem de baixo do pé de umbu, mas outras saem das folhas. Eu não sei o que são essas tochas não, mas o pessoal dizem que eles podem até seguir a pessoa, por isso que quando passo lá de moto a noite só passo “vuado” [rápido] (Abderval Junior, 2019, Informação Oral apud SANTOS, 2019).

Logo, deduziu-se que existiria, possivelmente, um sítio arqueológico nesse lugar, que poderá ser escavado e estudado pelas próximas turmas de estudantes da UNIVASF.



Figura 20: Borda de cerâmica pintada encontrada na casa do Capitãozinho. (Fonte: Autor)

A narrativa colaborativa da Dona Elisa, expressa bem todo o conteúdo abordado nessa pesquisa. Inicialmente, devido a forma detalhada que essa senhora conta sua memória, composta por muitos indivíduos devidamente nomeados, que pertenceram ou pertencem ao contexto de vida da casa do Capitãozinho, aborda-se o que Halbwachs (1990), conceitua sobre a memória em sua obra, que a memória não é individual, é coletiva, sempre vão existir conjuntos de pessoas na construção de uma memória.

Ainda referente a construção da memória, observa-se na fala de Dona Elisa, que a memória é uma construção do presente, pois sua memória não é representada em algo abstrato ou imaterial, sua memória está ligada a um bem material, a um patrimônio no sentido real e literal, onde são passados de pai para filha, o bem material e os valores que estão ligados a esse bem. Como explicado pela autora Choay (1992): patrimônio é uma palavra antiga, ligada a aspectos como estruturas familiares, econômicas e jurídicas em uma sociedade enraizada no espaço (Caldeirãozinho) e no tempo (séculos XX e XXI).

O outro valor patrimonial (figurativo), atribuído à casa de Capitãozinho, é o que Gonçalves (1996) e Choay (1992), explicam como sendo patrimônio histórico, ou seja, bens

que são destinados ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, e é constituída por uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum. Neste caso, referente somente a casa de Capitãozinho e a comunidade de Caldeirãozinho.

Em sua fala, suas expressões, suas memórias e histórias, Dona Elisa, atribui a essa residência esse valor patrimonial, que é marcado pelo sentimento de pertencimento, proteção e preservação, justificando que a casa do seu pai teve e têm importância para a comunidade. A casa de certa forma, passa a existir no universo de Caldeirãozinho, “*foi tudo isso, uma hospitalidade só*”, logo, mesmo que existam diferentes versões sobre a história de origem de Caldeirãozinho, ainda persiste o sentimento de valor patrimonial de sua proprietária, e dos demais da comunidade, que indicam esse patrimônio como sendo a estrutura mais antiga dessa comunidade.

Além de toda a importância dessa casa, durante os anos de formação de Caldeirãozinho, a mesma permanece sendo uma hospitalidade na atualidade, abrigando um vaqueiro e sua família que presta serviços para Dona Elisa, além de auxiliar a proprietária na conservação dessa residência, através da realização de pequenas reformas. Essas pequenas reformas utilizam dos próprios elementos que pertencem ao limite da área de extensão da residência, como o sedimento e algumas vigas de madeira, que servem de sustento e manutenção de todas as características internas, externas e de produção da fundação dessa residência.

A próxima imagem (figura 21), foi registrada no interior da casa de Capitãozinho, na mesma, Dona Elisa, pousa para a foto na sala de entrada da residência, onde os pertences do vaqueiro que ali reside, estão pendurados. Observa-se que o piso e as paredes da residência são originais, desde sua construção, todos os detalhes como até mesmo os tornos de rede ainda são da fundação da casa.



Figura 21: Dona Elisa na sala de entrada da casa do Capitãozinho. (Fonte: Autor)

Dona Elisa, quando adentrou a sala interna da casa do Capitãozinho, relatou em sua primeira história, o surgimento do padroeiro de Caldeirãozinho, o Santo Bom Jesus da Lapa. Neste dia, festeja-se na capela da comunidade essa santidade, festejos que correm entre os dias 28 de julho ao dia 06 de agosto. Entretanto, a semente da memória (HALBWACKS, 1990), que direcionou Dona Elisa naquele momento a contar toda a história que envolve o surgimento do padroeiro, foi o antigo altar localizado na sala da residência do Capitãozinho, e o quadro do santo que fica nesse altar:

No ano de 1947 buscaram o quadro do santo em Bom Jesus da Lapa – foi uma promessa para meu avô, João Menino, caso esse ficasse bom iria fazer uma troca e conseguir um santo, naquele tempo não se comprava santo, se trocava por um valor monetário, pela importância que se dava (Elisa Ramos, Caldeirãozinho, 2019).

Nossa colaboradora, explicou que essa santidade foi festejada durante 20 anos, na residência do seu pai, até ocorrer a construção da capela e dar início as celebrações e festejos nesse local. Durante sua fala, Dona Elisa se emociona, exibindo com orgulho o quadro que veio de Bom Jesus da Lapa, e ainda se encontra no mesmo altar do santuário residencial, na sala principal da casa, onde eram realizadas as missas e festejos dessa santidade que chegou na comunidade através da sua família.

O quadro na parede, é o mesmo que deu início a devoção desta santidade a mais de 60 anos, observa-se que existe um cuidado e proteção por esse objeto e tudo que ele representa, ligados aos valores da memória e do patrimônio religioso da comunidade (figura 22).



Figura 22: Dona Elisa mostrando o quadro que deu origem a devoção ao padroeiro de Caldeirãozinho. (Fonte: Autor)

“Festejo nasceu aqui, foi uma promessa de minha avó para meu avô, ao senhor de Bom Jesus, esses santos pequenos são do tempo do padre Leonisio, tem mais de 10 anos, no santuário tinha a mesa e o oratório, a mesa ainda existe, tá na igreja daqui, tudo que começou no caldeirãozinho começou aqui. Nessa casa já moraram muito mais de 30 famílias, batizados aqui aconteceram muitos, todo ano tinha batizado, casamentos também foram dentro dessa casa” (Elisa Ramos, Caldeirãozinho, 2019).

Os festejos de Bom Jesus da Lapa, representam uma construção de identidade da comunidade, considerando que o “mentor da formação de Caldeirãozinho”, Capitãozinho, significou e ressignificou credences até então familiares, para a comunidade que estava sendo constituída em suas propriedades territoriais. A memória desse senhor que está presente em todas as narrativas da origem de Caldeirãozinho, foi utilizada na homenagem da Unidade Escolar Manoel Dias de Sousa, a única instituição de ensino básico dessa localidade.

Observa-se, que mais do que uma relação de poder designado por um mentor que pertence a “fundação, desenvolvimento e construção” da história de Caldeirãozinho, considera-se que, o padroeiro da cidade e os elementos materiais que estão ligados a este, como o quadro,

os santos e a mesa do altar, são elementos patrimoniais que designam a identidade da comunidade de Caldeirãozinho, como explica Gonçalves (1996) e Choay (1992).

Segundo Gonçalves (1996), em cenários como esse, onde existe uma noção de apropriação, esse processo tem sua relevância nos discursos sobre patrimônio, onde, apropriar-se de alguma coisa (santidade), implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto de apropriação, implicando também, em um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade. Ou seja, mesmo a comunidade possuindo diferentes aspectos sociais, financeiros e/ou religiosos, em um determinado momento de formação da comunidade de Caldeirãozinho existiu uma relação interna à comunidade, constituindo tal santidade e seus objetos associados como patrimônio de envolvimento religioso desse lugar.

Choay (1992), ainda problematiza as questões que envolvem o patrimônio, questionando que o culto ao patrimônio histórico necessita mais do que uma simples aprovação social, existindo a necessidade de questionar a constituição desse elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, da condição de sociedade e das questões que a ele se encerra.

Respondendo ao questionamento pertinente da autora, observa-se que: o patrimônio religioso da comunidade de Caldeirãozinho, é envolvido por uma construção histórica familiar, em busca de uma graça milagrosa alcançada. O processo de devoção familiar, a construção de um santuário residencial, a construção da memória relacionada a essa santidade, seus elementos, processo de transmissão, e todas essas eventualidades estruturaram no enredo de todos aqueles existentes nesse período histórico da comunidade, um sentimento de esperança, fé e devoção, direcionando a origem do culto religioso e das festividades voltadas as práticas culturais nacionais. Logo, todo esse processo pode responder sobre as atribuições de valores patrimoniais e comunitários a esta santidade e seus elementos associados.

A imagem a seguir (figura 23), mostra detalhadamente as características do primeiro altar religioso da comunidade, o primeiro quadro apreciado pelos devotos, e algumas santidades em miniatura que foram presenteados por um padre que aprecio todo esse enredo. As marcas azuis, eram de papeis de santos que já foram colados nessa parede, estrutura que claramente observa-se nos blocos da fundação e o acabamento externo fragmentado.



Figura 23: Santuário da casa do Capitãozinho. (Fonte: Autor)

Dona Elisa, apresenta detalhes importantes que existem na casa do seu pai, estas são marcas que foram criadas a partir do uso, convívio e relação entre moradores que utilizaram dessa estrutura, ou que têm algum tipo de relação com esse lugar, e que realizaram a produção de gravuras na parede externa dos fundos da casa. Algumas dessas marcas, aparentemente, são recentes, onde o autor deixou gravado o número 2018, representando possivelmente o ano de produção. Outras marcas são mais antigas, sem expressar bem o que representam devido sua forma geométrica, estas são sequências de traços paralelos, aparentando ser um sistema de contagem.

Essa parede gravada transmite informações visuais caracterizadas pelo conjunto de nomes, de quem esteve ou foi memorado nessa parede centenária, sendo essa a única parede de toda a casa com essas marcas, e não se observando tal aspecto em outras residências visitadas que pertencem à comunidade, é possível interpretar que, devido à casa de Capitãozinho ser uma residência antiga, e sua proprietária pretender manter esta com as mesmas características de origem, sustentando-a com o mínimo de reformas e alterações, possivelmente, estes que gravaram seu símbolo ou memória nesta parede representado nomes, assim o fizeram para permear, no tempo e no espaço memorável, marcas de sua passagem e representação nesse lugar.

Dona Elisa, aponta para os nomes de pessoas que em algum momento tiveram um tipo de relação com essa residência (figura 24). A colaboradora, explica que podem ter sido antigos moradores ou simplesmente frequentadores desse lugar, que por um motivo registraram nas paredes centenárias da propriedade.



Figura 24: Dona Elisa aponta as marcas deixadas na casa por pessoas que ali abrigaram. (Fonte: Autor)

A próxima imagem (figura 25) foi registrada no quintal da residência de Capitãozinho. Ao fundo da imagem observa-se um grande buraco que foi cavado para a retirada de sedimento, esse era utilizado nas reformas de sustentação da residência. Dona Elisa explica que quando o quintal é limpo todo o entulho é jogado nesse buraco⁹¹.

⁹¹ Segundo o trabalho de TOCCHETTO (2004), a mesma realiza a análise de quatro sítios arqueológicos históricos, localizados no município de Porto Alegre, procurando estabelecer uma relação entre os contextos e materiais arqueológicos evidenciados e os discursos e práticas situadas no processo de construção da modernidade brasileira no século dezanove. A autora explica que trabalhar com residências históricas abordando as mesmas enquanto sítios arqueológicos, considerando as práticas e relações cotidianas, significa adentrar o espaço doméstico como a alimentação, a diversão, o amadurecimento, e às próprias variações ocupacionais, apropriações e significados atribuídos ao meio. Dentre às práticas domésticas que a pesquisadora cita, existe a prática de soterrar entulhos “lixos” que passam a ser descartados por não serem utilizados. Como na situação apresentada por Dona Elisa na Casa de Capitãozinho.



Figura 25: Barreiro realizado para reformas da casa de Capitãozinho. (Fonte: Autor)

“Aquele barreiro ali, foi para as paredes, foi até o Jacó que fez, a casa é toda de tijolo mesmo, meu pai dizia que ela tem 8.000 telhas, os paus dela são de aroeira, pau D’arco, e vieram lá do Baixão” (Elisa Ramos, Caldeirãozinho, 2019).

Dona Elisa, durante sua entrevista demonstra que na atualidade ainda existem diferentes usos, práticas e significados que são atribuídos a residência de seu pai, existindo pessoas que se sentem tentados a conhecer essa residência devido sua antiguidade, além das marcas que alguns deixam nesse local. As práticas de reforma para a sustentação desse bem, também representam esse processo de significado e respeito a esse patrimônio, pois são realizados com a mesma prática ou método de construção do passado, retirando-se o sedimento do quintal, trabalhando esse sedimento ali mesmo, e aplicando nos devidos locais da residência para reforçar suas paredes.

Outro detalhe importante, é referente ao piso interno da casa, esse é um piso feito de chão batido, um estilo arquitetônico comum nas residências mais antigas da região nordeste, que traz uma noção mais naturalista da residência (figura 26). Dona Elisa, comenta que não aceita que esse piso seja modificado, não permite que coloquem cerâmica e nem realizem outro tipo de acabamento, existindo alterações somente no quarto utilizado pelo vaqueiro que reside nessa residência, e que a mesma pediu que não realizasse fotos deste quarto em uso.



Figura 26: Dona Elisa na Sala central da Casa de Capitãozinho. (Fonte: Autor)

A imagem acima (figura 27), foi realizada no momento que dona Elisa relatava seu desejo de preservar essas características da casa, como o piso batido, as vigas de madeira (de aroeira), o altar do Senhor Bom Jesus, e as demais expressões arquitetônicas que a residência de seu pai transmite no presente. É a partir de uma eventualidade como essa, uma entrevista marcada por expressões de apego e emoções, voltada ao um sentimento de preservar, que começam a surgir questionamentos sobre quais devem ser as reais exigências para se eleger e delimitar um bem a categoria de patrimônio.

Gonçalves (1996), explica que o processo de construção dessa visão patrimonial, vêm desde o século XVIII até o século XIX, construído e atribuído a funções pedagógicas e políticas, onde existia todo o processo de identificação, coleta, curadoria e preservação, além da utilização desses patrimônios como indicadores de identidades de povos distintos, práticas estas que persistem nos dias atuais. Nesse processo surge toda a dualidade, primitivo x civilizado, exótico x familiar, etc. A autora ainda alega que, a concepção moderna de história norteou essas práticas patrimoniais, um processo nacionalista de homogeneização, progressista, que desconsidera a recriação ou permanência de certos elementos de distintos processos em diferentes planos sociais.

Logo, a partir do diálogo valoroso, patrimonialista, significativo, representativo e sentimentalista, realizado por Dona Elisa, apontando todas as atribuições que esse patrimônio, a casa de Capitãozinho, tem para a comunidade, onde a própria comunidade reconhece esse local como sendo histórico, a casa mais antiga de Caldeirãozinho, deixando suas marcas gravadas nas paredes preservadas desse bem, guardado e preservado por sua proprietária. Nesse trabalho, que busca compreender os valores patrimoniais de Caldeirãozinho, a Casa do Capitãozinho, representa um patrimônio comunitário. O senhor Manoel Dias de Sousa, respeitado, admirado e conhecido por toda a comunidade de Caldeirãozinho, local que já carregou seu nome, deixou nessa comunidade um bem histórico de valor significativo para todos.

O patrimônio, assim como a memória, é uma invenção do presente, para o presente e por aqueles que pertencem ao presente, independente se o bem valorado pertence, ou não, ao passado, esse valor que lhe é atribuído pertence ao presente. As pessoas, as memórias e as narrativas ou discursos são os elementos que constituem a própria materialidade do objeto, entretanto não dão vida a este. O objeto material e imaterial, existe e persiste ao longo do tempo, como se tivesse vida própria, ultrapassa gerações vivas e mortas, transformando-se em ruínas, enquanto deteriora sua face e forma. Quando o homem passa a interagir com este, dando-a novas formas, faces, sentimentos e histórias, coletivizando-o em seu interior e no interior de comunidades, esse retoma sua existência em um novo mundo, em uma nova memória, em uma nova forma de existência, podendo eclodir como um patrimônio.

Para exemplificar o que o parágrafo acima explica, utiliza-se um relato realizado por Dona Elisa, referente ao antigo umbuzeiro da casa do Capitãozinho. Neste umbuzeiro, uma marca existente em seu tronco funciona como semente de memória (HALBWACKS, 1990) para Dona Elisa, envolvendo uma história que ultrapassa o contexto da própria residência, seus valores e significados, envolvendo uma cultura material diferente de tudo que se produz, desde o surgimento da comunidade de Caldeirãozinho, esses materiais ou essas coisas são chamadas Pedras de Raio, ou Corisco, materiais que são envolvidos nos processos ressignificação citados no parágrafo anterior.

A imagem a seguir (imagem 28), foi realizada no quintal da casa do Capitãozinho, onde existe um umbuzeiro centenário, ligada a histórias e memórias da residência e da presença de vestígios mitológicos, a chamada pedra de raio, corisco ou machadinha polida.



Figura 27: Dona Elisa mostrando o local onde caiu o corisco no Umbuzeiro. (Fonte: Autor)

“Esse umbuzeiro aqui da casa ela tem muito mais de 100 anos, em 1934 ele já existia e era desse jeito. Aqui na casa tinha muita fruteira, muito mamão e muito mel. Aqui caiu aquele negócio que o povo hoje chama raio, mas de primeiro chamava corisco, caio bem aqui no meio olha, aí ficou assim, mas aí quando eu me entendi no mundo já tinha acontecido isso, o corisco entrou muito pra dentro e num acharam não, ela fica sete palmo em baixo da terra, essa era aquela pedrinha que você tava com ela lá (Exposição)” (Elisa Ramos, Caldeirãozinho, 2019).

O relato de Dona Elisa, está relacionado com o que foi discutido nos parágrafos anteriores. A construção dos significados que são atribuídos aos objetos, como neste exemplo, referente a um material lítico polido, para a comunidade é essa uma peça ou um bem natural, que surge a partir de um raio, e que se esconde sete palmos a baixo da superfície. Como é explicado por Jeudy (1990) e Bezerra (2003), através dos vestígios, das ruínas que os indivíduos elaboram suas representações do passado, esses materiais que se perpetuam na paisagem não são, em si, a memória, mas a sua fonte, são a base material para a construção do imaginário histórico.

No final da entrevista, o senhor Miguel Dias Ramos, marido de Dona Elisa, chegou na casa do Capitãozinho, e teve início um outro tema, que é muito comum na região, e que também ocorreu na residência histórica, “as aparições de livusias”. Dona Elisa contou que, em sua juventude, quando morava na casa do seu pai, presenciou essa coisa na frente da casa.

Dona Elisa relatava sobre as histórias de livusias que foram presenciadas na casa do seu pai e na comunidade. A colaboradora, sentada na calçada da casa do seu pai, lembra com humor dessas histórias de coisas que ali se manifestaram quando a mesma era criança, memórias estas que são comuns nas comunidades (figura 28).



Figura 28: Dona Elisa contando a história da livusia. (Fonte: Autor)

“Quando eu vi tava aquele clarão, bem de quando a lua tá novinha, aquele clarão na frente da casa, aí eu disse: O que é isso mãe? aí ela disse num é nada não minha filha, é algum ourinho aí na frente da casa” (Elisa Ramos, Caldeirãozinho, 2019).

Seu Miguel, durante a fala de sua esposa, a interrompe, e explica que essas luzes estão ligadas a minerais preciosos como ouro, explicando que: “*É que o pessoal tinha aquele negócio, falava que às vezes você via uma luz em um lugar, aí dizia, aí é ouro*” (Miguel Dias Ramos, Caldeirãozinho, 2019). Seu Miguel, em seguida, a fala que sua esposa, contou sobre outro evento de livusia que ocorreu na comunidade, esse evento, segundo o mesmo, foi visto por muitos que moram em Caldeirãozinho.

A imagem seguinte (figura 29), foi registrada durante a fala sobre as aleivosias que foram presenciadas pelo senhor Miguel. Durante sua história, o mesmo apontava para os locais onde viu a manifestação ter início, o percurso onde esta se deslocou, até o momento que a mesma desapareceu. Ambos (Miguel e Elisa), explicam que existe uma relação entre essas aleivosias e a presença de ouro no local de sua aparição/manifestação.



Figura 29: Senhor Miguel contando sobre alevisia que presenciou. (Fonte: Autor)

“A luz ela minha aqui desse lado aqui do riacho, e atravessou assim por cima, aí nós ficamos parado alí, pensando o que é que era aquilo, mas depois a gente caçou e não, num ia muito alto não, ia na altura de uma casa dessa, aquela luz bonita rapaz, parecia uma pessoa mesmo com um candieiro, aí nós ficamos conversando e aí sumiu, e ninguém viu mais, mas teve mais gente que viu, se fosse só nós dois o povo dizia que era mentira, mas é verdade” (Miguel Dias Ramos, Caldeirãozinho, 2019).

A construção cultural destas comunidades pesquisadas, Jatobá dos Ferros, Caldeirãozinho e Jurema, são voltadas para narrativas que envolvem diversos eventos de livusias, são histórias de contextos produzidos pelos mais velhos, e citados ou reproduzidos pelos mais jovens. Independentemente da idade, as pessoas que moram nessas comunidades falam que já presenciaram, ou conhecem alguém que presenciou a aparição de livusias. Essas aparições estão principalmente ligadas aos locais de memória das comunidades, como os umbuzeiros antigos e locais específicos. Esse processo que é atrelado às narrativas das comunidades, pode ser explicado através de Cunha (2003).

Segundo Cunha (2003), as narrativas e a cultura são estruturas inseparáveis, ultrapassando o mundo material e espiritual, a produção de cultura pelos seres humanos é ao mesmo tempo a produção de seres humanos pela cultura. Logo, é compreensível que as comunidades tenham esse aspecto cultural e narrativo em comum, a reprodução de eventos ligados a mitos e superstições, sustentados e repassados pelas narrativas representando um conjunto específico de patrimônios imateriais.

As aleivosias ou seres “ripunosos” de Caldeirãozinho, são um tipo de patrimônio imaterial, que envolve às comunidades pesquisadas, funcionam como estruturas imateriais disseminadas e preservadas a partir das narrativas, reproduzindo no seio comunitário uma memória social que liga locais e manifestações específicas a eventualidades que são classificadas em uma única palavra, “ripunosas”. Esse sistema de relações e informações, são observadas perante a situação ou contexto que segundo a comunidade são presenciadas estas livusias. Estes locais conhecidos até o momento, geralmente apresentam materiais arqueológicos em sua superfície, umbuzeiros centenários, relações de antiguidades, violências, profanações e antiga presença indígena. Essas características devem ser consideradas como elementos que demarcam o patrimônio da comunidade.

Existe, portanto, uma dinâmica das relações patrimoniais, constituídas por ricas narrativas que descrevem fenômenos, eventos ou coisas, relacionadas de forma direta com objetos e sítios arqueológicos, que não podem ser desqualificadas da contextualização do objeto/coisa/pessoa/lugar. Histórias de assombrações que circundam os sítios, histórias da terra falsa que esconde um tesouro e uma maldição, histórias dos objetos que caem do céu, como os machados polidos, histórias dos tesouros encantados, ou como falam em Caldeirãozinho, os galos-encantados que são de ouro, se você o segui-lo chegará até a botija de ouro, mas não pode xingar, se não ele desaparece.

Todas essas histórias que pertencem à memória da comunidade, compõem e estruturam os valores de uma sociedade dotada de superstições, valores, bens arqueológicos e não arqueológicos, tradições ritualísticas, de reprodução e transmissão desses conhecimentos e acontecimentos, através das narrativas internas e externas à comunidade. Essas são as características que possibilitam compreender como patrimônio imaterial, as aleivosias destas comunidades pesquisadas.

Ainda tratando sobre patrimônio imaterial, e entidades ligadas a um plano ou mundo espiritual, uma das tradições da região que possivelmente pode-se especular como sendo um bem imaterial da cultura comunitária, é a conhecida Roda de São Gonçalo. Esse rito cultural representa uma dança que é fruto de uma promessa:

A dança em honra a São Gonçalo do Amarante tem origem portuguesa sendo organizada em pagamento de promessas ou voto de devoção. A dança é dividida em duas partes [religiosa e profana] partes ou jornadas comandadas por “guias”, pessoas que conduzem o pagamento da promessa, juntamente com os “contra guias” auxiliares do guia que respondem os versos feitos pelo “guia” e os pares que dançam em forma de fileiras ou em roda em volta do altar e do pagador da promessa (MORAIS, 2013, pg. 07).

A imagem a seguir (figura 30), foi registrada na noite da Roda de São Gonçalo, com participação dos devotos da microrregião. Nesse dia, ocorria os festejos de Senhor do Bomfim, na igreja de Caldeirãozinho, sendo essa dança realizada somente após o termino da missa, e da exibição dos vídeos sobre histórias e memórias das comunidades pesquisadas, durante a *1ª Exposição Arqueológica Umbuzeiro e Jurema*.



Figura 30: Roda de São Gonçalo Realizada em Caldeirãozinho, 2019. (Fonte: Autor)

Essa tradição, está ligada a uma memória religiosa de pessoas que são devotas da santidade São Gonçalo do Amarante, e creem que milagres podem ser alcançados ou gratificados, a partir dessa dança de longa duração. No caso de Caldeirãozinho, comentaram que essa tradição ocorre durante as festividades de Bom Jesus da Lapa, em frente à igreja, na praça central. Os participantes utilizam de arcos para tal dança, e são guiados por pessoas mais experientes que são considerados mentores desta tradição. Na mesa central, são encontradas garrafas de bebidas alcoólicas de consumo rotineiro na comunidade, a representação da santidade ao centro das bebidas, e uma garrafa com água.

No dia em que, os pesquisadores Lucas Assis e Fábio Santos registraram esse rito, o mesmo teve início às 21h, encerrando somente na madrugada do dia seguinte, por volta das 2h. Vários ciclos marcados por danças girantes foram realizados pelos participantes, estes

reversavam nas participações, somente dois senhores que eram à frente da roda, ‘os mentores’, continuavam a participar sem substituição.

Em Caldeirãozinho, existem diferentes traços de tradições culturais que estão interligados tanto as tradições de culturas europeias, responsáveis pela colonização e opressão nativa, como as próprias características culturais materiais e imateriais daqueles que ocupavam essa região antes dos europeus, os grupos indígenas que existem na história, nos vestígios e nas memórias dos juremenses.

A presença indígena, é um importante elemento na memória das comunidades de Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros. Essa memória que é inseparável dos vestígios de cultura material, está espalhada pela superfície e subsuperfície que, possivelmente, estruturam antigos aldeamentos, onde atualmente são as comunidades. Cotidianamente, esses vestígios são localizados e coletados por moradores que guardam essas “coisas” em suas residências. Quando questionados por qual motivo realizaram esta coleta e posse, respondem com palavras simples e expressões de afeto, que: *“São coisas bonitas e diferentes, chamam atenção, peguei pra mim”*.

Um destes exemplos, é o colaborador Maicon Coelho de Assis de 8 anos, conhecido popularmente como Maiquinho do Zezinho. Maiquinho, residente e estudante em Caldeirãozinho, conta que quando não está na aula, gosta de brincar com os amigos nas terras da comunidade, correndo, subindo em umbuzeiros para comer umbu, aproveitando seu tempo. Em meio a essas brincadeiras saudáveis de uma criança, mais especificamente nos montes de terra atrás da casa do seu avô, Maiquinho encontrou um objeto de pedra diferente dos demais daquele local, quando o coletou, observou que essa pedra era um pilãozinho, sem pensar duas vezes, se apropriou de seu achado o guardando-o na casa do seu avô.

Na imagem a seguir (figura 31), Maicon segura o pequeno pilão de pedra que centra suas histórias, sobre brincadeiras nas terras da comunidade e um passado indígena registrado em vestígios materiais. Na foto, o garoto estava no bar do seu avô, o senhor Maninho, com seu primo que realiza a pesquisa, Lucas Assis, o professor, Alencar Amaral e seu pai, o Zezinho. Nesse dia, Maicon queria doar esse vestígio para a UNIVASF, mas após ficar sabendo da exposição que iria acontecer, guardou esse objeto para que o mesmo fosse exposto, e que contássemos a seus amigos que foi ele que encontrou. Atualmente, o objeto está sob posse do Laboratório de Arqueologia Histórica da UNIVASF.



Figura 31: Maicon com o pilão lítico. (Fonte: Autor)

“Eu tava brincando, lá na rua atrás da casa do vô, aí eu encontrei o pilãozinho, aí levei pra casa pra guardar” (Maicon, Caldeirãozinho, 2019).

Existem duas questões interessantes que essa criança tímida, de poucas palavras, desperta nesse trabalho, referentes ao seu “olhar observador e desapego com o objeto”. Em meio a tantas pedras, grandes, pequenas, lisas e ásperas, Maiquinho teve a capacidade de as diferenciar e coletar aquela achou interessante, atribuindo a esta uma característica ímpar, “*é um pilãozinho de pedra*”. Outra questão interessante, foi que Maiquinho, espontaneamente, doou seu pilãozinho de pedra para a UNIVASF, poucos dias após encontrar “seu novo brinquedo”. Maiquinho desejou que seu pilãozinho fizesse parte da *1ª Exposição Arqueológica Umbuzeiro e Jurema* (2019), em seguida doando o objeto para a universidade.

Quando Maicon é questionado sobre quem produziu tal objeto, ou para que este serviria, o mesmo responde com uma certa timidez sussurrando “*eu não sei, os índios*” (Maicon Assis, Caldeirãozinho, 2019). O artefato é um pilão lítico com cerca de 8 cm de diâmetro por 3 cm de espessura, seu centro é completamente polido, apresentando marcas de uso, além de uma pigmentação avermelhada na superfície não polida. Possivelmente, era uma ferramenta utilizada na maceração de alimentos, minérios pigmentados, ou produtos mais sensíveis.

Quando Maicon foi questionado sobre sua decisão de doar⁹² esse objeto, respondeu espontaneamente, sem nenhuma timidez: “*Aqui no Caldeirãozinho e nas Pendangas tem é muito disso, é só andar lá que acha um monte*” (Maicon Assis, Caldeirãozinho, 2019). Logo, nosso jovem colaborador decidiu doar esse objeto por ser algo comum de ser encontrado na região.

Nosso colaborador de apenas 8 anos de idade é um ótimo exemplo para a discussão de memória e patrimônio. Apesar de ser tímido e não falar muito sobre o que havia encontrado, Maiquinho demonstrou ter conhecimento que esse material seria de origem indígena, sendo um tipo de objeto que não é produzido na atualidade, é algo diferente. Esse olhar observador e essa memória sobre a origem desse bem, são características construídas a partir da coletivização da memória comunitária da região de Caldeirãozinho, que relatam que essa região seria a antiga morada dos índios.

Quando Foucault (1996), relata que é necessário devolver a palavra a criança, o que “sai por trás da boca dos bons selvagens”, é o apelo da vivência, do indivíduo cotidiano, que resulta na busca por uma identidade. Nota-se que a comunidade de Caldeirãozinho possui uma identidade plural, existindo algumas características construídas na memória que idealizam esse local, assim como também Jatobá dos Ferros, como uma região de passado indígena, com presença de aleivosias, relacionados aos antigos umbuzeiros e propriedades. Esses aspectos, descrevem uma identidade dessas comunidades, independentemente da idade de nossos colaboradores, essas são memórias que os mesmos narram, produzindo e reproduzindo o que a identidade local os caracterizou.

Orlandi (1983), explica que a articulação entre interlocutores no processo de linguagem, deriva da possibilidade de se aprender a ilusão subjetiva, que está refletida e não criticada (a possível identidade indígena subjetiva às comunidades, que não se identificam com a mesma). O sujeito que produz uma narrativa, está reproduzindo, ele é a fonte exclusiva do seu discurso, ao mesmo tempo que retoma um sentido a ele preexistente (as narrativas coletivas das características e eventualidades como dos indígenas, das aleivosias e dos umbuzeiros, que ocorreram no passado, e são memoradas algumas vezes até por tabela, sendo reproduzidas no

⁹² A doação desse objeto, ocorreu durante a realização da exposição Umbuzeiro e Jurema realizada em Caldeirãozinho (2019), esse material foi exposto durante o evento junto com outro objeto levado pela comunidade, um ferro de passar roupa do século XIX. Esse ferro que pertence a uma colaboradora da comunidade foi devolvido para a mesma.

presente), não existindo uma “fonte de sentido”, pois, para ter sentido, qualquer sequência deve pertencer a uma formação discursiva ao qual faça parte uma formação ideológica determinada.

Essa fonte de sentido (ORLANDI, 1983), para a comunidade pode-se interpretar como sendo, qual o motivo ou sentido que existe possivelmente no interior das comunidades para reproduzir tais narrativas, pois os mesmos não assumem uma ideologia de que são descendentes de indígenas, ou que suas terras sejam propriedades de seus ancestrais, “capturados e domados” pelo colonizador, mesmo quando narram que: “minha bisavó era índia, foi pega no laço; eu não sou”. Ou seja, mesma “não existindo essa fonte de sentido, ou uma formação ideológica determinada”, existe uma memória comunitária que narra esses aspectos a partir de suas histórias coletivizadas, eventos, mitos e extensões territoriais, reais patrimônios produzidos e reproduzidos de maneiras objetivas ou pela própria ilusão subjetiva e não criticada.

Dentre os bens de valor patrimonial que foram apresentados durante a pesquisa, existe um que devido sua excentricidade, provoca dúvidas se é um objeto natural e/ou antrópico. Este compreende uma “grande bola de pedra”, como é descrita por seu proprietário, o senhor Abderval, conhecido popularmente como Derva, de 79 anos. Seu Derva, explica que encontrou esse objeto incomum em sua roça, localizada cerca de dez quilômetros de Caldeirãozinho, quando fora cavar um poço. No local só existia esse objeto excêntrico, e durante prospecção que fora realizada nesse local, nenhum outro objeto excêntrico ou arqueológico foi localizado:

“Encontrei essa pedra lá em minha roça quando fui cavar um poço, já tem tempo; a Niéde uma vez teve lá em casa, perguntou se eu não queria dispor a pedra, eu disse que não dou, poderia levar se fosse pra me devolver depois, e ela não quis comprar também não, até porque a pedra não tem preço” (Abderval, Caldeirãozinho, 2019).

Na imagem a seguir (figura 32), apresenta-se o objeto pertencente ao senhor Derva, residente em Caldeirãozinho, ao lado da praça central. Derva, foi um colaborador que apresentou suas memórias sobre o início de Caldeirãozinho, para a construção do contexto histórico. O mesmo, quando participou da exposição arqueológica em sua comunidade, comentou com os pesquisadores que, possuía um objeto que poderia ser do nosso interesse, era um objeto grande, de pedra, que parecia uma bola, e que, no dia seguinte aguardava nossa visita para nos contar a história desse objeto.



Figura 32: Bola de pedra do seu Derva. (Fonte: Autor)

É possível observar, que esse objeto geoide, com um sulco central aparentemente natural, têm um valor patrimonial para seu proprietário. Na breve análise que foi realizada desse objeto, no local onde o mesmo era encontrado, na área da casa do senhor Derva, a equipe de arqueólogos pesquisadores, Dr. Alencar Amaral, Lucas Assis (bacharel) e Fábio Santos (bacharel), concluíram desconhecer marcas de origem antrópica nesse objeto, o mesmo possui formato esférico, aparentemente provido de sua formação natural, sem marcas de polimento nem picoteamento, ou seja, um possível objeto excêntrico feita pela natureza, que por ter semelhança às formas geométricas conhecidas, desperta a curiosidade no olhar humana.

Dentro dessa memória, é possível elencar alguns elementos que a constituem, como o próprio objeto sendo a coisa material, os próprios personagens ativos como o senhor Derva e a arqueóloga Dr. Niede, o tempo como sendo imensurável, o espaço que foi sua propriedade de subsistência, a eventualidade que foi a abertura do seu poço, e a transmissão que é o processo em que ele apresenta seu enredo para muitos da comunidade, que conhecem tal história, tal objeto e até mesmo o interesse que esse despertou a ponto de receber a visita de uma pesquisadora conhecida mundialmente.

Logo, esse objeto é constituído de valores patrimoniais, ligados a preservação do objeto e de sua memória, nas perspectivas de importância e valor atribuídos por seu proprietário. Seu

Derva, quando foi questionado se doaria esse objeto para algum museu, o mesmo comenta que: “*somente se o museu for em Caldeirãozinho*”. Ou seja, existe uma ligação entre sujeito, objeto e localidade, algo que corrobora com o que é conceituado em simetria (LATOURE, 1994).

4.3 JUREMA-PI

No município de Jurema, ocorreu a colaboração de um casal pertencente as primeiras famílias da ocupação dessa região, quando a mesma era uma fazenda. O senhor Pedro Dias Ramos e sua esposa Maria Rita, contam histórias ligadas as memórias de escravidão, opressão, religiosidades de matrizes africanas e valores patrimoniais materiais e imateriais, desse atual município. Dona Maria, é neta do falecido senhor Grigorio, antigo proprietário da fazenda de escravos que ali trabalhavam. Esse casal tem posse de um bem patrimonial familiar, guardado em sua residência, que simboliza um dos vestígios desse passado violento e desigual. Esse bem que lhes foi repassado pela avó de Dona Maria, a conhecida Sinhá Pequena, foi julgado como inseparável e inalienável.

Segundo a obra de Silva (2018), o autor que realiza um levantamento sobre os trabalhadores negros escravizados do estado do Piauí. O autor cita através de um documento do século XIX que, existiam escravos negros e trabalhadores livres que trabalhavam e residiam em São Raimundo Nonato-PI. É importante salientar, que esse município compreendia todo esse território que liga demais municípios da região, incluindo Jurema, somente o município de Caracol não fazia parte dessa dimensão territorial, logo, observa-se a existência de relatos históricos sobre escravos nesse território além de memórias transmitidas por nossos colaboradores:

Na caixa de coletoria do município de Valença, encontramos documento que também informa a quantidade de trabalhadores no município. Do total de indivíduos, 120 eram livres e 40 eram escravos. Diferente do município de Parnaíba, Valença possuía uma predominância de trabalhadores livres (SECRETÁRIA DE GOVERNO DO PIAUÍ- VALENÇA, 1875-1893). Na caixa de coletoria do município de São Raimundo Nonato, encontramos documento que contém dados sobre os indivíduos trabalhando naquele município. Do total de indivíduos, 250 eram livres e 150 eram escravos. Podemos ver que, assim como o município de Valença, havia uma predominância de pessoas livres trabalhando no município de São Raimundo Nonato (SECRETÁRIA DE GOVERNO DO PIAUÍ- SÃO RAIMUNDO NONATO, 1875). Destaca-se que pode ser percebido, na década de setenta do século XIX, no trabalho realizado em alguns municípios, uma predominantemente da mão de obra livre, ou seja, a partir daquele período podemos constatar uma transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre. E essa transição poderia fortalecer o processo de libertação de escravos ou a venda de cativos para outros lugares. A partir do ano de 1872, verificou-

se que o número da população escrava diminuiu rapidamente no Piauí. Se naquele ano existia aproximadamente 23.638 escravos, em 1887, segundo o Resumo Geral dos Escravos Matriculados na Província do Piauí, existiam apenas 8.970 pessoas na condição de escravas (RESUMO GERAL DOS ESCRAVOS MATRICULADOS NO PIAUÍ, 1887 apud SILVA, 2018 pg. 158).

Esse bem patrimonial, é um banco que foi utilizado para açoitar escravos, na época da escravidão na fazenda. A senhora de apelido Sinhá Pequena, que era filha do senhor Grigorio, pediu a sua filha, Dona Maria, que guardasse esse banco em memória de seu pai, que o mesmo nunca fosse dado ou vendido para ninguém. Existe uma construção de sentidos patrimoniais que envolvem esse bem familiar. Esse banco, que ultrapassa um século de existência, é conhecido por muitos integrantes das comunidades, estes relatam que o mesmo era utilizado no castigo dos escravos do senhor Grigorio, e é um vestígio que lembra a tristes histórias da escravidão naquela região, que serão abordadas nas próximas páginas.

A imagem a seguir (figura 33), foi registrada na casa de Dona Maria e do senhor Pedro, em um dos cômodos, onde guardam diversos materiais, livros, caixas e utensílios que não são utilizados cotidianamente. É nesse local, que o banco de açoitar escravos está guardado, o que antes era utilizado para amarrar e sustentar escravo para serem castigados, agora funciona como suporte de materiais de uso não cotidiano, como seus proprietários expressam, o “*quartinho de guardar as coisas*”.



Figura 33: Banco de açoitar escravos. (Fonte: Autor)

Segundo as narrativas dos colaboradores, Dona Maria e seu marido Pedro, esse banco tem aproximadamente um século e meio a dois séculos de existência, sua utilização era de suporte para prisão e castigo de escravos, onde estes seriam amarrados de bruços ficando com as costas livres para o açoite com chicote. Nesse banco ainda existem algumas marcas dos metais, que eram o suporte para prender estes indivíduos, apesar de ser um objeto associado a memórias de discriminação e indiferença humana e racial, esse é um objeto que é associado por seus proprietários a uma memória não participativa, ou memória por tabela, que os mesmos sentem repúdio, utilizando-o atualmente com propósitos funcionais completamente diferentes.

Esse banco era usado no período da escravidão pra castigar os escravos, eles eram amarrados no banco e ficavam com as costas viradas para o açoite. Na verdade, esse banco ficou como herança pra Rita, aí a gente cuida bem dele pra ficar conservado, por conta do pedido da avó dela já quiseram comprar esse banco, pessoal da própria família, mês passado teve até a excursão de um

professor com os alunos lá do Abreu que vieram aqui ver o banco (Pedro Ramos, Jurema, 2019).

Na imagem a seguir (figura 34), nosso colaborador apresenta o banco de açoitar escravos, que fica guardado em um quarto de sua residência, observa-se que o mesmo se dispõe a retirar todo o material que ficava sobre esse banco para então dar início às suas narrativas, como se fosse uma forma de apresentar melhor o objeto que é dotado de funções completamente diferentes das que desempenha no cotidiano, funções associadas a memória e ao patrimônio.



Figura 34: Pedro contando a história do banco de açoitar escravos. (Fonte: Autor)

Desta forma, esse banco que é um objeto acarretado de funcionalidades associados ao cotidiano de seus proprietários, como um suporte para materiais sem utilização, ou certas “bagunças” como relata seu proprietário, é estruturado em memórias sociais que perpassam o cotidiano de uma antiga fazenda, em que, a história envolve a presença da segregação racial e social, além da opressão violenta. Logo, a principal funcionalidade desse objeto está associada a semente da memória, que ao ser visto, tocado, ou relatado, se retorna a um período de escravidão afrodescendente no Piauí.

Portanto, para além dos objetos que remetem ao trato escravagista na região, observa-se que a memória dessa presença dos afrodescendentes povoa as memórias e narrativas dos juremenses. Nossos colaboradores, durante a entrevista, nos contaram que uma semana antes da nossa visita um grupo de estudantes do ensino fundamental de uma escola da cidade vizinha, do município de Anísio de Abreu, visitaram a residência da Dona Maria e do senhor Pedro, em busca das histórias da presença dos escravos no atual município de Jurema, além de conhecerem o famoso banco histórico de posse dos mesmos.

Todos aqueles que buscam conhecer esse banco, as informações que seus proprietários transmitem sobre o mesmo, e todo o contexto de sua existência como bem patrimonial, são indivíduos que se preocupam com o passado, com os valores da sociedade brasileira e do patrimônio regional. Logo, quando crianças de uma escola pública do município vizinho vêm conhecer esse bem, neste momento indivíduos com uma construção social e ética que valorizam a memória de sua região, estão sendo construídos em uma parceria realizada entre tutores e educadores, com famílias tradicionais locais que se preocupam em preservar a história e memória de seus antepassados, assim sendo, a preservação e apresentação dessa bem patrimonial, estrutura memórias ínfimas que a transmissão oral auxilia na preservação.

Na memória que envolve o banco de açoitar escravos, os elementos da memória são expressos da seguinte maneira: o elemento coisa é marcado pelo banco de açoitar escravos, um objeto material tecnicamente reconhecível; as pessoas envolvidas nessa memória, são o senhor Grigorio e sua filha, Sinhá Pequena, indivíduos que já faleceram, mas que perpetuam na memória desse objeto; o elemento lugar é associado ao município de Jurema, a fazenda do senhor Grigorio, e a antiga casa da Sinhá Pequena, localizado logo a frente da casa do senhor Pedro; a temporalidade é descrita de maneira mensurável, sendo essa um século ou dois séculos; a eventualidade é estruturada a partir da utilização desse objeto, açoitar escravos, e do próprio período de sua utilização, a escravidão no Piauí; a transmissão é cotidianamente realizada, algo que é formalmente e informalmente transmitida a todos que visitam essa residência, conhecem a história desse banco, e a reproduzem de todas as maneiras narradas. Logo, essa memória é preservada por todos que busca conhecer esse objeto, “patrimonializando” um bem de valor familiar, histórico, social e comunitário.

As histórias sobre escravos no município de Jurema, estão sempre associadas a torturas e tragédias. Outra memória histórica bastante citada por muitos moradores que conhecem a região, e que nos foi apresentada pelo colaborador Pedro, é sobre o local conhecido como Pedra da Maria Negra. Esse local, é assim nomeado, por ser associado a uma tragédia que envolve a

morte de uma escrava de nome Maria, e de seu filho recém-nascido. De acordo, com os colaboradores, Maria manteve relações proibidas com um homem que pertencia a fazenda do senhor Grigorio, esse tipo de relacionamento é chamado pelos colaboradores a partir da expressão, “*deitava no mato*”, que simboliza o ato sexual realizado escondido, por ser essa uma relação proibida. Na imagem a seguir (figura 35), nosso colaborador, o senhor Pedro, aponta para o local onde ocorreu a eventualidade que deu vida à Pedra da Maria Negra.



Figura 35: Senhor Pedro falando sobre a Pedra da Maria Negra. (Fonte: Autor)

“Naquele tempo da escravidão, tinha uma moça chamada Maria Negra, ela engravidou de um homem, e a gravidez foi concebida no meio do mato, aí dizia que não tinha pai, aí o senhor Grigorio disse que ia tomar o filho dela, porque era filho sem pai e ele condenava isso, e iria matar a criança, assim que seu filho nasceu a Maria se revoltou e correu aqui onde é o açude, tinha uma lagoa bem funda aqui, aí ela subiu na pedra e se atirou na lagoa com o filho recém-nascido dela, morreram os dois” (Pedro Ramos, Jurema, 2019).

Essa terrível história, que também foi mencionada por colaboradores das comunidades de Jatobá dos Ferros e Caldeirãozinho, além de moradores do município de Aniso de Abreu, que são antigos residentes de Jurema, demonstra o quanto era marcante o processo de opressão na antiga fazenda do senhor Grigorio. Uma observação referente a esse relato, é que a expressão “concebida no mato”, foi explicada por nosso colaborador de duas maneiras, a primeira, explica

que crucialmente existisse o que poderia ser uma relação proibida; a segunda interpretação, é que essa expressão remete à relação não consentida, que no caso seria estupro, interpretação semelhante à expressão pega no laço ou a dente de cachorro, que simboliza mulheres nativas que foram capturadas e estupradas.

Fica evidente no relato e comportamento de nossos colaboradores, que a violência física e mental, exemplificadas pela trágica história da “Maria Negra”, não apenas refletem o sentimento desagradável que as “memórias da escravidão” trazem, como também afetam a forma como esses espaços são percebidos. Sem dúvidas, sua relevância é reconhecida funcionando certamente como “sementes da memória”, mas, assim como no caso do “umbuzeiro das mortes” em Jatobá dos Ferros, os fatos ocorridos nesses locais parecem-lhes transformarem em catalisadores de eventos ou aparições “sobrenaturais”, demonstrando que a correlação entre patrimônio material e imaterial, bem como com a memória, assume parâmetros próprios na vivência de nossos colaboradores.

Os elementos da memória da Pedra da Maria Negra são caracterizados da seguinte maneira: o elemento coisa, é marcado pela grande pedra de micaxisto, localizada bem à frente na fotografia; o elemento pessoas, é caracterizado por ser a escrava Maria, seu bebê, o desconhecido homem que a engravidou, e o senhor Grigorio⁹³; o elemento lugar é, evidentemente marcado pelo açude e pela localização da grande pedra; o elemento tempo é imensurável, relatado pelo colaborador como algo que ocorreu há muito tempo; o elemento eventualidade, é estruturado pelo ato de suicídio da escrava Maria, que repercutiu na memória comunitária; o processo de transmissão, é realizado cotidianamente, devido ser essa história uma marcante tragédia do período da escravidão, e ser reproduzida além dos limites do município. Logo, essa memória é preservada pela comunidade, marcando um contexto associado a muitas características ⁹⁴sociais e históricas.

⁹³ O grande problema para o senhor Grigorio não foi o estupro ou a relação sexual, foi a Maria Negra ter engravidado e parido o bebê, pois o senhor Grigorio condenava filho sem pai, por isso queria matar o recém-nascido.

⁹⁴Um dos pontos característicos que ocorreu nesse contexto/enredo do momento das narrativas sobre Maria Negra, uma experiência que o grupo teve em campo durante a entrevista com o senhor Pedro, tornou o momento “ripunoso”, aparentando que presenciamos uma livusia nesse lugar que é uma semente da memória. Durante a fala do senhor Pedro sobre as narrativas que envolve a memória da Pedra da Maria Negra, um forte redemoinho ocorreu do outro lado do açude, algo que foi estranho porque no momento não estava ventando. Nossos colaboradores que estavam presentes no momento, Pedro e Hildemar, começaram a dizer, “aquilo ali é livusia”, e mostravam o braço apontando estarem arrepiados, por presenciarem tal “fenômeno sobrenatural”. Esse tipo de reação orgânica, o arrepio, pode ser associado ao que Türcke (2009), chama de memória orgânica ou procedural, quando o processo de recordar eventualmente provoca reações mecânicas não controladas por quem estrutura a memória.

Para além de objetos e espaços vinculados à temática escravagista, nossos colaboradores quiseram nos mostrar locais considerados importantes para compreendermos a ocupação local, e seu cotidiano no passado. Deste modo, Pedro nos mostrou as ruínas da antiga casa de Sinhá Pequena, por ser este um importante local para a contextualização da região da antiga fazenda do município de Jurema. A antiga estrutura da casa, encontra-se deteriorada, existindo somente a sua fundação e alguns fragmentos em superfície. Pedro explica, que essa casa possuía cerca de três quartos, e foi construída pelo senhor Grigorio, seus auxiliares e escravos da fazenda.

Na imagem a seguir (figura 36), é possível observar nosso colaborador, Pedro, apresentando o local da antiga residência da Sinhá pequena, onde atualmente, existem somente vestígios materiais e o desenho da fundação da casa. Pedro explica que essa residência veio a ruína a cerca de sessenta a oitenta anos, e que foi um local que a família não teve um desejo de preservar, pois, sua antiga proprietária, Sinhá Pequena, não pediu que fosse realizada a preservação da mesma, decisão contrária ao que foi excepcionado como necessidade referente ao antigo banco de açoitar escravos.

“A casa fica lá em baixo do pé de Juazeiro, aquele juazeiro tinha muito mais de 100 anos, quando a casa foi construída, aquele Juazeiro já existia e já era daquele tamanho, onde têm aquelas pedras lá era o alicerce da casa, onde o Pedro mostrou pra vocês” (Maria Rita, Jurema, 2019).

Logo, os elementos desta memória são: coisas, a antiga residência da Sinhá Pequena; pessoas, a Sinhá Pequena e seu pai Grigorio; tempo, em média cem anos, um tempo mensurável; lugar, em baixo do antigo pé de Juazeiro; eventualidade, a presença e relação de Sinhá Pequena, sua filha, seu genro e o pedido de guarda e proteção do banco de açoitar escravos; transmissão, um processo que ocorre rotineiramente, algo que é estruturado no cotidiano familiar, municipal e comunitário. Portanto, essa memória e esse patrimônio são possíveis de preservação, conforme as direções do discurso realizado por seus atuais proprietários.



Figura 36: Ruínas da antiga residência da Sinhá Pequena. (Fonte: Autor)

Tais características, que relacionam a presença afrodescendente na região juremense, são caracterizadas tanto no município como em suas comunidades. Em uma área que fica entre a comunidade Jatobá dos Ferros e o município de Jurema, existia uma antiga residência, que marca a memória das comunidades, por ter sido um local ritualístico, utilizado por sua proprietária e mentora, Dona Divina, para seus batuques e cânticos de incorporação espiritual, marcados por divindades de matrizes africanas, e caracterizado nas religiões Umbanda e Candomblé.

Em nossa área de estudo, a relevância da história e da cultura afrodescendente, permeia múltiplos aspectos do contexto sociocultural, da formação da memória, e da identificação de bens e espaços com valores patrimoniais. Para além, dos exemplos citados anteriormente, merece destaque as narrativas vinculadas as religiões de matriz africana, em especial, um local conhecido como “beco ou terreiro da Divina”, sendo citado por nossos colaboradores quando questionados sobre religiosidades e/ou aleivosias. Segundo os relatos coletados, Dona Divina, até então único nome ao qual atendia, foi uma mulher que morou na região desde 1940, e que realizava práticas religiosas batendo tambor, cantando músicas de santos e dançando, utilizando

vestidos brancos. Inicialmente, essa senhora residia no município de Jurema, tempos depois se instalou em Jatobá dos Ferros, seguindo com suas práticas religiosas.

Na imagem a seguir (figura 37), observa-se o antigo local residencial, onde Dona Divina, praticava suas religiosidades de matriz africana, além de ter sua antiga residência de pau-a-pique. Neste local, apresentava densa vegetação superficial, composta por cipós e plantas espinhosas, que dificultavam o acesso e a visibilidade da superfície desta ocupação, foi possível observar a antiga estrutura da residência de Dona Divina, composta por aglomerações de olarias e resquícios de madeira. Durante essa visita, nosso colaborador, Zezinho, apontou os locais ritualísticos que presenciou durante as atividades religiosas de Dona Divina, estes locais geralmente ficavam no terreiro lateral e frontal de sua residência:

“Quando eu era menino, eu lembro da Divina tocando tambor aqui. Ela cantava para uns santos, se não me engano era um chamado Xangô, aí eles dançavam e batia tambor. Geralmente, era aqui nesse terreiro da frente, e nesse do lado, mas não tinha isso não, e sempre tinha batuque, enquanto ela foi viva”.



Figura 37: Local do Antigo Terreiro da Divina. (Fonte: Autor)

“A Divina quando veio morar aqui na região, primeiro morou aqui em Jurema, depois ela foi morar lá no Jatobá dos Ferros, na cerimônia ela colocava umas roupas brancas, e fazia batuque em uns tambores, aí tinham umas danças que a gente fazia girando, tinha o sopro, tinham uns gestos, e os batuque durante a dança, e os cânticos que a gente fazia durante a dança” (Pedro Ramos, Jurema, 2019).

Durante a entrevista do senhor Pedro, o mesmo realizava os gestos que desenvolvia durante as cerimônias que participou no terreiro da Dona Divina. Segundo o colaborador, estes gestos mostravam como que eram os passos durante a dança que envolvia cânticos ritualísticos e suas performances. Quando o mesmo cantou uma música que falava sobre caboclos e Xangô, algumas reações que poderiam ser associadas à memória procedural, foram observadas pelos pesquisadores e pelo próprio colaborador, essas reações são associadas aos arrepios e o choro, o emocionar. Na verdade, esse olhar (memória orgânica) dos pesquisadores foi completamente negado pela explicação do colaborador, pois este, ao apresentar essas reações vivíveis para os presentes naquele local, encerra urgentemente seus cânticos e sua dança, “ sua apresentação”, explicando este encerramento da seguinte maneira:

“Deixa eu parar se não é já que o caboclo desce em mim, e se ele não quiser sair, vocês teriam de me dar uma surra com o cipó daquela planta ali. Aquela planta é Espada de São Jorge, quando o caboclo não quer sair, tem que dá umas lapadas com o cipó daquela planta no que tá incorporado” (Pedro Ramos, Jurema, 2019).

A memória da Divina e dos caboclos de suas práticas culturais, são objetos que na atualidade são lembrados quando são tocados pela semente da memória, sendo essas sementes os locais da existência destes, ou até mesmo “batuques” que aos poucos são soprados nos ouvidos de seus praticantes, é algo misterioso que somente os detentores destas memórias conseguem vivenciar e, quando questionados sobre essa época em suas vidas, suas palavras são acompanhadas de lágrimas de emoção e da reaproximação de seus caboclos de incorporação, são como os vestígios materiais presentes nas superfícies da vivência dessas memórias.

É possível observar resquícios da antiga residência de Dona Divina, local onde eram realizadas suas práticas religiosas entre o município de Jurema, Caldeirãozinho e Jatobá dos Ferros (imagem 38). Segundo a comunidade, esse local de sua antiga residência, pertence à Jatobá dos Ferros, a apresentação dessa contextualização nesse tópico do trabalho, que está associado ao município de Jurema, ocorre devido nosso colaborador que mais apresentou informações/memórias sobre contextualizações afrodescendentes da microrregião, ser residente fixo do município de Jurema. O senhor Pedro e sua Esposa Maria, são importantes professores de história local, e fazem primazia ao repassar seus conhecimentos e experiências que estruturam parte da memória dos antepassados juremenses.



Figura 38: Vestígios de olaria no Terreiro da Divina. (Fonte: Autor)

4.3.1 Mandacaru

O local visitado⁹⁵ na comunidade Mandacaru, foram as propriedades do colaborador Saulo Egídio Ribeiro Soares, conhecido popularmente como Saulinho. Saulinho contou histórias ligadas a seus antepassados familiares que compraram e ocuparam aquela propriedade, explicitando diferentes valores patrimoniais associados as práticas agrícolas autossustentáveis, que aprendeu com sua família, e as relações de respeito e cuidados com a natureza de sua propriedade. Segundo o colaborador, sua propriedade tem uma importância histórica para a memória do surgimento da comunidade Mandacaru, pois seu avô, de nome Egídio Ribeiro Soares, foi o responsável por ocupar e proteger estas terras que eram dominadas por onças selvagens.

Saulo explica que, seu bisavô comprou esse território por volta de 1860, e que construiu um engenho de cana, por volta de 1900. Para que seu avô conseguisse ocupar esse território, foi necessário matar muitas onças que ali habitavam, durante o século XIX, estas utilizavam das abundantes fontes de água daquele local, e atacavam todos que adentrassem esse território. Quando nosso colaborador é questionado sobre o motivo que o fez manter essa propriedade em

⁹⁵ Pesquisa de campo realizada no dia 01/02/2021, com a participação dos colaboradores e guias, Hildemar Assis (Demasão, pai do autor) e Edvaldo Assis (Zezinho, tio do autor).

sua família, e a permanência destas práticas agrícolas, que refere sempre a seu avô, este explica que isso é um “*princípio da existência, receber o sustento e sustentar o solo*”:

Nossa propriedade foi mantida geração após geração, pelo princípio da existência, a agricultura, fazendo com que possamos dar sustentabilidade para o solo e para que ele nos sustente. Essa mata daqui é muito preservada, tem muita aroeira, ipê, pau d’arco, áreas que nunca foram desmatadas, a área que sempre foi cultivada aqui, foi o Baixão. Meu vô, quando chegou aqui, tinha muita água, chegou ao ponto de ele ver em um só lugar de 2 a 3 onças, estima-se que meu avô tenha matado mais de 60 onças, não porque quis, ele não era um caçador e iria lá matar, era aquela situação, ou era ele ou era elas, era questão de sobrevivência, tinha onça que as vezes matavam 12 criações de uma vez, apesar disso ainda hoje elas estão aí, mas hoje nós respeitamos, eu não deixo ninguém caçar aqui, nem aceito carne de caça na minha propriedade (Saulo Egídio, Mandacaru, 2021).

Na imagem a seguir (figura 39), Saulo apresenta a área conhecida como Baixão, local onde são realizadas as práticas agrícolas de sua propriedade, e onde existe os resquícios da antiga casa do seu avô.



Figura 39: Saulo apresentando sua propriedade e as histórias que a envolvem. (Fonte: Autor)

Dentre o enredo narrado por Saulo, alguns vestígios materiais presentes em sua residência, chamaram a atenção por serem objetos antigos que pertenceram ao seu avô, estes são guardados e preservado devido seus valores simbólicos familiares, representando a própria tradição de sustentabilidade mútua entre a família de agricultores e sua propriedade agrícola.

Alguns objetos que pertenceram ao seu avô, que ainda são guardados e preservados, como vestígios da memória familiar, e das tradições que foram passadas de geração após geração (figura 40). Estes vestígios são: um grande pote de argila, geralmente utilizado como reservatório de água, e um pilão de madeira, utilizado no processamento de alimentos. Observe-se, que estes vestígios estão associados com as narrativas de Saulo, sobre os valores tradicionais que o marcam, a produção e condicionamento de alimentos, e a sustentabilidade que se obtém do cultivo e do processamento dos alimentos.



Figura 40: Saulo mostrando objetos que pertenciam ao seu avô. (Fonte: Autor)

A imagem a seguir (figura 41), foi registrada dentro da residência do colaborador, Saulo Egídio, na mesma, observa-se uma mesa antiga que foi construída por seu avô a mais de sessenta anos, e que permanece na localidade onde foi utilizada. Observa-se, a partir da fala do colaborador, que essa mesa possui funcionalidades que não estão somente ligadas a utilidade, como uma base de suporte para seus produtos, refeições e fazeres diversos, mas que, possui

ligações diretas com as estruturas da memória de seu antepassado, seu avô, a prática da agricultura, da apicultura, da agropecuária, do sustento mutuo entre o local de produção e o produtor rural:

Essa mesa aqui ela era do meu avô, eu sou um cara que é muito apegado com essas coisas do passado, que pertenceram a minha família, não me desfaço disso, veja só, eu sou o único neto que teve o nome do avô, apenas acrescido de Saulo, e justamente eu fui o único que trabalho com esse gênero alimentício, que veio tomar conta daquilo que pertencia ao meu avô, é incrível cara como as coisas acontecem (Saulo Egídio, Mandacaru, 2021).



Figura 41: Mesa histórica de Saulo Egídio. (Fonte: Autor)

Outros objetos, que são vestígio do passado tradicional do colaborador, estão guardados na sua casa de processamento e cuidados com as criações. Essa é uma casa mais antiga, que foi construída quando seu avô ainda era vivo, e que possui características arquitetônicas peculiares a época, atualmente, sendo utilizada para desenvolver diferentes trabalhos associados aos cuidados com os animais da propriedade, o processamento dos alimentos oferecidos a estes, o processamento do mel retirado nessa área, entre demais trabalhos que são necessários para com os cuidados locais.

Os objetos que pertenciam ao avô de Saulo, foram encontradas nessa casa, e são guardados nessa área de trabalho (figura 42). Estes objetos remetem ao passado familiar do colaborador, e são vestígios da memória de sua maior inspiração, seu avô Egídio Ribeiro Soares. Saulo, explica que guarda tais objetos antigos por seu valor simbólico, pois não tem utilidades práticas.



Figura 42: Objetos antigos guardados por Saulo. (Fonte: Autor)

A imagem a seguir (figura 43), foi realizada dentro da casa do avô de Saulo, na mesma, é possível observar tornos de rede antigos, preservados, segundo seu proprietário, por serem características originais da residência, que compõe as histórias e memórias de seu antepassado.



Figura 43: Tornos de madeira produzidos durante a fundação da residência. (Fonte: Autor)

Durante a entrevista realizada com Saulo, este apresentou toda sua propriedade, relatou sobre seu sistema agrícola ser baseado na proposta Mandala⁹⁶, demonstrou que possui um envolvimento sentimental com todas as características físicas e abstratas, que estruturam o seu patrimônio familiar, e demonstrou que em sua perspectiva, a memória de sua família, da prática de subsistência agrícola, passada de geração após geração, a natureza de sua propriedade, os vestígios que compõe essas memórias, e principalmente, a relação de cuidados e troca de alimentos com essa área, são os reais valores patrimoniais, que busca preservar e repassar para todos que tenham interesse na vida do campo.

Cara, eu tive o prazer de conhecer o sistema Mandala, eu conheci o pai do Iomar, que foi o fundador que trouxe a Mandala para o Brasil, porque esse sistema foi criado na África, ou seja, eu conheci o cara do SEBRAE que trouxe o sistema Mandala, minha ideia é esse tipo de relação onde a propriedade se conecta e busca a auto sustentabilidade. Tipo, se eu tenho flores eu preciso das abelhas, pois são elas que vão fazer a polinização de graça, e ao mesmo tempo vai produzir mel, o ouro do sertão. Aqui era meu vô que fazia tudo, mesas, portas, caixão para enterro de defunto, eles faziam isso com todo tipo de madeira, a única exigência era que a madeira deveria ser seca, e ainda hoje eu ponho isso em prática, qualquer coisa que exija madeira nós utilizamos a madeira seca, eu aboli qualquer ato de cortar madeira verde daqui (Saulo Egídio, Mandacaru, 2021).

A imagem a seguir (figura 44), foi realizada no último local apresentado por Saulo, durante sua entrevista, nesse lugar, existem resquícios da estrutura da casa do seu Bisavô, sendo essa construída e utilizada entre os séculos XIX e XX. Alguns vestígios materiais foram localizados na área lateral, onde se localizava a residência, esses fragmentos que serão apresentados, são compostos por louças e cerâmicas, estando distribuídos em abundância nessa área. Alguns destes fragmentos, aparentam características que geralmente pertencem à manufatura indígena dessa região, logo, observa-se que essa área merece uma atenção

⁹⁶ Apoiada pelo Sebrae, a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) é um modelo de tecnologia que melhora a qualidade de vida de trabalhadores rurais, pois promove inclusão social e geração de renda para comunidades do campo. Suas técnicas de produção baseiam-se na preservação ambiental, evitam o uso de produtos ou ações que agridam o meio ambiente e aliam a criação de animais à produção orgânica. O principal objetivo é possibilitar o cultivo de alimentos mais saudáveis, sem uso de agrotóxicos, tanto para o consumo das famílias dos agricultores como para comercialização. Como funciona: Cada família recebe um kit com os materiais necessários à montagem da estrutura, que consiste em um galinheiro ao centro, uma horta ao redor e o sistema de irrigação por gotejamento. A tecnologia beneficia aqueles que querem sair da produção convencional de hortaliças e frutas, por exemplo, para a produção orgânica (<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-a-tecnologia-pais-e-saiba-por-que-ela-melhora-vida-no-campo,8b598b88ba73e410VgnVCM1000003b74010aRCRD>).

minuciosa por parte dos pesquisadores que pretendem aprofundar os estudos na comunidade de Mandacaru⁹⁷.

Um detalhe observado durante os diálogos desenvolvidos com nosso guia colaborador, Edvaldo Assis (Zezinho), no decorrer da visita a essa comunidade, e logo em seguida, quando passamos pela comunidade Olho D'água, o mesmo relata o seguinte:

“Aqui nessas grutas de água, aqui no Olho D'água, antigamente o povo vinha buscar água e os macacos jogavam pedra neles, os macacos não, era os índio brabo” (Zezinho, Mandacaru, 2021).



Figura 44: Fragmentos de cerâmica e louça localizados na propriedade de Saulo. (Fonte: Autor)

Na construção da fórmula da memória das narrativas de Saulo, pode-se observar que, para com o elemento coisas, esse apresenta vestígios materiais e imateriais que compõem suas narrativas, como o pote de argila, o pilão de madeira, a antiga maleta, a cabaça desenhada, a própria casa de seu avô, em suma, todas as características materiais ligadas ao passado histórico e tradicional da sua família, que o mesmo conseguiu preservar. Ressalta-se que, existe a construção da preservação da memória profissional, da permanência das práticas de

⁹⁷ A propriedade de Saulo pertencente a comunidade Mandacaru, fica localizada nas coordenadas 23L 706601.88 m E 8991740.66 m S, a extensão prospectada se distribui em uma área com cerca de 1.774 m.

subsistência, potencializando e problematizando o próprio conceito de preservação e patrimônio.

Para com o elemento pessoas, Saulo sempre faz menção ao seu avô, e algumas vezes seu bisavô, indivíduos estes, que compõe seus sentidos de memória, preservação e valorização patrimonial material e imaterial. O elemento lugar, compreende toda a sua propriedade e as características que a estruturam. Saulo, demonstra ter uma relação harmoniosa e de respeito por esse lugar, preservando desde os objetos, estruturas que fazem parte da memória das obras familiares, até mesmo as paisagens naturais e plantas nativas que compõe o enredo histórico de sua propriedade.

O elemento tempo, remonta desde o século XIX, até os tempos atuais, pois Saulo nos explica toda a trajetória da compra dessa propriedade, até as medidas necessárias para a proteção da mesma. O elemento eventualidade, está ligado com vários momentos que remontam a própria trajetória de vida do nosso colaborador, associado a memória da prática da agricultura de subsistência da sua família, momentos que ele exibe com orgulho em sua fala e em seu nome, por ser o único neto a ter o nome e praticar o que se avô praticava.

O processo elementar de transmissão da memória, é algo rotineiro, cotidiano, pois Saulo afirma constantemente em sua fala, que todos da região conhecem a história desse lugar, e as histórias do seu avô, e que, sempre que recebe alguma visita para conhecer sua propriedade, Saulo faz questão de explicar os detalhes funcionais e históricos desse lugar. Logo, para Saulo, observa-se que o patrimônio está associado com todo esse enredo material e imaterial, ligados a memória da família, e principalmente a memória do seu avô. O patrimônio de Saulo, não está limitado somente a vestígios materiais ou antigas estruturas, pelo contrário, esse patrimônio é associado a toda a sua propriedade e as características naturais, históricas e familiares que o tempo, o espaço, os indivíduos e as relações de trocas e afetos da subsistência com a natureza, puderam formar em um conceito particular de valores.

4.3.2 Pendangas

Na comunidade Pendangas, foi possível ter acesso a dois colaboradores que apresentaram alguns vestígios materiais, que fazem parte das histórias de suas famílias e suas vivências. O primeiro colaborador, foi o senhor Lauro Stone Oliveira dos Santos, este senhor guarda em sua propriedade um vestígio material associado com seu antepassado familiar. Esse

vestígio pertencia ao antigo engenho da sua família, o Engenho do Rosa do Bride, localizado na Serra do Miguel, distante cerca de dez quilômetros de sua residência.

Lauro, explica que esse vestígio que possui cerca de um metro e vinte de comprimento e quarenta centímetros de envergadura, era a trava do moinho do antigo engenho do Rosa, atualmente desativado e destruído, onde o mesmo trabalhou por muito tempo. O colaborador conta que, quando soube que o engenho estava completamente destruído, com todos os materiais expostos às intempéries, sem despertar nenhum interesse de utilização aos seus antigos proprietários, decidiu que iria buscar essa trava que estava jogada no meio da estrada, e guardá-la como uma recordação.

A trava do moinho, pertencente ao senhor Lauro, localizado no quintal frontal de sua residência, esse vestígio que está ligado as memórias de sua antiga prática de subsistência, possui valores relacionados as memórias, que envolvem relações sociais e profissionais do processamento da cana-de-açúcar, prática comum durante o século XX, naquela região. Atualmente, esse vestígio é utilizado funcionalmente como uma semente da memória do senhor Lauro, e também para amarrar seu cachorro, como expõe a imagem (figura 45).



Figura 45: Vestígio de engenho de posse do senhor Lauro. (Fonte: Autor)

Segundo o colaborador, esse engenho possui cerca de 50 anos, de desativação, mas o mesmo ainda guarda boas recordações desse lugar, local que nos mostra apontando de sua casa. Na imagem a seguir (figura 46), Lauro aponta para a Serra do Miguel, local onde existira o Engenho do Rosa do Bride.



Figura 46: Lauro apontando para a Serra do Miguel. (Fonte: Autor)

O engenho ficava lá por trás da serra, pessoal conhecia lá por Serra do Miguel, mas nem chamam mais por esse nome. Sei que as coisas foram se acabando, ficando só os entulhos lá, aí eu trouxe esse negócio aí pra mim (Lauro, Pendangas, 2021).

Na análise da memória do nosso colaborador, alguns elementos puderam ser observados e classificados. O elemento coisa, pode ser apontado como o objeto que o mesmo guarda em sua residência, a trava do moinho; o elemento pessoas, podem ser apontadas como o próprio proprietário do engenho, o Rosa do Bride; o elemento lugar, é apontado pela Serra do Miguel, como pelo próprio engenho; para com a eventualidade, observa-se que essa é associada aos momentos de trabalho, e um período da agricultura voltada a cana-de-açúcar; o elemento transmissão, está associado ao próprio cotidiano, sempre expondo esse objeto e suas histórias para seus visitantes residenciais.

Portanto, este objeto está associado a uma memória de subsistência, que pertence não somente ao colaborador, mas está associada a muitos que pertenciam à comunidade de Pendangas, e a uma época onde o principal alimento cultivado era a cana-de-açúcar, algo que hoje, não é comum na região. Deste modo, existe um processo de valorização e conservação material, nas perspectivas sociais da comunidade, observando que os objetos que são estruturados nesse tipo de perspectiva patrimonial, ainda estruturam funções associadas a memória e as atividades mais simples do cotidiano.

O próximo colaborador que será apresentado, é o senhor Francisco Pereira de Assis, atualmente com 84 anos de idade, sempre residindo nas Pendangas, sendo um dos primeiros moradores dessa comunidade. O senhor Francisco, durante a entrevista, contou diferentes histórias que envolvem a família, e as dificuldades presentes para a sobrevivência do homem sertanejo naquela região, como a escassez de fontes de água e alimentos, além dessas características do semiárido, existiam constantes disputas territoriais com a grande quantidade de onças que ocupavam aquela região:

Eu morei no boqueirão, que fica daqui uma légua, pra gente morar lá, lá era lugar de doido, que é lugar de índio né, mas de lá eu passando e a mulher buscando água lá, lá enriba da serra, e morava ali perto da serra, e lá subiu água assim subindo, e ia pegar água lá nos caldeirão, mas aí ela e a vasilha, essa vasilha assim de cuia, que chama cabaça, e a vasilha caiu da cabeça e veio rebolando serra abaixo, e batia nas perna dela e ala caiu por cima da vasilha, até que ela pegou, isso tem uma fase de uns 50 anos, quando pegou, chegou em casa eu só fiz botei a cargueira no jumento e os menino que tinha, e vinhemo baixar aqui né, aqui bebendo água aqui do Ricardinho e do Olho D'água, que chama Lagoa de Cima, do Caldeirão Grande, foi aquele lugar que o Antônio Gabiru, que ele foi pegar água lá, e deixa que quando entra no caldeirão, tem uma loca, e ele desceu no caldeirão com a vasilha e com a latra, e a onça tava dentro da loca, no que ele desceu a onça pulou nele, e ele jogou a latra nela, e ela só lá dentro rebolando com a latra machucando, era um canto pequeno, e ele como era um véi forte, ele cuidou de sair, no que ele ia saindo quais fora, ela deixou a latra e veio e fez o pulo nele, que ainda riscou a perna assim de riba a baixo, quais puxa ele pra dentro da loca, do caldeirão, aí ele saiu pra fora atirou na cabeça dela matou ela e desceu, aí tinha distante quais uma légua aquele Valdo, o Valdo do Neora, ele morava no Caracolzim, ele foi atrás dele pra ele vim guiar ele né, quando chegou, ele mergulhou, ela tava no fundo da água. Aí nessa fase eu bebia água de lá, do Olho D'água da Canabrava, e daí pra cá foi chegando gente aqui, chega de um lado do outro, de um lado, de outro, nós viajando por m carreirinho pra sair lá no Barreirinho, aí foi chegando que em um momento o INCRA tomou de conta aí das terras, e fizeram essa rodagem aqui né, mas hoje graças a Deus tem bastante gente, parece que, eu não sei não, mas se não for, não mudar, penso que o fim da vida vai ser aqui mesmo né, se não for pra cumprir suas passagens e morrer em outro lugar, e aqui já tou com oitenta e poucos anos, e tou com minha véa que não entende mais nada, não sabe nem como ela chama, não caminha, e aí, ou queira ou não queira eu tenho que ajudar ela né, com amor, ainda é com amor (Francisco, Pendangas, 2021).

Quando o senhor Francisco foi questionado novamente sobre sua narrativa de que a serra que residia, era um “*lugar de doido, de índio*”, o mesmo explicou com mais detalhes o motivo de determinar tal classificação ao local, explicando, que:

Daqui uma légua, a gente morava enriba da serra, e lá da serra sobe um boqueirão, é estreito, e de lá de riba tem os caldeirão no beijo da serra, caldeirão assim, um buraco, obra da natureza né, e aí tem deles assim que entupiu com a terra que vem descendo de riba, mas a gente vai e alimpa, e passamos muito tempo bebendo água nesse lugar, lá é lugar de índio né, a gente diz que era lugar de índio porque antigamente aqui por perto tinha né, e parece que foro expulso os índio, e lá a gente achava que era porque era um lugar meio difícil né, tem algum tipo de caldeirão, mas agora olho d’água não tem não, só caldeirão mesmo, um buraco na serra, redondo, eu nunca achei nada de índio lá não, mas a gente sempre pensava que era lugar de índio, porque era um lugar difícil né, antigamente, porque aqui perto tinha mas foram expulsos, e prai é um lugar meio complicado, se você chegar lá hoje não tem ninguém, mas antigamente esses mais velho falava que achava umas coisas, coisa assim que diziam que era de índio, no mato, mas com o tempo vai passando e a gente não liga né (Francisco, Pendangas, 2021).

O colaborador Francisco Assis, é primo do senhor Maninho do Caldeirãozinho, integrante da família Assis. Este foi indicado por seus familiares como um importante colaborador para a pesquisa, por ser talvez o morador mais velho que ainda reside na comunidade de Pendangas, além de conhecer muitas histórias que estão preservadas em suas memórias envolvendo o surgimento da comunidade e o passado indígena da região, tendo facilidade para expressar suas opiniões e suas histórias, possuindo somente dificuldades para escutar o que lhe é dito devido seu problema auditivo.

O senhor Francisco apresenta algumas pedras exóticas, sem nenhum tipo de manufatura antrópica, que o mesmo guarda em sua residência (figura 47). Ele explica, que sempre encontra algumas pedras diferentes, as guarda por terem esse visual diferenciado das demais, mas sabe que essas pedras são obras da natureza. Seu Francisco, foi um importante colaborador para informar sobre muitas histórias que envolvem as Pendangas, principalmente às questões que envolvem o passado indígena da região, motivo principal para que essa comunidade sempre esteja associada a vestígios indígenas. Apesar do nosso colaborador informar que nunca encontrou coisas de índio por onde andava, explicou que sabe que essa região era difícil, era região de índio, uma expressão ligada a resistência dos grupos que ali habitavam.



Figura 47: Seu Francisco exibindo algumas pedras que guarda em casa. (Fonte: Autor)

Seu Francisco, também exhibe alguns potes de argila que são muito antigos, da época que o mesmo passou a residir nas Pendangas (figura 48). Ele explica, que guarda esses potes como uma recordação do passado difícil, que enfrentou naquela região, mas que atualmente, não utiliza esses potes, pois tem água na torneira, exibindo com alegria esse líquido precioso, que envolveu todas suas dificuldades ao longo da vida. Logo, esses objetos são utilizados ou possuem sua funcionalidade ligada a memória do seu proprietário, que guarda esses vestígios do passado que são sementes da memória.

Portanto, os elementos da memória do senhor Francisco, são associados a diferentes características, objetos, pessoas, locais, temporalidades, eventualidades e formas de transmissão, entretanto, a característica mais marcante que envolve suas memórias está associada a um patrimônio natural e mundial, o bem mais importante dos seres vivos do planeta terra, a água. Para o colaborador, esse é o bem mais precioso que o homem do sertão poderia ter em sua residência, e seus vestígios, histórias e memórias estão associadas a este bem.



Figura 48: Seu Francisco mostrando seus antigos potes de argila. (Fonte: Autor)

Nosso próximo colaborador já é conhecido nosso, por seu achado realizado em Caldeirãozinho, Maicon Assis, o Maiquinho, sendo neto por parte materna do Seu Francisco. Novamente, nos surpreendeu por mais uma descoberta incrível, um sítio arqueológico de registro rupestre. Maiquinho, explicou que passa sempre alguns dias com sua mãe e seu avô nas Pendangas, e muitas vezes com seus amigos, saem para as matas para se divertirem, se aventurarem, e nessas brincadeiras e aventuras acabou encontrando um local que queria mostrar para seu primo, Lucas Assis, novamente surpreendendo por seu grande conhecimento no universo arqueológico, apesar de sua pouca idade.

Na imagem a seguir (figura 49), será apresentada a gruta onde nosso colaborador localizou o sítio arqueológico, na imagem, é possível observar o único registro rupestre que foi localizado no paredão rochosa, essa pintura que pertence a classe dos grafismos geométricos e coloração ocre, está coberto por uma sequência numérica representada por -1984, possivelmente, o ano em que o autor reproduziu uma sobreposição ao grafismo antecessor. Esse local é composto por uma mata nativa preservada, transação caatinga e cerrado, e apresenta características sensoriais únicas, como o odor, marcante pelo perfume exalado pela flor da umburana de cheiro.



Figura 49: Registro rupestre na gruta localizada nas Pendangas. (Fonte: Autor)

Para acessar o local do registro rupestre, é necessário descer com cuidado as rochas deslocadas do paredão rochoso (figura 50).



Figura 50: Sítio arqueológico e o colaborador responsável por sua localização. (Fonte: Autor)

Tais memórias, histórias, vestígios e estruturas apresentadas pelos colaboradores Maicon e Francisco, estruturam uma relação cognitiva que configura o passado indígena dessa região, observando que existiram grupos nativos que ocuparam a área, que é atualmente conhecida como Pendangas, e que nos séculos XIX e XX, teve início sua ocupação e expulsão dos grupos indígenas. Como explicado no conteúdo histórico desse trabalho, toda essa região que compreende às comunidades pesquisadas, pertencia ao território nomeado como Gerais, e estava à disposição de quem o ocupasse, proposta governamental utilizada como estratégia para a destituição dos grupos nativos.

Uma hipótese interpretativa desse processo, pode ser estruturada a partir da própria imagem acima, do sítio arqueológico encontrado nesse contexto; a sobreposição de escrita e/ou registro do grafismo aparentemente indígena, pelo grafismo de contagem advindo da prática colonial, possivelmente representa a tentativa de apagar a memória dos nativos que habitavam aquela região, visto que essa era uma prática incentivada e apoiada pelas autoridades durante o século XIX, mas que ainda assola a mentalidade de muitos que são frutos desse antigo contexto, como na fala do nosso colaborador Francisco: “Lá era um lugar de doido, lugar de índio né?”.

Entretanto, apesar de todo o enredo apresentado no parágrafo acima, é possível observar, que existe um processo de mudança que está ocorrendo no contexto social destas comunidades, essa mudança positiva, fica clara com essa colaboração ciente dos indivíduos das comunidades que compreendem e colaboram com essa pesquisa. Esses que nos contam suas várias histórias e memórias, alcançam uma temporalidade que recua desde as antigas ocupações indígenas, até se posicionar em um presente pandêmico nos anos 2020 e 2021. Um exemplo interessante, é o garoto Maiquinho, uma criança inteligente e curiosa, que surpreende sempre com seus achados arqueológicos, demonstrando ter um potencial em distinguir coisas naturais e antrópicas e seus valores patrimoniais.

4.3.3 Espírito Santo

Na comunidade conhecida pelo nome Espírito Santo, existiu uma antiga fazenda de gado, com o mesmo nome da comunidade, envolvida com o fornecimento de queijo, leite e carne para a microrregião. Essa antiga fazenda, pertencia à família do senhor Joaquim Gonçalves Mariano e seu filho Gonçalves Mariano, e por muito tempo após o falecimento destes, passou a pertencer a senhora Antônia Maria da Conceição, que era uma funcionária de confiança dessa família, todos vindos da cidade de Salvador - BA. Esse lugar, chama a atenção

por conta da estrutura de uma antiga igreja com quase um século de existência (imagem 52), que se encontra abandonada, lá estão enterrados na sua parte interna os dois proprietários da antiga fazenda, e na parte externa, a senhora Antônia Maria.

Na visita a essa comunidade, foi possível a participação dos colaboradores e guias da região, Hildemar Assis e Edvaldo Assis, que contaram um pouco sobre as histórias dessa antiga fazenda, e as memórias de quem eram esses proprietários que ali estão sepultados.

A antiga igreja (figura 51), que pertencia à fazenda Espírito Santo, era utilizada por seus proprietários para cerimônias cristãs e seus sepultamentos, uma prática tradicional das pessoas que possuíam um maior poder aquisitivo no século XX. A Igreja, apresenta uma fachada com características tradicionais da época de sua construção, que são as duas torres laterais utilizadas para fixar os pêndulos de sinos, e uma elevação central para o posicionamento da Cruz. Essa igreja é conhecida popularmente como Capelinha do Espírito Santo, possui somente uma porta frontal e duas janelas laterais. Observa-se que devido o abandono por parte dos demais moradores das comunidades próximas, e a ausência de parentes desta antiga família que ocupou a região juremense, as intempéries acabaram provocando o desgaste e destruição de parte dessa estrutura.



Figura 51: Capelinha do Espírito Santo, propriedade da família Gonçalves Mariano. (Fonte: Autor)

Segundo os colaboradores, essa família não residia constantemente nessa antiga fazenda, somente a senhora Antonia Maria, conhecida por ser a maior produtora de Requeijão Cardoso ⁹⁸ da região:

Aqui nessa região tudo era Gerais⁹⁹, não tinha dono, a não ser que já tivesse a cerca, aí alguém já teria pegado, aquela região das Pendangas pra lá ainda hoje é sem dono. Aí essa família dos Gonçalves Mariano, vieram pra cá e tomaram posse dessa terra, e aqui sempre foi uma região fértil, tudo que plantava pegava. A Maria era empregada de confiança da família, sempre trabalhou com eles, todos vieram de Salvador pra cá. Essa igreja aí, se eu não me engano tem mais de sessenta anos, eu acho que tem quase cem anos na verdade (Hildemar Assis, Espírito Santo, 2021).

Na imagem a seguir (figura 52), será apresentado o sepultamento externo a igreja, da senhora Antonia Maria da Conceição (nascida em 1905, falecimento em 2004). Possivelmente, devido às construções hierárquicas de castas sociais, como a própria separação entre patrão e serviçal, não tenha sido permitido o sepultamento dessa senhora na parte interna da igreja, como ocorreu com seus patrões. Essa possibilidade interpretativa não foi algo narrado por nenhum colaborador, logo, pode existir a possibilidade dessa senhora ter falecido tempos depois de seus patrões, sendo sepultada ao lado da igreja, onde os mesmos estão sepultados, por ser uma pessoa que por toda sua vida conviveu com os mesmos.

⁹⁸ Produto típico da região Sul do estado, especificamente dos municípios de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato, o Requeijão Cardoso é um requeijão de corte ou queijo de manteiga feito com leite de vaca, que é coalhado, dessorado e cozido com sal e manteiga (<https://blog.pi.senac.br/senac-realiza-live-sobre-a-cultura-gastronomica-do-requeijao-cardoso-no-piaui/#:~:text=Produto%20t%C3%ADpico%20da%20regi%C3%A3o%20Sul,cozido%20com%20sal%20e%20manteiga>).

⁹⁹ O colaborador Zezinho explicou que essas histórias sobre indígenas expulsos/mortos/capturados que as pessoas das comunidades sempre falam, está associada a essa questão das antigas propriedades de fazendeiros e das pessoas que buscavam uma terra fértil, e que, possivelmente, essa família seja fruto desse contexto. Naquela época existia a facilidade de estender as propriedades privadas, existindo até um ditado: “Minhas terras vão até onde minha cerca alcança”, cenário esse que modelou fortemente essa região que era chamada como: “Terra de ninguém/Gerais”.



Figura 52: Sepultamento da senhora Antônia. (Fonte: Autor)

Em relação à parte interna da Capelinha do Espírito Santo, nosso colaborador Hildemar Assis, nos explicou que estes sepultamentos foram realizados, quando mesmo era adolescente, e estima que estes possuem no mínimo uns 50 anos de existência. Estas marcas de coloração abarrotadas, as telhas quebradas e expostas por cima do túmulo, no pequeno altar e no chão da igreja, demonstram que a mesma foi abandonada há algum tempo, marcas que contextualizam a vida e morte do próprio patrimônio (figura 53).



Figura 53: Sepultamentos dos Gonçalves Mariano. (Fonte: Autor)

Durante a visita realizada nessa comunidade não foi possível ter acesso a outros colaboradores que nos contassem mais memórias sobre esse patrimônio, mas acredita-se que existem muitas outras histórias e memórias que envolvam esse patrimônio e aqueles que se relacionam com o mesmo. Se desconhece quais motivos levaram seus proprietários privados a abandonar esse patrimônio, mas observa-se que a comunidade ainda guarda esse bem em sua memória, logo, apesar da “vida e morte do patrimônio”, se observa que esse bem permanece vivo na memória de seus detentores sociais, pessoas das comunidades que conviveram com o mesmo. Apesar destas limitações, algumas informações cedidas por colaboradores que preferem o anonimato nos foram contadas, narrando basicamente que: Essa família foi uma das primeiras a se apossar de terras que pertenciam aos gerais, participando de batalhas e expulsões de grupos nativos que ocupavam essa região, essa história é de conhecimento de muitos das comunidades, mas estes preferem relatar desconhecer tais histórias, principalmente na presença de pessoas externas às comunidades, sendo estes pesquisadores ou não.

4.3.4 Cemitério Velho

Este local, conhecido no município de Jurema, e na microrregião pelo nome Cemitério Velho, é o cemitério bicentenário do município juremense onde estão sepultados os moradores mais antigos da região. Nesse cemitério, que se encontra praticamente abandonado, existem antigas sepulturas com características arquitetônicas similares, que os diferenciam das demais características arquitetônicas das sepulturas que podem ser encontradas em tempos mais recentes, como a própria caracterização do crucifixo, o desenho ou formato do túmulo, e os acabamentos visuais externos.

É importante salientar que nessa parte do trabalho não foi possível selecionar e extroverter os elementos da memória que permeiam a construção da mesma, considerando a limitação na quantidade de colaboradores atuantes no enredo desse local, e a amplitude de informações que o mesmo nos traz, o melhor posicionamento nesse sentido é a não definição desses elementos, e a apresentação descritiva de toda essa área que tivemos acesso.

A área onde estão localizados os sepultamentos, está completamente coberta por diferentes plantas e vegetações rasteiras, muitos dos túmulos estão completamente destruídos, existindo poucos vestígios que demonstram a existência do mesmo. No total, foram contabilizados cerca de 20 sepultamentos, estes foram registrados através de fotografias. Entretanto, estimasse, segundo alguns relatos contados pelos colaboradores, que existem mais

sepultamentos do que foram contabilizados, mas estes estão localizados na área de difícil acesso, devido a densa vegetação. Nas imagens a seguir (figuras 54 e 55), serão apresentados alguns destes sepultamentos, não foram realizados nenhum tipo de intervenção no local.



Figura 54: Vestígios de uma estrutura de túmulo. (Fonte: Autor)

Esses vestígios da imagem acima, são exemplos dos sepultamentos que estão com suas estruturas arquitetônicas completamente destruídas, nestes tipos de sepultamentos, poucos vestígios em superfície testemunham um antigo enterramento. Foram identificados cerca de cinco sepultamentos nessas condições.

Há outros sepultamentos identificados no Cemitério Velho, que apesar de deteriorados pelas intempéries, testemunham sua antiguidade, além de apresentar nitidamente muitas características arquitetônicas da época de sua produção (figura 55). Somente um destes passou visualmente por uma reforma aparentemente recente (figura 58), dentre todas as lápides que foram analisadas e registradas, somente uma destas apresentou uma sequência numérica que data a possível origem desse túmulo (imagem 62). Salienta-se que, as imagens utilizadas para a contextualização do cemitério velho, não apresentam uma formatação padrão, essa característica ocorre por escolha do pesquisador, observando que algumas lápides necessitavam de uma maior abertura do obturador da lente da câmera, possibilitando uma melhor visualização das características e detalhes destas estruturas e da paisagem que estão inseridas.



Figura 55: Túmulo com arquitetura centenária. (Fonte: Autor)

Na imagem acima, podemos observar um dos túmulos com características arquitetônicas centenárias, que ainda permanece conservado, caracterizado por um crucifixo de padrão centralizado, tem como matéria-prima o vidro artesanal de coloração verde.



Figura 56: Edvaldo mostrando detalhes do túmulo. (Fonte: Autor)

Na imagem acima (figura 56), nosso colaborador Edvaldo (Zezinho), explica que muitos desses túmulos foram construídos por seu avô, João Ribeiro Soares, conhecido popularmente por João Suvela. O senhor João Suvela era conhecido na região por ser um pedreiro e arquiteto de grande potencial artístico, realizando muitas obras residenciais e fúnebres com acabamentos únicos, seu talento o levou a construir residências centenárias até no município de São Raimundo Nonato-PI.

Algumas das características históricas narradas por colaboradores como o senhor Hildemar, Zezinho, Maninho, Pedro, João Neto, Osvaldo, Gorete, Duzentinho, Celha e demais indivíduos que colaboraram indiretamente com essa pesquisa, através de conversas informais sobre o Cemitério Velho, relatavam que, muitos dos indivíduos que estão sepultados nesse cemitério, são vítimas de assassinatos por arma de fogo ou arma branca, estes perderam suas vidas de maneira violenta, vítimas de uma disputa entre duas famílias rivais, que moravam na região juremense, por esse motivo, atualmente, existe uma fama regional que associa o termo “juremense” a valentia/violência.



Figura 57: Túmulo em estado de deterioração. (Fonte: Autor)

É possível observar, na imagem acima, a condição física de deterioração de um dos antigos túmulos do Cemitério Velho, a lápide desse túmulo foi apresentada na segunda fotografia (figura 57), apresentada sobre o Cemitério Velho. Observa-se que o tipo de olaria utilizada é de manufatura artesanal, que são blocos produzidos por oleiros que trabalhavam na região. Pelas características físicas residuais dessa estrutura, nota-se que a mesma tinha um acabamento de superfície realizado com o mesmo material e coloração de sua lápide, entretanto, por motivos associados aos desgastes provocados pelo tempo, não foi possível conservar tais características.

Durante a pesquisa de campo, realizada no Cemitério Velho, não foi possível encontrar colaboradores que tivessem profundo conhecimento, sobre quem eram os indivíduos que ali estão sepultados, caracterizando possíveis datações mensuráveis de quando foi realizado o encerramento da prática de sepultamentos naquele local, e a produção destes túmulos. Mas, para aqueles que tiverem interesse em dar continuidade a essa pesquisa, se aprofundando nos estudos sobre esse patrimônio municipal, fica a provocação e o apoio de que, esse é um lugar localizado no município de Jurema, e com muitos indivíduos que podem colaborar com tal pesquisa. No caso desse trabalho, infelizmente, devido à pandemia causada pelo Coronavírus, não foi possível entrar em contato com estes possíveis colaboradores.

Observa-se na imagem seguinte uma das sepulturas aparentemente de construção ou reforma realizada em um período mais recente. Observa-se que tal estrutura é de grande extensão e altura, medindo cerca de 2,10m de altura por 3,00m de comprimento. A lápide apresenta uma das características arquitetônicas empregadas em sepulturas cristãs do século XX, as três hastes perpendiculares sendo a central superior as laterais ou vice versa.



Figura 58: Túmulo reformado. (Fonte: Autor)

Na imagem a seguir (figura 59), identifica-se dois túmulos geminados, assim realizados propositadamente. Possivelmente, os indivíduos sepultados nestas estruturas de arquitetura idêntica, possuíam algum tipo de parentesco, existindo, possivelmente, uma associação até mesmo entre o período de ambos os falecimentos. Essa hipótese é considerada a partir de relatos de alguns colaboradores que nos fala sobre irmãos que foram assassinados, ou até mesmo pai e filho, ou marido e esposa. Como explicado anteriormente, a maioria das histórias sobre esses túmulos, envolvem tragédias e tristezas que ainda refletem nos tempos atuais.



Figura 59: Túmulos geminados com semelhança arquitetônica. (Fonte: Autor)

Também foi observado, que um dos túmulos já havia sido destruído pelo tempo, restando somente sua lápide rompida e deteriorada (imagem 61). Nessa lápide, é observável algumas características arquitetônicas que são características da sua época de construção, incluindo a utilização do vidro artesanal de coloração esverdeada, o círculo central, possivelmente portador da simbologia cristã, o crucifixo centralizado produzido com vidro artesanal, além do acabamento da superfície externa com a cal e tinta de coloração branca, sendo alterada com passar do tempo.

Possivelmente, este tipo de túmulo com esse padrão singular, marca características do status do indivíduo e de sua família, considerando que, alguns relatos dos colaboradores, contavam histórias explicando que somente pessoas de alto poder aquisitivo da época, tinham condições para realizar esse tipo de estrutura funerária. Em contrapartida, os indivíduos das famílias de menor poder aquisitivo, somente realizavam o sepultamento de seus entes falecidos, e marcavam esse local com amontoados de rochas.



Figura 60: Lápide de túmulo destruída. (Fonte: Autor)

No cemitério, também foi identificado uma das lápides que não sofreu gravemente com as intempéries do tempo ou perturbação por vegetações, conservando a maior parte de suas características originais. Essa estrutura apresenta características arquitetônicas de sua época de produção, semelhante às demais lápides produzidas, entretanto, uma de suas marcas que as diferencia das demais, é que ao centro da lápide, existe um espaço intencional com um acabamento interno realizado com vidro artesanal (figura 61). Esse tipo de desenho arquitetônico, geralmente, é produzido para que os parentes do indivíduo sepultado pudessem acender velas ou expor imagens sacras em seu túmulo, protegendo estes itens do vento ou da chuva, preservando estruturas cognitivas ou tradicionais, associadas a temporalidade que transcorre após o falecimento de seu familiar.

Essa hipótese elencada acima foi realizada através de observações de relatos dos colaboradores que explicitam memórias e histórias sobre esse lugar e suas estruturas funerárias, logo, essa descrição compactua com narrativas colaborativas e observações simétricas entre pesquisadores e comunidades.



Figura 61: Detalhe arquitetônico do túmulo. (Fonte: Autor)

Na imagem a seguir (figura 62), observa-se a única lápide que possui uma marcação numérica possivelmente demonstrando o ano de realização do sepultamento e produção dessa estrutura. Essa lápide que está no chão após o rompimento de toda sua estrutura, possivelmente, indica que o ano de sua produção – 1935, e o nome do indivíduo sepultado nesse local – Mariano.



Figura 62: Lápide com inscrições. (Fonte: Autor)

Logo, para essa contextualização evidenciada sobre o Cemitério Velho, conclui-se que, existe uma ampla necessidade de investigações com a comunidade sobre tais sepultamentos, suas histórias e memórias associadas à sua produção e memórias sociais. Anseia-se que futuramente, pesquisadores que tenham interesse em pesquisas voltadas a arqueologia mortuária, arquiteturas coloniais e arqueologia histórica, desenvolvam novos projetos de pesquisa que possibilitem uma melhor leitura desse contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir uma dissertação talvez seja a maior responsabilidade acadêmica para um mestrando em sua trajetória durante a pós-graduação. Nesse momento, para o pesquisador interno ao seu meio de pesquisa, finalizam-se temporariamente em seus registros escritos todos os discursos patrimoniais, memórias coletivas e narrativas colaborativas que foram possíveis de se conhecer em um universo tão amplo que rompe a “caixinha de conhecimentos e experiências” do indivíduo acadêmico, ou melhor, o pesquisador universitário, que observa seu trabalho não somente como um discurso entre colaboradores e acadêmicos vinculado a acadêmica e a suas raízes juremenses.

Observar que as memórias narradas durante as coletas de dados possuíam uma estrutura singular fomentando suas existências, foi um ponto crucial para o amadurecimento da pesquisa e do pesquisador. Foi algo que já havia sido pontuado pelo autor Pollack (1992), entretanto, durante o desempenho e análise das memórias apresentadas nesse trabalho, se observou que existiam alguns elementos a mais que aqueles citados por Pollack, sendo estes sempre presentes nessas narrativas. Estes elementos por meio das suas intrínsecas conexões, compartimentavam uma verdadeira obra engenhosa que a cognição do recordar propiciava aos narradores. Eram reais elementos básicos para evidenciar aquilo que ficou no passado, mas que, frequentemente ou não, retorna ao presente.

Se pensarmos supostamente a memória comparando-a com uma célula orgânica, podemos descrever que: As coisas são como o DNA de uma célula, sem elas não existiria a informação, o código genético que diferencia e identifica o princípio de uma memória em relação a outra; o lugar é como a membrana nuclear, envolvendo a informação que contém em seu conteúdo, limita especificamente a coisa que localiza-se em seu interior, especificando-a em sua unidade celular; as eventualidades são comparáveis aos ribossomos celulares, são as eventualidades responsáveis pela produção de uma memória, a “proteína” que alimenta a existência da memória; as pessoas são como o RNA mensageiro, elas separam as informações oriundas do DNA-coisa, dos ribossomos-eventualidades, produzindo a informação que será repassada em todo o organismo; e a transmissão é como a mitocôndria celular, ela gera a energia, a respiração celular, tornando o conjunto celular uma organela viva, a memória viva. Toda essa relação é limitada e estruturada dentro de uma membrana celular (citoplasmática), que pode ser comparada a comunidade detentora, protetora e portadora da identidade do organismo de cada célula, informação, enredo, personagem, estruturando a memória.

Realmente a memória é algo vivo, mutável, limitado e ao mesmo tempo sem limites, não existe um espaço único para a mesma, mas existem espaços que só pertencem a esta. São coisas ilimitadas e tempos indeterminados, pois como que se poderia calcular o tempo de existência de uma memória? Uma célula orgânica tem uma origem assim como uma memória também tem, a célula orgânica, a não ser que se duplique, terá o seu fim, sua morte, a memória também, mas será possível calcular quando estas terão o seu fim? Ou o processo de produção e reprodução de ambas aí de trilhar um código ou árvore genealógica/cognitiva em que os limites são imprescindíveis, rompendo-se até mesmo com as linhas temporais, tornando simétricos o início, o meio e o fim, se esses assim existirem? Esses questionamentos provavelmente não possuem uma resposta concreta, mas servem como provocações para o leitor.

Existe um paradoxo chamado de bootstrap que é utilizado por alguns pesquisadores nas ciências exatas e humanas, incluindo a arqueologia, além de séries de ficção científica que tratam esse paradoxo como algo “assustador”. A autora Alison Wylie explica em seu livro intitulado, *Thinking from Things*, a utilização desse paradoxo na ciência arqueológica e em outros meios científicos. Basicamente em meios didáticos esse paradoxo explica que: “Coisas do presente retornariam para o passado tornando-se algo do presente, mas que pertencem ao futuro, logo, aquilo que supostamente estaria no presente não o foi criado, pertencendo este futuro que será o presente, repetindo-se esse ciclo em um looping infinito”. Na arqueologia a aplicação desse paradoxo ocorre da seguinte maneira, existiriam cargas ou bases teóricas singulares que avaliariam bases teóricas evidenciais, sendo uma dependente da outro. Como se um contexto arqueológico dependesse da teoria e a teoria dependesse do contexto, em ambos existiria uma relação explicativa, e de dependência, mesmo pertencendo a temporalidades diferentes, relacionam-se ciclicamente.

Se pensarmos a memória a partir do paradoxo de bootstrap, observaríamos que essa relação entre presente passado e futuro seria ciclicamente construída nesse looping infinito. Pois é algo que está sendo construído no presente, que ocorreu no passado, que se retorna frequentemente a esse no ato de recordar, levando informações e perspectivas novas para esse passado que passa a ser presente nas relações cotidianas. Logo, pensamentos decolonias como os que já foram apresentados no texto, a partir dos pensamentos simétricos, explicam que o pensamento moderno eurocêntrico, que separa o presente do passado e do futuro está equivocado. A memória é um dos meios que contradiz essa separação temporal, sendo o presente o “lugar de fala”.

Nessa conclusão um último conceito será apresentado auxiliando nas discussões finais, esse conceito foi copiado a partir da obra do autor Walter D. Mignolo, intitulada: *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamentos Liminares* (2003). Nesse trabalho, o autor realiza um discurso que explicita os processos de construção do pensamento hegemônico associados a fatores históricos, sociais e políticos, apontando, que: o eurocentrismo em seu posicionamento de superioridade, foi responsável por conceituar estruturas como cultura e posicionamentos entre o eu e o outro. Esse processo de dominação, é um meio em que a própria construção do conhecimento acadêmico por muito tempo não se desvinculou, sendo novas perspectivas como a própria prática da arqueologia pública um dos meios de romper com estas limitações opressivas.

Um importante conceito, que o autor apresenta em sua pesquisa, é referente ao termo *gnose*, conceito esse que rompe com tais perspectivas hegemônicas, do eurocentrismo do conhecimento. Segundo o mesmo, a *gnose* permite “falar” de um conhecimento além das culturas acadêmicas, ou seja, que foge dos sentidos aceitos pela academia. A *gnose* deriva do termo *gignosko*, que se traduz como (saber, reconhecer). Enquanto isso, contrária a esse termo, a *epistemologia*, que deriva do termo *epistamai*, se traduz como (saber, ter conhecimento de). Claramente, estes termos são referentes a posicionamentos completamente diferentes, sendo o conhecimento algo que por um lado é reconhecido, e por outro, é conhecido, ou seja, “conheço tal saber, porém não o reconheço como algo legítimo, científico, epistemológico”.

O autor explica que a *gnose* observada enquanto pensamento liminar, debate por um lado sobre universal/particular, por outro lado, a “insurreição de pensamentos subjacentes”. Logo, pensamentos que antes eram não vistos, desconhecidos e/ou não aceitos, surgem a partir da *gnose* em um universo em que a academia não consegue ter seu monopólio ou controle.

Esse trabalho, foi uma obra realizada em parceria com as comunidades Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros, Pendangas, Espírito Santo, Mandacaru e o município de Jurema, todos localizados no sudoeste do estado do Piauí. Durante o desenvolvimento das pesquisas, é evidente que estas tiveram início muito antes do pesquisador perceber a importância patrimonial e arqueológica que seu antepassado familiar estruturava em sua vivência. Sem dúvidas, no ano de 2014, quando a família Assis realiza seu primeiro depoimento sobre tais contextualizações, permitindo o registro audiovisual destas narrativas, foi o momento que teve início a coleta de dados para essa dissertação, considerando a própria perda no ano de 2017, dos colaboradores Cesaltina Assis e Euzébio Assis.

Trabalhar com histórias, memórias e patrimônios é sinônimo de organizar uma relação simétrica com os proprietários dos bens materiais e imateriais, da história guardada nas memórias passadas e rememoradas no presente, estabelecendo conexões que o tempo não consegue apagar e a matéria não pode se desfazer. Essa perspectiva parte do conceito da memória coletiva, realizada a partir da transmissão e reprodução cerimonial ou cotidiana, implantando sementes que são germinadas em um solo fértil, representado pelas comunidades e seus colaboradores. Logo, essa pesquisa, voltada para a arqueologia pública, atua somente como a água que rega estas sementes germinando-as para que a árvore do conhecimento cresça forte e com uma longa vida.

O patrimônio é uma estrutura social, com profundo alicerce que escapa de explicações científicas ou normativas legislativas. Explicar o que é, ou melhor, o que são patrimônios, em uma forma universal, é uma tarefa impossível de ser realizada. A fruição, variação e valorização dos bens privados e sociais são diferenciados de indivíduo para indivíduo, de família para família, de comunidade para comunidade, e em uma grande escala, de nacionalidade para nacionalidade. No Brasil, existem leis, instruções normativas e cartas arqueológicas/patrimoniais, que regem tais expressões e valorizações, estas definem quais coisas são patrimônio e à qual categoria de patrimônio pertencem, limitando ou padronizando a essência dessas valorizações. Acredita-se que os avanços que estão ocorrendo com novas pesquisas, nestas linhas de pensamento, nas comunidades tradicionais, sejam os possíveis meios que podem direcionar a construção de novas legislações que complementem regimentos passados, levando em consideração características e perspectivas democráticas.

Esse tipo de considerações finais, sobre os bens valorados, perspectivas metodológicas e leituras simétricas adotadas por esse trabalho, assemelha-se ao que Benavides e Lumbreras estruturam no papel que pensamento da arqueologia social tem. Tais autores, demonstram que esse tipo de fazer arqueológico é fundamentado no: porquê de fazermos arqueologia, mais do que como a fazemos. Para o autor dessa dissertação, fica claro e evidente, que em seu interior existiu um porquê de fazer essa pesquisa direcionada a seu antepassado familiar, influenciando em suas escolhas teóricas e metodológicas.

Esse trabalho, casa com perspectivas de que exigem um novo olhar arqueológico para o passado, e para seus detentores, estruturando argumentos que especificam uma pequena parcela de um universo que é o patrimônio. Porém, observando a necessidade que por muito exige uma reescritura do passado, dos valores sociais e patrimoniais e dos olhares governamentais para com os grupos mais desassistidos. A compreensão prática do passado destas comunidades

pesquisadas, pode fundamentar novos meios de valorização e patrimonialização regional, municipal, e caso aprofundando-se em novas pesquisas em diferentes locais do estado, possa ser observado em legislações estaduais. Isso fundamenta uma nova política patrimonial, uma política que aceita a complexa interação social que valoriza diferentes heranças do passado.

Esse parágrafo acima, é uma interpretação sobre algumas das conclusões alcançadas por essa pesquisa, referente ao patrimônio em um sentido mais amplo. Está relacionado às construções cognitivas que as comunidades colaboradoras estruturaram ao participarem diretamente e indiretamente das múltiplas narrativas, e diferentes perspectivas sobre suas coisas patrimoniais. É como Bezerra (2003), explica em seu trabalho, considerando que, os sítios arqueológicos, assim como os objetos arqueológicos, fazem parte dos referenciais que contam a história dos locais em que são encontrados, assim como também contam a história das pessoas que pertencem a esses locais, memórias associadas às relações de parentesco, amizades e subsistência local.

Observa-se, que existem certas variações e semelhanças entre os valores patrimoniais apresentados pelos colaboradores que participaram da pesquisa. Apesar das diferentes perspectivas narradas pelos mesmos, as características mais importantes que envolvem tais memórias/narrativas, estão associadas a coletividade, as relações de parentesco e a subsistência/sobrevivência destes grupos. Para esclarecer estes pontos, observa-se, como exemplos: Jatobá dos Ferros – a valorização do trabalho em grupo familiar, a criação de gado e a busca por alimentos naturais; Caldeirãozinho – a valorização do acolhimento social e familiar, o “multifuncionalismo” material, e a busca por armazenamento de água; Jurema – a valorização e respeito às decisões dos familiares mais velhos, independentemente de quais sejam, caracterizando as antigas propriedades e meios de subsistência.

Tais perspectivas, permeiam nas outras comunidades colaboradoras, a exemplo: Mandacaru – valorização da memória da subsistência familiar e reprodução da mesma; Pendangas – valorização das “facilidades” que o mundo atual oferece perante as dificuldades familiares enfrentadas no passado “quase indígena”; Espírito Santo – relação de valores familiares associados ao poder, a produção de riquezas e o abandono pela ausência familiar na atualidade. Esses parágrafos, resumem o que uma dissertação não tem capacidade de extroverter em palavras tantas características associadas a valores, que estas comunidades apresentam. E seria possível existir patrimônio sem valor? Acredita-se que não.

Logo, tais colaboradores permitem a realização da seguinte consideração: a valorização dos bens materiais e imateriais, enquanto patrimônio, deriva da associação destes com um passado amarrado às relações familiares, sendo estas associadas às vivências, subsistências cotidianas, e, por muito, eventualidades excepcionais. De certo modo, alguns objetos e/ou lugares estão associados com momentos específicos, que foram eventualmente marcados por determinados acontecimentos, e que foram transmitidos cotidianamente, ou por meio de possíveis cerimônias memoráveis. Portanto, uma conclusão inicial sobre os patrimônios destas comunidades é que: estes são frutos das relações sociais e familiares, que remetem a simplicidade da vida sertaneja, e/ou “Juremense”, dependendo, em algumas situações, de determinadas eventualidades e/ou materialidades que, ao serem “tocadas”, funcionam como sementes da memória, mesmo que essa tenha sido vivida por tabela.

A comunidade de Caldeirãozinho, apresenta colaboradores de diferentes idades, que apresentam diferentes patrimônios e variadas perspectivas. Estes colaboradores participaram da pesquisa, demonstrando que são proprietários de diferentes coisas patrimoniais, estas, que variam entre locais, objetos, estruturas, credences, entre outras, são diretamente ligadas entre si, e referenciadas como estruturas das vivências individuais e coletivas, em diferentes fases da vida. Se por um lado uma residência histórica é valorizada como um bem patrimonial de uma família e da comunidade, passando por reformas específicas que não alterem suas essências, por outro, uma pedra exótica que fica exposta na área da vivência de uma residência, provoca certa curiosidade a todos que a tocam ou veem, características que ampliam os valores patrimoniais desta comunidade.

A comunidade de Jatobá dos Ferros, é outro local que intriga as perspectivas patrimoniais. Este lugar, apresenta uma construção patrimonial que rompe com qualquer definição que a própria legislação prevê como patrimônio, direcionando a existência de que os conceitos ou valores atribuídos ao bem patrimonial, nem sempre são positivos e definidos por uma única visão, podendo estes até mesmo serem acarretados de uma negatividade de valores, ou interpretados em um sentido cômico da vivência, em que o profano se torna algo comum no presente, o “cabaré dos índios”.

Observa-se, que o passado indígena em Jatobá dos Ferros, está enraizado na memória dos colaboradores desta pesquisa, mesmo que em um presente cético, onde vestígios materiais ou a imaterialidade das livusias são diretamente associados a essa antiga presença indígena. Não existem limitações do conhecimento desse antigo pertencimento nativo a depender destas duas essências simbólicas. A interpretação mais viável dessa problemática, é que, são as

memórias vividas por tabela, os principais meios de transmissão desta informação pouco registrada pela história.

Essas características intrínsecas nessa comunidade, dependeram e dependem da transmissão de informações sobre o passado de nativos que ali habitaram, sendo as memórias e narrativas interconectadas/coletivas, um dos meios de preservação e resgate deste período histórico, que os vestígios do passado, e as “tataravós pegas no laço”, presenciaram nesse recuo temporal. Em meio a essas observações, que buscam resumir o que se considera ser análises gnósticas, sabe-se que, as sementes de memória estão espalhadas por toda a extensão dessa área, podendo ser, fragmentos de cerâmicas, pedras de raio, livusias ripunosas, umbuzeiros paisagísticos, entre outros. Ferramentas de cognição que ativam essas sementes enraizadas na memória e no sangue daqueles que pertencem a esta comunidade. Independente se a maioria dos colaboradores não se assume indígenas, ou descendentes destes grupos, ou mesmo se estes eram vistos como indivíduos de um mundo profano, no presente, mesmo que não seja consciente, são estruturados laços que conectam essas vivências atípicas, que refletem esse passado no presente, e, sem dúvidas, esse trabalho somente registra esse processo que não depende de textos para continuar eventualmente sua produção e reprodução.

As outras comunidades pesquisadas, Pendangas, Mandacaru e Espírito Santo, demonstram que a existência de uma relação entre: passado indígena, objetos cotidianos e a carência de recursos para subsistência, desde o passado até o presente, são os principais meios que refletem as relações dos valores patrimoniais destas comunidades, demonstrando que até as diferenças entre poderes aquisitivos e/ou classes sociais, influenciam nestas objetificações de valores. Esses pontos mencionados nesse parágrafo, não escapam como características exclusivas destas comunidades citadas, pois estes aspectos associados a patrimonialização também são evidenciados nas outras comunidades colaboradoras.

Em Pendangas, Mandacaru e Espírito Santo, observou-se que todas as narrativas que foram apresentadas pelos colaboradores, demonstram que a própria perspectiva associada ao que é ou não passível de preservação nessa região, está intimamente associada a manutenção das tradições, costumes, vivências e relações pretéritas, articuladas nos trabalhos de subsistência familiar. Logo, aqueles que ainda possuem descendentes residentes nessa região, potencialmente, tem suas memórias, manutenção e preservação de seus bens patrimoniais. Em situações opostas, de certa maneira, algumas características dessas memórias que são estruturadas no vínculo consanguíneo, se tornam possíveis vítimas do abandono, do “esquecimento”.

Por exemplo, observando a situação degenerativa da igreja em Espírito Santo, comparado a Casa de Capitãozinho em Caldeirãozinho. Ambas estruturas foram erguidas em períodos remotos que pertencem a uma lacuna centenária, além de ambas serem vinculadas a relações familiares, religiosas, e de multifuncionalidade. Entretanto, a igreja em Espírito Santo, apresenta visualmente um abandono degradante, provocado pela ausência de ações de preservação, possivelmente por seus possíveis herdeiros aparentemente não residirem atualmente nessa região.

Ao contrário dessa igreja, em Caldeirãozinho, a residência de Capitãozinho, mesmo após tanto tempo decorrido, desde sua origem, permanece erguida e atribuída de pequenas reformas realizadas por sua herdeira, a senhora Elisa Ramos, que preserva não somente seu bem patrimonial, mas todas as histórias e memórias que essa residência estrutura em sua particularidade e coletividade. Essa observação não está sendo explanada como uma crítica que merece ou desmerece quaisquer lados desse enredo, ao contrário disso, essa crítica somente demonstra que, nas regiões onde foram realizadas estas pesquisas colaborativas, a essência do vínculo familiar é o principal meio de valorização e preservação patrimonial, a descendência, a fraternidade material, e a preservação destes bens, necessitam profundamente dos “galhos e/ou frutos familiares”, que tais sementes da memória enraizadas nestes locais, produziram para com gerações futuras.

Alcançar as perspectivas patrimoniais destas comunidades, é algo profundo, delicado e bastante emocionante. Um autor citado anteriormente, que pode auxiliar nessas observações é Choay (1992). Esse autor explica que, o patrimônio é apresentado como uma bela e antiga palavra que têm sua origem ligada a estruturas familiares, econômicas e jurídicas numa sociedade estável e enraizada no espaço e no tempo. Além disso, esse conceito incorpora uma estrutura nômade, seguindo atualmente o que o autor pontua como “diferente e retumbante”, ou seja, sua fluidez e ressignificações constantemente estruturadas no presente, mesmo que esse sempre permaneça com características diretamente ligadas ao passado.

Para completar essa discussão, posiciona-se o que Bezerra (2017), explicou em seu trabalho, observando, que, a existência do discurso autorizado do patrimônio, considera como principal preocupação a preservação das narrativas que o mesmo legitima, sem problematizar as relações entre as pessoas e as coisas do passado, preferindo normatizar tais patrimônios. Ou seja, uma espécie de hegemonia do poder regimentar patrimonial, que define e classifica o que é ou não patrimônio. Logo, a patrimonialização conservadora desses tipos de relações esvazia suas cargas simbólicas, os valores que a coletividade, a criação e recriação das memórias, e,

possivelmente, a preservação dos sentidos interpretativos que sustentam o motivo deste ser patrimônio. Logo, os sentidos que constituem essas materialidades fora dos cânones preservacionistas são tidos como ilegítimos, passíveis do esquecimento e da destruição.

Ou seja, se uma igreja construída a quase um século, utilizada com finalidade de túmulo ou lápide de seus proprietários, é abandonada por seus herdeiros, independente da imagem arquitetônica, histórias e memórias que a mesma está inserida, acaba por torna-se ilegítima de preservação, caída ao esquecimento familiar, e invisível aos olhos da legislação, desta forma, possivelmente, a ruína material e cognitiva, seja seu próximo destino na memória e história de sua comunidade de origem. Logo, sabendo que essa ainda permeia a memória comunitária, mesmo que estes não busquem sua preservação material, seria essa ilegítima de adentrar ao universo patrimonial e simbólico de sua comunidade de origem? Essa é um questionamento retórico, até porque, esse bem adentrou esse trabalho.

Para finalizar, esclarece-se que: patrimônio é algo íntimo, ligado às questões familiares, patriarcais e tradicionais, conceito esse que permeia o passado como uma característica que pode legitimar um patrimônio. Entretanto, patrimônios são bens que tem sua existência independente destas características, pois são bens “vivos, mutáveis, transformadores”, que recebem e compartilham significados e valores associados ao universo que estão vivenciando, ou seja, mesmo que sua origem esteja enraizada no passado, o seu presente em constante relações e modificações é o real espírito da sua essência de significados e universalizações.

Entre as comunidades colaboradoras, o município de Jurema, foi um dos locais em que as memórias e histórias sempre estão associadas a um passado violento, cruel e de desigualdades sociais. De certo modo, dentre os colaboradores deste local, é possível observar que essas eventualidades do passado, não despertam um orgulho sobre tais histórias regionais, apesar dessa situação, as ações de preservação ainda são caracterizadas por aqueles que resguardam os bens materiais associados a estas eventualidades. A produção e reprodução que transmitem os enredos que estas memórias estão vinculadas, assim como nas outras comunidades, são ações cotidianas e convencionais e, em certas ocasiões, são caracterizadas como atividades educacionais exigidas pelo corpo educativo dessas localidades.

Assim como nas demais comunidades, esses bens patrimoniais estão associados às características que envolvem questões comunitárias, familiares, tradicionais e de subsistência, sendo estes “pontos característicos”, determinantes de um processo registrado pelas relações entre indivíduos, comunidades e patrimônios, direcionando as possíveis valorizações enquanto “bens preserváveis”. Essas características, são essenciais para socializar o patrimônio local, são estigmas gravados nas cognições/memórias que incorporam um bem em seu meio, oriundos das

práticas tradicionais que novamente, remetem ao sentido primordial do termo patrimônio, a herança patriarcal.

Todo esse processo de coleta, análise de dados, relações com os grupos colaboradores e considerações sobre tal conteúdo, foi marcado por teorias e conceitos que discutem diferentes contextos de diferentes lugares, semelhantes em princípios e direcionamentos. Autores como Halbwachs (1990) e Pollack (1992), quando falam sobre sementes da memória e memórias vividas por tabela, evidenciam que, na prática, a memória apesar de fluida e dinâmica, é caracterizada por princípios básicos para sua existência. As sementes da memória, as transmissões via narrativas e as construções destas por tabela, são os caminhos de possibilidades ínfimas, onde o patrimônio o depende para sua valorização. Em um sentido contrário, porém, característico nesse meio, o patrimônio enquanto um bem típico ou atípico, atua em sentidos sensoriais, despertando o interesse do conhecimento e da preservação, exigindo ou não a dependência dos grupos ao qual pertence, mas, em sua passividade transformativa, esse quando desconhecido, pode ser “descoberto e valorizado” somente quando remonta sentidos práticos no presente.

A exemplo do parágrafo anterior, autores como Gonçalves (1996), falam sobre a recriação ou permanência de diferentes processos em diferentes planos, que estruturam a destruição dos bens comunitários e sua pluralidade, existindo, de certo modo, uma atuação nacional, em um processo de “homogeneização do passado e das culturas”, tornando como dado, o presente narrado em uma situação de perda progressiva. Logo, existe o sentido de “apropriação e preservação” desses bens por parte do estado. Comparando esse válido posicionamento, com as devidas conclusões estruturadas nesse trabalho, não invalidando o posicionamento do pesquisador, observa-se que: as comunidades tradicionais de Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros, Pendangas, Mandacaru, Espírito Santo, e o município de Jurema, são locais que preservam seus bens patrimoniais, as histórias e memórias a estes associados, não necessitando das atuações de medidas protetivas que unificariam e classificariam estes em livros de tombo, pois a própria comunidade e seus valores internos, estruturam suas próprias características de tombamento de um bem e, talvez, sem intenção, determinam estes em um pensamento comum dos bens valorados.

Bezerra (2017), nos fala sobre o discurso autorizado do patrimônio, explicando que este preocupa-se muito mais com as narrativas legitimadas pelo mesmo, ou melhor, “legitimadas pela nação”, explicado que esse sistema não problematiza as relações entre pessoas e suas coisas do passado, simplesmente realizando a normatização do que são esses patrimônios. Esse

processo, é responsável por retirar a carga simbólica do bem patrimonial, estruturando bens e valores que não são referentes aos princípios da origem desse bem, logo, os sentidos que constituem essas materialidades estão fora dos cânones preservacionistas ilegítimos. A exemplo, cita-se a famosa pedra de raio ou corisco, que de norte a sul do país, é descrita como um objeto de pedra que, é fruto de um raio, que ao atingir o chão, gera esse objeto, sete palmos abaixo da superfície, e que o mesmo levaria sete anos para vir a superfície.

Esse discurso ou narrativa comunitária, que está presente nos enredos dos diversos grupos tradicionais do Brasil, pode ser descrito como um dos discursos ilegítimos, que não configuram a real explicação plausível do que realmente seria essa pedra de raio, pois a mesma, na verdade, é uma machadinha polida, um objeto funcional que pode ser associado a práticas agrícolas dos antigos grupos que habitaram o local. No entanto, esse discurso científico que classifica esse objeto, configura-o como patrimônio, e o retira de seu local de origem para ser “guardado/protegido”, em algum laboratório, realmente possui mais valor social ou hegemônico do poder nacionalista? Seria mesmo necessário a realização de todo esse processo que “sequestra” um bem de valor patrimonial comunitário, para a construção de ciências dos grupos pretéritos desses locais, ou seria mais humanitário e gnóstico compreender o passado e o presente desse patrimônio interno ao seu lugar de origem?

Como resposta a tais questionamentos, caracteriza-se que: a legitimidade dos bens presentes nas comunidades colaboradoras, está crucialmente associado aos seus detentores, estes produzem, reproduzem e transformam esses bens, durante suas vivências e hábitos cotidianos, se por acaso, algum destes bens forem retirados de seus proprietários, estes descontextualizariam não somente sua essência simbólica e suas relações de pertencimento, mas desconstruiriam à própria particularidade de seus detentores que os guardam em seu hábitos. Mais um exemplo desse processo, pode ser observado a partir da Bola de Pedra do senhor Derva, em Caldeirãozinho. Seu proprietário fala em ceder esse bem para uma exposição em um lugar vizinho, como citou em sua memória em que uma das pessoas participantes fora Dr. Niede Guidon, porém, sua única exigência para autorizar a exposição de seu patrimônio em um lugar distante de sua origem, seria de que esse teria de retornar para Caldeirãozinho. Entretanto, caso venha a existir um museu comunitário na comunidade, nosso colaborador doaria seu bem patrimonial para que esse seja exposto dentro do seu lugar de origem.

Essa contextualização citada no parágrafo anterior, é válida para as demais situações apresentadas por nossos colaboradores ao longo da pesquisa, estes, durante conversas informais com os pesquisadores, relatam que cederiam tais bens para a guarda e exposição em um museu

comunitário, que poderia ser construído em Caldeirãozinho, dessa maneira, tais bens teriam suas histórias e memórias compartilhadas em um lugar de memória que não se distanciaria de suas origens, dos lugares de memórias “In situ” e as demais vivências dos mesmos, como se o bem possuísse vida e vontade própria, além das estabelecidas por seus detentores.

Essa característica, pode ser explicada por ser, a maioria desses bens, coisas que são repassadas de geração para geração, permanecendo no pertencimento familiar, extrovertendo os desejos de permanências tradicionais almejadas pelos indivíduos, que estabeleceram relações e vivências, nas eventualidades transmitidas do mais velho para o mais novo, atuando como semente e tabela da memória no presente. Daí, fica um questionamento hipotético nessa pesquisa, seriam as coisas ou objetos, os bens patrimoniais, ou seriam as pessoas e suas memórias os verdadeiros patrimônios? Para essa pesquisa, ambos são patrimônios impossíveis de desvincular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R. **Museus no Contemporâneo: Entre o espetáculo e o Fórum**. Sendas da Museologia, 1ed.Ouro Preto: UFOP, 2012.
- ANDRADE, L. B. P. **Percursos metodológicos**. ANDRADE, LBP. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, SciELO Books, 2010.
- AMARAL, LINKE, NETO. **Relatório Parcial do Projeto Sítio Escola Terras de Caldeirãozinho**. Processo 01402.000521/2017-53, Portaria IPHAN 42, 4 de agosto de 2017.
- AMARAL, LINKE, NETO. Apontamentos sobre as intervenções arqueológicas no Sítio Escola Terras de Caldeirãozinho, município de Jurema, Piauí. **Clio Arqueológica**, 2018.
- ASSIS, 2018. **Umbuzeiro e Jurema: Possibilidades do Processo de Interação Social na Análise do Vidro Lascado no Contexto do Sítio Arqueológico Terras de Maninho, Jurema-PI**. TCC (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal Vale do São Francisco – Campus Serra da Capivara. São Raimundo Nonato- PI, 2018.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Editora Hucitec, São Paulo, 1994.
- BANDEIRA, A. M. **Arqueologia Pública e a preservação do patrimônio cultural pré-colonial maranhense: diagnóstico sobre o estado de preservação dos sambaquis da Ilha de São Luís – Maranhão**. Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Assis Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), janeiro-junho, 2019.
- BAPTISTA, J. G. **Etnohistória indígena piauiense**. Editora da Universidade Federal do Piauí, 1994.
- BENAVIDES, O. H. Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana. **Terceiro Incluído**, ISSN 2237-079X NUPEAT–IESA–UFG, v.1, n.2, jul./dez./2011.
- BEZERRA, M. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. **Habitus**, Goiânia V.1 N. 2 2003.
- BEZERRA, M. **Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia**. Belém: GK Noronha, 2017.
- BEZERRA, M. O Machado que Vaza ou Algumas Notas Sobre as Pessoas e as Superfícies do Passado Presente na Amazônia. **Revista Vestígios**, V. 12 N. 2 (2018).
- BUSCAGLIA, SILVANA. **Contacto y Colonialismo. Aportes Para Una Discusión Crítica em Arqueología Histórica**. Actas del Primer Simposio Magistral de Arqueologia Colonial (2011).

- CHAVES, M. **O índio no solo piauiense**. IN: Obra completa. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- CARDOSO, R. A. **Arqueologia musealizada e educação patrimonial: caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- COLWELL, C., C. e FERGUSON, T.J. (eds) 2008 **Collaboration in Archaeological Practice: engaging descendants communities**. Altamira Press.
- CUNHA, J. L. **Sujeitos que lembram: História Oral e Histórias de Vida**. História da Educação, ASPHE/UFPEL, Pelotas, n. 14, p- 63-77, set. 2003.
- CERQUEIRA, F. V. & LOUREIRO A. G. Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região (Atividades Desenvolvidas Entre março de 2002 e fevereiro de 2003). **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, 2003.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol.16, núm. 2, 2003.
- COPÉ, S. M. **Narrativas Espaciais da Ações Humanas: História e Aplicação da Arqueologia Espacial como Teoria de Médio Alcance, o Caso das Estruturas Semi Subterrâneas do Planalto Sul Brasil**. Revista de Arqueologia, 2006.
- CASTRO, V. M. O Perfil Técnico Cerâmico do Sítio Cana Brava, Jurema, Sudeste do Piauí. **Clio Séries Arqueologia**, n. 14, 1999.
- CATROGA, F. **Pátria e Nação**. Universidade de Coimbra, 2011.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Editora UNESP, 3º Edição, 1992.
- DIAS, W. P. **São Raimundo Nonato de Distrito Freguesia a Vila**. Teresina, 2001.
- DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre, 2005.
- FONTANA, B. L. “**On the meaning of historic sites archaeology**”. American Antiquity. vol. 31, 1965.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FUARI, P. P. A.; GONZÁLES, E. M. R. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. Dossiê: Patrimônio Histórico, HISTÓRIA, São Paulo, 27 (2): 2008.
- FETTERMAN, D. **Ethnography step by step by**. 1998 Copyright © 2013 by Gabriela Gastauer, All Rights Reserved.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GUIDON, N.; FELICE, G.; LIMA, G. **Salvamento Arqueológico na Área da Adutora do Garrincho**. FUMDHAMENTOS VI. 2007.

- GUIDON, Niède; DELIBRIAS, G. **Carbon-14 Dates Point to Man in the Americas 32.000 Years Ago**. Nature, London, 1986.
- GUIDON, N. **Cadastro de Sítios Arqueológicos em 2005 (Região Serra da Capivara e Corredor Ecológico Parceria Entre IPHAN e FUMDHAM)**. Cristiane Buco, Elaine Ignácio FUMDHAM (2005)
- GOMES, L. M. **Arqueologia da Memória: Reflexões a Partir de Christoph Türcke**. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 38, p. 161-171, set./dez. (2015).
- RUIBAL, A. G. **Arqueologia do passado contemporâneo uma olhada desde a Península Ibérica**. Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica, 2009.
- GONÇALVES, J. R. S. **A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. Editora UFRJ/ Ministério da Cultura IPHAN, 1996.
- HATTORI, M. L. **Arqueologia em áreas de conflito: Cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arqueologia, São Paulo, 2015.
- HODDER, I. **Archaeological Reflexivity and the “Local” Voice**. Anthropological Quarterly, Vol. 76, No. 1 (Winter, 2003).
- HOLTORF, C. **Archaeology is a Brand! The Meaning of Archaeology in Contemporary Popular**. Published by Culture. Oxford: Archaeopress Gordon House 276 Banbury Road Oxford OX2 7ED England; Illustrated by Quentin Drew, 2007.
- HALBWACKS, M. **A Memória Coletiva**. Editora Revista dos Tribunais LTDA (1990).
- JUCÁ, A. C. A. **Carta Arqueológica Digital Sobre o Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas Brasil**. Dissertação apresentada ao instituto politécnico de Tomar para o cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de mestre em técnicas de arqueologia, 2019.
- JAMES W. **The Principles of Psychology**. Volume I, 1980.
- JUNIOR, M. **História Geral e História do Brasil**. VestCursos, 2014.
- LAPLANTINE, F. **A Descrição Etnográfica**. Copyright, François Laplantine, 2004.
- LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. EDITORA 34 _ASSOCIADA A EDITORA NOVA FRONTEIRA, Rio de Janeiro – RJ, 1994.
- LENT, 2017 <https://www.youtube.com/watch?v=xwpn92hW7ww&t=178s>.
- LOURDEAU, A. **A Serra da Capivara e os primeiros povoamentos sul-americanos: uma revisão bibliográfica**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 14, n. 2, p. 367-398, maio-ago. 2019.

- LUMBRERAS, L. G. **La Arqueologia como Ciencia Social**. Ediciones Histar 1981
- LUCAS, G. **Triangulating absence: exploring the fault lines between archaeology and anthropology**. In: D. Garrow e T. Yarrow (eds). *Archaeology & Anthropology. Understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books, 2010.
- MATSUDA, A. e OKAMURA, K. **New Perspectives in Global Public Archaeology**. © Springer Science+Business Media, LLC 2011.
- MATURANA, H. **Da Biologia à Psicologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998
- MARFRINI, M. R. **Etnografia na Arqueologia: Um Caminho Ético para a Etnoarqueologia**. *Emblemas - Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais - UFG/CAC*, 2018.
- MELQUÍADES, V. **Arqueologia vai à Feira: Para uma Etnoarqueologia da Paisagem com Perspectivas simétricas**. *VESTÍGIOS, Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica*, volume 08/N° 01 (2014).
- MILLER, D. **Trecos, Troços e Coisas: Estudos Antropológicos Sobre a Cultura Material**. Copyright, 2010.
- MIGNOLO, W. D. **Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamentos Liminares**. Humanitas, 2003.
- MULLER, J. M.; FIALHO, F. A. P; freire, p. s. **A memória humana como objeto de pesquisa: uma lacuna do conhecimento interdisciplinar a ser explorada**. *Revista Memorare, Tubarão, SC*, v. 3, n. 3, p. 79-97 set./dez. 2016. ISSN: 2358-0593.
- MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. **O Patriarcado nos Estudos Feministas: Um debate teórico**. *Anais do XVI Encontro Regional de História do Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.
- MONTANÉ, J. **Marxismo Y Arqueología**. México; Ediciones de Cultura Popular, 1980.
- MATTOS, C. G. L. de; CASTRO, P. A. **Etnografia e Educação: conceitos e usos [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- MERRIMAN, N. **Introduction: Diversity and Dissonance in Public Archaeology**. This edition published in the Taylo & Francis e-library, USA and Canada, pg. 5 - 8 2004.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6° ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MCGUIRE, R. H. **Archaeology as political action**. University of California Press, Ltd. London, England, 2008.
- MORAIS, M. L. **PATRIMÔNIO IMATERIAL E VIVÊNCIAS RELIGIOSAS: A dança em honra a São Gonçalo em Alto Longá, Piauí**. XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

- MOTT, L. R. B. **Descrição da Capitania de São José do Piauí – 1772**. Monografias do Piauí – Série Histórica, 1973.
- NAVARRO, A. G. **O Povo das Águas: Carta Arqueológica das Estearias da Porção Centro-Norte da Baixada Maranhense**. Cad. Pesq., São Luís, v. 20, n. 3, set./dez. 2013.
- NEGREIROS, R. M. B. **AS TRILHAS DA MORTE NO SERTÃO DAS PIMENTEIRAS – PI (1769-1815): CARACTERIZAÇÃO E RECONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO DE UM TERRITÓRIO**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arqueologia. 2012.
- NEUMANN, M. A. **Por Uma Arqueologia Simétrica**. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, V. V, nº9/10. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2008.
- NORA, P. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Departamento de História, PUC-SP, Proj. História, São Paulo, (10), Dezembro, 1993.
- OLIVEIRA, A. S. N. **O POVOAMENTO COLONIAL DO SUDESTE DO PIAUÍ: INDÍGENAS E COLONIZADORES, CONFLITOS E RESISTÊNCIA**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História 2007.
- ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso**. Editora Pontes, 4ª Edição, 1983.
- ORTNER, S. B. **Teoria na Antropologia Desde os Anos 60**. MANA 17(2): 419-466, 2011.
- OKAMURA, K; MATSUDA, A. **New Perspectives in Global Public Archaeology**. Springer, Library of Congress Control Number: 2011934971, 2011.
- PARENTI, F. **Le gisement quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil): stratigraphie, chronologie, évolution culturelle**. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 2001.
- POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V. 01. 2. n. 1, 1989.
- QUINTANA, M. **Antologia Poética**. Porto Alegre, LO & PM, 1997.
- RODRIGUES, M. H. S. G. **Parque Nacional Serra da Capivara e Comunidade local: Educação, Valorização, Fruição social e Perspectivas Futuras – o Caso do Município de Coronel José Dias, PI**. Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2017.

- RICHARDSON L. J.; ALMANSA-SÁNCHEZ J. **Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics.** World Archaeology Vol. 47, 2015.
- RUIBAL, A. G. **Hacia Outra Arqueologia: Diez Propuestas.** Complutum, Vol. 23, 2012.
- SANTOS, F. I. **HISTÓRIAS, CAUSOS E LUGARES: Um olhar da arqueologia para as narrativas de “alivusias” e dos lugares de memória de Caldeirãozinho, Jurema, Piauí.** Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Serra da Capivara, como requisito para obtenção do título de bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial, 2019.
- SILVA, F. A. **O Passado no Presente: Narrativas Arqueológicas e Narrativas Indígenas,** 2015.
- SMITH, L.; WATERTON, E. **Heritage, Communities and Archaeology.** First published in 2009 by Gerald Duckworth & Co. Ltd. Reprinted by Bristol Classical Press 2012.
- SILVA, R. C. **A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca.** Vozes, Pretérito & Devir Ano V, Vol. VIII, Nº I Artigos ISSN: 2317-197, 2018.
- SILVA, L. A. **“Visitando as pessoas e as coisas. A Etnoarqueologia enquanto uma Arqueologia do Presente”.** Revista de Arqueologia. vol.30, 2017.
- SILVA, M.; OLIVEIR, S.; PEREIRA, V.; LIMA, M.; **Etnografia e Pesquisa Qualitativa: Apontamentos Sobre um Caminho Metodológico de Investigação.** UFPI, 2010.
- SILVA, M. **CRÍTICA PÓS-COLONIAL. Panorama de Leituras Contemporâneas.** RIO DE JANEIRO, 7 LETRAS, 2013. Raído, Dourados, MS, v.9, n.20, jul./dez. 2015.
- SILVA, P. R. S; MATHIAS, M. S. **A Etnografia e Observação Participante na Pesquisa Qualitativa.** Ensaios Pedagógicos (Sorocaba), vol.2, n.1, jan./abr. 2018.
- SYMANSKI, L. C. P. **Artefatos reciclados em sítios históricos de Porto Alegre.** Revista de Arqueologia, 9:43-54, 1996.
- TREBITSCH, M. **A Função Epistemológica e Ideológica da História Oral no Discurso da História Contemporânea.** Coletânea História Oral e Multidisciplinaridade Marieta de Moraes Ferreira, Copyright © by CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- TOCCHETTO, F. **Fica Dentro ou Joga Fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista.** Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de Doutor no Programa de PósGraduação em História, Área de Concentração em Arqueologia, 2004.
- TÜRCKE, T. **Philosophie des Traums.** Litrix.de, 2009.
- TÜRCKE, C. **Filosofia do sonho.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

WITTGENSTEIN, L. **Anotações sobre as cores**. Lisboa: Edições Setenta, 1987.

WYLIE, A. **THINKING from THINGS Essays in the Philosophy of Archaeology**. By the Regents of the University of California, 2002.

VASCONCELOS, J. **The Cosmic Race**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

VETTORASSI, A. **Mapas Afetivos: Recursos Metodológicos Baseados na História Oral e Reflexões Sobre Identidades Espaciais e Temporais em Estudo Sociológico**. História e Cultura, Franca, v.3, n.3 (Especial), p. 155-176, dez. 2014.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276> acessado em maio de 2021

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>

<http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-ai.pdf>

<https://www.dicionarioinformal.com.br/livusia/>

<https://www.youtube.com/watch?v=N2YwD7pHdq>

<https://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/199-parque-nacional-da-serra-das-confusoes>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/caracol/historico>

<https://www.conhecaopiaui.com/noticia/visite-o-parque-nacional-serra-das-confusoes-a-maior-reserva-de-caatinga-do-brasil>

<https://www.conhecaopiaui.com/noticia/visite-o-parque-nacional-serra-das-onfusoes-a-maior-reserva-de-caatinga-do-brasil> acessado em maio de 2021

<http://fumdham.org.br/fumdham/>

<http://fumdham.org.br/fumdham/>

<http://fumdham.org.br/fumdham/>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/anisio-de-abreu/historico>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/caracol/historico>

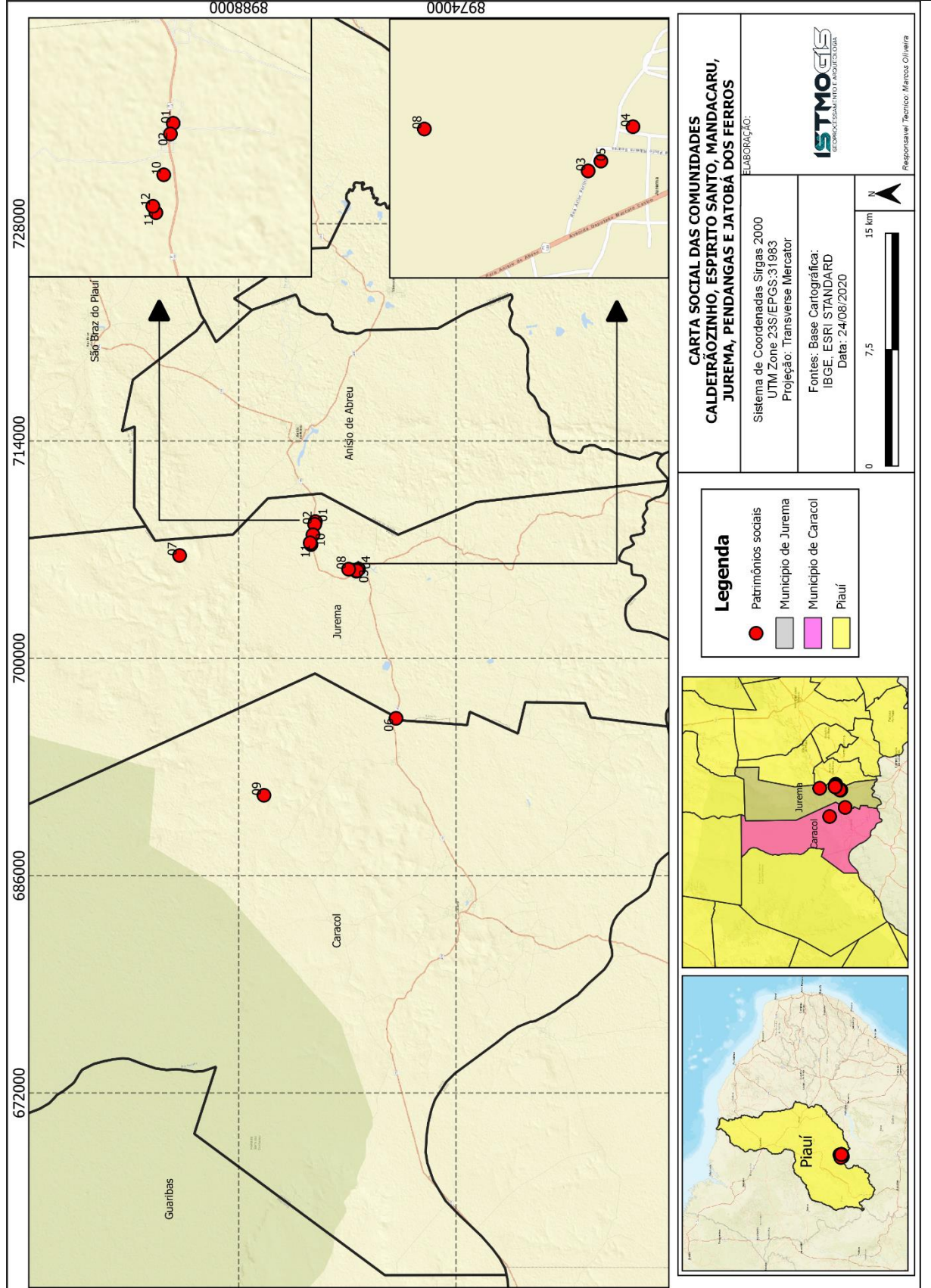
<http://jurema.pi.gov.br/jurema/informacoesgerais/municipio/historia/https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/jurema/historico>

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-a-tecnologia-pais-e-saiba-porque-ela-melhora-vida-no-campo,8b598b88ba73e410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

<https://blog.pi.senac.br/senac-realiza-live-sobre-a-cultura-gastronomica-do-requeijao-cardoso-nopiaui/#:~:text=Produto%20t%C3%ADpico%20da%20regi%C3%A3o%20Sul,cozido%20com%20sal%20e%20manteiga>

ANEXOS

Anexo 01: Carta Social das Comunidades Pesquisadas.



Anexo 02: Informações dos bens patrimoniais comunitários e seus respectivos colaboradores.

<p>01- CASA DO CAPITÃOZINHO</p> <p>. Casa histórica da comunidade de Caldeirãozinho, pertencente a dona Elisa. Esse patrimônio edificado marca processos de relações comunitárias, construindo o que passou a ser a identidade religiosa local, além de ser o apoio aos novos grupos que construam suas residências nessa comunidade.</p>		<p>CALDEIRÃOZINHO</p> <p>. Localização UTM 23 L 708808.09 m E 8983057.17 m S</p> <p>. Colaboradores Elisa Dias Ramos (83 anos)</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Edificado/Estrutura histórica</p>
<p>02- BOLA DE PEDRA</p> <p>. Objeto lítico de origem natural, com formato geoide e concavidade negativa (sulco), pertencente ao senhor Abderval (Derva). Esse patrimônio é uma peça conhecida na comunidade devido seu excêntrico formato, tendo esse, segundo seu proprietário, despertado o interesse da arqueóloga Niéde Guidon.</p>		<p>CALDEIRÃOZINHO</p> <p>. Localização UTM 23 L 708631.53 m E 8983103.07 m S</p> <p>. Colaboradores Abderval - Derva (79 anos)</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Objeto</p>
<p>03- BANCO DE AÇOITAR ESCRAVOS</p> <p>. Objeto de madeira (aroeira), com extensão de cerca de 2,5m por 0,6m de altura. Esse foi utilizado durante o período da escravidão como local para castigar escravos através de açoites. Esse patrimônio pertence ao senhor Pedro e sua esposa, e é utilizado pelos educadores regionais para a realização de projetos educativos de histórias locais.</p>		<p>JUREMA</p> <p>. Localização UTM 23 L 705612.02 m E 8980417.79 m S</p> <p>. Colaboradores Pedro Dias Ramos e Maria Rita</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Objeto</p>
<p>04- PEDRA DA MARIA NEGRA</p> <p>. Local histórico que contextualizam o período de escravatura, marcado pelo autoritarismo coronelista, preconceito social e memória trágica. Esse local patrimonial é conhecido por toda a comunidade como local da morte da Maria Negra e</p>		<p>JUREMA</p> <p>. Localização UTM 23 L 705747.09 m E 8980280.09 m S</p> <p>. Colaboradores Pedro Dias Ramos</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Lugar</p>

<p>seu filho(a), e é visitado pelos educadores locais em aulas educativas sobre histórias locais.</p>		
<p>05- CASA DA SINHÁ PEQUENA . Local e alicerce da antiga estrutura da casa da Sinhá Pequena, herdeira do antigo banco de açoitar escravos, filha do senhor Grigorio, proprietário dos escravos. Esse local patrimonial é um marco da memória familiar e comunitário, por ser sinhá pequena uma pessoa bastante conhecida na região.</p>		<p>JUREMA</p> <p>. Localização UTM 23 L 705642.67 m E 8980378.18 m S</p> <p>. Colaboradores Pedro Dias Ramos</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Lugar</p>
<p>06- ESPIRITO SANTO . Local e estrutura da antiga capelinha familiar dos Gonçalves Mariano, atualmente utilizada como sepultura familiar. Esse patrimônio edificado é marcado na memória comunitária como alusivo a elevada classe social dessa família.</p>		<p>ESPIRITO SANTO</p> <p>. Localização UTM 23 L 696132.99 m E 8977862.58 m S</p> <p>. Colaboradores Hildemar Ribeiro de Assis e Edvaldo Ribeiro de Assis</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Edificado/Estrutura histórica</p>
<p>07- MANDACARU . Local e coisas da antiga residência e modo de subsistência familiar da família do senhor Egídio, atualmente utilizada com as mesmas funções de renda familiar. Esses vestígios patrimoniais apresentados na foto, são alguns dos objetos que funcionam como sementes de memória, que resgatam valores familiares e cotidianos.</p>		<p>MANDACARU</p> <p>. Localização UTM 23 L 706623.27 m E 8991809.69 m S</p> <p>. Colaboradores Saulo Egídio Ribeiro Soares</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Lugar e objetos</p>

<p>08- CEMITÉRIO VELHO</p> <p>. Local e coisas (sepulturas) do antigo cemitério histórico utilizado atualmente pela comunidade somente como marcador de memórias, sem novas práticas sepulcrais. Esse espaço resguarda memórias de algumas famílias mais antigas da região, além de apresentar aspectos arquitetônicos seculares. Essas estruturas patrimoniais resgatam histórias e memórias que por muitos são citadas em enredos violentos.</p>		<p>JUREMA</p> <p>. Localização UTM 23 L 705740.95 m E 8980917.78 m S</p> <p>. Colaboradores Hildemar Ribeiro de Assis e Edvaldo Ribeiro de Assis</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Lugar e estruturas</p>
<p>09- SÍTIO ARQUEO. REGISTRO RUPESTRE MAICON/PENDANGAS</p> <p>. Esse sítio arqueológico localizado pelo colaborador Maicon Assis, é um lugar patrimonial com registros rupestres que marcam sua memória de explorador mirim, demonstrando o próprio hábito da busca pelo excêntrico. No grafismo observa-se uma pintura da tradição geométrica de coloração ocre, sobreposta por uma pintura de coloração branca, descrevendo a numeração 1984.</p>		<p>PENDANGAS</p> <p>. Localização UTM 23 L 691172.30 m E 8986373.12 m S</p> <p>. Colaboradores Maicon Assis</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Lugar (sítio arqueológico de registro rupestre – Não cadastrado)</p>
<p>10- TERREIRO/BECO DA DIVINA</p> <p>. Esse lugar patrimonial descrito como terreiro da divina, conhecido pelo desempenho de práticas religiosas de matriz africana, é um espaço que marca a memória da comunidade sobre as práticas “diferentes” do cotidiano comunitário.</p>		<p>JATOBÁ DOS FERROS E JUREMA</p> <p>. Localização UTM 23 L 707956.65 m E 8986373.12 m S</p> <p>. Colaboradores Edvaldo Ribeiro de Assis</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Lugar</p>

<p>11- CASA DE FARINHA DA DONA CIZÍ</p> <p>. Esse lugar patrimonial representa para a família proprietária o antigo modo de subsistência advindos da agricultura familiar, voltada ao plantio de mandioca. Além dessa função, a mesma despenha esse mesmo papel com a comunidade, por ser esse tipo de espaço um lugar de uso comum, onde a maioria trabalhava.</p>		<p>JATOBA DOS FERROS</p> <p>. Localização UTM 23 L 707329.44 m E 8983343.12 m S</p> <p>. Colaboradores Edvaldo Ribeiro de Assis</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Lugar</p>
<p>12- UMBUZEIRO DAS MORTES/CEMITÉRIO INDÍGENA/CABARÉ DOS ÍNDIOS</p> <p>. Esse lugar patrimonial representa para a família e para a comunidade um espaço que fora ocupado pelos índios em um passado não distante. Atualmente, esse umbuzeiro que é conhecido por tais apelidos, após o relato de que localizaram enterramentos indígenas nesse lugar, é um ponto de avistamento de livusias, as assombrações ripunosas que geram medo na comunidade.</p>		<p>JATOBA DOS FERROS</p> <p>. Localização UTM 23 L 707436.37 m E 8983393.79 m S</p> <p>. Colaboradores Edvaldo Ribeiro de Assis</p> <p>. Tipo de bem patrimonial Lugar</p>

APÊNDICES

Apêndice 1: Registro realizado durante a visita da minha família ao laboratório de Arqueologia histórica da UNIVASF, em minha defesa de monografia (2018). A esquerda o Prof. Wladimir Neto, orientador da monografia, ao lado Luan Ribeiro, meu irmão, ao centro Arlete Fátima, minha mãe, e a direita da foto eu e meu pai Hildemar Assis. No painel no fundo da imagem estão registros da escavação do Sítio Arqueológico Terras de Maninho, incluindo a foto do meu pai e do meu tio Zezinho que participaram das escavações.

